



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO

Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000

Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Dados do Processo

Processo: 201155502132

Número Único: 0004621-64.2011.8.25.0040

Classe: [SIJESP] Cobrança de Dívida

Situação: Julgado

Processo Origem: *****

Distribuição: 24/08/2011

Competência: Juizado Especial Cível e Criminal de Lagarto

Fase: ARQUIVADO

Processo Principal: *****

Assuntos

- DIREITO CIVIL - Obrigações - Inadimplemento - Correção Monetária

Dados das Partes

Requerente: ANTONIO FERNANDO DO NASCIMENTO

Endereço: RUA RANULFO PRATA, 127

Complemento:

Bairro: CENTRO

Cidade: LAGARTO - Estado: SE - CEP: 49400000

Advogado: ERIVALDO MACEDO MENDES 3512/SE

Requerido: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT

Endereço: RUA SENADOR DANTAS

Complemento: 5º ANDAR

Bairro: CENTRO

Cidade: RIO DE JANEIRO - Estado: RJ - CEP: 20031205

Advogado: MARIA AUXILIADORA GARCIA DURAN ALVAREZ 631/A/SE

Requerido: BOB CORRETORA DE SEGUROS LTDA

Endereço: AV. ZACARIAS JUNIOR

Complemento:

Bairro: CENTRO

Cidade: LAGARTO - Estado: SE - CEP: 49400000

Advogado: FELIPE NASCIMENTO DE OLIVEIRA 5844/SE

Advogado: MARIA AUXILIADORA GARCIA DURAN ALVAREZ 631/A/SE



EXMO(A). SR(A). DR(A). JUIZ(A) DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE LAGARTO (SE).

ANTÔNIO FERNANDO DO NASCIMENTO, brasileiro, maior, capaz, solteiro, lavrador, portador do CPF n.º 086.883.201-44, Identidade n.º 702833, 2ª, SSP (SE), residente e domiciliado na Rua Ranulfo Prata, n.º 127, Centro, Lagarto (SE), CEP: 49.400-000, por meio do seu procurador firmatário, vem, a presença de Vossa Excelência, com todo o respeito, consubstanciado na Lei 6.194/74 c/c 8.441/92 propor:

AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT c/c DECLARAÇÃO INCIDENTAL DE INCONSTITUCIONALIDADE (CONTROLE CONCRETO)

Frente a: **BOB CORRETORA DE SEGUROS LTDA (REPRESENTANTE DA CENTAUROS SEGUROS)**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com agência de atendimento na Avenida Zacarias Junior, n.º 593, Centro, Lagarto, CEP: 49.400-000, **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, localizada na Rua Senador Dantas, 74, 5.º andar, Centro, Rio de Janeiro (RJ), CEP: 20031-205 pelos fatos e fundamento adiante elencados:



DOS FATOS

O requerente é vítima de acidente de trânsito, fato ocorrido em **28/05/2010**.

Diante das lesões que sofrera, e tendo em vista ser beneficiário da indenização do seguro DPVAT, pleiteou junto à requerida a indenização por invalidez a que tinha direito.

Preenchidos todos os requisitos e cumpridas todas as exigências burocráticas, viu enfim o seu intento realizado em **05/12/2010**, vindo a receber do consórcio de seguradoras integrantes do convênio DPVAT, a título de indenização pela sua invalidez, a importância de **R\$ 1.687,50 (Um mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**, valor que representa aproximadamente **7,74%** do valor estabelecido em lei.

Cabe ressaltar que o processo de indenização teve regulação normal, e o processo administrativo ganhou o número **2011184265..**

Todos os documentos exigidos de forma administrativa foram apresentados.

Após a aprovação de sua documentação, foi submetido a perícia por médico da própria seguradora, restando devidamente comprovadas as sequelas advindas de seu acidente.

Após a comprovação da invalidez, houve o pagamento da indenização ao arrepio do que estabelece a lei, razão pela qual, move esta ação.

O valor pago de forma administrativa, retro mencionado, e recebido pelo requerente não condiz com os ditames da Lei 6.194/74, quais sejam:

"Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:



a. Até 40 (quarenta) vezes o valor do maior salário-mínimo vigente no País - no caso de invalidez permanente;"

Sendo assim a requerida não cumpriu com o que estabelece e determina a legislação em vigor, ou seja, pagamento de 40 (quarenta) salários mínimos a título de indenização pela invalidez devidamente constatada pela própria requerida.

As seguradoras integrantes do convênio DPVAT não têm de maneira geral cumprido o estabelecido em lei, gerando grande prejuízo aos acidentados, pois, se valem de uma tabela de valores indenizáveis criada pelas mesmas e com base nesta tabela é que efetuam o pagamento da indenização.

A Lei estabeleceu o valor de 40 salários mínimos a ser indenizado às vítimas de invalidez.

Na própria lei não há uma regulação de graus de invalidez, o que está previsto é que havendo seqüelas permanentes o acidentado será indenizado pelo valor estabelecido, ou seja, 40 salários mínimos.

Com o advento da MP 340, transformada na Lei 11.482/07, a requerida e suas congêneres passaram a adotar o valor de R\$ 13.500,00, para o pagamento das indenizações, outrossim, esta Lei é inconstitucional, conforme fundamentação adiante.

A utilização de dito valor vem causando prejuízos aos acidentados e enriquecimento ilícito das seguradoras, pois, a cada ano o valor da indenização vem sendo corroído, pela falta de atualização. Quanto ao valor do prêmio do seguro, vem recebendo aumentos anuais, aumentando ainda mais o abismo que dita MP criou.

Tratando-se de seguro obrigatório, todos os proprietários de veículos colaboram para a formação do fundo que indeniza as vítimas, não são as



ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Erivaldo Macedo Mendes OAB/SE 3512

ADVOCACIA – CONSULTORIA - ASSESSORIA

seguradoras que arcam com o pagamento da indenização, somos todos nós, e este direito não pode ser obstado em detrimento da averse por lucros das seguradoras, que ao final do ano repartem o bolo que sobra entre o valor apurado e o valor indenizado, e, para elas, quanto menor o valor das indenizações, maior será o lucro auferido.

Pois bem, sendo o valor estabelecido em lei e não havendo gradação na própria lei sobre graus de invalidez, é que se deferir o valor da indenização nos patamares requeridos.

Ademais, ao efetuar o pagamento da indenização, após regulação normal do sinistro, a seguradora não pode alegar que o requerente não é portador de seqüelas, pois, devidamente analisada toda a documentação remetida para a regulação do sinistro e devidamente comprovada pelos próprios médicos do convênio.

A Lei 8.441/92 em seu Artigo 5º, § 1.º, estabelece que a indenização será paga com base no valor do **salário mínimo da época da liquidação do sinistro**.

Considerando que o salário mínimo na época do pagamento era de R\$ 545,00 (Quinhentos e quarenta e cinco reais), deveria a requerida ter pago indenização no montante de R\$ 21.800,00 (Vinte e um mil e oitocentos reais).

Como pagou apenas R\$ 1.687,50 (Um mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), há uma diferença a ser cobrada no valor de R\$ 20.112,50 (Vinte mil cento e doze reais e cinquenta centavos).

DO VALOR DO SALÁRIO MÍNIMO PARA FINS DE APURAÇÃO DO SALDO DEVIDO.



A Lei 8.441/92 em seu Artigo 5º, § 1.º, que alterou parte da Lei 6.194/74, estabelece que a indenização será paga com base no valor do **salário mínimo da época da LIQUIDAÇÃO do sinistro.**

Assim, como o pagamento da indenização se deu em 22/08/2011, o valor base do salário mínimo, para apuração é de R\$ 545,00 (Quinhentos e quarenta e cinco reais).

Este adendo é importante, pois, as Seguradoras, de modo dissimulado, vêm tentando inculir, aos juízos, em detrimento da disposição legal, que o valor do salário mínimo é o de época do sinistro.

PERÍCIA – DA ABSOLUTA DESNECESSIDADE – REQUERENTE JÁ FOI PERICIADO PELA REQUERIDA E COM O PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO JÁ HOUVE A COMPROVAÇÃO DA SEQÜELA INDENIZÁVEL

Dentro do procedimento administrativo ao qual se submeteu, o requerente já foi periciado por médico da própria requerida,

Assim, após verificação das lesões deu-se pela procedência do pedido, restando devidamente caracterizado que a invalidez é inconteste.

Após a análise de toda a documentação solicitada para a regulação do sinistro, a seguradora pericia os beneficiários, o que de fato ocorreu com o requerente que teve de se deslocar a Aracaju a fim de passar por avaliação do perito da requerida.

Após a constatação da seqüela, há o pagamento.



LAUDO DO IML – DESNECESSIDADE – ACIDENTE OCORRIDO EM LOCAL ONDE NÃO HÁ IML

Dispõe a Lei n.º 8.441/92, no § 5.º do Artigo 5º, que o IML da jurisdição do acidente quantificará as lesões. Apesar do erro técnico, já que deveria se falar em IML da circunscrição do acidente, fica demonstrada a desnecessidade do Laudo do IML para o caso do autor, pois, o acidente aconteceu em cidade onde não há Instituto Médico Legal.

As próprias Seguradoras, já prevendo situações como estas, dispensam a apresentação de Laudo do IML, conforme demonstraremos adiante, além do mais, após o preparo de toda a documentação, as vítimas são periciadas por médicos dos seus próprios quadros. Só após a comprovação da invalidez é que o pagamento da indenização é efetuado.

Vejamos o que contém no site do Seguro DPVAT, a respeito dos documentos básicos para a regulação administrativa dos casos de Invalidez Permanente:

Laudo do Instituto Médico Legal (original ou fotocópia autenticada, frente e verso), atestando o estado de invalidez permanente e qualificando a extensão das lesões físicas ou psíquicas da vítima, **ou cópia autenticada da Declaração da Secretaria de Segurança Pública, expedida após a data do acidente, informando sobre a inexistência de IML na localidade do acidente.**

Assim, após juntar a Certidão da Polícia de que não há IML na localidade do acidente e os demais documentos a vítima é periciada por médicos da apelada, que atestam ou não se a vítima é portadora de seqüelas permanentes..

Logo, não se pode exigir um documento que não é exigido na Lei, e que a própria apelada dispensa em caso de não haver IML no local do acidente.

Portanto, as Seguradoras tentam ludibriar o Judiciário, quando mencionam documento não necessário para a quantificação da invalidez, que, como dito, restou provada por outra via, a ponto de o autor ter sido indenizado.

Vejamos os seguintes julgados:



ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Erivaldo Macedo Mendes OAB/SE 3512

ADVOCACIA – CONSULTORIA – ASSESSORIA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE

ACÓRDÃO:	7879/2008
APELAÇÃO CÍVEL	5350/2008
PROCESSO:	2008215077
APELANTE	NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S A
ADVOGADO	KELLY CHRYSTIAN SILVA SANTANA
APELADO	JOSE VICENTE BRITO
ADVOGADO	ERIVALDO MACEDO MENDES
RELATOR:	DESA. MARIA APARECIDA SANTOS GAMA DA SILVA

EMENTA

E M E N T A Apelação Cível - Ação de Cobrança de Complementação de Seguro Obrigatório - **Desnecessidade de realização de perícia médica para verificar o grau de invalidez do apelado - Comprovação da existência da invalidez permanente - Pagamento administrativo parcial do Dpvat** - Norma legal se sobrepõe à resolução e circulares expedidas pelo CNSP - Sentença mantida - Recurso conhecido e improvido - Decisão unânime. 1. O sinistro que deu causa ao pagamento do seguro obrigatório ocorreu sob a égide da Lei nº 6.194/1974, devendo essa legislação ser aplicada ao caso em tela, a qual prevê o pagamento de quarenta salários mínimos para os casos de morte e invalidez permanente; 2. Desnecessária a verificação do grau de invalidez do recorrido para o pagamento desse patamar indenizatório caso tenha sido demonstrada a existência da invalidez do requerente; 3. **A invalidez restou devidamente demonstrada na hipótese dos autos, haja vista que a própria apelante confirma sua existência em suas razões de apelação, bem como pelo fato de ter havido o pagamento administrativo do montante que a seguradora entendia adequado;** 4. Muito embora o aludido órgão seja responsável por fixar as diretrizes e normas da política de seguros privados, suas resoluções e circulares não tem a força de mitigar valores fixados por lei. É cediço que, nos casos de morte e invalidez permanente, o valor da indenização do seguro obrigatório rege-se pela Lei 6.194/74 alterada pela Lei 11.482/2007.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores do IV Grupo da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, sob a presidência da Desembargadora Clara Leite de Rezende, por unanimidade,

Praça Sebastião Garcez, 04, Edifício. Erivaldo Mendes – Centro – Lagarto/SE – CEP: 49400-000
Rodovia. SE 214, 400, Galeria Erivaldo Mendes, Povoado Brasília, Lagarto/SE
Telefax: (79) 3631-4563 – Cel: (79) 9989-1942 / 9987-7751
e-mail: erivaldo@erivaldomendes.com.br
Site: www.erivaldomendes.com.br



ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Erivaldo Macedo Mendes OAB/SE 3512

ADVOCACIA – CONSULTORIA – ASSESSORIA

conhecer do apelo e lhe negar provimento, na conformidade do voto da relatora a seguir, que fica fazendo parte integrante deste julgado.

Aracaju/SE, 21 de Outubro de 2008.

DESA. CLARA LEITE DE REZENDE
REVISOR
DES. ROBERTO EUGENIO DA FONSECA PORTO
MEMBRO



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SERGIPE
1ª Turma Recursal do Estado de Sergipe

Processo nº 201000901663

Juiz RELATOR: Diógenes Barreto

Juiz RELATOR: Diógenes Barreto

Juiz MEMBRO: Elbe Maria F. do P. de Carvalho

Juiz MEMBRO: Marcos de Oliveira Pinto

Juiz MEMBRO: Marcos de Oliveira Pinto

Juiz MEMBRO: Rosa Maria Mattos A. de S. Brito

Juiz MEMBRO: Rosa Maria Mattos A. de S. Brito

Nº do Processo: 201000901663

Classe: Recurso Inominado

Assuntos:

DIREITO CIVIL - Obrigações - Inadimplemento - Perdas e Danos:

Data de Distribuição: 30/08/2010

Processo Origem: 201055500308

Procedência:

Recorrido: NOBRE SEGURADORA DO BRASIL

ADVOGADO JULIANA ALBUQUERQUE SILVA

Recorrente: DIEGO ALMEIDA SOUZA

ADVOGADO ERIVALDO MACEDO MENDES

EMENTA



ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Erivaldo Macedo Mendes OAB/SE 3512

ADVOCACIA – CONSULTORIA - ASSESSORIA

DPVAT. AÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. INVALIDEZ PERMANENTE. PAGAMENTO ADMINISTRATIVO. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI 11.482/2007 POR FERIR DIREITOS SOCIAIS NA MEDIDA EM QUE ESTABELECE VALOR FIXO DE INDENIZAÇÃO E NÃO PREVÊ SEU REAJUSTE, RAZÃO PELA QUAL DEVE SER APLICADA A LEI 6.194/74 COM O TEXTO ANTERIOR. HAVENDO PAGAMENTO PELA SEGURADORA A TÍTULO DE INVALIDEZ PERMANENTE, NÃO CABE DISCUTIR O GRAU DE INVALIDEZ, DEVENDO SER PAGA A INDENIZAÇÃO NO VALOR MÁXIMO. LEI FEDERAL PREVALECE SOBRE ATOS NORMATIVOS DO EXECUTIVO. A TABELA DE GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ SOMENTE FOI INSTITUÍDA PELA MP 451/2008, DEVENDO SER APLICADA SOMENTE AOS ACIDENTES OCORRIDOS APÓS SUA VIGÊNCIA. INAPLICABILIDADE DO VALOR DA INDENIZAÇÃO FIXADO PELO CNSP. INAPLICABILIDADE DA LIMITAÇÃO DO ART. 11, §1º, LEI 1.060/50. SOLUÇÃO DE CONFLITO DE LEIS NO TEMPO DADA PELA LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO CIVIL. PRECEDENTES DO STJ. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

DO NASCIMENTO DA PRETENSÃO AUTORAL

Só após ser indenizado em valor que entende inferior ao devido é que o requerente se viu no direito de cobrar o valor remanescente, visto que, durante todo o tempo entre a regulação e o pagamento da indenização nada poderia fazer, visto que, não tinha uma decisão final ao seu pleito.

Certo é que o fato gerador da sua pretensão é a recusa da seguradora em pagar integralmente o valor que lhe era devido, pois, a pretensão só surge quando da violação do direito do segurado, e o fato que caracteriza a violação é o inadimplemento da obrigação de indenizar.

Neste toar, dispõe o Art. 189 do Código Civil:

"Art. 189 - Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela prescrição, nos prazos a que aludem os arts. 205 e 206."

Tendo em vista que o apelante só foi parcialmente indenizado em 22/08/2011 teria até 22/08/2011, para ajuizar esta ação, em conformidade com o disposto no Art. 206, § 3.º, IX do Código Civil.



ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Erivaldo Macedo Mendes OAB/SE 3512

ADVOCACIA – CONSULTORIA – ASSESSORIA

"A fluência do prazo tem início na data em que o segurado tem ciência da recusa da seguradora em pagar o valor da cobertura estipulada." (RESP 450.290-CE, rel. Min. Aldir Passarinho Junior, DJ 20.10.2003).

"A partir da recusa ao pagamento da cobertura securitária surge o direito do segurado à ação contra a empresa seguradora." (RESP 242.745-MG, rel. Min. Antônio de Pádua Ribeiro, j. 2.12.2003).

"O termo *a quo* para a contagem do prazo prescricional é a data em que a segurada teve conhecimento inequívoco da recusa do pagamento da indenização pela seguradora, quando, então, surge o direito de ação para o cumprimento coercitivo." (RESP 726.133-RJ, trecho do voto do relator, Min. Jorge Scartezinni, j. 7.6.2005).

DOS FUNDAMENTOS

O requerente faz jus a receber da requerida 40 salários mínimos vigentes na época da liquidação do sinistro, valor que condiz com os ditames do artigo 3.º da Lei 6.194/74.

O Tribunal de Justiça de nosso estado já teve oportunidade de se manifestar sobre caso análogo, nos seguintes termos:

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE

ACÓRDÃO:	7879/2008
APELAÇÃO CÍVEL	5350/2008
PROCESSO:	2008215077
APELANTE	NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S A
ADVOGADO	KELLY CHRYSTIAN SILVA SANTANA
APELADO	JOSE VICENTE BRITO
ADVOGADO	ERIVALDO MACEDO MENDES
RELATOR:	DESA. MARIA APARECIDA SANTOS GAMA DA SILVA

EMENTA

E M E N T A Apelação Cível - Ação de Cobrança de Complementação de Seguro Obrigatório - **Desnecessidade de realização de perícia médica para verificar o grau de invalidez do apelado - Comprovação da existência da**



ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Erivaldo Macedo Mendes OAB/SE 3512

ADVOCACIA – CONSULTORIA – ASSESSORIA

invalidez permanente - Pagamento administrativo parcial do Dpvat

- Norma legal se sobrepõe à resolução e circulares expedidas pelo CNSP - Sentença mantida - Recurso conhecido e improvido - Decisão unânime. 1. O sinistro que deu causa ao pagamento do seguro obrigatório ocorreu sob a égide da Lei nº 6.194/1974, devendo essa legislação ser aplicada ao caso em tela, a qual prevê o pagamento de quarenta salários mínimos para os casos de morte e invalidez permanente; 2. Desnecessária a verificação do grau de invalidez do recorrido para o pagamento desse patamar indenizatório caso tenha sido demonstrada a existência da invalidez do requerente; 3. A invalidez restou devidamente demonstrada na hipótese dos autos, haja vista que a própria apelante confirma sua existência em suas razões de apelação, bem como pelo fato de ter havido o pagamento administrativo do montante que a seguradora entendia adequado; 4. Muito embora o aludido órgão seja responsável por fixar as diretrizes e normas da política de seguros privados, suas resoluções e circulares não tem a força de mitigar valores fixados por lei. É cediço que, nos casos de morte e invalidez permanente, o valor da indenização do seguro obrigatório rege-se pela Lei 6.194/74.

O juízo de direito da 2.ª Vara Cível da Comarca de Lagarto, segue a mesma esteira de pensamento e sintetizou de forma clara e brilhante a seguinte decisão:



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
2ª Vara Cível de Lagarto
Horta, Lagarto/Se

Sentença

Dados do Processo

Número
[200854100546](#)

Classe
Cobrança

Competência
2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO

Ofício
único

Guia Inicial
200810301519

Situação
JULGADO

Distribuído Em:
28/07/2008

Local do Registro
Distribuidor da
Comarca de Lagarto

Julgamento
03/03/2009

Partes do Processo

Requerente MÁRCIO DE MATOS
Pai: MANOEL DE MATOS
Mãe: ALCINA MARIA DE JESUS

Advogado(a): ERIVALDO MACEDO MENDES -
3512/SE

Requerido
NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S A

Advogado(a): WANDA ISABEL VALENCA
TELES DE MENEZES - 1923/SE
Advogado(a): VANESSA RODRIGUES DE
OLIVEIRA - 3715/SE

EMENTA – Ação de cobrança. Diferença de seguro obrigatório (DPVAT).

Praça Sebastião Garcez, 04, Edifício. Erivaldo Mendes – Centro – Lagarto/SE – CEP: 49400-000
Rodovia. SE 214, 400, Galeria Erivaldo Mendes, Povoado Brasília, Lagarto/SE
Telefax: (79) 3631-4563 – Cel: (79) 9989-1942 / 9987-7751
e-mail: erivaldo@erivaldomendes.com.br
Site: www.erivaldomendes.com.br



ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Erivaldo Macedo Mendes OAB/SE 3512

ADVOCACIA – CONSULTORIA – ASSESSORIA

Qualquer seguradora participante do Consórcio de Seguro Obrigatório pode figurar no pólo passivo. Preliminar rejeitada. Acidente que ocorreu antes da vigência da Medida Provisória nº 340/2006, a qual foi transformada na Lei nº 11.482/2007. Aplicação da lei nº 6.194/74. Obediência ao princípio *tempus regit actum*. Indenização fixada em até 40 (quarenta) salários mínimos. Possibilidade. Pagamento parcial da indenização na esfera administrativa. Presunção relativa da invalidez. Requerida que não se desincumbiu do ônus que lhe cabia. Invalidez comprovada. Indenização relativa ao DPVAT condicionada APENAS à prova do acidente e do dano dele decorrente. Inexistência na legislação vigente de gradação da invalidez sofrida pelo acidentado. Pagamento da indenização que deve se pautar no valor indicado na lei aplicável ao caso.

I - "(...) A seguradora requerida é parte legítima figurar no pólo passivo da demanda, porquanto o entendimento é que qualquer seguradora integrante do consórcio obrigatório pode responder aos termos da ação (...)". (TJRS, Agravo de instrumento nº 70025125667, 5ª Câmara Cível, Rel. Des. Romeu Marques Ribeiro Filho, J. 28/07/2008).

II - "(...) A quitação dada a respeito de parcela inferior paga pela seguradora, não impede o ajuizamento de demanda buscando o beneficiário haver a diferença entre o valor pago e o que efetivamente deveria ter sido satisfeito. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO". (TJRS, Recurso Cível nº 71001475284, 2ª Turma Recursal Cível, Rel. Clovis Moacyr Mattana Ramos, J. 07/11/2007).

III - "(...) Tendo havido o pagamento, na via administrativa, de indenização referente ao seguro obrigatório (DPVAT) presume-se realizada perícia médica que constatou quadro de invalidez permanente. Presunção que deve ser elidida por prova a ser produzida pela seguradora, na forma do art. 333, II, do CPC (...)" (TJRS, Apelação Cível nº 70023894496, 6ª Câmara Cível, Rel. Des. Liege Puricelli Pires, J. 31/07/2008).

IV - "(...) falece o Conselho Nacional de Seguros Privados de competência para, através de norma de hierarquia inferior, alterar o limite indenizatório estabelecido em lei ordinária, ou atribuir gradação de invalidez permanente nela não prevista. Exegese do art. 3º, I, da Lei nº 6.194/74 sob a perspectiva da interpretação histórica e sistemática do dispositivo. (...) Precedentes desta Corte e do STJ. (...) APELO CONHECIDO, EM PARTE, E DESPROVIDO". (TJRS, Apelação Cível nº 70023894496, 6ª Câmara Cível, Rel. Des. Liege Puricelli Pires, J. 31/07/2008).

V - "é legítima a vinculação da indenização ao salário mínimo, na medida em que não ocorre como fator indexador" (TJRS, Recurso Cível nº 71001454131, 2ª Turma Recursal Cível, Rel. Eduardo Kraemer, J. 07/11/2007).

VI - Pedido julgado procedente.

Daniel

de

Lima

Vasconcelos



Juiz(a) de Direito.

Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul – TJ/RS – Súmula 14

QUITACÃO. - A quitação é limitada ao valor recebido, não abrangendo o direito à complementação da indenização, cujo valor decorre de lei.

CONSÓRCIO OBRIGATÓRIO. - O consórcio obrigatório do seguro DPVAT institui solidariedade entre as seguradoras participantes, de modo que, independentemente de qual delas tenha liquidado administrativamente o sinistro, qualquer uma poderá ser demandada pela respectiva complementação de indenização, incorrendo ilegitimidade passiva por esse motivo.

GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ. - Descabe cogitar acerca de graduação da invalidez permanente; havendo a invalidez, desimportando se em grau máximo ou mínimo, devida é a indenização no patamar de quarenta salários mínimos, (...).

PAGAMENTO DO PRÊMIO. - Mesmo nos sinistros ocorridos antes da vigência da Lei nº 8.441/92 é desnecessária a comprovação do pagamento do prêmio do seguro veicular obrigatório.

COMPLEXIDADE. - Inexiste complexidade de causa a afastar a competência do juizado especial quando os autos exibem prova da invalidez através de laudo oriundo de órgãos oficiais, como o INSS e o DML.

APURAÇÃO DA INDENIZAÇÃO. - Na hipótese de pagamento administrativo parcial, a complementação deverá ser apurada com base no salário mínimo da data de tal pagamento. Nas demais hipóteses, a indenização deverá ser apurada com base no valor do salário mínimo da data do ajuizamento da ação (...)

CORREÇÃO MONETÁRIA. - A correção monetária, a ser calculada pela variação do IGP-M, incide a partir do momento da apuração do valor da indenização, como forma de recomposição adequada do valor da moeda.

JUROS – Os juros moratórios incidirão a partir da citação, salvo quando houver pagamento parcial ou pedido administrativo desatendido, hipóteses em que incidirão, respectivamente, a partir do adimplemento parcial ou do término do prazo legal para o pagamento.

DA INCONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS N.º 11.482/07 E 11.945/09, ORIUNDAS DAS MPs N.º 340/06 E 451/08.

Entende a parte autora, que o valor correto da indenização a ser paga nas indenizações do Seguro DPVAT correspondente a 40 salários mínimos, conforme previsto pelo artigo 3º da Lei 6.194/74.



ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Erivaldo Macedo Mendes OAB/SE 3512

ADVOCACIA – CONSULTORIA - ASSESSORIA

Pois, a Lei 11.482/07, originária da Medida Provisória 340/06, que reduziu a indenização do seguro DPVAT para R\$ 13.500,00, é, a seu ver, inconstitucional.

Teve sua origem legislativa com a edição da Medida Provisória nº 340, de 29 de dezembro de 2006.

Inicialmente, a Lei 11.482/07 padece de vício de inconstitucionalidade, já que deriva da conversão da Medida Provisória 340/06, que ao seu tempo já era considerada inconstitucional por não atender aos requisitos do artigo 62 da Constituição Federal de 1988.

O mesmo se dá com relação a Lei 11.945/09, oriunda da MP 451/08, que sofre do mesmo vício de inconstitucionalidade acima apontado.

E, como lei inconstitucional não produz nenhum efeito na esfera jurídica, prevalece a indenização prevista na Lei 6.194/74, consistente em 40 salários mínimos, vigentes na época da liquidação do sinistro.

O artigo 8º da Lei 11.482/07 e o 31º da Lei 11.945/09, que alteraram o artigo 3º, da Lei 6.194/74, a qual dispõe sobre seguro obrigatório DPVAT, são inconstitucionais, e, apresentam vício de inconstitucionalidade, desde sua origem, ou seja, na formação no processo legislativo, uma vez que, as Medidas Provisórias que as originou (MP 340/06 e MP 451/08) não preenchem os pressupostos de relevância e urgência preconizados pelo artigo 62, caput, da Constituição Federal.

O Supremo Tribunal Federal já decidiu que matéria relativa a Seguro Obrigatório DPVAT não apresenta relevância e urgência a ensejar modificação por meio de edição de Medida Provisória.

A edição de Medida Provisória deve obedecer aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, conforme determinação expressa do artigo 62, caput, da Constituição Federal, e, deve ser utilizada pelo Presidente da República em hipótese de absoluta excepcionalidade.

Nesse passo, qualquer modificação na Lei 6.194/74, que regulamenta o seguro obrigatório, só poderia ser realizada através do processo legislativo ordinário ou comum.

Ressalte-se, que as **MPs 340/06 e 451/08**, que deram origem as Leis 11.482/07 e 11.945/09, foram editadas com a finalidade específica de atualizar a tabela do imposto de renda, correspondendo as demais modificações nela



ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Erivaldo Macedo Mendes OAB/SE 3512

ADVOCACIA – CONSULTORIA – ASSESSORIA

inseridas as denominadas “caronas”, na linguagem dos parlamentares, fruto, de lobbies de representantes do Governo Federal (compra e venda de leis), não havendo como se perquirir outra conclusão.

Registre-se, também, que não existe na Lei 6.194/74 a graduação de invalidez permanente, uma vez que a Tabela de Gradação de Invalidez só foi editada através da **MP 451/08**, de 15/12/2008, a qual deve ser dado igual tratamento.

Ora, desde que a Lei 6.194/74 foi criada, o valor da indenização corresponde a 40 salários mínimos.

Nunca se ouviu dizer, ao longo de todos esses anos, sobre algum prejuízo sofrido pelas seguradoras com o pagamento dos prêmios; ou capaz de colocar em risco suas atividades operacionais, o que daria justificativa a intervenção do Governo Federal por meio de Medida Provisória.

Ao contrário, a cada ano a FENASEG (atual Seguradora Líder) arrecada muito mais do que paga.

Logo, de se concluir como sendo justa a indenização de 40 salários mínimos, fixada pela Lei 6.194/74, pois, é a que preserva, mais eficazmente, a dignidade da pessoa humana, garantia constitucional prevista no artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal, sendo inconcebível sua redução em prejuízo da sociedade brasileira.

A indenização do seguro obrigatório não representa a medida nem o preço da dor, mas, uma compensação, ainda que pequena, pela tristeza e sofrimento infligidos às vítimas e familiares.

Em se tratando de indenização de seguro obrigatório DPVAT, o que se busca não é colocar o dinheiro ao lado da angústia ou da dor, mas tão somente propiciar-se ao lesado uma situação positiva, capaz de amenizar, de atenuar ou até mesmo, se possível, de extinguir nele, a negativa sensação de dor, para tanto, pagando-lhe justa indenização, visando, como dito, resguardar o princípio da dignidade da pessoa humana.

Em brilhante manifestação, nos autos do processo n.º 2010900752 - Turma Recursal dos Juizados Especiais do Estado de Sergipe, a Excelentíssima Juíza Relatora, Dra. Elbe Maria F. do P. de Carvalho assim se manifestou:



ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Erivaldo Macedo Mendes OAB/SE 3512

ADVOCACIA – CONSULTORIA - ASSESSORIA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE

ACÓRDÃO:	628/2010
RECURSO INOMINADO (CRIME CAPITAL/CÍVEL E CRIME INT.)	0308/2010
PROCESSO:	2010900752
RECORRENTE	NOBRE SEGURADORA DO BRASIL KELLY CHRYSTIAN SILVA SANTANA JOSÉ DE ASSIS FERREIRA LIMA ERIVALDO MACEDO MENDES DRA. ELBE MARIA F. DO P. DE CARVALHO
RECORRIDO	
ADVOGADO	
RELATOR:	

EMENTA

DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. AÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. INCOMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS EM FACE DA NECESSIDADE DE PROVA PERICIAL AFASTADA. INVALIDEZ PERMANENTE RECONHECIDA DIANTE DO PAGAMENTO ADMINISTRATIVO. DISPENSABILIDADE DE LAUDO PERICIAL. EVENTO DANOSO OCORRIDO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 11.482/07. **DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 8º DA MENCIONADA LEI POR VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E DO NÃO RETROCESSO, VEZ QUE NÃO PREVÊ REAJUSTE PARA O VALOR DA INDENIZAÇÃO. SOLIDARISMO. MÍNIMO EXISTENCIAL. APLICAÇÃO DAS REGRAS ORIGINÁRIAS DA LEI 6.194/74.** HAVENDO PAGAMENTO ADMINISTRATIVO A TÍTULO DE INVALIDEZ PERMANENTE NÃO CABE DISCUTIR O GRAU DE INVALIDEZ. INDENIZAÇÃO DEVIDA NO GRAU MÁXIMO. REVELIA DECRETADA. INOCORRÊNCIA DE SEUS EFEITOS. MATÉRIA DE DIREITO. TERMO INICIAL DA CORREÇÃO MONETÁRIA FIXADA NA SENTENÇA, CONFORME REQUERIDO NO RECURSO, NÃO HAVENDO, PORTANTO, INTERESSE RECURSAL NESTE PONTO. NO TOCANTE AOS JUROS DE MORA, EMBORA NÃO CONSTE DA CONDENAÇÃO ESTIPULADA NA SENTENÇA, ESTES SÃO DEVIDOS A PARTIR DA CITAÇÃO, NOS TERMOS DO ART. 219 DO CPC C/C 405, DO CC, NÃO POSSUINDO MAIS UMA VEZ O RECORRENTE INTERESSE RECURSAL, POIS ESTABELECIDO, CONFORME POR ELE REQUERIDO. VEDAÇÃO A REFORMATIO IN PEJUS. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.

Seguindo este mesmo entendimento, e, também, de forma brilhante, o Juizado Especial Cível da Comarca de Lagarto, assim se manifestou ao julgar o processo n.º 201055500115:



ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Erivaldo Macedo Mendes OAB/SE 3512

ADVOCACIA – CONSULTORIA - ASSESSORIA

Ressalte-se que no momento em que ocorreu o sinistro (07/12/2008), já se encontrava em vigor a Lei n.º 11.482/2007 (vigência a partir de 31/05/2007). Mencionada lei imprimiu grandes alterações na Lei n.º 6.194/74, passando a garantir, aos vitimados por invalidez permanente, indenização no valor fixo de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), sem necessidade de provar qualquer grau de invalidez.

Todavia, é mister frisar que a Turma Recursal do Estado de Sergipe tem entendimento de que, com a edição da MP 340/06, a indenização devida às vítimas de acidente de trânsito sofreu uma brusca redução, deixando de ser variável para ficar estagnada em um valor fixo que, já quando de sua implantação, se mostrou inferior ao montante correspondente a 40 (quarenta) salários mínimos vigentes à época.

Nessa esteira, entendo pela ocorrência da inconstitucionalidade em dupla face da referida Medida Provisória, nos mesmos termos do entendimento já exposto pela Turma Recursal do Estado de Sergipe, formal e material, restando, a meu ver, impossível a aplicação tanto da MP 340/06 quanto da Lei n.º 11.482/07, na qual fora convertida, isto porque, sob o primeiro prisma (constitucionalidade formal), não fora o legislador capaz de demonstrar a relevância e a urgência atreladas ao tema que justificassem a adoção da referida espécie normativa para o fim desejado (art. 62 da CF). A edição de medida provisória, além de obedecer aos requisitos retro mencionados, deve ser utilizada pelo Presidente da República em hipótese de absoluta excepcionalidade, não sendo possível a convalidação do vício com a sua simples conversão em lei.

Em relação à inconstitucionalidade material, transcrevo trecho do acórdão n.º 396/2010, Recurso Inominado n.º 0188/2010, processo n.º 2010900383:

Doutra banda, sob o segundo prisma, o da constitucionalidade material, tenho que a redução do valor indenização de 40 (quarenta) salários mínimos para o patamar fixo de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) trouxe prejuízos aos segurados, a um porque estagnou o montante indenizatório que, mesmo atualizado, não chegará nem próximo ao que chegaria se ainda fosse determinado com base no salário mínimo vigente à época do acidente (pedido de pagamento integral) ou à época da liquidação do sinistro (pedido de complementação do valor pago a menor); e a dois porque a indigitada redução viola o princípio da dignidade da pessoa humana, na medida em que, na forma como previsto na novel legislação, reduz o direito até então garantido pelo sistema normativo, em flagrante desprestígio aos bens jurídicos vida e integridade física, quanto aos valores estabelecidas para fins indenizatórios.

Vejamos outra manifestação:



ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Erivaldo Macedo Mendes OAB/SE 3512

ADVOCACIA – CONSULTORIA – ASSESSORIA



Gerada em
19/07/2010
15:37:40

Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

Dados do Processo

Núm. Processo 200955502486 (Virtual)	Classe Cobrança de Dívida	Competência Juizado. Esp. Civ.Crim. Lagarto	Turno Manhã
Situação JULGADO	Fase RECURSO	Distribuição 15/12/2009	Valor da Causa R\$ 8.775,00

Dados da Parte

Requerente: EVALDITO SANTOS SOUZA

Advogado(a): ERIVALDO MACEDO
MENDES 3512/SE

Requerido: NOBRE SEGURADORA DO BRASIL

Advogado(a): JULIANA ALBUQUERQUE SILVA --
5304/SE

SENTENÇA

Vistos, etc.

I – RELATÓRIO

Dispensado o relatório, à luz do art. 38 da Lei 9.099/95.

II - FUNDAMENTAÇÃO

DA PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS

A preliminar de incompetência dos Juizados Especiais Cíveis para o processamento e julgamento do feito em razão da necessidade de produção de prova pericial não procede, pois, em que pese não tenha o Autor carreado aos autos laudo que ateste, de forma pormenorizada, a invalidez permanente experimentada, é incontroverso que houve pagamento administrativo parcial, efetuado pela seguradora Requerida, o que torna despicienda a realização da prova pericial requestada.

Assim, considerando que a Requerida reconheceu a invalidez, tanto que efetuou o pagamento, como faz prova o documento acostado aos autos, desnecessária, repita-se, a feitura da prova técnica, razão pela qual rejeito a preliminar.



DA INCLUSÃO DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

O pedido de inclusão da seguradora líder como litisconsorte necessária não prospera, porquanto qualquer seguradora integrante do consórcio responde pelas indenizações decorrentes de danos causados por acidentes de trânsito e possui legitimidade passiva para saldar eventual diferença referente ao seguro DPVAT, independentemente de ter sido feito por ela o pagamento administrativo anterior.

DO BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA

O Autor requereu o benefício da Justiça Gratuita, alegando ser pobre nos moldes da Lei 1.060/50.

A Constituição Federal, em seu art. 5º, LXXIV prevê a assistência jurídica integral e gratuita àqueles que comprovarem insuficiência de recursos.

Para o deferimento da Justiça Gratuita basta a declaração feita pelo interessado de que não pode recorrer ao judiciário sem prejuízo de sua manutenção ou de sua família. Veja-se o posicionamento jurisprudencial:

“PROCESSO CIVIL. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. DECLARAÇÃO FIRMADA PELA PARTE. RECURSO PROVIDO. A simples afirmação de insuficiência de recursos firmada pela parte é, em princípio, bastante para a concessão do benefício, gozando de presunção iuris tantum de veracidade, que só pode ser elidida por prova em contrário. (20060020116350AGI, Relator NÍVIO GONÇALVES, 1ª Turma Cível, julgado em 14/12/2006, DJ 03/05/2007 p. 81)”.

Em sendo assim, defiro o pedido do beneplácito da graciosidade judiciária, nos termos da legislação específica.

DO MÉRITO

Em análise aos autos, verifico que a questão de mérito é unicamente de direito, sendo assim, autorizada pelo art. 330, I, CPC, passo a conhecer diretamente do pedido, julgando antecipadamente a lide.

Considerando que já houve o pagamento parcial da indenização, não resta dúvida acerca da caracterização da invalidez permanente do Autor, uma vez que não é crível que a Seguradora efetuar o pagamento daquele na esfera administrativa, sem que tivesse solicitado toda a documentação que comprovasse o sinistro e a invalidez do mesmo.

Com relação ao quantum indenizatório devido, a Lei 6.194/74 prevê que a vítima de acidente de trânsito tem direito a indenização em caso de morte e invalidez permanente, bem como a reembolso de despesas médicas. Todas as modalidades de benefícios são pagas independentemente de apuração de culpa ou da identificação do veículo. Vejamos:

Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no



ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Erivaldo Macedo Mendes OAB/SE 3512

ADVOCACIA – CONSULTORIA – ASSESSORIA

art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada: (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

(...)

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

Para fazer jus à indenização, basta a comprovação do acidente e do dano decorrente, nos termos do artigo 5º do referido diploma legal:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

A par dos documentos acostados aos autos, verifico que o Autor comprovou a ocorrência do acidente e do dano decorrente, tanto que recebeu, administrativamente, o pagamento de parte da indenização, nos termos do § 4º do mencionado artigo.

Urge acrescentar que o sinistro ocorreu em 18/10/2008, momento no qual já se encontrava em vigor a Lei nº 11.482/2007 (vigência a partir de 31/05/2007). Mencionada lei imprimiu grandes alterações na Lei nº 6.194/74, passando a garantir, aos vitimados por invalidez permanente, indenização no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), sem necessidade de provar qualquer grau de invalidez.

Porém, sendo a data do sinistro 18/10/2008, o valor devido para efeito de indenização seria aquele previsto no artigo 3º, inciso, II da Lei 6.194/97, ou seja, R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), porquanto na hipótese de pagamento administrativo parcial, a complementação deverá ser apurada com base no salário mínimo da data de tal pagamento.

Porém, o nosso Tribunal vem julgando que com a edição da MP 340/06, a qual surgiu no ordenamento jurídico pátrio para tratar de diversas matérias, a exemplo de imposto de renda e seguro DPVAT, a indenização devida às vítimas de acidente de trânsito sofreu uma brusca redução, deixando de ser variável para ficar estagnada em um valor fixo que, já quando de sua implantação, se mostrou inferior ao montante correspondente a 40 (quarenta) salários mínimos vigentes à época.

Nessa esteira, entendo pela ocorrência da inconstitucionalidade em dupla face: formal e material, restando, a meu ver, impossível a aplicação tanto da MP 340/06 quanto da Lei 11.482/07 na qual fora convertida, isto porque, sob o primeiro prisma (constitucionalidade formal), não fora o legislador capaz de demonstrar a relevância e a urgência atreladas ao tema que justificassem a adoção da referida espécie normativa para o fim desejado (art. 62 da CF). A edição de medida provisória, além de obedecer aos requisitos retro mencionados, deve ser utilizada pelo Presidente da República em hipótese de absoluta excepcionalidade, não sendo possível a convalidação do vício com a sua simples



ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Erivaldo Macedo Mendes OAB/SE 3512

ADVOCACIA – CONSULTORIA – ASSESSORIA

Alexandre de Moraes ao tratar do princípio da dignidade da pessoa humana, preleciona:

"A dignidade da pessoa humana é um valor espiritual e moral inerente a pessoa, que se manifesta singularmente na autodeterminação consciente e responsável da própria vida e que traz consigo a pretensão ao respeito por parte das demais pessoas, constituindo-se em um mínimo invulnerável que todo estatuto jurídico deve assegurar, de modo que apenas excepcionalmente possam ser feitas limitações ao exercício dos direitos fundamentais, mas sempre sem menosprezar a necessária estima que merecem todas as pessoas enquanto seres humanos."

Ademais, o STF já decidiu que a conversão de medida provisória em lei e controle abstrato de constitucionalidade: Não prejudica a ação direta de inconstitucionalidade material de medida provisória a sua intercorrente conversão em lei sem alterações, dado que a sua aprovação e promulgação integrais apenas lhe tornam definitiva a vigência, com eficácia ex tunc e sem solução de continuidade, preservada a identidade originária do seu conteúdo. (RTJ 140/797).

Desse modo, diante da incontestável inconstitucionalidade formal e material do art. 8º da Lei 11.482/07, aqui reconhecida, aplico a indenização no importe de 40 (quarenta) salários mínimos, não existindo qualquer norma limitadora a este quantum que seja capaz de elidir a pretensão autoral.

Desta feita, como o Autor somente recebeu o valor de R\$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais), faz jus à complementação de R\$ 13.875,00 (treze mil e oitocentos e setenta e cinco reais).

III – DISPOSITIVO

Ante o exposto, fundada nas razões acima expendidas, **REJEITO** a preliminar levantada e **JULGO PROCEDENTE** o pedido condenando a Requerida a pagar ao Requerente à quantia de R\$13.875,00 (treze mil e oitocentos e setenta e cinco reais), correspondente a diferença entre o valor devido e o efetivamente pago, referente ao seguro DPVAT, que deverá ser atualizado monetariamente a partir da data do pagamento de parte da indenização, ou seja, do dia 03/12/2009, e contados juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, desde a citação, com base nos arts. 405 e 406 do Código Civil c/c o art. 161, §1º do CTN.

Sem custas e honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Lagarto/SE, 19 de março de 2010.



Aline Cândido Costa

Juíza

Registre-se que a indenização será paga com base no valor vigente na época do pagamento a menor, nos termos do art. 5º, § 1º, da Lei n.º 6.194/74, sem as alterações da inconstitucional Lei n.º 11.482/07.

DOS PEDIDOS

A declaração de inconstitucionalidade dos artigos 8º, da Lei 11.482/07 e 31º da Lei 11.945/09, instituídas pelas MPs 340/06 e 451/08, na parte em que alteram os valores indenizatórios previstos no art. 3º da Lei 6.194/74, pois que, reduziu a indenização do DPVAT ao montante de R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais) e criou tabela de graduação da invalidez não prevista na Lei 6.194/74, bem como, declarar que a legislação a ser aplicada no quadro em tela, seja a Lei 6.194/74, que prevê indenização de 40 salários mínimos;

Que as partes rés sejam condenadas solidariamente a pagarem ao requerente a quantia acima mencionada, ou seja, **R\$ 20.112,50 (Vinte mil cento e doze reais e cinquenta centavos)**, sendo esta quantia atualizada monetariamente desde a data do pagamento administrativo em valor inferior ao fixado em lei e juros de 1% a.m. desde a sua citação.

Que as requeridas sejam citadas na forma da lei, para querendo contestar, na fase processual oportuna, e em não fazendo seja decretada a sua revelia;

Os benefícios da assistência judiciária gratuita, por ser o requerente pobre na forma da lei e sem condições de pagar custas judiciais sem prejuízo do seu sustento e de sua família;

O julgamento antecipado da Lide, por tratar-se de questão de direito, e a condenação da requerida nas custas processuais e honorários advocatícios.

Protesta provar o alegado, com todos os gêneros de prova em Direito admitidas, sob pena de confissão, perícias, vistorias, juntada de documentos e oitiva de testemunhas.



ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Erivaldo Macedo Mendes OAB/SE 3512

ADVOCACIA – CONSULTORIA - ASSESSORIA

Dá a causa o valor de **R\$ 20.112,50 (Vinte mil cento e doze reais e cinquenta centavos).**

**NESTES TERMOS
PEDE DEFERIMENTO.**

Lagarto (SE), 22 de agosto de 2011.

**Bel. ERIVALDO MACEDO MENDES
OAB/SE 3512**



ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Erivaldo Macedo Mendes OAB/SE 3512

ADVOCACIA - CONSULTORIA - ASSESSORIA

"PROCURAÇÃO"

OUTORGANTE(S): ANTÔNIO FERNANDO DO NASCIMENTO, brasileiro, maior, capaz, viúvo, lavrador, portador do CPF n.º 086.883.201-44, Identidade n.º 702833, SSP (DF), Residente e domiciliado na Rua Ranulfo Prata, n.º 127, (Próximo ao Estacionamento do GBarbosa), Lagarto (SE), CEP: 49480-000, Contato 9923-2569, pelo presente **INSTRUMENTO DE PROCURAÇÃO**, nomeia e constitui seu bastante procurador

OUTORGADO(S): ERIVALDO MACEDO MENDES, advogado, brasileiro, divorciado, CPF n.º 319.407.225-00, inscrito na OAB (SE), sob o n.º 3512 residente e domiciliado nesta cidade, com escritório profissional na Praça Filomeno Hora, 53 - Centro - Lagarto (SE).

PODERES: O outorgante confere amplos e ilimitados poderes para o fim especial de providenciar toda a documentação referente a regulação do seu seguro obrigatório, receber o valor da indenização do seguro obrigatório DPVAT frente ao Banco Bradesco ou Banco do Brasil, bem como poderes para abertura e movimentação de conta de poupança e saque em nome do mesmo frente aos bancos retro-mentionados, podendo assinar o que for necessário, firmar recibo, dar quitação, solicitar saldos ou extratos, preencher e assinar o formulário de autorização de pagamento/crédito da indenização de sinistro DPVAT, como também requerer o pagamento em qualquer agência dos mencionados bancos e junto a seguradora competente responsável pelo pagamento da indenização decorrente do acidente de trânsito ocorrido com o mesmo, inclusive praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato frente a qualquer Órgão Público Federal, Estadual e Municipal, Polícia Militar, Polícia Civil, IML, SAMU, Corpo de Bombeiros, Clínicas e Hospitais Particulares, Fundações de Assistência e Beneficência, além de poderes para o foro em geral, com a cláusula "AD JUDICIA", inclusive os enumerados na parte "in fine" do art. 38 do CPC e também substabelecer, o que tudo dará por bem, firme e valioso. Os poderes outorgados se referem exclusivamente para saque do pagamento da indenização do seguro DPVAT, sendo que, após o pagamento da indenização dita procuração perderá a sua validade e também o procurador renunciará aos poderes outorgados.

Lagarto (SE), 23 de agosto de 2011.

Antônio Fernando do Nascimento
ANTÔNIO FERNANDO DO NASCIMENTO

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO

Praça Filomeno Hora, 53 - Centro - Lagarto (SE) - CEP: 49480-000

Telefone: (79) 3194-2569 - Fax: (79) 3194-2569

E-mail: erivaldo@advocacia.com.br

Reconheço a autenticidade da assinatura de

ANTÔNIO FERNANDO DO NASCIMENTO,

Dou fé,

Lagarto, 24 de agosto de 2011.

Em testemunho da verdade,

Erivaldo Macedo Mendes

ERIVALDO MACEDO MENDES

Advogado (a) e Escrevente Autorizado

Valido apenas com selo de Autenticidade

Tabella: Erivaldo Macedo Mendes

Tabella em cartório: Lagarto (SE) - CEP: 49480-000

Tabella Substituta: Lagarto (SE) - CEP: 49480-000

Escrevente Autorizado: Valdire Rosalva de Carvalho Silva

CPF: 086.883.201-44 - OAB/SE 3512

Endereço: Praça Filomeno Hora, 53 - Centro - Lagarto (SE) - CEP: 49480-000

Telefone: (79) 3194-2569 - Fax: (79) 3194-2569

E-mail: erivaldo@advocacia.com.br

Site: www.advocacia.com.br

Site: www.advocacia.com.br

Site: www.advocacia.com.br

Site: www.advocacia.com.br

Site: www.advocacia.com.br

Site: www.advocacia.com.br

Centro - Lagarto/SE - CEP: 49400-000

Advogado Brasília, Lagarto/SE

CEP: 4942 / 9987-7751

des.com.br

des.com.br

des.com.br

des.com.br

des.com.br

des.com.br

des.com.br



Relatório Médico

Nome: ANTONIO FERNANDO DO NASCIMENTO Idade: 59 anos
Data do acidente: 05/12/2010 nº do registro: 2010/092220-000313

Acidente de Trabalho / Amarelal

1 - Diagnóstico: Fratura distal da clavícula D

2 - Exames / Tratamentos: Relatório do Acidente de Trabalho no Amarelal
do grupo público do SUS. Unio. do Rio de
Estado. Tratamento em 03/2011

3 - Justificativa: Relatório de Acidente de Trabalho, com a descrição
do acidente de trabalho no Amarelal
Tratamento

4 - Exames / Tratamentos:

5 - Justificativa:

6 - Data da alta definitiva: 03/2011

7 - Nome do médico responsável: Dr. José Teixeira

8 - Nome do paciente:

9 - Justificativa / outras:

Local: Amarelal Data: 16/03/2011

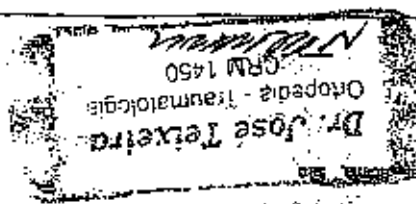
Dr. José Teixeira
Ortopedia - Traumatologia
CRM 1450

Consultório e Serviço de Ortopedia e Traumatologia Dr. José Teixeira, Rua Nazaré, 538 CEP. 49065-350 Aracaju/SE
Tel: (78) 3211-5313 / 8873-7504 8841-2270

Local: _____ Data: _____ Ass. Dr. Vilma

Atenção: cópias do prontuário médico relativas ao acidente.

Local: _____ Data: _____ Res / Contato: _____



Completar a verificação: *Prontuário* Data: *16/03/2009*

Período de: _____ a _____
 Com esta declaração no dia *03/2009* sobre que fatos e/ou eventos a vítima no
 a que se refere, assinou: *16/03/2009*

10	
9	
8	
7	
6	<i>Prontuário do caso</i>
5	<i>Prontuário com documentação física e documental</i>
4	
3	<i>Prontuário com documentação física e documental</i>
2	<i>Prontuário do caso</i>
1	<i>Prontuário com documentação física e documental</i>

Grau de incapacidade funcional (transversal) (especificar o segmento ou membro atingido)

Relatório Médico





Nome Completo do Vítimo: **ANTONIO CARLOS DO ALBUQUERQUE**
Data do Nascimento: **02/01/1972**
Número do Documento: **00000000000000000000**

Localização do Médico: **de Pronto Socorro**

Data do Atendimento: **05 de Dezembro de 2010**
Data do Início do Tratamento Médico: **05 de Dezembro de 2010**

Nome completo e CRM do Médico: **DR. FULVIO OTAVIO 4450**

Localização Residência do Autor:

Relatório Médico de Atendimento Tipo Atendimento
Atendimento realizado com sucesso. Paciente em boas condições. Foi realizado o atendimento de urgência. Paciente em boas condições. Foi realizado o atendimento de urgência. Paciente em boas condições. Foi realizado o atendimento de urgência.

Relatório Médico de Atendimento Tipo Atendimento
Atendimento realizado com sucesso. Paciente em boas condições. Foi realizado o atendimento de urgência. Paciente em boas condições. Foi realizado o atendimento de urgência. Paciente em boas condições. Foi realizado o atendimento de urgência.

Existe algum dano físico ou dano psicológico? () Sim () Não

Caso positivo descrever:

com relação à invalidez pode-se concluir que:

() A invalidez é temporária, portanto passível de recuperação significativa ou de cura através do tratamento
() A invalidez é permanente, ou seja, não há possibilidade de recuperação significativa ou cura.

Dr. José Teixeira
Ortopedia - Traumatologia
CRM 1450
Ass. Cont. 1450

Local: **Ass. Cont. 1450**
Data: **05/12/2010**





* Se houver as informações prestadas por V.ª, destinando a seguir, serão restituídas as fotos tiradas.

1 - Nome do paciente: **FRANCISCO DO NASCIMENTO**
Data de nascimento: **18.06.1951**

As informações abaixo podem ser apresentadas pelo Código Internacional de Doenças

2 - Data do início do dano ou acidente: **05 de dezembro de 2010**

3 - Atendimento de emergência

Data de 1º atendimento: **05/12/2010**

Data dos demais atendimentos:

PRELIMINAR: INJURIA DE MEMBRAS TPO CADERA
MORTE: UNICO ONCO ORGÃO FETIDA DE CERVICO
1ª INJURIA: RIGIDIZ. E PARALISADO AO HEMITRIZ
2ª INJURIA: PARALISADO TPO CADERA E GREGATIMOS
3ª INJURIA: PARALISADO TPO CADERA E GREGATIMOS

4 - Atendimento hospitalar

Data de 1º atendimento: **08/12/2010**

Diagnóstico (Causa Básica)

PRELIMINAR: UNICO PARALISADO TPO CADERA
2ª INJURIA: PARALISADO TPO CADERA E GREGATIMOS
3ª INJURIA: PARALISADO TPO CADERA E GREGATIMOS

Data dos demais atendimentos:

PRELIMINAR: UNICO PARALISADO TPO CADERA
2ª INJURIA: PARALISADO TPO CADERA E GREGATIMOS
3ª INJURIA: PARALISADO TPO CADERA E GREGATIMOS

5 - Principais exames complementares realizados

Data: **05/12/2010**

Exames

RX 09 Cervical

Resultados

Fratura de Cervical

6 - Tratamentos realizados

() Cirurgia () Fisioterapia () Radioterapia () Outros

Descrição

PRELIMINAR: UNICO PARALISADO TPO CADERA
2ª INJURIA: PARALISADO TPO CADERA E GREGATIMOS
3ª INJURIA: PARALISADO TPO CADERA E GREGATIMOS

7 - Outros dados / observações que estejam em função do diagnóstico

Notas

NEOPLASIA

História

PRELIMINAR: UNICO PARALISADO TPO CADERA
2ª INJURIA: PARALISADO TPO CADERA E GREGATIMOS
3ª INJURIA: PARALISADO TPO CADERA E GREGATIMOS

PRELIMINAR: UNICO PARALISADO TPO CADERA
2ª INJURIA: PARALISADO TPO CADERA E GREGATIMOS
3ª INJURIA: PARALISADO TPO CADERA E GREGATIMOS

Dr. José Teixeira
Ortopedia - Traumatologia
CRM 1450

CRM 1450

Consultoria e Serviço de Ortopedia e Traumatologia Dr. José Teixeira Rua Domingos, 255 - Jd. São João - São Paulo - SP
Tel: 11 3211-3211 / 3211-3211 / 3211-3211

Erivaldo Macedo

De: DPVAT <dpvat10@yahoo.com.br>
Enviado em: Monday, August 22, 2011 11:52
Para: ERIVALDO MACEDO MENDES
Assunto: LIBERAÇÃO DE PAGAMENTO DPVAT - 22/08/2011

Prezado (a)
Informamos liberação de pagamento para sinistro(s) abaixo relacionado(s):

Nome da vítima	Nº. do sinistro	Valor da Indentização	Data do crédito
ANTONIO FERNANDO DO NASCIMENTO	2011184265	R\$ 1.687,50	22/8/2011
JOSE DANILO DE JESUS	2011286311	R\$ 2.362,50	22/8/2011
ERONILDES RIBEIRO DOS SANTOS	2011283957	R\$ 1.687,50	22/8/2011

Atenciosamente,

Danilo Melo
Departamento Administrativo



Rua Alcindo Guanabara nº. 24 - Sala 1507/1508 - Centro
Rio de Janeiro / RJ - CEP: 20031-130
Tel: (21) 2292-8411 / 2292-8289

O conteúdo desta mensagem e de seus anexos é de uso restrito e confidencial, sendo o seu sigilo protegido por lei. Estas informações não podem ser divulgadas sem prévia autorização escrita. Se você não é o destinatário desta mensagem, ou o responsável pela sua entrega, apague-a imediatamente e avise ao remetente, respondendo a esta mensagem. Alertamos que esta mensagem transitou por rede pública de comunicação, estando, portanto, sujeita aos riscos inerentes a essa forma de comunicação. A ISOTEC não se responsabiliza por conclusões, opiniões, ou outras informações nesta mensagem que não tenham sido emitidas por seus integrantes.

This e-mail and any attachments are confidential and may also be privileged. If you are not the named recipient, please notify the sender immediately and do not disclose the contents to any other person, use it for any purpose, or store or copy the information. In the event of any technical difficulty with this email, please contact the sender. A ISOTEC are not responsible for conclusion, opinions or any kind of information in this message that doesn't come from our personal.

honorários R\$ 506,00.



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL



SUA VOZ PODE CALAR O CRIME

181

DISQUE DENÚNCIA

DELEGACIA DE POLÍCIA DE LAGARTO - MULHER
PRAÇA RUI MENDES S/Nº, CENTRO FONE: (79)3631-2114
RPO - Registro Policial de Ocorrência 2010/09222.0-000313

DELEGACIA RESPONSÁVEL

Nome: DELEGACIA DE POLÍCIA DE LAGARTO - MULHER
Endereço: PRAÇA RUI MENDES S/Nº, CENTRO FONE: (79)3631-2114

FATO

Data e Hora do Fato: 05/12/2010 - 08:00 em 05/12/2010 - 08:00
Endereço: PISTA PRINCIPAL Número: 8/N Complemento: CEP: 48400-000
Bairro: Pov. Unubutunga Cidade: LAGARTO - SE Ocorrência: DELEGACIA DE POLÍCIA DE LAGARTO - MULHER
Tipo de local: VIA PÚBLICA Meio Empregado: OUTRO

VITIMA-NOTICIANTE

Nome: ANTONIO FERNANDO DO NASCIMENTO
Nome do pai: JOSE ANTONIO DO NASCIMENTO Nome da mãe: MARIA ISABEL DO NASCIMENTO
Pessoa: Física CPF/CGC: 086.883.201-44 RG: 7028334 UF: SE Órgão expedidor:
Naturalidade: LAGARTO Data de nascimento: 13/06/1951 Sexo: Masculino Cor da pele: Branca
Profissão: LAVRADOR Estado civil: Viúvo Grau de instrução: 1º Grau Incompleto
Endereço: RUA RONULFO PRATA Número: 127 Complemento: CENTRO
CEP: 48.400-000 Bairro: Cidade: LAGARTO UF: SE

HISTÓRICO

INFORMA O NOTICIANTE QUE, NA DATA DE 05 DE DEZEMBRO DE, ÀS 08:00 HORAS, FOI VÍTIMA DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. RELATA QUE É PORTADOR DE CARTeira NACIONAL DE HABILITAÇÃO Nº 00354443601 E, QUANDO ESTAVA TRANSITANDO NAS PROXIMIDADES DO POVOADO UNUBUTINGA, LAGARTO/SE, SUA MOTOCICLETA FOI ATINGIDA PELA COLISÃO DE UM VEÍCULO. NÃO SABENDO O NOTICIANTE PRECISAR DADOS SOBRE SUA IDENTIFICAÇÃO, DESTACA, QUE NÃO LHE FOI PRESTADO O DEVIDO SOCORRO. MUITO EMBORA TENHA SIDO JOGADO PARA O FINAL DA PISTA, COM ALGUNS FERIMENTOS PELO CORPO, POR CONTA DAS LESÕES SOFRIDAS, O NOTICIANTE TEVE LESÕES NO OMBRO DIREITO E NECESSITOU DE INTERVENÇÃO CIRÚRGICA QUE OS DADOS DE SUA MOTOCICLETA SÃO: MARCA JT/SUZUKI INTRUDER 125, ANO 2008, COR VERMELHA, PLACA IAE 3264, CHASSI 9CDNF1AJ8M0569211.

Data e hora da comunicação: 14/12/2010 às 15:28

Última Alteração: 14/12/2010 às 15:28

ANTONIO FERNANDO DO NASCIMENTO
Responsável pela comunicação
Márcia Pereira Souza
Responsável pelo preenchimento



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201155502132

DATA:

26/08/2011

MOVIMENTO:

Expedição de Documento

DESCRIÇÃO:

Mandado 201155505515 de Citação Reclamação do JEC Audiência de Conciliação

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
Juízo de Direito Juizado. Esp. Civ.Crim. Lagarto
Rod. Lorival Batista, km 36, S/N
Bairro - Horta Cidade - Lagarto



201155505515

CARTA DE CITAÇÃO

Lagarto, 26 de agosto de 2011

PROCESSO.....: 201155502132
NATUREZA.....: Cobrança de Dívida
Requerente...: ANTONIO FERNANDO DO NASCIMENTO
Requerido....: BOB CORRETORA DE SEGUROS LTDA

Prezado(a) Senhor(a),

Através da presente, fica Vossa Senhoria **CITADO(A)**, por todo o conteúdo da petição inicial/termo de reclamação, de cópia em anexo parte integrante desta, para comparecer a **Audiência de Conciliação**, ficando de logo advertido(a) de que em não havendo acordo, de imediato, poderá ser realizada audiência de Instrução e Julgamento (art. 27, da Lei 9.099/95), onde deverá apresentar defesa oral ou escrita e todas as provas que tiver, inclusive testemunhas, no máximo de 03 (três), independente de nova intimação.

Data e hora da audiência: 23/09/2011 às 09:40, Local do comparecimento: JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE LAGARTO/SE Rodovia Lourival Batista, Km 36, S/N, Bairro Horta, Lagarto/SE

ADVERTÊNCIAS: 1ª) Deverá comparecer acompanhado(a) de advogado, se o valor da causa for superior a 20 (vinte) salários mínimos e que, não comparecendo a qualquer uma das audiências, reputar-se-ão verdadeiras as alegações da parte autora, dando-se de logo o julgamento do pedido.

2ª) Em se tratando de relação de consumo, poderá ser invertido o ônus da prova.

3ª) Após o trânsito em julgado da sentença, as partes disporão de 180 (cento e oitenta) dias para retirarem dos autos documentos originais, findo o qual o processo será eliminado.

Atenciosamente,

Raquel Menezes Nascimento
Escrivão(ã)/ Chefe de Secretaria

Ilmº (a) Sr(a)

MD00920

Nome : BOB CORRETORA DE SEGUROS LTDA
Residência : AV. ZACARIAS JUNIOR,593
Bairro : CENTRO C.E.P: 49400000
Cidade : LAGARTO - SE



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201155502132

DATA:

23/09/2011

MOVIMENTO:

Audiência

DESCRIÇÃO:

Designo o dia 26/10/2011 às 12:40 para que seja realizada audiência de CONCILIAÇÃO. Aberta a audiência, apregoadas as partes, a esta compareceram: o reclamante, acompanhado de advogado, e a reclamada, representada pelo preposto, acompanhado de advogado. Por este foi requerida a juntada de procuração, substabelecimento e carta de preposição, ao que foi procedido. Da análise dos autos, constata-se que o reclamante ingressou com a presente ação em face da reclamada presente e também da SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT, contudo, esta não foi incluída no polo passivo no SIJESP. Diante disto, fica desde já redesignada a audiência de conciliação para o dia 26/10/2011 às 12:40 h, estando desde já intimados os presentes. Proceda a Secretaria à inclusão da reclamada SEGURADORA LIDER no polo passivo no SIJESP, e posteriormente a citação da mesma para audiência redesignada. E, por não haver nada mais que devesse constar, encerro a presente audiência. Bela. Rafaela Lima Santos Conciliadora

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim

Termo de Audiência

Processo nº: 201155502132

1. TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo N.º: 201155502132

Reclamante: ANTONIO FERNANDO DO NASCIMENTO

Advogado: DR. ERIVALDO MACEDO MENDES, OAB/SE 3512

Reclamado: BOB CORRETORA DE SEGUROS LTDA

Preposto: THIAGO ANDRE FONSECA SANTOS

Advogado: DR. FELIPE NASCIMENTO DE OLIVEIRA, OAB/SE 5844

Data e horário: 22 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS 09:40 HORAS.

Aberta a audiência, apregoadas as partes, a esta compareceram: o reclamante, acompanhado de advogado, e a reclamada, representada pelo preposto, acompanhado de advogado. Por este foi requerida a juntada de procuração, substabelecimento e carta de preposição, ao que foi procedido. Da análise dos autos, constata-se que o reclamante ingressou com a presente ação em face da reclamada presente e também da SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT, contudo, esta não foi incluída no polo passivo no SIJESP. **Diante disto, fica desde já redesignada a audiência de conciliação para o dia 26/10/2011 às 12:40 h, estando desde já intimados os presentes. Proceda a Secretaria à inclusão da reclamada SEGURADORA LIDER no polo passivo no SIJESP, e posteriormente a citação da mesma para audiência redesignada.** E, por não haver nada mais que devesse constar, encerro a presente audiência.

Bela. Rafaela Lima Santos

Conciliadora



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201155502132

DATA:

26/09/2011

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico para os devidos fins, que expedi a carta de citação nº 201155506135, à SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201155502132

DATA:

26/09/2011

MOVIMENTO:

Expedição de Documento

DESCRIÇÃO:

Mandado 201155506135 de Citação Reclamação do JEC Audiência de Conciliação

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
Juízo de Direito Juizado. Esp. Civ.Crim. Lagarto
Rod. Lorival Batista, km 36, S/N
Bairro - Horta Cidade - Lagarto



201155506135

CARTA DE CITAÇÃO

Lagarto, 26 de setembro de 2011

PROCESSO.....: 201155502132
NATUREZA.....: Cobrança de Dívida
Requerente...: ANTONIO FERNANDO DO NASCIMENTO
Requerido....: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT

Prezado(a) Senhor(a),

Através da presente, fica Vossa Senhoria **CITADO(A)**, por todo o conteúdo da petição inicial/termo de reclamação, de cópia em anexo parte integrante desta, para comparecer a **Audiência de Conciliação**, ficando de logo advertido(a) de que em não havendo acordo, de imediato, poderá ser realizada audiência de Instrução e Julgamento (art. 27, da Lei 9.099/95), onde deverá apresentar defesa oral ou escrita e todas as provas que tiver, inclusive testemunhas, no máximo de 03 (três), independente de nova intimação.

Data e hora da audiência: 26/10/2011 às 12:40, **Local do comparecimento:** JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE LAGARTO/SE Rodovia Lourival Batista, Km 36, S/N, Bairro Horta, Lagarto/SE

ADVERTÊNCIAS: 1ª) Deverá comparecer acompanhado(a) de advogado, se o valor da causa for superior a 20 (vinte) salários mínimos e que, não comparecendo a qualquer uma das audiências, reputar-se-ão verdadeiras as alegações da parte autora, dando-se de logo o julgamento do pedido.

2ª) Em se tratando de relação de consumo, poderá ser invertido o ônus da prova.

3ª) Após o trânsito em julgado da sentença, as partes disporão de 180 (cento e oitenta) dias para retirarem dos autos documentos originais, findo o qual o processo será eliminado.

Atenciosamente,

Raquel Menezes Nascimento
Escrivão(ã)/ Chefe de Secretaria

Ilmº (a) Sr(a)

MD00920

Nome : SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT
Residência : RUA SENADOR DANTAS, 74 5º ANDAR
Bairro : CENTRO C.E.P: 20031205
Cidade : RIO DE JANEIRO - RJ



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201155502132

DATA:

26/10/2011

MOVIMENTO:

Audiência

DESCRIÇÃO:

Aberta a audiência, apregoadas as partes, a esta compareceram as partes acima identificadas. A conciliação restou infrutífera, ante a ausência de propostas. Questionadas as partes acerca do interesse na produção de provas em audiência, a parte reclamada manifestou-se positivamente (depoimento pessoal do autor e prova pericial). Ato contínuo, a parte reclamada requereu a juntada de procuração, carta de preposição, substabelecimento, atos constitutivos e contestação(única), ao que foi procedido. Tendo em vista juntada de contestação, bem como requerimento da parte reclamante, fora a esta oportunizado o prazo de 10 (dez) dias para apresentação de réplica, bem como juntada de substabelecimento procedido neste ato. Pela conciliadora foi dito: não obstante a manifestação da parte reclamada pelo interesse na produção de provas em audiência de instrução, deixo de marcar a mesma por determinação do MM Juiz deste Juízo. Nada mais a registrar, dou por encerrada a presente. Bela. Rafaela Lima SantosConciliadora

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim

Termo de Audiência

Processo nº: 201155502132

1. TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo N.º: 2011555002132

Reclamante: ANTONIO FERNANDO DO NASCIMENTO

Advogado: DRA. VALERIA DIAS DE SANTANA, OAB/SE 5902

Reclamado: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT

Preposto: MARCELLA RAIZA MARTINS PRATA

Advogado: DR. DIOGO SANTANA SOUZA, OAB/SE 4663

Reclamado: BOB CORRETORA DE SEGUROS LTDA

Preposto: MARCELLA RAIZA MARTINS PRATA

Advogado: DR. DIOGO SANTANA SOUZA, OAB/SE 4663

Data e horário: 26 DE OUTUBRO DE 2011, ÀS 12:40 HORAS.

Aberta a audiência, apregoadas as partes, a esta compareceram as partes acima identificadas. A conciliação restou infrutífera, ante a ausência de propostas. Questionadas as partes acerca do interesse na produção de provas em audiência, a parte reclamada manifestou-se positivamente (depoimento pessoal do autor e prova pericial). Ato contínuo, a parte reclamada requereu a juntada de procuração, carta de preposição, substabelecimento, atos constitutivos e contestação(única), ao que foi procedido. Tendo em vista juntada de contestação, bem como requerimento da parte reclamante, fora a esta oportunizado o **prazo de 10 (dez) dias** para apresentação de réplica, bem como juntada de substabelecimento procedido neste ato. **Pela conciliadora foi dito:** não obstante a manifestação da parte reclamada pelo interesse na produção de provas em audiência de instrução, deixo de marcar a mesma por determinação do MM Juiz deste Juízo. Nada mais a registrar, dou por encerrada a presente.


Bela. Rafaela Lima Santos

Conciliadora

CARTA DE PREPOSIÇÃO

MARIA AUXILIADORA GARCIA DURÁN ALVAREZ,
brasileira, advogada inscrita na OAB/BA sob o nº 21.193,
conforme poderes recebidos, delega ao Sr(a).
Monella Raiza Martins Prata, CPF/MF
043.659.565-66, todos os poderes para agir em
nome da BOB Corretora de Seguros,
na audiência que será realizada no processo nº
2011.5550.2132, em curso perante
Juizado de Lagarto / SE e
movido por Antonio Fernando do Nascimento.


Salvador, 27 de janeiro de 2011.


Maria Auxiliadora Garcia Durán Alvarez
OAB/BA/21.193

CARTA DE PREPOSIÇÃO

MARIA AUXILIADORA GARCIA DURÁN ALVAREZ,
brasileira, advogada inscrita na OAB/BA sob o nº 21.193,
conforme poderes recebidos, delega ao Sr(a).
Renella Raiza Martins Melo, CPF/MF
043.659.565-66, todos os poderes para agir em
nome da Seguradora Líder das Comércios DPVAT,
na audiência que será realizada no processo nº
2011.5550.2132, em curso perante
Juizado de Lagarto/SE e
movido por Antonio Fernando do Nascimento.

Salvador, 27 de janeiro de 2011.


Maria Auxiliadora Garcia Durán Alvarez
OAB/BA/21.193

SUBSTABELECIMENTO

Por meio desta o profissional infra firmado, constituída procuradora judicial e advogada nos autos do processo 201155502132, substabelece, com iguais reservas, a (o) Dr(a). Diego Santana Souza, brasileiro(a), inscrito (a) na OAB/SE sob o n.º 4663 com escritório na Rua José Ramos da Silva, nº 228, Galeria Praia Formosa, salas 13 e 14, Bairro 13 Julho, nesta capital, os poderes a mim conferidos no referido processo.

Aracaju, 11 de maio de 2011

SUBSTABELECENTE


Verônica Gonçalves Magalhães Castro
OAB/SE 4.168

ALINE RAMOS LIMA | AMANDA BEATRIZ FIGUEIRÔA COSTA ARCOVERDE GUSMÃO | CLÁVIO DE MELO VALENÇA FILHO | LUCIANA CAVALCANTI DE GODOY | MARIA AUXILIADORA GARCIA DURÁN ALVAREZ | MARIANA NETTO DE MENDONÇA PAES | RÉGIS GONDIM PEIXOTO | RAPHAEL PARENTE OLIVEIRA

VALENÇA
ADVOGADOS
advocacia integrada

AMANDA AURORA PEREIRA DA COSTA PORTO | ANA CAROLINA LOUZEIRO DE SOUZA | BÁRBARA HELIODORA FERREIRA MENDES DA SILVA | BRUNO QUEIROZ RABELO | CARINE SOUZA E SOUSA | CÉSAR RODRIGUEZ | DANA THAIS FERREIRA SANGIORGI | DANIEL BROUX MARTINS DA CRUZ FILHO | FÁBIO ELIAS DE MEDEIROS MOUCHEREK | GUSTAVO CARVALHO DE MENEZES | HERYCKA DONATO MENEZES | HILTON DO COUTO COHEN | IANA LIBÓRIO BENEVIDES | JEANN CALIXTO SOUZA OLIVEIRA | JOÃO PAULO MOREIRA TAVARES | JÚLIA GOIANA MODESTO FERRAZ | JOSÉ TARCÍSIO PASSOS LIMA FILHO | KYARA AMORIM MAIA MENDES | LUANA NATHALY PEREIRA | MANOELA TRIGUEIRO CAROÇA CAVALCANTI | MARIA ISABEL GARCIA DURÁN ALVAREZ | MARÍLIA MOUSINHO LOPES FALCÃO | MARINA DUARTE CAMELO DE SENA | PEDRO ARJUNA DE SÁ BITTENCOURT CÂMARA | RÔMULO GUIMARÃES BRITO | TÁCIO NEI CARDOSO RIBEIRO ELPÍDIO | TATIANA MARA FREITAS MAMEDE | THAIS ANDRÉA COELHO DE CARVALHO | THIAGO RIBEIRO GUIMARÃES | THIAGO LUIZ PACHECO DE CARVALHO | VALDIR SANTOS ARAÚJO FERREIRA | VERENA ANDRADE DE MELO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE LAGARTO - SERGIPE.

Processo nº 201155502132

SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A e BOB CORRETORA DE SEGUROS, devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, vem, por seus advogados abaixo firmados e legalmente constituídos, nos termos do instrumento procuratório e substabelecimento anexos, com endereço profissional em Salvador constante do timbre, local onde deverão receber quaisquer comunicações processuais, perante V.Exa., apresentar a sua **CONTESTAÇÃO** aos termos da Ação movida proposta por **ANTONIO FERNANDO DO NASCIMENTO**, já qualificado, consoante às razões de fato e de direito a seguir aduzidas.

1. INICIALMENTE

1.1 Das Comunicações Processuais

Importa solicitar que todas as comunicações processuais pertinentes sejam vinculadas em nome das Belas. **Maria Auxiliadora Garcia Durán Alvarez, OAB/SE 631-A**, sob pena de nulidade insanável.

1.2 DO ESCORÇO DA DEMANDA

Aduz o Autor que, em virtude de acidente de trânsito ocorrido em 28/05/2010, lhe sobreveio invalidez, motivo pelo qual requereu administrativamente o pagamento de indenização por invalidez permanente, a título de seguro DPVAT.

Acrescenta que recebeu da Ré a importância de R\$ 1.687,50 (mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), que considera inferior ao que tem direito, razão pela qual ingressou com a presente demanda judicial para pleitear complementação da referida indenização ao teto de 40 salários mínimos atuais, equivalente a R\$ 20.112,50 (vinte mil, cento e doze reais e cinquenta centavos).

2. PRELIMINARMENTE

2.1 Da Incompetência Absoluta – Imprescindibilidade da Prova Pericial (art. 5º, §5º da Lei nº 6.194/74)

Inicialmente, deverá este r. Julgador reconhecer a incompetência absoluta dos Juizados Especiais Cíveis para processar a demanda, haja vista ser imprescindível à solução da controvérsia a produção de prova técnica, insuscetível de sê-lo feito à luz do procedimento adotado na ação.

O caso necessita de prova pericial, com a finalidade de se perلustrar a existência de invalidez permanente, seja ela total ou parcial, completa ou incompleta e, em caso de ser parcial, qual o percentual exato da invalidez, fixado de acordo com a Tabela instituída pela MP nº 451/2008, posteriormente convertida na Lei nº 11.945/09.

Ocorre que, a perícia médica constitui prova que não é suscetível de ser produzida em sede de Juizado Especial, em que os feitos devem sujeitar-se necessariamente aos princípios da celeridade, simplicidade e informalidade dos atos processuais, expressamente previstos no artigo 2º da Lei nº 9.099/95.

A respeito do tema, merece destaque o entendimento a seguir transcrito:

"RECURSO CÍVEL. COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. NECESSIDADE DE PROVA PERICIAL. INCOMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL. EXTINÇÃO DO PROCESSO. I - A situação de invalidez permanente ocasionada

por acidente com veículo automotor em via terrestre, ensejadora do direito ao seguro obrigatório, nos termos em que previsto no art. 3º, inciso iv, alínea 'b' da lei 6.194/74, não dispensa a satisfatória comprovação através de exames periciais, a evidenciar não apenas a invalidez, mas seu grau e permanência. II - O parecer médico acostado à fl. 23, não oriundo do IML ou de órgão da rede oficial de saúde, é inconclusivo; evidencia, tão somente, que o recorrido, razão das lesões sofridas no acidente, ficará com invalidez parcial permanente do pé direito, por hipossensibilidade dos quarto e quinto dedos(...), levando o paciente a ter dificuldade de empreender caminhadas, e de exercer com segurança sua atividade profissional de motorista, atividades habituais e esportivas, de modo permanente, contrastando com boletim de acidente de trânsito de fls. 21/22, que menciona leveza da lesão, não sendo o resumido ou pouco circunstanciado parecer suficiente para a comprovação do estado da permanente invalidez alegada, para o fim previsto na lei de regência, reputando-se indispensável avaliação pericial para sua constatação e gradação. III - No âmbito do juizado especial cível não comporta dilação probatória consistente em realizações de perícias complexas, face à simplicidade de sua ritualística, a impor a concentração instrutória em audiência, para atender ao objetivo de rápida solução judicial das causas de menor complexidade. inteligência do art. 3º, caput, c/c art. 33 da lei 9.099/95. IV - recurso conhecido e provido, para reformar a sentença atacada, extinguir o processo e remeter as partes para a via do procedimento comum ou ordinário, nos termos do art. 51, inciso II da lei 9.099/95. prejudicadas as demais matérias aventadas na interposição recursal. sem custas." (Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis de Goiás. Recurso nº 200703033357 - Unânime - Rel. Juiz Antônio Fernandes de Oliveira em 23/06/2008).

Com efeito, a prova pericial médica é complexa e morosa, havendo necessidade de nomeação de perito judicial e abertura de prazo para indicação de assistente técnico pelas partes, o que inviabiliza a celeridade e a informalidade da prestação jurisdicional no rito da Lei nº 9.099/95, já que sua finalidade é solucionar as causas de menor complexidade, da forma mais rápida possível.

A jurisprudência, inclusive, já sedimentou a orientação em derredor do tema, **tendo o SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA reconhecido recentemente que a indenização do seguro DPVAT decorrente de invalidez deve ser graduada, consoante o grau averiguado, quando da produção probatória:**

"Alega o recorrente existir no presente caso invalidez permanente, não interessando o grau de invalidez, desde que permanente, devendo a indenização do seguro DPVAT corresponder a até quarenta vezes o maior salário mínimo vigente no país; que essa questão da invalidez ser parcial ou total é uma forma que as seguradoras encontraram para diminuir o valor do seguro e que o agravante deve ser indenizado em quarenta salários mínimos, e não apenas no valor correspondente ao percentual de invalidez.

(...)

De outro lado, sobre a tese da possibilidade de cobertura parcial do DPVAT, proporcionalmente ao grau de invalidez, ela se me afigura correta, considerando que o art. § 5º do art. 5º da Lei 6.194/1974, com a nova redação dada pela Lei 8.441/1992, que disciplina tal espécie de seguro, dispõe que: "O instituto médico legal da jurisdição do acidente também quantificará as lesões físicas ou psíquicas permanentes para fins de seguro previsto nesta lei, em laudo complementar, no prazo médio de noventa dias do evento, de acordo com os percentuais da

tabela das condições gerais de seguro de acidente suplementada, nas restrições e omissões desta, pela tabela de acidentes do trabalho e da classificação internacional das doenças".

Com efeito, não haveria sentido útil na letra da lei sobre a indicação da quantificação das lesões e percentuais da tabela para fins de DPVAT, se este seguro houvesse, sempre, de ser pago pelo valor integral, independentemente da extensão da lesão e de grau de invalidez.¹

Por seu turno, a participação das partes na realização da prova pericial é garantida pelos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa. Sobre estes princípios, traz-se à baila a doutrina de Nelson Nery Júnior:

"Resumindo o que foi dito sobre esse importante princípio, verifica-se que a cláusula procedural due process of law nada mais é do que a possibilidade efetiva de a parte ter acesso à justiça, deduzindo pretensão e defendendo-se do modo mais amplo possível, isto é, de ter his day in court, na denominação genérica da Suprema Corte dos Estados Unidos. O princípio do contraditório, além de fundamentalmente constituir-se em manifestação do princípio do estado de direito, tem íntima ligação com o da igualdade das partes e do direito de ação, pois o texto constitucional, ao garantir aos litigantes o contraditório e a ampla defesa, quer significar que tanto o direito de ação quanto o direito de defesa são manifestações do princípio do contraditório".²

Não há como conciliar tais postulados com a celeridade, informalidade e simplicidade que informam os Juizados Especiais Cíveis, impondo-se, desde logo, a extinção do feito, sem resolução de mérito, com fulcro no artigo 51, inciso II, da Lei n.º 9.099/95.

Eventualmente, compreendendo este Juízo ser competente para processar e julgar a presente demanda, imperiosa a realização de perícia, conforme entendimento atual do STJ, *in verbis*:

"Juizado especial é competente para julgar disputas que envolvam perícia

Os juizados especiais podem resolver disputas que envolvam perícias. Esse foi o entendimento unânime da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em ação de indenização por danos morais decorrente de acidente de trânsito. No caso, também se decidiu que o juizado poderia arbitrar indenização acima de 40 salários-mínimos.

Após acidente de trânsito que resultou na morte de um homem, a viúva ajuizou uma ação no Juizado Especial Cível da Comarca de Bom Retiro de Santa Catarina. O réu foi condenado a pagar uma indenização de 200 salários-mínimos e uma pensão mensal de 1,37 salários até o ano de 2021 para a esposa da vítima. O motorista condenado recorreu para a 6ª Turma Recursal de Lages, mas a decisão do juizado foi mantida. Essa decisão transitou em julgado (quando não cabem mais recursos).

Posteriormente, o motorista impetrou mandado de segurança, entretanto este não foi conhecido pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), porque o tribunal não seria competente para julgar a questão, já que a ação teria transitado em julgado.

¹ REsp 1119614/RS, Rel. Min. ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 04/08/2009, DJe 31/08/2009 - grifos nossos.

² NERY JÚNIOR, Nelson. Princípios do processo civil na Constituição Federal. 8ª Ed. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais, 2004. p. 69

Por fim, foi impetrado recurso para o STJ, com a alegação de que o TJSC seria competente para apreciar o mandado de segurança. A defesa do réu afirmou que tribunais de Justiça têm competência para tratar de sentenças de juizados especiais estaduais, especialmente se fica determinada uma indenização maior do que 40 salários-mínimos e, sobretudo, se exigem provas técnicas. Apontou, ainda, que o mandado de segurança é cabível contra os atos judiciais transitados em julgado.

No seu voto, a ministra Nancy Andrighi, relatora do processo, apontou que é possível o tribunal de Justiça estadual realizar o controle de competência dos juizados especiais. A ministra afirmou, também, que a Lei nº 9.099/1995, que rege os juizados especiais, não exclui de sua competência a prova técnica, determinando somente o valor e a matéria tratada para que a questão possa ser considerada de menor complexidade. Ou seja, a complexidade da causa não está relacionada à necessidade de perícia.

Quanto à questão do valor, a ministra considerou não ser necessário que os dois critérios (valor e matéria) se acumulem. “A menor complexidade que confere competência aos juizados especiais é, de regra, definida pelo valor econômico da pretensão ou pela matéria envolvida. Exige-se, pois, a presença de apenas um desses requisitos e não a sua cumulação”, afirmou a relatora. Por essa razão, a ministra considerou admissível que o pedido exceda 40 salários-mínimos, salvo a hipótese do artigo 3º, IV, da Lei nº 9.099/95.”³

Nesta hipótese, afastada a preliminar de incompetência absoluta, requer-se que a prova pericial requestada seja realizada pelo IML, *ex vi* do art. 5º, §5º, Lei 6194/74. Se, porventura, assim não compreender este Julgador, o que se admite para argumentar, requer seja nomeado perito judicial e a Seguradora intimada para providenciar o depósito dos honorários pertinentes. Abaixo, deduzem-se os quesitos:

- a) A vítima já foi submetida aos tratamentos médicos capazes de minimizar o dano? É acometida de invalidez permanente?
- b) Em caso de invalidez permanente, esta é decorrente do acidente narrado pela parte Autora na petição inicial ou oriunda de circunstância anterior?
- c) Restando constatada a invalidez permanente, esta se caracteriza como TOTAL ou PARCIAL?
- d) Em sendo comprovada a invalidez permanente PARCIAL, é completa ou incompleta? Qual o grau apresentado?
- e) Considerando-se o grau de invalidez permanente parcial identificado, está correta a quantia paga administrativamente, a título indenizatório, pela Seguradora ré à parte autora?
- f) Sendo negativa a resposta ao item “e”, qual seria o correto valor da indenização do seguro DPVAT?

³ STJ, RMS 30170/RS, Min. Rel. Nancy Andrighi.
SALVADOR | BA – RUA FREDERICO SIMÕES, 125, 11º ANDAR, EDF. LIZ EMPRESARIAL, CEP: 41.820-774
TEL.: 55 71 3444.5454 | FAX.: 55 71 3444.5450

2.2 Da ilegitimidade passiva *ad causam* da BOB CORRETORA DE SEGUROS

Antes de adentrarmos no mérito da demanda, faz-se necessário suscitar a ilegitimidade da primeira ré, para responder à presente ação.

O Autor pleiteia pagamento de indenização referente ao seguro DPVAT, em razão de acidente de trânsito sofrido em 23/08/2010. Ocorre que a reportada indenização deve ser requerida a uma das Seguradoras participantes do consórcio do seguro DPVAT, não sendo este o caso da primeira demandada, pois, como o próprio nome indica, trata-se de empresa corretora de seguros que age no escopo de garantir o correto cumprimento das obrigações estabelecidas na apólice.

Ocorre que, no seguro DPVAT, por ser caracterizado como seguro obrigatório, devido àqueles vitimados de acidentes automobilísticos, mesmo sem nunca ter sido proprietário de veículo automotor e logicamente nunca ter pago o respectivo prêmio, inexistente apólice.

Outrossim, a Lei nº 6.194/74 determina que o segurado deve pleitear a indenização na seguradora do veículo em que a vítima era transportada, ou dos veículos envolvidos:

"Art. 6º - No caso de ocorrência do sinistro do qual participem dois ou mais veículos, a indenização será paga pela Sociedade Seguradora do respectivo veículo em que cada pessoa vitimada era transportada.

§ 1º - Resultando do acidente vítimas não transportadas, as indenizações a elas correspondentes serão pagas, em partes iguais, pelas Sociedades Seguradoras dos veículos envolvidos.

§ 2º - Havendo veículos não identificados e identificados, a indenização será paga pelas Sociedades Seguradoras destes últimos."

Ainda, o art. 7º da mesma lei estabelece a responsabilidade dos acidentes com veículos desconhecidos a um consórcio de Seguradoras, prevendo a competência do CNSP para regular o pagamento das indenizações:

"Art. 7º A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei.

[...]

§ 2º O Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) estabelecerá normas para atender ao pagamento das indenizações previstas neste artigo, bem como a forma de sua distribuição pelas Seguradoras participantes do Consórcio."

Por sua vez, o regulamento do CNSP n.º 154/2006, assim dispõe:

"Art. 5º. Para operar no seguro DPVAT, as sociedades seguradoras deverão aderir, simultaneamente, aos dois Consórcios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e o outro, as categorias 3 e 4. (...) § 3º. Cada um dos Consórcios terá como entidade líder uma seguradora especializada em seguro DPVAT, podendo a mesma seguradora ser a entidade líder dos dois Consórcios previstos no caput deste artigo. (...) § 8º. Os pagamentos de indenizações serão realizados pelos Consórcios, representados por seus respectivos líderes."

Ressuma evidente que o pagamento das indenizações está sob responsabilidade dos consórcios, através da Seguradora Líder ou de qualquer das seguradoras participantes. A primeira acionada, no entanto, não se enquadra nesta hipótese! Na situação sob exame, a parte Autora objetiva a condenação de **empresa que é apenas mera corretora**, e que, por conseguinte, não possui responsabilidade alguma pela quitação do seguro DPVAT, não integrando o consórcio de Seguradoras Conveniadas, posto que **sequer é uma seguradora**.

A jurisprudência é pacífica no sentido de que qualquer das sociedades seguradoras conveniadas é parte legítima, para responder à ação de cobrança do seguro DPVAT, tendo a Turma Recursal do Piauí reconhecido a ilegitimidade da EDR Serviços Técnicos de Seguros Ltda., prestadora de serviço das Seguradoras, conforme ementa que abaixo se transcreve:

*"RECURSO INOMINADO. SEGURO DPVAT. ILEGITIMIDADE PASSIVA. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. RECONHECIDA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.
-A Recorrente é mera prestadora de serviços às seguradoras conveniadas ao Seguro DPVAT, com personalidade jurídica distinta.
-Eventual direito referente à diferença de valores a título de seguro obrigatório (DPVAT) deverá ser buscado junto a uma seguradora conveniada.
-Extinção do processo sem resolução do mérito, na forma do artigo 267, VI, do CPC.
-Decisão unânime.⁴"*

Por fim, ressalte-se que a BOB CORRETORA é apenas uma agente fiscalizadora entre o Segurado e a Seguradora e que neste caso, quando se trata de Seguro DPVAT sua ação não se faz necessária, não compondo o consórcio de seguradoras do DPVAT e, assim, não podendo realizar qualquer pagamento a título de indenização. Corroborando esta informação, o rol de seguradoras do Consórcio DPVAT, disponível do site oficial <http://www.dpvatseguro.com.br/conheca/seguradoras.asp>, atesta a ilegitimidade passiva *ad causam* da empresa em foco.

⁴ 1ª Turma Recursal Cível e Criminal de Teresina, RECURSO INOMINADO 00112009004567 Juiz-Relator: Dr. ORLANDO MARTINS PINHEIRO, Publicado no Diário de Justiça de Piauí nº 6.440 de 16.10.09.
SALVADOR | BA – RUA FREDERICO SIMÕES, 125, 11º ANDAR, EDF. LIZ EMPRESARIAL, CEP: 41.820-774
TEL.: 55 71 3444.5454 | FAX.: 55 71 3444.5450

Destarte, deve ser declarada a ilegitimidade da BOB CORRETORA DE SEGUROS e sua conseqüente EXCLUSÃO NO PÓLO PASSIVO DA LIDE.

2.3 Da Inépcia da inicial: Da ausência de documentação indispensável à propositura da demanda – Laudo pericial do IML – art. 5º, § 1º e §4º, da Lei 6.194/74

É sabido que, para uma correta regulação do sinistro, deve-se verificar, atentamente, se a parte Autora apresentou toda a documentação indispensável à propositura da demanda, a teor do art. 283 do Código de Processo Civil, bem assim do art. 5º, § 1º e §4º, da Lei 6.194/74, *ipsis litteris*:

"Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos:

a) certidão de óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiários no caso de morte;

b) Prova das despesas efetuadas pela vítima com o seu atendimento por hospital, ambulatório ou médico assistente e registro da ocorrência no órgão policial competente - no caso de danos pessoais.

[...] § 4º Havendo dúvida quanto ao nexo de causa e efeito entre o acidente e as lesões, em caso de despesas médicas suplementares e invalidez permanente, poderá ser acrescentado ao boletim de atendimento hospitalar relatório de internamento ou tratamento, se houver, fornecido pela rede hospitalar e previdenciária, mediante pedido verbal ou escrito, pelos interessados, em formulário próprio da entidade fornecedora.

§ 5º O Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até 90 (noventa) dias, laudo à vítima com a verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais." (g.n.)

No caso de suposta invalidez, conforme preceptivo retromencionado, deve ser apresentado **laudo de exame de lesões corporais**, realizado pelo Instituto Médico Legal (IML). No entanto, note-se que a parte autora ignorou tal determinação, deixando de acostar aos autos o aludido laudo, realizado pelo órgão competente, o que impossibilita a constatação da própria invalidez da parte e, ainda, do seu grau de incapacidade, se existente.

Neste sentido, torna-se impossível o acolhimento do pleito autoral, pois, condenar a Seguradora a pagamento de quantia não devida, a ser recebida por pessoa que não provou o alegado na exordial, representaria uma verdadeira ofensa à legislação vigente, que, com tanto zelo, estabeleceu a apresentação de documentos obrigatórios para que não existam fraudes nesta espécie de indenização.

Quanto à necessidade de apresentação de provas concretas acerca da existência da suposta lesão, traz-se à baila os seguintes arestos:

AMANDA AURORA PEREIRA DA COSTA PORTO | ANA CAROLINA LOUZEIRO DE SOUZA | BÁRBARA HELIODORA FERREIRA MENDES DA SILVA | BRUNO QUEIROZ RABELO | CARINE SOUZA E SOUSA | CÉSAR RODRIGUEZ | DANA THAIS FERREIRA SANGIORGI | DANIEL BROUX MARTINS DA CRUZ FILHO | FÁBIO ELIAS DE MEDEIROS MOUCHEREK | GUSTAVO CARVALHO DE MENEZES | HERYCKA DONATO MENEZES | HILTON DO COUTO COHEN | IANA LIBÓRIO BENEVIDES | JEANN CALIXTO SOUZA OLIVEIRA | JOÃO PAULO MOREIRA TAVARES | JÚLIA GOIANA MODESTO FERRAZ | JOSÉ TARCÍSIO PASSOS LIMA FILHO | KYARA AMORIM MAIA MENDES | LUANA NATHALY PEREIRA | MANOELA TRIGUEIRO CAROÇA CAVALCANTI | MARIA ISABEL GARCIA DURÁN ALVAREZ | MARÍLIA MOUSINHO LOPES FALCÃO | MARINA DUARTE CAMELO DE SENA | PEDRO ARJUNA DE SÁ BITTENCOURT CÂMARA | RÔMULO GUIMARÃES BRITO | TÁCIO NEI CARDOSO RIBEIRO ELPÍDIO | TATIANA MARA FREITAS MAMEDE | THAIS ANDRÉA COELHO DE CARVALHO | THIAGO RIBEIRO GUIMARÃES | THIAGO LUIZ PACHECO DE CARVALHO | VALDIR SANTOS ARAÚJO FERREIRA | VERENA ANDRADE DE MELO

“TRIBUNAL DE JUSTICA DE MATO GROSSO - ANO XXXII CUIABA/MT

DISPONIBILIZADO NA QUINTA-FEIRA, 06 DE AGOSTO DE 2009

DATA DE PUBLICACAO: SEXTA-FEIRA, 07 DE AGOSTO DE 2009

PODER JUDICIARIO PRIMEIRA SECRETARIA CIVEL Primeira Camara Cível

Acórdão PAG 013 Agravo de Instrumento 46294/2009 - Classe: CNJ-202 COMARCA CAPITAL Protocolo Numero/Ano: 46294/2009 Julgamento: 3/8/2009 Relator(a): Exmo(a) Sr(a) DES RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO Decisao: Vistos, relatados e discutidos os autos em epigrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisao: A UNANIMIDADE, IMPROVERAM O RECURSO EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - Acao de COBRANCA - SEGURO OBRIGATORIO (DPVAT) - INVALIDEZ ATESTADA POR LAUDO MEDICO PARTICULAR - IMPOSSIBILIDADE - NECESSIDADE DE REALIZACAO DE PERICIA MEDICA OFICIAL PARA ATESTAR A INCAPACIDADE PERMANENTE DA VITIMA - RECURSO NAO PROVIDO O mero relatorio de medico particular nao se mostra suficiente para comprovacao de invalidez permanente, sendo necessaria a realizacao de prova pericial, por órgão oficial, para a constatacao da incapacidade”.

“TRIBUNAL DE JUSTICA DE MATO GROSSO - ANO XXXII CUIABA/MT DISPONIBILIZADO NA QUINTA-FEIRA, 06 DE AGOSTO DE 2009

DATA DE PUBLICACAO: SEXTA-FEIRA, 07 DE AGOSTO DE 2009 PODER JUDICIARIOSEGUNDA SECRETARIA CIVEL Segunda Camara Cível Acórdão PAG 017 Apelacao 18928/2009 - Classe: CNJ-198 COMARCA CAPITAL Protocolo Numero/Ano: 18928/2009 Julgamento: 29/7/2009 APELANTE(S) - PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS Exmo(a) Sr(a) DESA MARIA HELENA GARGAGLIONE POVOAS Decisao: Vistos, relatados e discutidos os autos em epigrafe, a eminente Turma Julgadora proferiu a seguinte decisao: RECURSO PROVIDO, UNANIMEMENTE.

EMENTA: RECURSO DE APELACAO CIVEL - Acao de COBRANCA - SEGURO DPVAT - NECESSIDADE DE LAUDO COMPLEMENTAR - CONSTATAcao DO GRAU DE INVALIDEZ PERMANENTE, BEM COMO DE SUA QUANTIFICACAO PARA RECEBIMENTO DO VALOR DA INDENIZACAO - EXIGENCIA PREVISTA NO Art 5, 5, da Lei n 6 194/74 desde 1992, COM A EDICAO DA LEI N 8 441/92 - ATESTADO MEDICO IMPRESTAVEL - SENTENCA ANULADA - RETORNO AO JUIZO SINGULAR - RECURSO PROVIDO Sendo imprescindível a prova pericial medica a fim de aferir se o beneficiario e portador de incapacidade permanente total ou parcial e, em caso positivo, seu grau, a sentenca deve ser anulada, principalmente, quando o atestado medi co juntado aos autos e extremamente fragil para a finalidade a que se destina A teor do que consta a regra prevista no artigo 5, 5, da Lei n 6 194/74 desde 1992, com a edicao da Lei n 8 441/92, necessario se faz a realizacao de laudo complementar, para que se confirme o grau da invalidez permanente, bem como quantifique nos termos da tabela trazida pela regra legal retro mencionada.”

Ante tais argumentos e da exigência estampada no art. 5º, § 1º e §4º, da Lei 6.194/74, revela-se impossível o acolhimento do pleito autoral, que pretende indenização por invalidez nem sequer atestada pelo IML.

2.4 Da carência de ação – Falta de interesse de agir

Antes de adentrar no mérito da questão, importa suscitar a ausência de interesse processual da parte Autora, que pugna pelo pagamento do quantum indenizatório do seguro obrigatório – DPVAT.

Conforme reconhecido pela própria parte Autora em sua peça inicial, **o pagamento relativo à indenização do seguro DPVAT já foi efetuado**, através de processo administrativo. Pois bem, através dos ensinamentos do eminente civilista Caio Mário da Silva Pereira, ao dizer que **“o pagamento é forma de liberação do devedor, mediante a prestação do obrigado”**, podemos concluir, então, que a quitação do débito gera ato jurídico perfeito.

Sendo assim, a quitação deveria ser previamente desconstituída pela parte Autora, através da propositura da correspondente ação anulatória, na qual deveria a parte adversa alegar e provar a ocorrência de vício de manifestação de vontade, sobretudo porque as nulidades a que se refere o art. 171 do Código Civil não têm efeito antes de declarada por SENTENÇA.

Assim, como a quitação permanece válida em todos os seus termos, o devedor está exonerado de toda e qualquer responsabilidade pela obrigação contraída pelas partes. Afinal, a eficácia da quitação e os seus efeitos jurídicos liberatórios constituem uma presunção *juris tantum* que, somente poderia ser afastada mediante prova irretorquível da ocorrência de vício de consentimento.

Ademais, a jurisprudência também já se manifestou a esse respeito, tendo o Supremo Tribunal Federal asseverado que: “Se as partes desavindas, por meio de documentos hábeis, delimitaram os interesses em controvérsia e firmaram documento de transação, esse ato jurídico complexo envolve-se para as partes e para todas as questões versadas com a força de coisa julgada, só rescindível por dolo, violência ou erro essencial, conforme o artigo 1.030, do Código Civil. E também, se na transação as partes não tornaram expresso que excluía dela uma dada questão, esta questão não pode a vir a ser questionada em juízo, primeiro porque obrigada pelos efeitos de coisa julgada da transação (artigo 1.030, do CC) e segundo por efeito do princípio da indivisibilidade da transação (art. 1.026, do CC)”⁵

Importa destacar que o entendimento apresentado pela Seguradora, no que tange a quitação dada pela parte Autora, vem sendo devidamente acolhida tanto pelos Tribunais e Colégios Recursais, consoante acima demonstrado, como também por alguns Juízes de primeira instância, conforme se vislumbra da sentença, parcialmente transcrita abaixo, proferida pela 26ª Vara Cível da Comarca da

⁵ RE n.º 93.861-3/RJ, Rel. Min. Clóvis Ramalhete.

SALVADOR | BA – RUA FREDERICO SIMÕES, 125, 11º ANDAR, EDF. LIZ EMPRESARIAL, CEP: 41.820-774
TEL.: 55 71 3444.5454 | FAX.: 55 71 3444.5450

Capital - São Paulo, no processo nº 03.005734-0, publicada no Diário Oficial do dia 10/10/2003, no qual foi acolhida a preliminar de carência de ação, julgando IMPROCEDENTE os pedidos e aduzindo que “o recibo dado pelo Autor se traduz, juridicamente, como declaração de vontade, e amolda-se às exigências do artigo 940 do Código Civil de 1916 e do artigo 320 do novo Código Civil, e, portanto, ao contrário do que procura o Autor fazer crer, erige-se à condição de documento de quitação. Nele menciona o valor e a espécie da dívida, o tempo e o lugar do pagamento. Dessa forma, serve como quitação da ré, na forma prevista nos dispositivos legais supra aludidos.”

Desta feita, ficando assim evidente que a parte Autora não possui interesse de agir, pois como foi reconhecida na exordial, a obrigação já foi adimplida pela seguradora e nada havendo requerido ou alegado, quanto à ocorrência de um vício do consentimento, deve o processo ser extinto sem resolução do mérito, com fulcro no art. 267, inciso VI, do Código de Processo Civil.

3.DO MÉRITO

3.1 Da Indenização por Invalidez - Insuficiência de Provas

Acaso superadas as preliminares acima cabe frisar que o Autor não se desincumbiu de provar os fatos que alega. Vejamos:

O Boletim de Ocorrência apresentado não pode servir de prova do acidente, visto que foi produzido apenas em 14/12/2010, ou seja, mais de 06 (seis) meses após a ocorrência do ventilado sinistro. Ainda, observe a dinâmica de sua confecção: SEIS MESES APÓS O ACIDENTE, A VÍTIMA SE DIRIGE A UM DEPARTAMENTO DE POLÍCIA E RELATA QUE EM 28/05/2010 sofreu um acidente! Ora Excelência, admitir como prova um boletim em que o noticiante é o próprio autor, sem que haja qualquer testemunha do ocorrido (departamento de trânsito, Samur, Anjos do asfalto, Polícia Rodoviária, etc.), é deixar o sistema DPVAT ainda mais frágil às inúmeras fraudes que já ocorrem.

Com relação à prova da lesão, o Requerente sequer junta Laudo do IML, documento indispensável à comprovação da aludida invalidez, de forma que, se alguma seqüela resta, esta só pode se tratar de debilidade.

Observe-se que não se pretende aqui minimizar o sofrimento da parte Autora. No entanto **a Lei é clara ao estabelecer que apenas os casos de invalidez PERMANENTE serão indenizados**. Dessa forma, pagar àquele que pela legislação não é beneficiário do seguro significa sobrecarregar o fundo que, frise-se, é mantido pelos próprios usuários.

Nesse diapasão, cumpre destacar ainda a diferença existente entre invalidez permanente e debilidade ou deformidade, realidades tão díspares que a Lei 6.194/74 (bem assim a MP 451/2008) somente prevê cobertura securitária, para a primeira hipótese.

A debilidade e a deformidade caracterizam-se como uma seqüela do acidente, podendo verificar-se como uma alteração na forma de uma parte do corpo, mudança na estrutura física da pessoa, resultando prejuízo visível, mas que não implica necessariamente em perda da função. De outro giro, a invalidez permanente caracteriza-se pela perda irreversível da funcionalidade de alguma parte do corpo, seja parcial ou total.

Para ratificar o entendimento aqui esposado, oportuna se faz a menção ao recente julgado (de 27/05/2009) prolatado pela Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, referente à apelação nº 138581/2008, no qual se pacifica a tese ora defendida:

"Imperioso registrar que existe grande diferença entre invalidez permanente que é a albergada pela Lei 6.174/74, e deformidade permanente, sendo certo que a debilidade ou deformidade de membro ainda que permanente não se confunde com invalidez permanente apta a ensejar o pagamento da indenização na forma pretendida.

Dessa forma, não tendo restado comprovada invalidez permanente não há como acolher a pretensão ao pagamento de 40 salários mínimos correspondentes ao seguro DPVAT.

Neste sentido:

"AÇÃO DE COBRANÇA - DPVAT - INVALIDEZ PERMANENTE - NÃO COMPROVAÇÃO INDENIZAÇÃO INDEVIDA - REFORMA DA R.SENTENÇA.

"Nos termos do art. 5º da Lei 6.194/74, que rege as indenizações relativas ao seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre DPVAT, tem-se que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e dano decorrente, independentemente da existência de culpa. Não há que se falar em indenização do seguro obrigatório DPVAT se não restou comprovada a invalidez permanente, ou seja, o dano decorrente do acidente" (TJMG RAC nº 10024.06.0082625/002, 16ª Câmara Cível, Rel. Des. Sebastião Pereira de Souza).

[...] Dessa forma, não versando o caso sobre invalidez permanente, mas sobre deformidade permanente não é caso de indenização no montante de 40 (quarenta salários mínimos), e sim hipótese de mera recomposição dos gastos (até 08 salários mínimos), relativos às despesas médicas despendidas no tratamento da Apelante, todavia como a Apelante não carreu aos autos a comprovação dessas possíveis e eventuais despesas não se desincumbiu da obrigação determinada pelo artigo 333, inciso I, Código de Processo Civil.

Em face dessas considerações nego integral provimento ao Recurso mantendo-se, de consequência, a sentença objurgada em todos os seus termos."

Nesse ínterim, vale lembrar que cabe a parte autora a prova dos fatos que alega, na forma do art. 333, I, do Código de Processo Civil. Na presente demanda, restou demonstrado que a parte requerente não faz prova dos fatos constitutivos do seu direito.

Nesse sentido, é o posicionamento da jurisprudência pátria:

"AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT - INVALIDEZ PERMANENTE - AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOS FATOS CONSTITUTIVOS DO DIREITO PLEITEADO - DOCUMENTOS TRAZIDOS COM A INICIAL INSUFICIENTES PARA COMPROVAÇÃO DA ESPÉCIE E GRAU DE INCAPACIDADE DO AUTOR, BEM COMO DE SEU NEXO CAUSAL COM O ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO - DISPENSA DA PRODUÇÃO DE OUTRAS PROVAS, INCLUSIVE PERICIAL - SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA REFORMADA - APELO PROVIDO." (TJPR - 10ª C. Cível, AC461580-3, Rel. Des. Ronald Schulman, J. 14.02.2008)

"APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. INDENIZAÇÃO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOS DANOS DESCRITOS NA EXORDIAL. (...) 3. No caso em exame, a parte autora não comprovou a ocorrência de invalidez permanente decorrente do acidente de trânsito descrito na exordial, ônus que lhe impunha e do qual não se desincumbiu, a teor do que estabelece o art. 333, inc. I, do CPC. Assim, manter a sentença de improcedência da demanda é a medida que se impõe. Negado provimento ao apelo." (TJRS - AC Nº 70025299025, 5ª C. Cível, Relator Jorge Luiz Lopes do Canto, julgado em 30/07/2008)

Destarte, pugna a Requerida pela total improcedência da ação, por ausência de provas que atestem o estado de invalidez permanente total.

3.2 Da Legislação aplicável – Constitucionalidade da lei 11.482/2007, vigente à época do acidente

Acaso não acolhida a preliminar, em respeito ao princípio da eventualidade, passa-se a contestar o mérito da demanda.

O acidente alegado pela parte autora para embasar sua pretensão ocorreu 28/05/2010, quando já vigorava a lei 11.482 de 31 de maio de 2007.

Essa norma alterou a lei 6.194/74, para determinar que o teto da indenização paga em casos de invalidez permanente decorrente de acidente de trânsito é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

A citada alteração contribuiu para dissipar as controvérsias surgidas em torno do valor da indenização em comento, pois desde 1975, quando entrou em vigor a Lei 6.205, já não era possível a vinculação da referida indenização ao salário mínimo.

É que a citada lei, em seu art. 1º, determinou a descaracterização do salário mínimo, como índice de correção monetária, para qualquer fim. Foi além, quando estabeleceu, em seu art. 4º, que todas as disposições anteriores, contrárias a seu conteúdo, estariam revogadas, desde então.

Ressalte-se, ainda que também a CF/88, promulgada posteriormente, proibiu qualquer possibilidade de vinculação do salário mínimo, em seu art. 7º, IV.

Por outro lado, não há que se cogitar a inconstitucionalidade da citada norma, pois a fixação de valores em unidades monetárias nacionais não é de modo algum irregular. **A expressão de valores financeiros pátrios em moeda nacional é logicamente a regra, e não a exceção.** No próprio âmbito dos direitos sociais, dos quais a presente indenização se aproxima, temos exemplos: o valor do teto dos benefícios da previdência social é estabelecido por lei em moeda; o próprio salário mínimo é estabelecido ano a ano, por lei (e não poderia ser diferente), em moeda, sem que se opere qualquer estagnação do valor: **o argumento de que a expressão da indenização em unidades monetárias na lei implica, por si só, necessário engessamento da indenização é tautológico e não merece prosperar.**

Poderia acontecer outra coisa: que, na prática, a inexistência de atualização implicasse em engessamento do valor da indenização abstratamente determinado. Todavia, não seria, evidentemente, o caso de inconstitucionalidade da lei que estabelece valores em moeda, mas, sim, da omissão do Poder Público em proceder à atualização.

Analisando a fundo o caso, verifica-se que não há inconstitucionalidade atual e concreta, tampouco esta decorre do ato legislativo atacado pelo pronunciamento judicial — há, sim, uma perspectiva de inconstitucionalidade, por eventual omissão na atualização monetária do valor abstratamente indicado na lei à guisa de indenização.

O argumento do autor repristina a *lex priori*, para buscar indenizações mais vultosas do que as determinadas pela lei, realidade absolutamente repudiada pelo ordenamento jurídico pátrio.

Ressalte-se que, eventual concessão da indenização vinculada ao salário mínimo **não cuidará apenas de atualizar o patamar abstrato de indenização, mas conceder, sob o pálio da inconstitucionalidade, aumentos reais em contrariedade com o disposto em lei, pela função competente do poder.**

Quanto à questão formal, estabelece a Carta Magna em seu artigo 62, alterado pela Emenda Constitucional nº. 32/2001 que: “Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.” Nessa esteira, aflora a Função Atípica exercida pelo Poder Executivo. Infere-se do próprio artigo 62 que, após o juízo de relevância e urgência realizado pelo Presidente da República, a medida provisória será submetida ao Poder Legislativo, ao qual caberá decidir se altera, rejeita ou converte em Lei - “§ 5º A deliberação de cada uma das Casas do Congresso Nacional sobre o mérito das medidas provisórias dependerá de juízo prévio sobre o atendimento de seus pressupostos constitucionais.”

Nesse acorde, há complementaridade entre os dispositivos supra analisados, pois o Congresso Nacional, no exercício de seu poder/dever, estatuído nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, deliberou no sentido de converter a medida provisória nº. 340/2006 na lei nº 11.482/2007.

Dessa forma, resta claro que, se alguma indenização for devida à parte autora, o teto a ser observado é de R\$ 13.500,00, e não de 40 salários mínimos, como requerido na exordial. Assim, se por absurdo, a ré for condenada em algum valor, em hipótese alguma será maior que R\$ 11.137,50, diferença entre o teto legal e valor já recebido pela requerente.

3.3 Da Inocorrência de Invalidez Permanente Total – Grau de Invalidez

Inicialmente, cumpre esclarecer que o valor indenizatório decorrente do Seguro Obrigatório DPVAT tem cunho eminentemente alimentar. Assim, decorrente de sua finalidade social, a Lei 6194/74 foi modificada pela Lei 11.482/2007, alterando o valor da indenização securitária decorrente de seguro obrigatório para os seguintes montantes:

“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:⁶

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Conforme se verifica da redação do inciso II, acima transcrito, infere-se que a indenização decorrente de invalidez não é estanque e baseada em valor fixo integral, como a de morte. Caso assim o fosse, o legislador não optaria pela utilização da palavra **ATÉ** antes do valor. Tal conclusão é irrefragável. Não seria adequado que, tendo este seguro uma finalidade alimentar e social, uma pessoa que viesse a perder a vida, deixasse para seus herdeiros a mesma quantia recebida por uma pessoa que teve, por exemplo, apenas uma pequena deformidade, como no caso da parte autora.

Portanto, diversamente do alegado pela parte Autora nos autos, verifica-se que não apenas decorrente de uma suposta invalidez deveria a parte receber a quantia fixada em R\$ 13.500,00, mas, sim, receber o valor proporcional ao seu grau de invalidez, nem sequer constatada nos autos.

Deste modo, a fim de obter-se uma clara noção do grau de invalidez de cada pessoa, apresentou a Lei 6174/94, em seu anexo, uma Tabela para cálculo do percentual de invalidez. Conforme tal Tabela, diga-se de passagem, absolutamente legal, verifica-se que, ainda que a parte autora tivesse invalidez permanente (o que não é o caso), não seria credora do máximo indenizatório vigente à época do acidente, qual seja R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Em 17/08/2009, o Superior Tribunal de Justiça reconheceu que a indenização do seguro DPVAT decorrente de invalidez deve ser graduada, consoante o grau averiguado, quando da produção probatória. Neste sentido, transcreve-se a notícia veiculada no site daquela Corte:

“Indenização DPVAT pode ser paga proporcionalmente à invalidez

É possível o pagamento proporcional de indenização do seguro DPVAT em caso de invalidez permanente parcial em decorrência de acidente de trânsito. O entendimento é do Superior Tribunal de Justiça (STJ), firmado em julgamento de recurso especial de uma vítima de acidente ocorrido no Rio Grande do Sul, em setembro de 2006.

A Quarta Turma do Tribunal decidiu que a lei que disciplina o pagamento do seguro DPVAT (Lei n. 6.194/1974), ao falar em “quantificação de lesões físicas ou psíquicas permanentes”, a ser feita pelo Instituto Médico Legal, dá sentido à possibilidade de estabelecer percentuais em relação ao valor integral da indenização.

A posição baseou-se em voto do relator do recurso, ministro Aldir Passarinho Junior. Ele destacou que, caso fosse sempre devido o valor integral, independentemente da extensão da lesão e do grau

⁶ Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009. (Produção de efeitos).

de invalidez, não haveria sentido em a lei exigir a “quantificação das lesões”. Por isso, o STJ ratificou o entendimento do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) sobre a questão. A vítima do acidente de trânsito é um cobrador de ônibus da região metropolitana de Porto Alegre (RS). Ele sofreu perda da capacidade física com debilidade permanente do braço direito, sentido ou função. Concluído o processo administrativo movido por meio da seguradora, o pagamento foi feito após constatada a invalidez permanente, em valor proporcional. Inconformado, o cobrador ingressou com ação na Justiça gaúcha contra a seguradora, pedindo complementação do pagamento da indenização por invalidez permanente no valor máximo previsto em lei: 40 salários mínimos. Em primeiro grau, o pedido foi negado. O juiz observou não constar laudo do instituto médico legal para caracterizar a invalidez.

A vítima apelou ao Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS), que atendeu em parte o pedido. O Tribunal local entendeu ser possível propor ação para pedir o valor remanescente da indenização. No entanto, afirmou que deveria ser aplicada a tabela para o cálculo de indenização em caso de invalidez permanente, com base na resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP). O valor foi fixado em 8,3% de 40 salários mínimos, mais juros de 1% ao mês desde a citação.

A vítima recorreu novamente, desta vez ao STJ. Alegou que seria caso de invalidez permanente, não interessando o grau de invalidez, desde que permanente. Disse que a questão da invalidez ser parcial ou total seria uma forma que as seguradoras encontraram para diminuir o valor do seguro. Por isso, alegou que deveria ser indenizado em 40 salários mínimos, e não apenas no valor correspondente ao percentual da invalidez. Esta posição não foi acolhida pelo STJ.”⁷

Quadra reproduzir a revisão do entendimento esposado pela Juíza Relatora Ana Bernadete Leite de Carvalho Andrade, em sessão de julgamento do Recurso Inominado nº 0580/2009 (processo 2009801243), na Colenda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado de Sergipe. In verbis:

“[...] Inobstante tenha esta Relatora se posicionado, noutros julgamentos, em sentido contrário ao ora assumido, valendo-se do fundamento de inexistência, no artigo 3º, b, da Lei 6.194/74, acerca de diferenciação quanto ao grau de invalidez, revejo, aqui, meu posicionamento, por passar a entender que a invalidez permanente deverá ser calculada com base no percentual da lesão, como ocorre nos demais seguros de acidente pessoal.

[...] Inexistindo, na hipótese dos autos, laudo pericial atestando a incapacidade permanente, verifica-se a complexidade da causa, afastando a competência do juizado especial para o deslinde do caso vertente.

Observo que as provas coligidas aos autos, em especial o laudo do IML, às fls. 10, mostram-se inconclusivas quanto ao grau de invalidez que acometeu a vítima do acidente automobilístico. Com efeito, aponta como sequela a “assimetria da articulação interpubiana, com sequelas permanentes” por parte da vítima, ora recorrida, mas não afirma ocorrer o grau de invalidez permanente. Tal situação exige, inexoravelmente, produção de prova pericial para devida investigação o que, pela complexidade daí decorrente, torna incompetente o sistema dos JEC's para apreciar a lide, porquanto incompatível com os princípios notadores dos mesmo, a saber: celeridade, informalidade, oralidade, economia processual e simplicidade. [...]”⁸

Impende transcrever, ainda, o entendimento ostentado pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SERGIPE, no julgamento da Apelação nº 5237/2009 (processo 200854000973), cuja ementa e passagem do voto seguem. In verbis:

EMENTA: Apelação Cível - Ação de Cobrança de Diferença de Indenização do Seguro Obrigatório DPVAT - Preliminar de ilegitimidade passiva ad causam - Convênio específico para

⁷ Disponível em <http://www.stj.gov.br/porta1_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=93189>, Resp 1119614, j. 04/08/2009, g.n.

⁸ Acórdão publicado em 01.09.2009

AMANDA AURORA PEREIRA DA COSTA PORTO | ANA CAROLINA LOUZEIRO DE SOUZA | BÁRBARA HELIODORA FERREIRA MENDES DA SILVA | BRUNO QUEIROZ RABELO | CARINE SOUZA E SOUSA | CÉSAR RODRIGUEZ | DANA THAIS FERREIRA SANGIORGI | DANIEL BROUX MARTINS DA CRUZ FILHO | FÁBIO ELIAS DE MEDEIROS MOUCHEREK | GUSTAVO CARVALHO DE MENEZES | HERYCKA DONATO MENEZES | HILTON DO COUTO COHEN | IANA LIBÓRIO BENEVIDES | JEANN CALIXTO SOUZA OLIVEIRA | JOÃO PAULO MOREIRA TAVARES | JÚLIA GOIANA MODESTO FERRAZ | JOSÉ TARCÍSIO PASSOS LIMA FILHO | KYARA AMORIM MAIA MENDES | LUANA NATHALY PEREIRA | MANOELA TRIGUEIRO CAROÇA CAVALCANTI | MARIA ISABEL GARCIA DURÁN ALVAREZ | MARÍLIA MOUSINHO LOPES FALCÃO | MARINA DUARTE CAMELO DE SENA | PEDRO ARJUNA DE SÁ BITTENCOURT CÂMARA | RÔMULO GUIMARÃES BRITO | TÁCIO NEI CARDOSO RIBEIRO ELPÍDIO | TATIANA MARA FREITAS MAMEDE | THAIS ANDRÉA COELHO DE CARVALHO | THIAGO RIBEIRO GUIMARÃES | THIAGO LUIZ PACHECO DE CARVALHO | VALDIR SANTOS ARAÚJO FERREIRA | VERENA ANDRADE DE MELO

operacionalização do Seguro DPVAT - Possibilidade de exigir de qualquer seguradora conveniada a indenização do Seguro Obrigatório - Descabimento da preliminar aventada - Falta de interesse processual - Descabimento - Recibo de quitação administrativo que não inviabiliza reclamação de quantia adicional judicialmente - Preliminar de carência de ação por inépcia da inicial - Não ocorrência de nenhuma das hipóteses constantes no art. 295, § único do CPC - Desacolhimento da preliminar - Mérito - No caso dos autos aplica-se a Lei nº 11.482/07, porque vigente na época do evento, a qual previa a indenização de até R\$ 13.500,00 em caso de invalidez permanente - A indenização para o caso de invalidez permanente deve ser calculada com base no percentual da lesão - Grau de invalidez de acordo com a tabela expedida pelo CNSP - Valor pago pela Seguradora em conformidade com o percentual previsto na referida tabela - Ônus da prova que incumbe ao autor, eis que só ele seria capaz de comprovar a invalidez, bem como a sua irreversibilidade - Recurso conhecido e provido - Decisão Unânime.

VOTO: "[...] Ora, nenhum prontuário médico e nem tampouco laudo pericial foi juntado aos autos para embasar a afirmação do apelado no tocante ao percentual de sua invalidez. Por seu turno, a Seguradora afirmou que efetuou o pagamento de acordo com o apurado, valendo notar que o valor pago pela Recorrente foi feito conforme documentação apresentada pelo próprio segurado.

O autor se limita apenas a argumentar a existência de invalidez permanente e partindo de premissa equivocada, repita-se, fala que a indenização de seguro obrigatório para seu caso é devida no valor máximo indenizatório.

A própria Lei nº 11.482/07 fez a ressalva quanto à possibilidade de indenização de invalidez permanente ser de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

No autos não se pode concluir qual o valor a ser pago para a invalidez permanente afirmada pelo autor. O recorrido diz que se submeteu à perícia através de médico da Seguradora e que apresentou todos os documentos necessários para o requerimento administrativo, chegando inclusive a falar da desnecessidade de perícia, porque já periciado pela recorrente.

Entretanto, não esclarece o recorrido o grau de sua invalidez, sendo certo que não se discute nos autos a existência de lesão, haja vista a Seguradora ter reconhecido a sua existência e pago um percentual de acordo com o que restou concluído administrativamente.

Assim, cabia ao autor o ônus de comprovar o fato constitutivo de seu direito, qual seja o grau de invalidez, para fazer jus a recebimento do valor integral (100%) da indenização prevista na Lei nº 11.482/07, porém não o fez.

[...]Ante o expendido e diante de tudo o que foi devidamente delineado, rejeito as preliminares aventadas e dou provimento ao apelo, reformando a sentença a quo para **julgar improcedente o pedido contido na inicial, entendendo satisfeita a obrigação da Seguradora com o pagamento do Seguro Obrigatório conforme Tabela do Conselho Nacional de Seguros Privados e dentro do limite estabelecido na Lei nº 11.482/2007, uma vez que o autor não se desincumbiu do ônus imposto no art. 333, inciso I do Código de Processo Civil**, redirecionando o ônus da sucumbência, restando suspensa a sua cobrança diante do benefício da gratuidade concedida às fls. 42.⁹⁹

Por derradeiro, consigna-se o entendimento ostentado pelo MM. Desembargador José dos Anjos, integrante do TJSE, nos autos da Apelação Cível 7000/2009, cujo acórdão foi publicado em 15/01/2010, acerca da necessidade de demonstração do grau de invalidez, para arbitramento da indenização DPVAT:

"[...] No que pertine ao valor referente ao seguro obrigatório para danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre (DPVAT) destaco meu posicionamento, após profundo estudo acerca da matéria, alterando inclusive pensamento anterior, ante provocação intelectual partida do eminente Desembargador Cezário Siqueira Neto.

⁹ TJSE, Apelação nº 5237/2009 (processo 200854000973), Des. Rel. Cezário Siqueira Neto, DPJ de 19/11/2009. SALVADOR | BA – RUA FREDERICO SIMÕES, 125, 11º ANDAR, EDF. LIZ EMPRESARIAL, CEP: 41.820-774 TEL.: 55 71 3444.5454 | FAX.: 55 71 3444.5450

[...] Antes de adentrar no cerne da questão impende destacar que o Conselho Nacional de Seguros Privado (CNSP) é o órgão normativo das atividades securitárias do País, sendo criado pelo Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, diploma que institucionalizou, também, o Sistema Nacional de Seguros Privados, do qual o citado Colegiado é o órgão de cúpula.

O CNSP tem como atribuições: fixar as diretrizes e normas da política de seguros privados; Regular a constituição, organização, funcionamento e fiscalização dos que exercem atividades subordinadas ao Sistema Nacional de Seguros Privados, bem como a aplicação das penalidades previstas; Fixar as características gerais dos contratos de seguros, previdência privada aberta e capitalização, dentre outras.

[...] Deste modo, nos sinistros cobertos pelo seguro DPVAT verificados antes da edição da MP nº 451, publicada em 16 de dezembro e retificada em 22 de dezembro de 2008, devem ser aplicadas as Resoluções, Portarias e Circulares baixadas pelo CNSP, eis que há na legislação em apreço (Lei nº 6.194/74) a previsão de que, in verbis:

Art. 12. O Conselho Nacional de Seguros Privados expedirá normas disciplinadoras e tarifas que atendam ao disposto nesta lei.

No caso dos autos, como o acidente ocorreu em 27.04.2006, não será aplicada a Lei 6.194/74 com as alterações trazidas pela MP nº 451/2008, mas sim, a referida Lei nº 6.194/74 combinada com o disposto na Resolução nº 138/2005, que regulamenta o artigo 3º, da lei mencionada.

O que não pode acontecer é o CNSP regulamentar contrariamente ao disposto na Lei federal. O legislador ordinário deixou uma lacuna na lei devendo existir uma norma regulamentadora para integrá-la, e, ainda especificou que caberia ao CNSP a função de regulamentá-la.

Contrariando o entendimento anterior deste Julgador, hoje observo que como bem ressaltou o Ministro Aldir Passarinho Júnior em sua Decisão Monocrática, Ag nº 1085419, publicada em 06.02.2009, in verbis:

[...] A intenção do legislador ao utilizar a expressão invalidez permanente foi abranger aqueles casos em que a lesão sofrida pelo acidentado seja expressiva a ponto de torná-lo incapaz para o trabalho, não sendo suficiente para caracterizá-la a ocorrência de lesão que, embora permanente, não o impossibilite de exercer atividade laboral.

A Medida Provisória nº 340/2006, convertida na Lei 11.482/07, corrobora o entendimento de que deve ser aferido o grau de invalidez, haja vista a manutenção do termo até R\$13.500,00, em substituição à expressão até 40 salários mínimos. Razão pela qual o grau de invalidez permanente deve ser considerado para efeito de indenização, limitado a 40 vezes o maior salário mínimo vigente no País, consoante a dicção da lei anterior, e, agora, a R\$ 13.500,00. O artigo 12 da Lei 6.194/64 refere que o Conselho Nacional de Seguros Privados está autorizado a expedir normas disciplinadoras e tarifas, por certo, junto a organismos vinculados a companhias seguradoras[...]

[...] Esta Corte Estadual de Justiça, de igual sorte já decidiu:

SEGURO - OBRIGATÓRIO - DPVAT - RESPONSABILIDADE CIVIL - INVALIDEZ PERMANENTE - NÃO DEMONSTRAÇÃO DO GRAU DE INVALIDEZ - SENTENÇA REFORMADA - APELO CONHECIDO E PROVIDO. - A intenção do legislador ao utilizar a expressão invalidez permanente, para efeito de indenização pelo valor máximo, foi abranger aqueles casos em que a lesão sofrida pelo acidentado seja expressiva a ponto de torná-lo incapaz para o trabalho, não sendo suficiente para caracterizá-la a ocorrência de lesão que, embora permanente, não o impossibilite de exercer atividade laboral. - O artigo 12 da Lei 6.194/64 refere que o Conselho Nacional de Seguros Privados está autorizado a expedir normas disciplinadoras e tarifas, por certo, junto a organismos vinculados a companhias seguradoras. (Apelação Cível nº 3829/2009, Relator Des. Osório de Araújo Ramos Filho, TJ/SE, julgado em 17.08.2009)

[...] Ocorre que, verifico não haver sentido útil na letra da lei sobre a indicação da quantificação das lesões e percentuais da tabela para fins de DPVAT, se este seguro (relativo à invalidez permanente) houvesse, sempre de ser pago pelo valor integral, independentemente da extensão da lesão e de grau de invalidez.

Assim, merecem guarida as razões recursais trazidas pela Apelante no tocante ao pagamento do seguro obrigatório de acordo com o grau de invalidez permanente, que no caso em comento foi equivalente ao valor efetivamente pago, ou seja, R\$ 7.261,31 (sete mil duzentos e sessenta e um reais e trinta e um centavos).

Ante o exposto, o voto é pelo provimento do recurso, para o fim de reformar a sentença do Juízo de planície, julgando improcedente o pleito autoral, eis que o pagamento efetuado via administrativa seguiu corretamente a previsão legal de graduação da invalidez permanente.

Inverto os ônus sucumbenciais.¹⁰

Ainda, reconhecendo a necessidade de apuração do grau de invalidez e do ônus probatório da parte Autora:

"[...] III - **Impõe-se a necessidade de aferir o grau da invalidez para apuração do quantum indenizatório, pois não é razoável se atribuir valores idênticos à indenização de danos pessoais em graus diferentes**; IV - **Incumbe ao autor o ônus de comprovar o grau de invalidez decorrente das lesões sofridas, a fim de obter a complementação da indenização securitária que alega ser devida, o que não se deu in casu**; V - O beneficiário da assistência judiciária gratuita, quando vencido, deverá ser condenado na sentença ao pagamento das verbas sucumbenciais, condicionando-se a exigibilidade do crédito, porém, à perda da condição de necessitado, conforme art.12 da Lei 1.060/50; VI - Recurso conhecido e provido.

[...] Nesse intuito, impende salientar, inicialmente, que, tendo ocorrido o sinistro que vitimou o apelado em 10/01/2007, em obediência ao princípio do tempus regit actum, deve ser aplicada a legislação vigente à época, in casu, a Medida provisória n.º 340, editada em 29/12/2006 e convertida na Lei 14.482, de 31/05/2007, cuja redação estabelece, em caso de invalidez permanente, o valor da indenização do seguro obrigatório em até 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

In casu, perlustrando os autos, verifico que não se desincumbiu o autor de seu ônus de comprovar o fato constitutivo do seu direito, qual seja, o grau de invalidez decorrente das lesões sofridas, vez que não junta qualquer comprovação do grau da aludida invalidez, cingindo-se apenas a alegar que a mesma foi reconhecida pela seguradora, acostando apenas prova do acidente através do Boletim de Ocorrência às fls. 14 e laudo médico não conclusivo quanto ao grau de invalidez, atestando apenas que o mesmo apresenta debilidade permanente do membro inferior direito e deformidade permanente (marcha claudicante), sem fazer prova do grau de invalidez. [...].¹¹

Inicialmente, cumpre frisar que é de clareza solar a necessidade de auferir a proporcionalidade e o grau da invalidez. Assim, com o fito de normatizar a matéria de forma a afastar subjetividades, foi editada a Lei 11.945/09 que trás a tabela abaixo:

ANEXO

(Incluído pela Medida Provisória nº 451, de 2008).

(art. 3o da Lei no 9.164, de 19 de dezembro de 1974)

Danos Corporais Totais	Percentual da Perda
Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100

¹⁰ TJSE, AC 7000/2009, Rel. Des. José dos Anjos, DPJ de 15/01/2010.

¹¹ TJSE, Apelação Cível 3472/2008, Rel. Desa. Marilza Maynard Salgado, publicado em 16.12.2009.

AMANDA AURORA PEREIRA DA COSTA PORTO | ANA CAROLINA LOUZEIRO DE SOUZA | BÁRBARA HELIODORA FERREIRA MENDES DA SILVA | BRUNO QUEIROZ RABELO | CARINE SOUZA E SOUSA | CÉSAR RODRIGUEZ | DANA THAIS FERREIRA SANGIORGI | DANIEL BROUX MARTINS DA CRUZ FILHO | FÁBIO ELIAS DE MEDEIROS MOUCHEREK | GUSTAVO CARVALHO DE MENEZES | HERYCKA DONATO MENEZES | HILTON DO COUTO COHEN | IANA LIBÓRIO BENEVIDES | JEANN CALIXTO SOUZA OLIVEIRA | JOÃO PAULO MOREIRA TAVARES | JÚLIA GOIANA MODESTO FERRAZ | JOSÉ TARCÍSIO PASSOS LIMA FILHO | KYARA AMORIM MAIA MENDES | LUANA NATHALY PEREIRA | MANOELA TRIGUEIRO CAROÇA CAVALCANTI | MARIA ISABEL GARCIA DURÁN ALVAREZ | MARÍLIA MOUSINHO LOPES FALCÃO | MARINA DUARTE CAMELO DE SENA | PEDRO ARJUNA DE SÁ BITTENCOURT CÂMARA | RÔMULO GUIMARÃES BRITO | TÁCIO NEI CARDOSO RIBEIRO ELPÍDIO | TATIANA MARA FREITAS MAMEDE | THAIS ANDRÉA COELHO DE CARVALHO | THIAGO RIBEIRO GUIMARÃES | THIAGO LUIZ PACHECO DE CARVALHO | VALDIR SANTOS ARAÚJO FERREIRA | VERENA ANDRADE DE MELO

Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis, de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais das Perdas
Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
PERDA COMPLETA DA MOBILIDADE DE UM DOS OMBROS, COTOVELO, PUNHOS OU DEDO POLEGAR	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais das Perdas
Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do bço	10

Ressalte-se que a jurisprudência pátria considera válida a tabela transcrita, conforme se depreende das ementas abaixo transcritas:

Apelação Cível - Ação de Cobrança de Diferença de Indenização do Seguro DPVAT - No caso dos autos aplica-se a Lei nº 11.482/2007 porque vigente na época do evento - O autor não se desincumbiu do ônus de comprovar o fato constitutivo de seu direito para fazer jus ao recebimento do valor integral da indenização do seguro DPVAT - A Lei 11.482/2007 limita o valor da indenização por invalidez permanente em até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - Necessidade de prova para apuração do grau de incapacidade do autor - A indenização para o caso de invalidez permanente deve ser calculado com base no percentual da lesão - Grau de invalidez de acordo com a tabela expedida pelo CNSP - Valor pago pela Seguradora em conformidade com o percentual previsto na referida tabela - Recurso que se conhece para lhe dar provimento. Decisão Unânime.¹²

¹² APELAÇÃO CÍVEL Nº 4716/2009, 1ª VARA CIVEL DE LAGARTO, Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, Relator: DES. CEZÁRIO SIQUEIRA NETO, Julgado em 26/11/2009.

Sobre o valor achado, deve incidir o percentual da efetiva perda, no caso concreto. Isso porque, ainda que haja invalidez, ela pode ser em maior ou menor grau. Assim estabelece o § 1º, do art. 3º, da lei 6.194:

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do **caput** deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o **enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.**

Assim, o cálculo do valor indenizatório deve ser realizado de acordo com a seguinte fórmula:

(teto x percentual de enquadramento na tabela) x (percentual da perda) =

(R\$13.500,00 x 25%) x 50% = 1.687,50

Conclui-se, portanto, que o Autor já recebeu o valor que fazia jus, calculado de acordo à proporcionalidade de sua seqüela, de forma que é incabível a complementação que ora pleiteia.

3.4 Dos valores e parâmetros em eventual condenação com base no salário mínimo

Se, porventura, forem desconsiderados os fundamentos aduzidos e deferida a diferença entre a indenização recebida e o valor de 40 salários mínimos, conforme requestado pela parte autora, o que não

se espera, a referida indenização deve ser calculada conforme o salário mínimo vigente na data do acidente (14/12/2008), não do pagamento da complementação, conforme §1º do art. 5º da Lei 6.194/74, *in verbis*:

“A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos” – grifos nossos.

Tal preceptivo obsta o *bis in idem*, no momento do cálculo da correção monetária, e o consequente enriquecimento sem causa da parte autora - o que de forma alguma se admite no ordenamento pátrio. Nesse sentido, transcrevem-se os seguintes julgados:

CIVIL. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. SINISTRO ANTERIOR À LEI N1 8.441/92. IRRELEVÂNCIA. INDENIZAÇÃO. SALÁRIO-MÍNIMO.

Mesmo nos acidentes ocorridos anteriormente à modificação da Lei n. 6.194/74 pela Lei n1 8.441/92, a falta de pagamentos do prêmio do DPVAT não afasta a responsabilidade indenizatória - precedentes do STJ.

As leis n. 6.205/75 e n1 6.243/77 não revogaram o artigo 31 da Lei n. 6.194/74, pois nesta norma a indenização está apenas quantificada em salários-mínimos, não se constituindo o salário em fator da atualização monetária da indenização.

A indenização deve ser fixada com base no salário mínimo vigente na data do sinistro, e o valor então apurado há de ser atualizado por índice de correção até o pagamento, sendo inconstitucional a simples quantificação da indenização baseada no salário mínimo vigente na data da condenação, hipótese em que o salário estaria sendo usado como fator de atualização monetária.

Recurso provido parcialmente¹³.

AÇÃO DE COBRANÇA - DPVAT - VALOR PAGO A MENOR - QUITAÇÃO ESPECÍFICA - AUSÊNCIA - LEI 6.194/74 - SALÁRIO MÍNIMO - UTILIZAÇÃO APENAS COMO PARÂMETRO DA INDENIZAÇÃO - POSSIBILIDADE - CORREÇÃO MONETÁRIA - JUROS DE MORA - TERMO A QUO.

[...]

Para se chegar à quantificação correta da indenização, **deve-se tomar o valor do salário mínimo vigente na época do sinistro, momento em que surge a pretensão indenizatória**, aplicando-se, sobre o valor devido, correção monetária, desde a data do acidente, bem como juros moratórios, a partir da citação¹⁴.

In casu, o acidente ocorreu em 28/05/2010, quando o salário mínimo era R\$ 510,00. Assim, a indenização, acaso deferida, não deve ultrapassar o valor de R\$ 18.712,50, que corresponde à diferença entre R\$ 20.400,00 (40 x R\$ 510,00) e R\$ 1.687,50 (valor já recebido).

3.5 Da correção monetária

¹³ 2ª Turma Recursal de Betim, Rec. n1 027.04.009244-0, Rel. Juiz Adalberto José Rodrigues Filho

¹⁴ Acórdão 1.0024.06.097982-0/001(1) do TJ/MG, 06/12/2007

SALVADOR | BA - RUA FREDERICO SIMÕES, 125, 11º ANDAR, EDF. LIZ EMPRESARIAL, CEP: 41.820-774
TEL.: 55 71 3444.5454 | FAX.: 55 71 3444.5450

Acerca da correção monetária, espera a Seguradora que seja observada a data da propositura da presente demanda, como termo inicial para a sua incidência, em observância ao disposto da lei nº 6.899/81, cujo art. 1º assim dispõe:

“Art 1º - A correção monetária incide sobre qualquer débito resultante de decisão judicial, inclusive sobre custas e honorários advocatícios.

§ 1º - Nas execuções de títulos de dívida líquida e certa, a correção será calculada a contar do respectivo vencimento.

§ 2º - Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.” – grifei.

Assim, em caso de eventual condenação, a correção deve incidir a partir do ajuizamento da ação, nos moldes estabelecidos pelo art. 1º, da Lei 6.899/81, em seu § 2º.

3.6 Da limitação dos honorários advocatícios na hipótese de instância recursal

Em decorrência do princípio da eventualidade, e por ser a parte autora requerente do benefício da assistência judiciária gratuita, eventuais honorários de sucumbência devem ser limitados a 15% (quinze por cento), na forma do artigo 11, § 1º, da Lei 1.060 de 5 de fevereiro de 1950.

O STJ já declarou válida esta limitação, entre outras oportunidades, no seguinte acórdão:

“O recorrente alega que o percentual de 12% fixado no aresto vergastado transbordaria os limites da Lei nº 1.060/50, que dispõe:

“Art. 11.

§ 1º. Os honorários do advogado serão arbitrados pelo juiz até o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o líquido apurado na execução da sentença.”

Não há violação à referida norma, à medida que a condenação, na verdade, ficou claramente abaixo da linde encimada. Com efeito, a sentença fixou os honorários em 10% do valor da condenação (fl. 42) e o acórdão recorrido somente o aumentou para 12% sobre a mesma base (fl. 198).” (Superior Tribunal de Justiça. Resp. 569425. Quinta Turma. Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca)

Bem assim, o CPC, em seu art. 20, estabelece que o valor dos honorários advocatícios, deve ser definido, levando em consideração o zelo profissional, local por onde tramita a ação, bem como o trabalho despendido em seu curso.

É de solar clareza que as demandas que tratam do seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre – DPVAT, não exigem maiores esforços do

profissional, haja vista que, se tratando de matéria de direito, não existem grandes discussões doutrinárias e jurisprudenciais capazes de ensejar dispêndio exacerbado de tempo para criação de teses jurídicas.

Ademais, em se tratando de Juizado especial, a referida verba tem incidência apenas na fase recursal, conforme determina a Lei 9.099/95:

“Art. 55. A sentença de primeiro grau não condenará o vencido em custas e honorários de advogado, ressalvados os casos de litigância de má-fé. Em segundo grau, o recorrente, vencido, pagará as custas e honorários de advogado, que serão fixados entre dez por cento e vinte por cento do valor de condenação ou, não havendo condenação, do valor corrigido da causa.”

Portanto, os honorários de sucumbência, em caso de condenação, devem incidir apenas na fase recursal, respeitando o limite de 10% (dez por cento).

4. DOS REQUERIMENTOS

Ante o exposto, requer:

- a) Seja acolhida a preliminar de incompetência absoluta, haja vista que a matéria discutida requer produção de prova pericial, procedimento incompatível com os ditames dos Juizados Especiais, devendo o processo ser extinto, sem julgamento do mérito, por força do art. 51, II da Lei 9.099/95;
- b) Seja acolhida a preliminar de ilegitimidade passiva da BOB CORRETORA DE SEGUROS, determinando-se a exclusão desta do pólo passivo da demanda;
- c) Seja acolhida a preliminar de inépcia da inicial, ante a ausência de Laudo do IML, extinguindo-se o processo sem resolução do mérito;
- d) Seja acolhida a preliminar de falta de interesse de agir, devendo o processo ser extinto, sem julgamento do mérito, por força do art. 267, VI, CPC;
- f) Rejeitadas as preliminares, sejam os pedidos da parte Autora JULGADOS TOTALMENTE IMPROCEDENTES, uma vez que a mesma não faz *jus* ao pagamento da complementação, com sua condenação no pagamento das custas e honorários de sucumbência;

ALINE RAMOS LIMA | AMANDA BEATRIZ FIGUEIRÔA COSTA ARCOVERDE GUSMÃO | CLÁVIO DE MELO VALENÇA FILHO | LUCIANA CAVALCANTI DE GODOY | MARIA AUXILIADORA GARCIA DURÁN ALVAREZ | MARIANA NETTO DE MENDONÇA PAES | RÉGIS GONDIM PEIXOTO | RAPHAEL PARENTE OLIVEIRA

VALENÇA
ADVOGADOS
assessoria jurídica empresarial

AMANDA AURORA PEREIRA DA COSTA PORTO | ANA CAROLINA LOUZEIRO DE SOUZA | BÁRBARA HELIODORA FERREIRA MENDES DA SILVA | BRUNO QUEIROZ RABELO | CARINE SOUZA E SOUSA | CÉSAR RODRIGUEZ | DANA THAIS FERREIRA SANGIORGI | DANIEL BROUX MARTINS DA CRUZ FILHO | FÁBIO ELIAS DE MEDEIROS MOUCHEREK | GUSTAVO CARVALHO DE MENEZES | HERYCKA DONATO MENEZES | HILTON DO COUTO COHEN | IANA LIBÓRIO BENEVIDES | JEANN CALIXTO SOUZA OLIVEIRA | JOÃO PAULO MOREIRA TAVARES | JÚLIA GOIANA MODESTO FERRAZ | JOSÉ TARCÍSIO PASSOS LIMA FILHO | KYARA AMORIM MAIA MENDES | LUANA NATHALY PEREIRA | MANOELA TRIGUEIRO CAROCA CAVALCANTI | MARIA ISABEL GARCIA DURÁN ALVAREZ | MARÍLIA MOUSINHO LOPES FALCÃO | MARINA DUARTE CAMELO DE SENA | PEDRO ARJUNA DE SÁ BITTENCOURT CÂMARA | RÔMULO GUIMARÃES BRITO | TÁCIO NEI CARDOSO RIBEIRO ELPÍDIO | TATIANA MARA FREITAS MAMEDE | THAIS ANDRÉA COELHO DE CARVALHO | THIAGO RIBEIRO GUIMARÃES | THIAGO LUIZ PACHECO DE CARVALHO | VALDIR SANTOS ARAÚJO FERREIRA | VERENA ANDRADE DE MELO

f) Subsidiariamente, em caso de eventual condenação, que seja aplicada a Lei 11.482/07 e Lei 11.947/09, pois vigentes à época do acidente, bem como que seja fixado, como termo inicial da correção monetária, a data do ajuizamento da ação;

g) Igualmente de forma subsidiária, em caso de instância recursal, que sejam os honorários advocatícios limitados ao importe de 10% sobre o valor da condenação

h) Protesta por todos os meios de prova em Direito admitidos, especialmente por perícia médica e depoimento pessoal.

Termos em que, pede deferimento.

De Salvador para Lagarto - SE, 23 de setembro de 2011.

Luana Barbosa Silva
OAB/BA 31.261

Verônica Gonçalves Magalhães Castro
OAB/SE 4.168

Maria Auxiliadora Garcia Durán Alvarez
OAB/BA 21.193

Clávio de Melo Valença Filho
OAB/BA 27.752



PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Jurídico, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06, e por seu Diretor de Relações Institucionais, **JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 836.366 expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 174.562.157-15, nomeia e constitui seus bastantes procuradores, **Dra. MARIA AUXILIADORA GARCIA DURÁN ALVAREZ**, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na OAB-BA nº 21.193, OAB-SE nº 631-A; **Dra. MARIANA NETTO DE MENDONÇA PAES**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB-BA nº 27.397; **Dr. CLÁVIO DE MELO VALENÇA FILHO**, brasileiro, separado, advogado, inscrito na OAB-BA nº 27.752; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA VALENÇA ADVOGADOS**, com o escritório situado na Rua Frederico Simões, nº 125, 11º, andar, Edif. Liz Empresarial, Salvador/BA, CEP 41.820-774. Aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 447 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, vedado receber, dar quitação e levantar alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo toda e qualquer levantamento

p. 89

R. Senador Dantas 74, 5º andar
Centro, Rio de Janeiro CEP 20031-205
Tel 21 3861-4600
www.seguradoralider.com.br



Seguradora Líder - DPVAT

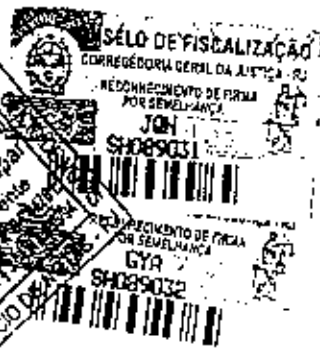
judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figura, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 11 de maio de 2011.

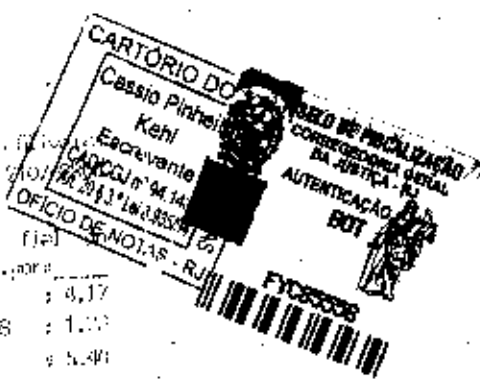
MARCELO DAVOLI LOPES

JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON

172 OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmino Oliveira
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2187-9808
Reconheço por semelhança as firmas de: MARCELO DAVOLI LOPES e JOSÉ
MÁRCIO BARBOSA NORTON (Cod:087712448752)
Rio de Janeiro, 12 de maio de 2011. Conf. por:
Em testemunho de verdade. Secretária
Bruno Rodrigo Belen Gaspar - Aut. 382 TJ-FUNDOS
Total



172 OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmino Oliveira
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2187-9808
Reconheço por semelhança as firmas de: MARCELO DAVOLI LOPES e JOSÉ
MÁRCIO BARBOSA NORTON (Cod:087712448752)
Rio de Janeiro, 12 de maio de 2011. Conf. por:
Em testemunho de verdade. Secretária
Bruno Rodrigo Belen Gaspar - Aut. 382 TJ-FUNDOS
Total



Continuação de Ata de 1º Reunião do Conselho de Administração da Seguros Lázaro das
Comércio DPVAT S.A., realizada em 18 de outubro de 2007

REUNION
70 21 01


Paulo César Bicalho

3.

Continuação de Ata de 1º Reunião do Conselho de Administração da Seguros Lázaro das
Comércio DPVAT S.A., realizada em 18 de outubro de 2007

REUNION
70 21 01


Paulo César Bicalho


Paulo César Bicalho


Paulo César Bicalho


Paulo César Bicalho


Paulo César Bicalho


Paulo César Bicalho


Paulo César Bicalho


Paulo César Bicalho


Paulo César Bicalho


Paulo César Bicalho

3.

[illegible]

11074

[illegible]

157

com sede na Praça Alameda Egídio de Sousa Azevedo, nº 180, Torre Saneam, 6º Andar, Parque Independência, Cidade do Rio Paulo, Estado do Rio Grande do Norte, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.744.234/0001-49, tanto ao representado por seu promotor, Sr. Ivanildo Mendes Viana Brito, advogado, residente, titular do documento de identidade nº 4.365.765, expedido pela SSP/RN, inscrito no CPF/MF sob o nº 648.397.238-53, residente e domiciliado em Cuiabá do São Paulo, Estado do Rio Paulo, Porto Alegre Cha. da Seguros Guarani, sociedade anônima, com sede na Avenida Rito Ruano, nº 1.489, Campos Eliseus, Cidade do São Paulo, Estado do São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.190.164/0001-48, tanto ao representado por seu Diretor Administrativo de Descontroleamento, Sr. Celso Roberto Gomes, brasileiro, separado judicialmente, divorciado, titular do documento de identidade nº 3.264.957-4, expedido pela SSP/RN, inscrito no CPF/MF sob o nº 056.041.328-48, residente e domiciliado em Cuiabá do São Paulo, Estado do Rio Paulo, Porto Alegre Cha. da Seguros Guarani, sociedade anônima, com sede na Avenida Rito Ruano, nº 1.489, 1º Andar, Campos Eliseus, Cidade do São Paulo, Estado do São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.768.364/0001-48, tanto ao representado por seu Diretor Administrativo de Descontroleamento, Sr. Celso Roberto Gomes, brasileiro, separado judicialmente, divorciado, titular do documento de identidade nº 3.264.957-4, expedido pela SSP/RN, inscrito no CPF/MF sob o nº 056.041.328-48, residente e domiciliado em Cuiabá do São Paulo, Estado do Rio Paulo, NO Seguros S.A. (sem representação), sociedade anônima, com sede em Rua Imigração Caladão, nº 340, 7º andar, joia, Campos Eliseus, Cidade do Salvador, Estado do Bahia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.184.090/0001-03, tanto ao representado por seu promotor, Sr. Ben. Maria de Castro Bicalho Ribeiro, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 17.524, expedida pelo CAJURBA, inscrita no CPF/MF sob o nº 279.923.158-99, residente e domiciliado em Cidade do Salvador, Estado do Bahia; Provedor Previdenciário Federal e Regredadora S.A., sociedade anônima, com sede na Rua Alvarães Pêgas, nº 974, petre, 6º andar, Santa Agnês, Cidade do Belo Horizonte, Estado do Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 97.183.511/0001-94, tanto ao representado por seu promotor, Sr. Álvaro Almeida Lacerda Junior, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade nº 74.118, expedido pelo CAJURBA, inscrita no CPF/MF sob o nº 028.857.536-34, residente e domiciliado em Cidade do Belo Horizonte, Estado do Minas Gerais, Inscrição do CAJURBA, sociedade anônima, com sede na Avenida Paulista, nº 2100, 14º andar, Campaninha Claret, Cidade do São Paulo, Estado do São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.902.148/0001-45, tanto ao representado por seu Diretor Augusto Francisco Filho, brasileiro, separado judicialmente, divorciado, titular do documento de identidade nº 3.408.286, inscrita no CPF/MF sob o nº 067.393.358-87, residente e domiciliado em Cidade do São Paulo, Estado do São Paulo e sem representação; e Sr. Ângelo Rosson D'Elia Filho, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade nº 61.661, expedido pelo CAJURBA, inscrita no CPF/MF sob o nº 528.773.973-04, residente e domiciliado em Cidade do São Paulo, Estado do São Paulo, Inscrição do CAJURBA, sociedade anônima, com sede na Rua Amador Bueno, nº 474, Santa Inês, Cidade do São Paulo, Estado do São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.376.108/0001-46, tanto ao representado por seu Diretor Eusebio, Sr. Gilberto Duarte de Almeida Filho, brasileiro, casado, separado, titular do documento de identidade nº 22.594.775-4, expedida pelo SEP-SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 253.911.148-46, residente e domiciliado em cidade do São Paulo, Estado do São Paulo; e Sr. Prudente Ch. da Seguros, sociedade anônima, com sede na Avenida Rito Ruano, nº 243, 23º andar, Cosmos, Cidade do São Paulo, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.43.15.198/0001-30, tanto ao representado por seu promotor, Sérgio do Oram, brasileiro, casado, genitor unilítero, titular do documento de identidade no 094.081-7, expedido pela CRC-Casca, genitor unilítero, titular do documento de identidade no 198.546.773-30, residente e domiciliado em Cidade do São Paulo, Estado do Rio de Janeiro, Tabula Martins Rodrigues S.A., sem representação, sediada

[illegible]

[illegible][illegible]

Superadora S.A., sobreveros 173.539 ações, ao valor de R\$ 173.539,00 (cento e setenta e três mil e quinhentos e trinta e nove reais), representando 11,7688% do capital da companhia; Joo Norberto Supiero S.A., sobreveros 163.174 ações, ao valor de R\$ 163.174,00 (cento e quarenta e sete mil e cento e vinte e quatro reais), representando 0,95416% do capital da companhia; Joo Norberto Vero Cruz Superadora S.A., sobreveros 376.483 ações, ao valor de R\$ 376.085,00 (trezentas e setenta e seis mil e oitenta e cinco reais), representando 2,307725% do capital da companhia; Mauro Magalhães Ribeiro Superadora S.A., sobreveros 168.783 ações, ao valor de R\$ 168.783,00 (cento e sessenta e oito mil e oitenta e oito reais), representando 1,071066% do capital da companhia; Marcellino Supiero S.A., sobreveros 228.533 ações, ao valor de R\$ 228.933,00 (duzentas e vinte e oito mil e noventa e três reais), representando 1,354223% do capital da companhia; MDM Superadora S.A., sobreveros 147.483 ações, ao valor de R\$ 147.483,00 (cento e quarenta e sete mil e oitenta e três reais), representando 0,91323% do capital da companhia; Mltimo Brasil Superadora Vida e Previdência S.A., sobreveros 149.831 ações, ao valor de R\$ 149.831,00 (cento e quarenta e nove mil e oitenta e tres reais), representando 0,913549% do capital da companhia; Mltimo Brasileiro Seguros S.A., sobreveros 151.924 ações, ao valor de R\$ 151.924,00 (cento e cinquenta e um mil e noventa e quatro reais), representando 0,927449% do capital da companhia; Miniguará Seguros S.A., sobreveros 164.870 ações, ao valor de R\$ 164.870,00 (cento e sessenta e quatro mil e oitenta e sete reais), representando 1,00013% do capital da companhia; Polaris Superadora do Brasil S.A., sobreveros 153.509 ações, ao valor de R\$ 152.868,00 (cento e cinquenta e dois mil e noventa e oito reais), representando 0,91833% do capital da companhia; Praxial Ch. De Supiero Capelo sobreveros 438.373 ações, ao valor de R\$ 438.373,00 (quatrocentos e trinta e oito mil e trezentos e setenta e sete reais), representando 2,68915% do capital da companhia; Porto Seguro Ch. de Supiero Capelo sobreveros 368.708 ações, ao valor de R\$ 368.708,00 (duzentas e sessenta e oito mil e oitenta e oito reais), representando 2,22152% do capital da companhia; Porto Seguro Vida e Previdncia S.A., sobreveros 236.233 ações, ao valor de R\$ 236.233,00 (duzentas e trinta e seis mil e duzentas e trinta e dois reais), representando 1,374906% do capital da companhia; PQ Supiero S.A., sobreveros 153.347 ações, ao valor de R\$ 153.347,00 (cento e cinquenta e trs mil e oitenta e quatro e sete reais), representando 0,924989% do capital da companhia; Previdncia Privada e Superadora S.A., sobreveros 147.831 ações, ao valor de R\$ 147.883,00 (cento e quarenta e sete mil e oitenta e oito e um real), representando 0,904849% do capital da companhia; Realizadora Supiero S.A., sobreveros 368.867 ações, ao valor de R\$ 368.867,00 (trezentos e sessenta e oito mil e oitenta e sete reais), representando 2,323796% do capital da companhia; Ribim Superadora Ch. de Supiero sobreveros 148.533 ações, ao valor de R\$ 148.533,00 (cento e quarenta e oito mil e quinhentos e trinta e dois reais), representando 0,910828% do capital da companhia; Tldio Martins Superadora S.A., sobreveros 214.943 ações, ao valor de R\$ 214.943,00 (duzentas e quinze mil e cento e trinta e quatro reais), representando 2,007169% do capital da companhia; Tldio Martins Brasil Seguros S.A., sobreveros 221.553 ações, ao valor de R\$ 221.553,00 (duzentas e vinte e um mil e oitenta e trs reais), representando 1,377987% do capital da companhia; UBR Curadoria de Seguros S.A., sobreveros 147.989 ações, ao valor de R\$ 147.989,00 (cento e quarenta e sete mil e oitenta e nove reais), representando 0,906094% do capital da companhia; Unibanco ANG Supiero S.A., sobreveros 637.347 ações, ao valor de R\$ 637.347,00 (seiscentas e trinta e sete mil e cento e setenta e sete reais), representando 3,97560% do capital da companhia; Unibanco ANG Vida e Previdncia S.A., sobreveros 521.347 ações, ao valor de R\$ 521.347,00 (quinhentas e vinte e um mil e noventa e quatro e sete reais), representando 3,117494% do capital da companhia, de acordo com os Balanos de Desdobramento, todos os dados financeiros foram obtidos dentro dos parâmetros de reconhecimento contábil.

October 7, 2011

completada da companhia. Se apenas seis unidades dos subscritores representando a maioria de um capital social. Presumindo-se os trabalhos, o Sr. Presidente aderiu a proposta de Paulo de Ezequiel, cujo texto foi lido e aprovada pela unanimidade de votos dos presentes, nos termos inseridos a decisão. O Presidente, então, declarou encerrada a sessão, que passou a operar em 1º de junho de 2008, dando que todos autorizada pelo Conselho.

TECNOLOGIA DOA LÍNGUA DOS CONDOMÍNIOS DO REGIÃO METVAT MA.

TECHNICAL SKILLS

CAPÍTULO I - DENOMINACIÓN DEL OBJETO Y NATURALEZA

Arquiteto - A ENQUADRADURA LÂMINA PARA CONSERVAÇÃO DO SEGREDO IMPAT L.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se regerá por seus Estatutos e todos os demais documentos legais que lhe sejam aplicáveis.

Artigo 2º - A Companhia tem por objeto emitir em nome de sujeitos de direito e de pessoas, naturais ou jurídicas, títulos de crédito e de qualquer natureza, bem como garantir os créditos de terceiros, e, para tanto, adquirir, alienar, administrar, gerir e administrar, em nome próprio ou de terceiros, bens móveis e imóveis, e, em geral, exercer todas as atividades necessárias para a consecução dos seus fins.

Artigo 3º - A Companhia tem sede no estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º andar, podendo criar, modificar e extingir, mediante deliberação do Conselho de Administração, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do Brasil.

Artigo 4º - A Companhia tem como finalidade da duração

CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E ACESSO

Artigo 5º - O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), subdividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias, sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro - Cada apto coletivo construído a ser habitado deverá ser entregue em condições de Arrendatário Geral.

União. O - Representada no Conselho Impulsor aplicadora, a Companhia possui diversas empresas em todo o Brasil, de acordo com o plano de expansão, e tem em andamento projetos para instalação em Portugal, Itália, França, Alemanha, Espanha, Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai, Venezuela, além de várias parcerias de apoio de diversos bancos nacionais, através do Conselho de Administração, para os projetos de expansão.

CAPÍTULO III - ASPECTOS DA CENAL

Page 14 of 21

Exercício não livre em seu próprio e sem nenhuma outra Comissão e pelo Diretor
previsto, conforme o caso.

Parágrafo Quarto - Os membros do Conselho de Administração e do Diretoria Executiva ficam
dispostos de prouto como gerentes de sua gestão.

Parágrafo Quinto - Caberá à Assembleia Geral fixar o montante global de remuneração dos
Administradores, a qual será distribuída e dividida conforme distribuição do Conselho de
Administração.

CAPÍTULO V - DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 10 - A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto
por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de
representantes, todos cidadãos, residentes no País em sua totalidade e elegíveis para Assembleia
Geral, e um membro de 1 (um) ano, prorrogável a critério.

Parágrafo Primeiro - Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes
atribuições: Conselho Presidente, Conselho Vice-Presidente e demais comissões e
subcomissões específicas.

Parágrafo Segundo - O Conselho de Administração, que deve ser representado
integralmente com a Companhia, não poderá ter nome e habilitação para qualquer
exercício de direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que envolvam a
liquidação, fusão, incorporação, ou qualquer outra operação que implique a extinção
do mesmo.

Parágrafo Terceiro - O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá
ser superior a 1 (um) ano, e o segundo até a Assembleia Geral Ordinária que se realizar em
2005, conforme o estatuto de 2005.

ARTIGO 11 - Elegerá pela Assembleia Geral e Conselho de Administração, cabendo a este a
eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por mandato de voto. O Vice-Presidente
substituirá o Presidente em caso de ausência e impedimentos temporários.

ARTIGO 12 - Na hipótese de ausência e impedimentos temporários de membros do Conselho
de Administração, caberá ao seu representante substituto, e, em caso de ausência do representante
do Conselho de Administração, o Conselho mesmo será substituído por seu representante eleito
entre seus membros e em respectivos suplentes pelo primeiro Assembleia Geral.

ARTIGO 13 - Todas as deliberações do Conselho de Administração, além das competentes
resoluções e decisões tomadas em sua sede, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

Parágrafo Primeiro - O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão
direito a voto, pessoal, além, no Presidente em exercício, no Conselho de Administração
deliberações, o voto de desaprovação.

Handwritten signature and initials.

ARTIGO 14 - A Assembleia Geral tem poderes para decidir sobre as questões relativas ao
objeto da Companhia e sobre as questões que julgar convenientes à sua defesa e
desenvolvimento, sempre que não esteja sob o domínio de voto, exceto em casos expressos em lei.

ARTIGO 15 - A Assembleia Geral poderá, em qualquer caso, dentro dos 3 (três) primeiros
anos após o encerramento do exercício social, e, sucessivamente, sempre que os interesses
sociais assim o exigirem.

Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral será convocada no prazo de lei, independentemente
das circunstâncias de convocação, também será convocada para a Assembleia Geral a que
competem todas as deliberações.

Parágrafo Segundo - A sede da Assembleia Geral será fixada por um estatuto, dentro do
município, exceto em casos em que a Assembleia Geral decidir, no mínimo, o qual poderá ser
até 2 (dois) estatutos, que poderão ser alterados em sua totalidade ou parcialmente a critério
da maioria, manter a sede, transferir, alugar e renovar os imóveis e terrenos a serem o que for
determinado, proibindo a compra de imóveis.

Parágrafo Terceiro - Os representantes legais e os representantes constitucionais, para que possam
exercer as atribuições, deverão fixar o endereço das respectivas representações de
representação no município de sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião
ordinária.

Parágrafo Quarto - Removerá os membros presentes em lei, a Assembleia Geral poderá, em
seu primeiro convocação, com a presença de maioria que representem, no mínimo, 1/3 (um
terço) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação maioria de 2/3 (dois
terços) do capital social.

Parágrafo Quinto - As decisões da Assembleia Geral serão tomadas através de um
processo de votação e aprovação das deliberações tomadas. De um lado, os estatutos da
Companhia, para os fins legais.

Parágrafo Sexto - Em caso de aprovação, a modificação do objeto social da Companhia em
aprovção de 2/3 (dois terços) dos votos presentes.

CAPÍTULO IV - DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

ARTIGO 16 - A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

Parágrafo Primeiro - Os membros do Conselho de Administração, além da aprovação de seu
objeto pela Superintendência de Registro Privado - SUREP, em sua própria sede
constituirá do grupo de poder no Livro de Atas do Conselho de Administração em da Diretoria
Executiva, conforme o caso.

Parágrafo Segundo - O grupo de gestão das Comissões e das Direções estatutárias e as
representações das respectivas representações.

Parágrafo Terceiro - As atas das reuniões do Conselho de Administração e do Diretoria

Handwritten signature and initials.

Parágrafo Segundo - Para que os membros do Conselho de Administração possam se reunir e validamente deliberar será necessário a presença de maioria de seus membros em sessão (maioria em número), desde que o mesmo tenha sido regularmente convocado.

Parágrafo Terceiro - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do referido Conselho de Administração, e assinar o estatuto da entidade, que poderá ser aprovado pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 14 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente em conjunto, por 3 (três) dias de antecedência.

Parágrafo Primeiro - Os membros do Conselho de Administração poderão ser revogados do Conselho de Administração, desde que aprovada pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para qualquer motivo de interesse da Companhia.

Parágrafo Segundo - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail e após um dia de antecedência, e ser realizadas no Conselho de Administração quando for a noite, com 3 (três) dias úteis de antecedência de data de realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá sempre ser comunicado sob pena de nulidade, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

Parágrafo Terceiro - Independentemente das formalidades estatutárias à convocação, expedidas-se-á regular e válido o que ocorrerem todos os membros do Conselho de Administração ou sua maioria, regularmente constituída pelas respectivas deliberações.

ARTIGO 15 - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- convocar as Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- fixar a administração geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas, econômicas e objetivas básicas para todos os seus princípios de atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- aprovar o orçamento anual, o planejamento e o planejamento estratégico da Companhia;
- eleger e destituir os membros da Companhia e fixar-lhes as atribuições de acordo com o Regulamento da Diretoria Executiva, bem como estatuir, dentro do tempo previsto na constituição fixada pelo Assembleia Geral, os honorários devidos de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Conselho de Administração da Companhia;
- autorizar e pagar os dividendos, podendo ocorrer a qualquer tempo, os juros e pagar da Companhia e receber informações sobre qualquer situação estatutária em que vier a participar

Página 13 de 31

pelo Conselho Administrativo

a) administrar, gerenciar, sob o comando da Administração, os bens da Companhia, bem como a administração financeira da entidade e emitir os documentos necessários;

b) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a distribuição de dividendos à conta de lucros gravados em liquidez momentânea e submeter à Assembleia Geral a proposta de distribuição de lucros líquidos da entidade;

c) aprovar a elaboração de qualquer orçamento ou projeto referente (contábil, econômico, financeiro, jurídico, pessoal, entre outros), bem como os demais documentos, de qualquer natureza, de administração da Companhia e de qualquer outra entidade sob o domínio da entidade da Companhia, bem como a elaboração pelo próprio Conselho de Administração;

d) emitir a convocação de qualquer reunião, pelo Conselho, qualquer que seja a natureza, desde que o mesmo seja para assuntos relativos aos interesses sociais;

e) a aprovação de qualquer transação para por si mesma a fim de obter o valor superior ao limite de atuação da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

f) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de honorários, salários e indenizações, de qualquer natureza;

g) decidir sobre a aquisição das próprias ações da Companhia para cancelamento ou preservação em tesouraria e, caso disso, emitir, deliberar sobre e em eventual alienação, observando as disposições legais aplicáveis;

h) nomear e destituir os membros independentes do Conselho, seguindo a legislação em vigor de sua entidade;

i) estabelecer, por o desenvolvimento de medidas, estratégias e programas, de acordo com a Diretoria Executiva e o planejamento da Companhia, bem como a aprovação de qualquer outra medida de administração;

j) avaliar e aprovar os projetos para serem desenvolvidos em empreendimentos, em empreendimentos de pesquisa e desenvolvimento e em unidades não relacionadas;

k) decidir diretamente sobre o planejamento estratégico;

l) aprovar diretrizes estratégicas para cada área e projeto, incluindo a aprovação de qualquer outra medida e sua gestão;

m) nomear e desenvolver diretamente sobre os fatos das empresas;

n) aprovar a contratação de serviços de auditoria e de liquidação de dívidas;

o) aprovar e fixar estatuto e Código de Ética da Companhia;

p) resolver sobre os casos relativos ao Estatuto Social e emitir outras deliberações que o lei em sua Estatuto não contenha e sobre o fato da Companhia.

Página 14 de 31

ANEXO 16 – São atribuições essenciais do Presidente do Conselho de Administração:

- a) atuar em defesa para as questões culturais e promover as reuniões intermunicipais do Conselho;
- b) prestar os serviços e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto;

Parágrafo Único - Inscrição ao Voto-Primitivo do Conselho de Administração subscrito e
Primitivo inscritos em nome atribuído ao Inter-Interimista.

CAPITULO VI. DO COMÉRCIO DE ALIMENTAÇÃO

ARTICOLO 17 - A Quaresima sarà un Venerdì da Asinara.

AVISO 18 - O Comitê de Auditoria está composto por 3 (três) membros e os seguintes, em todas as suas reuniões, pelo período de vigência do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

Parágrafo único - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e distribuídos pelo Conselho de Administração, com o mínimo de um (um) em cada uma das seguintes áreas: contabilidade, administração, engenharia, economia, direito, medicina, ciências exatas, ciências humanas, ciências biológicas, ciências da terra, ciências da saúde, ciências da comunicação, ciências da informação, ciências da computação, ciências da engenharia, ciências da arquitetura, ciências da construção civil, ciências da gestão, ciências da educação, ciências da saúde pública, ciências da segurança, ciências da defesa, ciências da energia, ciências da meio ambiente, ciências da cultura, ciências da arte, ciências da literatura, ciências da música, ciências da dança, ciências da teatro, ciências da cinema, ciências da televisão, ciências da rádio, ciências da internet, ciências da informática, ciências da tecnologia, ciências da inovação, ciências da pesquisa, ciências da desenvolvimento, ciências da sustentabilidade, ciências da responsabilidade social, ciências da governança, ciências da ética, ciências da cidadania, ciências da cidadania ativa, ciências da cidadania responsável, ciências da cidadania sustentável, ciências da cidadania inovadora, ciências da cidadania responsável e sustentável, ciências da cidadania inovadora e sustentável, ciências da cidadania responsável e sustentável e inovadora.

CAPITULO VI - DIRECCION EJECUTIVA

Artigo 19 - A Diretoria Executiva é o órgão de administração da Companhia e ficará composta por sete membros, sendo:

a) um representante do Estado; b) dois representantes dos empregados; c) quatro representantes dos acionistas.

A Diretoria Executiva será eleita pelo Conselho de Administração para o primeiro biênio, e os demais membros serão eleitos sucessivamente para períodos de dois anos.

O Conselho de Administração poderá alterar o número de membros da Diretoria Executiva, desde que não ultrapasse dezesseis membros.

A Diretoria Executiva terá como atribuições:

I - administrar a Companhia em nome do Conselho de Administração;

II - elaborar o plano estratégico e operacional da Companhia;

III - aprovar o orçamento anual da Companhia;

IV - aprovar o balanço anual da Companhia;

V - aprovar as políticas gerais de pessoal, financeira, comercial e tributária da Companhia;

VI - aprovar as normas internas de controle da Companhia;

VII - aprovar as normas de segurança da Companhia;

VIII - aprovar as normas de qualidade da Companhia;

IX - aprovar as normas de meio ambiente da Companhia;

X - aprovar as normas de saúde e segurança da Companhia;

XI - aprovar as normas de ética da Companhia;

XII - aprovar as normas de governança da Companhia;

XIII - aprovar as normas de transparência da Companhia;

XIV - aprovar as normas de sustentabilidade da Companhia;

XV - aprovar as normas de inovação da Companhia;

XVI - aprovar as normas de responsabilidade social da Companhia;

XVII - aprovar as normas de relacionamento com stakeholders da Companhia;

XVIII - aprovar as normas de comunicação da Companhia;

XIX - aprovar as normas de marketing da Companhia;

XX - aprovar as normas de vendas da Companhia;

XXI - aprovar as normas de distribuição da Companhia;

XXII - aprovar as normas de logística da Companhia;

XXIII - aprovar as normas de produção da Companhia;

XXIV - aprovar as normas de tecnologia da Companhia;

XXV - aprovar as normas de pesquisa e desenvolvimento da Companhia;

XXVI - aprovar as normas de aquisição da Companhia;

XXVII - aprovar as normas de fusão e aquisição da Companhia;

XXVIII - aprovar as normas de divestimento da Companhia;

XXIX - aprovar as normas de reestruturação da Companhia;

XXX - aprovar as normas de recuperação judicial da Companhia;

XXXI - aprovar as normas de liquidação da Companhia;

XXXII - aprovar as normas de extinção da Companhia;

XXXIII - aprovar as normas de transformação da Companhia;

XXXIV - aprovar as normas de incorporação da Companhia;

XXXV - aprovar as normas de conversão da Companhia;

XXXVI - aprovar as normas de alteração de objeto social da Companhia;

XXXVII - aprovar as normas de alteração de sede da Companhia;

XXXVIII - aprovar as normas de alteração de endereço da Companhia;

XXXIX - aprovar as normas de alteração de capital social da Companhia;

XL - aprovar as normas de alteração de estrutura societária da Companhia;

XLI - aprovar as normas de alteração de regime de administração da Companhia;

XLII - aprovar as normas de alteração de forma jurídica da Companhia;

XLIII - aprovar as normas de alteração de natureza jurídica da Companhia;

XLIV - aprovar as normas de alteração de finalidade da Companhia;

XLV - aprovar as normas de alteração de razão social da Companhia;

XLVI - aprovar as normas de alteração de nome da Companhia;

XLVII - aprovar as normas de alteração de sigla da Companhia;

XLVIII - aprovar as normas de alteração de logotipo da Companhia;

XLIX - aprovar as normas de alteração de site da Companhia;

L - aprovar as normas de alteração de endereço eletrônico da Companhia;

LXI - aprovar as normas de alteração de telefone da Companhia;

LXII - aprovar as normas de alteração de fax da Companhia;

LXIII - aprovar as normas de alteração de e-mail da Companhia;

LXIV - aprovar as normas de alteração de página web da Companhia;

LXV - aprovar as normas de alteração de perfil no LinkedIn da Companhia;

LXVI - aprovar as normas de alteração de perfil no Facebook da Companhia;

LXVII - aprovar as normas de alteração de perfil no Twitter da Companhia;

LXVIII - aprovar as normas de alteração de perfil no YouTube da Companhia;

LXIX - aprovar as normas de alteração de perfil no Instagram da Companhia;

LXX - aprovar as normas de alteração de perfil no SoundCloud da Companhia;

LXXI - aprovar as normas de alteração de perfil no Dailymotion da Companhia;

LXXII - aprovar as normas de alteração de perfil no Vevo da Companhia;

LXXIII - aprovar as normas de alteração de perfil no Vimeo da Companhia;

LXXIV - aprovar as normas de alteração de perfil no Flickr da Companhia;

LXXV - aprovar as normas de alteração de perfil no DeviantArt da Companhia;

LXXVI - aprovar as normas de alteração de perfil no ArtStation da Companhia;

LXXVII - aprovar as normas de alteração de perfil no Behance da Companhia;

LXXVIII - aprovar as normas de alteração de perfil no Dribbble da Companhia;

LXXIX - aprovar as normas de alteração de perfil no 99designs da Companhia;

LXXX - aprovar as normas de alteração de perfil no Upwork da Companhia;

LXXXI - aprovar as normas de alteração de perfil no Freelancer da Companhia;

LXXXII - aprovar as normas de alteração de perfil no Fiverr da Companhia;

LXXXIII - aprovar as normas de alteração de perfil no PeoplePerHour da Companhia;

LXXXIV - aprovar as normas de alteração de perfil no Guru da Companhia;

LXXXV - aprovar as normas de alteração de perfil no Toptal da Companhia;

LXXXVI - aprovar as normas de alteração de perfil no Flexjobs da Companhia;

LXXXVII - aprovar as normas de alteração de perfil no Indeed da Companhia;

LXXXVIII - aprovar as normas de alteração de perfil no Monster da Companhia;

LXXXIX - aprovar as normas de alteração de perfil no Glassdoor da Companhia;

LXXXX - aprovar as normas de alteração de perfil no CareerBuilder da Companhia;

LXXXXI - aprovar as normas de alteração de perfil no ZipRecruiter da Companhia;

LXXXXII - aprovar as normas de alteração de perfil no SimplyHired da Companhia;

LXXXXIII - aprovar as normas de alteração de perfil no Jobvite da Companhia;

LXXXXIV - aprovar as normas de alteração de perfil no Jora da Companhia;

LXXXXV - aprovar as normas de alteração de perfil no Workday da Companhia;

LXXXXVI - aprovar as normas de alteração de perfil no Oracle HCM Cloud da Companhia;

LXXXXVII - aprovar as normas de alteração de perfil no SAP SuccessFactors da Companhia;

LXXXXVIII - aprovar as normas de alteração de perfil no ADP Workforce Now da Companhia;

LXXXXIX - aprovar as normas de alteração de perfil no Paycom da Companhia;

LXXXXX - aprovar as normas de alteração de perfil no BambooHR da Companhia;

LXXXXXI - aprovar as normas de alteração de perfil no Gusto da Companhia;

LXXXXXII - aprovar as normas de alteração de perfil no Zenefits da Companhia;

LXXXXXIII - aprovar as normas de alteração de perfil no Rippling da Companhia;

LXXXXXIV - aprovar as normas de alteração de perfil no Deel da Companhia;

LXXXXXV - aprovar as normas de alteração de perfil no Remote.com da Companhia;

LXXXXXVI - aprovar as normas de alteração de perfil no WeWorkRemotely da Companhia;

LXXXXXVII - aprovar as normas de alteração de perfil no FlexJobs da Companhia;

LXXXXXVIII - aprovar as normas de alteração de perfil no Remote.co da Companhia;

LXXXXXIX - aprovar as normas de alteração de perfil no Remotive da Companhia;

LXXXXXX - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteOK da Companhia;

LXXXXXXI - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXII - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXIII - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXIV - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXV - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXVI - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXVII - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXVIII - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXIX - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXX - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXXI - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXXII - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXXIII - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXXIV - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXXV - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXXVI - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXXVII - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXXVIII - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXXIX - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXXx - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXXxi - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXXxii - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXXxiii - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXXxiv - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXXxv - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXXxvi - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXXxvii - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXXxviii - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXXxix - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXXxx - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXXxi - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXXxii - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXXxiii - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXXxiv - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXXxv - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXXxvi - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXXxvii - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXXxviii - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXXxix - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXXxx - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXXxi - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXXxii - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXXxiii - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXXxiv - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXXxv - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXXxvi - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXXxvii - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXXxviii - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXXxix - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXXxx - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXXxi - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXXxii - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXXxiii - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXXxiv - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXXxv - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXXxvi - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXXxvii - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXXxviii - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXXxix - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXXxx - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXXxi - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXXxii - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXXxiii - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXXxiv - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXXxv - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXXxvi - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXXxvii - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXXxviii - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXXxix - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXXxx - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXXxi - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXXxii - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXXxiii - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXXxiv - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXXxv - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXXxvi - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXXxvii - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXXxviii - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXXxix - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXXxx - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXXxi - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXXxii - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXXxiii - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXXxiv - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXXxv - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXXxvi - aprovar as normas de alteração de perfil no RemoteJobz da Companhia;

LXXXXXXXxvii - aprovar as

Parágrafo Finalizado - Os Diários não estão a disposição para Consulta de Administração, com exceção de 01 (um) mês imediatamente anterior.

Parágrafo Segundo. — Na hipótese dos autos, os impedimentos dos Diários cabem ao Diretor-Presidente, e não ao titular do Diário, o qual, sendo titular do Diário, não poderia exercer as funções de Diretor-Presidente, nem as funções de Diretor-Presidente, bem como debaixo de qualquer outro pretexto, em caso de ausência do titular do Diário.

15 of 51 employees

Mr. Jones

Artigo 24 - Cabe aos integrantes do Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todas as operações da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pela Comissão de Administração e pelo Conselho de Administração, conforme se segue:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;

1) **compôr o** **seu** **relatório** **de** **delegações** **do** **Conselho** **de** **Administração** **e** **de** **Assessoria**

3) atrasos e supressões realizadas, no Conselho de Administração, relativas às características de áreas afetadas, tempo e proteção de áreas do ecossistema, bem como a sua conservação.

4) preparar e submeter ao Conselho de Administração o seguinte texto a ser discutido e o documento autorizado do Conselho

c) elaborar o relatório e entregar o os livros contendo os resultados da demonstração do envolvimento, bem como o relatório do Conselho de Administração e do Conselho Geral;

1) estudar a elaboração de qualquer operação no sentido estrito (compra, venda, aluguel, empréstimo, prestação, etc.), bem como os seus fundamentos de aplicação, de acordo com a legislação em vigor, e a sua importância para o comércio e a indústria.

U.S. DEPARTMENT OF AGRICULTURE
BUREAU OF PLANT INDUSTRY
WASHINGTON, D. C.

Stimulus presentation and recording

1) Intensivierung & Konsolidierung des Internen Controlling

Artigo 21 - Compete ao Diretor Presidente, além de cooperar a ação dos Diretores de Setor:

***) coursier a 14/15 - 16/17 - 18/19 de l'année scolaire**

b) manter a política, as diretrizes e as atividades de desenvolvimento da Companhia, elaboradas

3) nome e endereço da Administração informada sobre as atividades da Companhia, sendo de conhecimento, mesmo de terceiros, assim como a natureza e o conteúdo da informação.

1) enviar a Comissão de Administração Indígena sobre as atividades do Seguro DPVAT e o Seguro de Vida, para que sejam avaliadas.

CONFIDENTIAL

W. B. E. D.

ARTIGO 30 — A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, relativos à administração financeira de regular e extraordinária de qualquer natureza, bem como os acordos de administração registrados no Conselho de Administração (CAd) ou de qualquer outra entidade que tenha sido constituída no âmbito do Conselho de Administração (CAd) ou de qualquer outra entidade que tenha sido constituída no âmbito do Conselho de Administração (CAd).

ARTIGO 11 - A Companhia empregará os seus administradores, dirigentes e conselheiros sociais, presentes e futuros, sob regras que não são de natureza incompatíveis com os interesses da Companhia e os seus interesses pela Divisão Especial e a defesa dos interesses jurídicos e econômicos da Companhia e os seus interesses pela política de não se envolver de cargo em função de interesses comuns dos interessados para política de não se envolver de cargo em função de interesses comuns dos interessados.

Parágrafo Único - Não se aplica ao disposto no artigo, a Companhia nem o contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) mantidos em favor de sua administração, dirigidos e controlados exclusivamente para propósitos de qualquer que se fosse pelos quais eventualmente viessem a ser responsabilizados, incluindo todo o período de existência de tais responsabilizações.

ARTIGO 32 - Nos casos e nos de Quarenta do Rio de Janeiro, Estado de Rio de Janeiro, para
determinar todos os pontos relativos desta Lei, o Poder Judiciário, por
meio de decisão, não pode.

Devido ao cumprimento das obrigações, foram dados, por meio eletrônico do sistema, para sempre os corpos de servidores da Comissão de Administração da Companhia 1) Murylo César Mendes Brandão, como responsável, titular do documento de identidade nº 82.918, expedido pelo SENACOP, inscrito no CPF nº 074.689.261-48, nativo e domiciliado em Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como servidor titular e Assessor Administrativo de Engenharia - Manutenção, com sede, inscritivo, titular do documento de identidade nº 6.138.174, expedido pelo SENACOP, inscrito no CPF nº 674.083.998-04, nativo e domiciliado em Cidade de São Paulo; 2) Guilherme Ribeiro Gomes, brasileiro, expedito em São Paulo, como seu suplente; 3) Carlos Roberto Moraes Soares, brasileiro, expedito em Juiz de Fora, Minas Gerais, titular do documento de identidade nº 1.294.907-4, expedido pelo SENACOP, inscrito no CPF nº 044.061.329-48, nativo e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como assessor titular e Subgerente Financeiro, brasileiro, com sede, com sede, titular do documento de identidade nº 4.833.594-5, expedido pelo SENACOP, inscrito no CPF nº 071.131.578-53, nativo e domiciliado em Cidade de São Paulo; 4) José Luiz de Azevedo, como seu suplente; 5) Gilberto Duarte de Aguiar Filho, brasileiro, expedito em São Paulo, Estado de São Paulo, como seu suplente; 6) Roberto André Luiz Peres, brasileiro, expedito em São Paulo, como assessor titular e Fiscal Brasileiro Ambiental Pessoal, brasileiro, expedito em São Paulo, titular do documento de identidade nº 22.084.756-4, expedido pelo SENACOP, inscrito no CPF nº 252.311.448-46, residente e domiciliado em cidade de São Paulo, Estado de São Paulo como assessor titular e Fiscal Brasileiro Ambiental Pessoal, brasileiro, expedito em São Paulo, titular do documento de identidade nº 7.294.673, expedido pelo SENACOP, inscrito no CPF nº 01.146.408-40, nativo e domiciliado em Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como seu suplente; 7) Márcio Renato Mendes Vieira, brasileiro, expedito em São Paulo, titular do documento de identidade nº 4.365.765, expedido pelo SENACOP, como assessor, titular do documento de identidade nº 6.369.357-4, expedido pelo SENACOP, inscrito no CPF nº 048.592.234-03, nativo e domiciliado em Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo como assessor titular e Assessor Responsável Administrativo, com sede, expedito em São Paulo, titular do documento de identidade nº 6.369.357-4, expedido pelo SENACOP, inscrito no CPF nº 754.558.186-91, residente e domiciliado em Cidade de São Paulo, Estado de

Page 13 of 11

380 Paulo, como seu representante 5) Zephania Cordeiro de Saes, Brasileiro, casado, natural de
Cidade do documento de Identidade nº 721.204, expedido pela SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob o nº
259.387.161-44, residente e domiciliado em Brasília, como mandante titular e CPF/MF sob o nº
15.009.110-00, brasileiro, casado, naturalizado, titular do documento de Identidade nº 1.104.495, expedido
pela SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob o nº 553.621.341-34, residente e domiciliado em Brasília,
inscrito no CPF/MF sob o nº 553.628.341-34, como seu representante; 6) Luiza Menezes Aguiar,
Brasileira, casada, naturalizada de origem, titular do documento de Identidade nº 34-388.180.1,
expedido pela SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob o nº 177.132.544-72, residente e domiciliada em
Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como mandante titular e Adenilson Almeida
Costa, Brasileiro, casado, expedido, titular do documento de Identidade nº 34-1.433.187,
expedido pela SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob o nº 861.675.865-08, residente e domiciliado na
Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como seu representante; 7) Luis Tereza
Pereira Silva, Brasileira, casada, divorciada, titular do documento de Identidade nº 28.532,
expedido pela OAB/DF, inscrito no CPF/MF sob o nº 254.794.405-30, residente e domiciliado na
Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como mandante titular e Carlos Eduardo de
Correia de Lencastre, Brasileiro, casado, titular do documento de Identidade nº 31.1.60637-7,
expedido pela CREA-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 644.790.307-35, residente e domiciliado
em Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, nº 15.949.175-4, expedido pela DPVAF, inscrito
no CPF/MF sob o nº 511.485.577-72, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do
Rio de Janeiro, como mandante titular e Tereza Maria de Silva, casada, expedido, titular do
documento de Identidade nº 22.280.674-2, expedido pela SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob o nº
123.533.99-01, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como seu
representante; 8) Rafael Páez, Argentino, casado, administrado, titular do documento de Identidade na
RNE nº V323443-C, inscrito no CPF/MF sob o nº 273.258.948-06, residente e domiciliado na
Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como mandante titular e Tereza Maria de
Lencastre, casada, naturalizada, titular do documento de Identidade 238 nº V246243-1, inscrito no
CPF/MF sob o nº 672.473.348-67, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do
Rio de Janeiro, como seu representante. Por fim, sobre a lista, como mandante do Conselho de
Administração: 10) Luis Augusto Miranda, Brasileiro, casado, aposentado, titular do
documento de Identidade nº 419994, expedido pela SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob o nº
48.302.048-72, residente e domiciliado em Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro,
como mandante titular; 11) Gustavo Ribeiro Corrêa de Saes, Brasileiro, casado, titular do do-
cumento de Identidade nº 98.132.310-4 PP, inscrito no CPF/MF sob o nº 609.041.017-38,
residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como mandante
titular e Luciano José Corrêa, Brasileiro, casado, expedido, titular do documento de
Identidade nº 094276797, expedido pela DPVAF, inscrito no CPF/MF sob o nº 828.946.197-46,
residente e domiciliado em Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como seu
representante; 12) Miguel Albuquerque, Brasileiro, casado, naturalizado, titular do documento de
Identidade nº 780.403.259-2, expedido pela SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob o nº 064.743.904-08,
residente e domiciliado em Povo Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, como
representante titular e Luis Antônio Marques, Brasileiro, casado, aposentado, titular do
documento de Identidade nº 1413.081, expedido pela SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob o nº
014.816.164-67, residente e domiciliado em Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro,
como seu representante; 13) Márcio Nunes de Albuquerque Camarão, Brasileiro, casado,
aposentado, titular do documento de Identidade nº 1.113.065, expedido pela SSP/DF, inscrito no
CPF/MF sob o nº 893.664.004-15, residente e domiciliado em Cidade do Rio de Janeiro, Estado do
Rio de Janeiro, como mandante titular e Jorge Carvalho, Brasileiro, casado, aposentado, titular do
documento de Identidade nº 1.412.965, expedido pela DPVAF, inscrito no CPF/MF sob o nº
000.884.817-61, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro,
como seu representante; 14) João Oscar Alves da Oliveira, Brasileiro, casado, aposentado, titular de /

Page 2 of 15

atribuída a cada grupo de Companhia, nos termos do § 3º do art. 162 da Lei 6.406/76. A Omissão Suplementar 2.A, no intuito de votar aos diretores para membros do Conselho de Administração e Fiscal da Companhia em função de não coincidir com o prazo, como faziam anteriormente as eleições. Nada mais havendo a tratar, foram suspensas as deliberações pelo tempo necessário à votação desta 2ª. Reunião; os trabalhos, foi a presente 20ª. Sessão, sendo feita a seguinte declaração:

11 de outubro de 2007.

5
Laila Tawfik Tawfik
President of the
Arab League

overland

1000

1012

Page 2 of 31

documentos de Identidade nº 773.004 expedido pela BRP-923 e inserido no CPF/MF sob o nº 450.506.857-15, residente e domiciliado em Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como membro titular e Paulo César Joffe, Brasileiro, separado, comerciante, titular de documento de identidade nº 184.978, expedido pelo BRP-923, inscrito no CPF/MF sob o nº 373.78.766.297-15, residente e domiciliado em Cidade da Vidéia, Estado do Espírito Santo, como representante; 3) Lúcia Edmundo Pinheiro, Brasileira, casada, advogada, titular de documento de identidade nº 64.806, expedido pelo QAB/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 769.678.197-53, residente e domiciliado em Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como membro titular e Aldeideia Moura de Souza, Brasileira, solteira, comerciante, titular de documento de identidade nº 11.166, expedido pelo CRERJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 844.651.587-34, residente e domiciliado em Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como seu suplente. Uma vez que os referidos e seus filhos são cidadãos brasileiros e possuíam o Documento de Propriedade Imobiliária em nome próprio ou em nome de herança, foram inscritos no Registro de Imóveis - RUIRJ 1362965 em 05 de maio de 2005, com sede em Curitiba, para fins de documentação para supressão das Seguros Privadas - RUDEP, produzida por eles, e sua substituição na área imobiliária geral e ser convocado pelo Conselho de Administração, que deverá ser realizada após a publicação dos respectivos estatutos da pessoa. Os membros do Conselho de Administração em debate sobre prazo de gestão e parte da aprovação de sua eleição pelo Supracondomínio da Seguros Privadas e também realização de todos os prazos em favor de uma do Conselho de Administração, estando até mesmo à época de Assembleia Geral Ordinária e ser realizado no exercício de 2005, compromissados em não tergeis até a formalização dos novos procedimentos e regras eleitorais. Os conselheiros, em debate, decidiram, para os fins do disposto no art. 1º, inciso I, alínea c), do Regulamento Interno do Condomínio, que os membros do Conselho Administrativo sejam aqueles que tenham sido eleitos praticando-se tal que os interesses do conjunto arrolados universais. Os Conselheiros eleitos durante o período em que prestaram as respectivas prestações nos Respostas nº 637801 e 1362965, ambos do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Os administradores atuais, por manifestação, a renovação dos mandatos para um ano de 2005, desde lá tendo se tornaram global de R\$ 3.900.000,00 (treis milhões e quinhentos mil reais). Os administradores de Companhia deverão manter dois estatutos, por força de artigo 144, caput, da Lei 6.404 de 13 de dezembro de 1976, § 1º (uma) após colatada mais. Porém, por fim, depois para membros do Conselho Fiscal de Companhia, 1) Implementação/Reabertura/Gestores/Novos, Brasileiros, casados, separados, titular de documento de Identidade nº 07592349-5, expedido pelo CEC-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 756.698.437-08, residente e domiciliado em Cidade do Rio Preto, Estado do Rio Preto, como membro titular e Eder...
Joana Inês Brasil, Brasileira, divorciada, titular de documento de Identidade nº 163.777.126, expedido pelo BPP-PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 689.862.528-38, residente e domiciliado em Cidade do Rio Preto, Estado do Rio Preto, como seu suplente; 2) Marcelo Michel de Sousa, Brasileiro, empresário, casado, separado, titular de documento de Identidade nº 036.546.35-5, expedido pelo ITPR-J, inscrito no CPF/MF sob o nº 530.183.577-42, residente e domiciliado em Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como membro titular e A...
Amanda Carlos de Nogueira Brasil, Brasileira, casada, separada, titular de documento de Identidade nº 877.028.61-0, expedido pelo IPTARJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 342.008.897, residente e domiciliado em Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como seu representante; 3) Isaac Baldo Soares, Brasileiro, divorciado, titular de documento de Identidade nº 7.346.118-2, expedido pelo BRP-92, inscrito no CPF/MF sob o nº 047.610.178-56, residente e domiciliado em Cidade do Rio Preto, Estado do Rio Preto, como membro titular e José Carlos Gomes Maia, Brasileiro, divorciado, advogado, titular de documento de Identidade nº 11.18.413, expedido pelo BRP-92, inscrito no CPF/MF sob o nº 653.636.386-73, residente e domiciliado em Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como seu suplente. Os seguintes documentos por fim, por manifestação, que a renovação/implementação dos estatutos da Companhia Fiscal tem o teor de 2005, até de 1995 de implementação dos estatutos da

35 of 37 pages

Comissão de Ass. da Assembleia de Constituintes do Supremato Lâmb. dos Constituintes DPVAT
S.A. impulsiona em 10 de outubro de 2007 a Assembleia dos Representantes das Aldeias

Q1: ☐
 Q2: ☐
 Q3: ☐
 Q4: ☐
 Q5: ☐
 Q6: ☐
 Q7: ☐
 Q8: ☐
 Q9: ☐
 Q10: ☐
 Q11: ☐
 Q12: ☐
 Q13: ☐
 Q14: ☐
 Q15: ☐
 Q16: ☐
 Q17: ☐
 Q18: ☐
 Q19: ☐
 Q20: ☐
 Q21: ☐
 Q22: ☐
 Q23: ☐
 Q24: ☐
 Q25: ☐
 Q26: ☐
 Q27: ☐
 Q28: ☐
 Q29: ☐
 Q30: ☐
 Q31: ☐
 Q32: ☐
 Q33: ☐
 Q34: ☐
 Q35: ☐
 Q36: ☐
 Q37: ☐
 Q38: ☐
 Q39: ☐
 Q40: ☐
 Q41: ☐
 Q42: ☐
 Q43: ☐
 Q44: ☐
 Q45: ☐
 Q46: ☐
 Q47: ☐
 Q48: ☐
 Q49: ☐
 Q50: ☐
 Q51: ☐
 Q52: ☐
 Q53: ☐
 Q54: ☐
 Q55: ☐
 Q56: ☐
 Q57: ☐
 Q58: ☐
 Q59: ☐
 Q60: ☐
 Q61: ☐
 Q62: ☐
 Q63: ☐
 Q64: ☐
 Q65: ☐
 Q66: ☐
 Q67: ☐
 Q68: ☐
 Q69: ☐
 Q70: ☐
 Q71: ☐
 Q72: ☐
 Q73: ☐
 Q74: ☐
 Q75: ☐
 Q76: ☐
 Q77: ☐
 Q78: ☐
 Q79: ☐
 Q80: ☐
 Q81: ☐
 Q82: ☐
 Q83: ☐
 Q84: ☐
 Q85: ☐
 Q86: ☐
 Q87: ☐
 Q88: ☐
 Q89: ☐
 Q90: ☐
 Q91: ☐
 Q92: ☐
 Q93: ☐
 Q94: ☐
 Q95: ☐
 Q96: ☐
 Q97: ☐
 Q98: ☐
 Q99: ☐
 Q100: ☐
 Q101: ☐
 Q102: ☐
 Q103: ☐
 Q104: ☐
 Q105: ☐
 Q106: ☐
 Q107: ☐
 Q108: ☐
 Q109: ☐
 Q110: ☐
 Q111: ☐
 Q112: ☐
 Q113: ☐
 Q114: ☐
 Q115: ☐
 Q116: ☐
 Q117: ☐
 Q118: ☐
 Q119: ☐
 Q120: ☐
 Q121: ☐
 Q122: ☐
 Q123: ☐
 Q124: ☐
 Q125: ☐
 Q126: ☐
 Q127: ☐
 Q128: ☐
 Q129: ☐
 Q130: ☐
 Q131: ☐
 Q132: ☐
 Q133: ☐
 Q134: ☐
 Q135: ☐
 Q136: ☐
 Q137: ☐
 Q138: ☐
 Q139: ☐
 Q140: ☐
 Q141: ☐
 Q142: ☐
 Q143: ☐
 Q144: ☐
 Q145: ☐
 Q146: ☐
 Q147: ☐
 Q148: ☐
 Q149: ☐
 Q150: ☐
 Q151: ☐
 Q152: ☐
 Q153: ☐
 Q154: ☐
 Q155: ☐
 Q156: ☐
 Q157: ☐
 Q158: ☐
 Q159: ☐
 Q160: ☐
 Q161: ☐
 Q162: ☐
 Q163: ☐
 Q164: ☐
 Q165: ☐
 Q166: ☐
 Q167: ☐
 Q168: ☐
 Q169: ☐
 Q170: ☐
 Q171: ☐
 Q172: ☐
 Q173: ☐
 Q174: ☐
 Q175: ☐
 Q176: ☐
 Q177: ☐
 Q178: ☐
 Q179: ☐
 Q180: ☐
 Q181: ☐
 Q182: ☐
 Q183: ☐
 Q184: ☐
 Q185: ☐
 Q186: ☐
 Q187: ☐
 Q188: ☐
 Q189: ☐
 Q190: ☐
 Q191: ☐
 Q192: ☐
 Q193: ☐
 Q194: ☐
 Q195: ☐
 Q196: ☐
 Q197: ☐
 Q198: ☐
 Q199: ☐
 Q200: ☐
 Q201: ☐
 Q202: ☐
 Q203: ☐
 Q204: ☐
 Q205: ☐
 Q206: ☐
 Q207: ☐
 Q208: ☐
 Q209: ☐
 Q210: ☐
 Q211: ☐
 Q212: ☐
 Q213: ☐
 Q214: ☐
 Q215: ☐
 Q216: ☐
 Q217: ☐
 Q218: ☐
 Q219: ☐
 Q220: ☐
 Q221: ☐
 Q222: ☐
 Q223: ☐
 Q224: ☐
 Q225: ☐
 Q226: ☐
 Q227: ☐
 Q228: ☐
 Q229: ☐
 Q230: ☐
 Q231: ☐
 Q232: ☐
 Q233: ☐
 Q234: ☐
 Q235: ☐
 Q236: ☐
 Q237: ☐
 Q238: ☐
 Q239: ☐
 Q240: ☐
 Q241: ☐
 Q242: ☐
 Q243: ☐
 Q244: ☐
 Q245: ☐
 Q246: ☐
 Q247: ☐
 Q248: ☐
 Q249: ☐
 Q250: ☐
 Q251: ☐
 Q252: ☐
 Q253: ☐
 Q254: ☐
 Q255: ☐
 Q256: ☐
 Q257: ☐
 Q258: ☐
 Q259: ☐
 Q260: ☐
 Q261: ☐
 Q262: ☐
 Q263:

P-6-4442
 American Life Co. do Seguros
 OFF: 11
 RG:

Box 1

OFF:

Add Ck to Program Cards

PLZ

James Edgar L.A. AG

DATE: _____
BY: ELVA T. J.
TITLE: _____

Shelby International 46 South Rogers St.
S.G.

[illegible]

CN: _____
 Brasil Voleibol Clube - VBCV

Ergebnisse

100/100

Comissão de Ass. da Assembleia da Constituição da Segunda-Linha dos Conselhos DIF/AT
S.A. realizado em 18 de outubro de 2007 (Assessoria dos representantes dos alunos)

Chantrelle M. [Signature]
S/A [Signature] L.A.
CMT: [Signature] 20:

Wesley BGR:
Carmel Seguros S.A.
OFF:

Centros 3/da e Paróquia S.A.
SPP. 10/1

OFF:  NC

Off: _____
CA: _____
No: _____

1- Cite de Segurança Pública
1- Cite de Segurança Pública

~~Ch. de Bessières, 1870-1871~~

C.A. de Engenharia e Arquitetura S.A.
 Rua do Engenheiro João de Deus, 100
 CEP: 01048-000 - São Paulo, SP

Page 24 of 36

2000

Comissão de Ass. da Administração da Constituição (Ata das Sessões Ordinárias)
S.A. realizada em 13 de outubro de 2007 (Anexo ao processo nº 2007/0000000-0)

1/10/2015

Off:  RG:

[Handwritten signature]

1. Madrasli Sugandam S.A.

[Signature]
 [Signature]
 [Signature]

Volume 100, No. 1, 1998

Massachusetts Department of Transportation
REG: 4



07:  William J. McGowan S.A.
 RG: 

Adrian David Rodriguez Jara of Paralelos S.A.

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

Continuando de Ato de Assembleia da Questão do Regresso à Luz dos Condicionantes DNVAT

Ch. de la République
1000
1000

19/04/2017
 Conselho de Regulação do Saneamento
 CRR:

CPT: SO:
 Ochsberg Company, Inc. Superior

[Signature]
 J. Edgar Hoover
 Director

[Signature]
 Special Agent in Charge
 FBI
 [Signature]
 [Signature]

SECRET

Sgt. J. Williams

CFC: _____
 Date: _____
 Signature: _____
 Name: _____

CRY: _____
 Date Printed: August 11, 1962

Page 22 of 31

Continuação da Ata da Assembleia da Companhia de Seguros Lda das Comarcas DRYAT
S.A. realizada em 10 de setembro de 2007 (Assinaturas dos representantes das ações)


António Gonçalves Seguros S.A.
CPF: _____ RG: _____


António Gonçalves Seguros S.A.
CPF: _____ RG: _____


António Gonçalves Seguros S.A.
CPF: _____ RG: _____


António Gonçalves Seguros S.A.
CPF: _____ RG: _____


António Gonçalves Seguros S.A.
CPF: _____ RG: _____


António Gonçalves Seguros S.A.
CPF: _____ RG: _____


António Gonçalves Seguros S.A.
CPF: _____ RG: _____


António Gonçalves Seguros S.A.
CPF: _____ RG: _____


António Gonçalves Seguros S.A.
CPF: _____ RG: _____


António Gonçalves Seguros S.A.
CPF: _____ RG: _____

Assinaturas
10/09/07



Continuação da Ata da Assembleia da Companhia de Seguros Lda das Comarcas DRYAT
S.A. realizada em 10 de setembro de 2007 (Assinaturas dos representantes das ações)


António Gonçalves Seguros S.A.
CPF: _____ RG: _____


António Gonçalves Seguros S.A.
CPF: _____ RG: _____


António Gonçalves Seguros S.A.
CPF: _____ RG: _____



António Gonçalves Seguros S.A.
CPF: _____ RG: _____


António Gonçalves Seguros S.A.
CPF: _____ RG: _____


António Gonçalves Seguros S.A.
CPF: _____ RG: _____


António Gonçalves Seguros S.A.
CPF: _____ RG: _____


António Gonçalves Seguros S.A.
CPF: _____ RG: _____


António Gonçalves Seguros S.A.
CPF: _____ RG: _____


António Gonçalves Seguros S.A.
CPF: _____ RG: _____

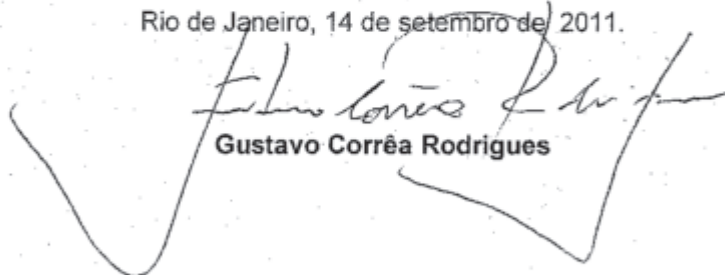
Assinaturas
10/09/07



SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procuradores da **BOB CORRETORA DE SEGUROS LTDA**, doravante denominada Outorgante, conforme instrumento de mandato anexo, substabeleço, com reservas de iguais, na pessoa dos Dra. **MARIA AUXILIADORA GARCIA DURÁN ALVAREZ**, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na OAB-BA nº 21.193, OAB-SE nº 631-A; **Dra. MARIANA NETTO DE MENDONÇA PAES**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB-BA nº 27.397; **Dr. CLÁVIO DE MELO VALENÇA FILHO**, brasileiro, separado, advogado, inscrito na OAB-BA nº 27.752; com escritório na Rua Frederico Simões, nº 125, 11º. Andar, Edf. Liz Empresarial, Salvador/BA, CEP 41.820-774, os poderes que me foram conferidos para a plena defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, **ficando, desde já, vedado receber, dar quitação e levantar alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física**, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 14 de setembro de 2011.



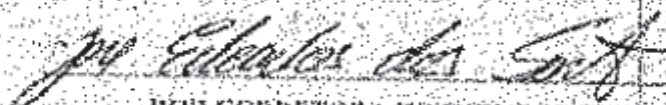
Gustavo Corrêa Rodrigues

PROCURAÇÃO

BOB CORRETORA DE SEGUROS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua Antônio Bispo de Campos, nº 44, Centro, Lagarto/SE, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.611.052/0001-06, por seus representantes legais, JOSÉ EDCARLOS DOS SANTOS, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 653.263.855-20, ao final assinados, nomeia e constitui seus bastante procuradores MARCELO DAVOLI LOPES, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06; MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS, brasileira, solteira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 135.132, inscrita no CPF/MF sob o número 082.587.197-26; GUSTAVO CORRÊA RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 110.459, inscrito no CPF/MF sob o número 053.004.067-08, todos com escritório à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, CEP 20031-205, no Município do Rio de Janeiro, RJ, aos quais, independentemente da ordem de nomeação, confere plenos poderes, incluindo a *Clausula Ad Judicio et Extra*, para atuar no foro em geral, em qualquer Instância, Juízo ou Tribunal nas ações ou recursos competentes, e defender a Outorgante nas ações que lhe são contrárias, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, receber e dar quitação, nomear prepostos para representar a Outorgante nas ações em que é parte, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante.

Concede ainda, em especial, poderes para interpor ou contestar qualquer ação, em qualquer juízo ou instância em que a outorgante for autor, réu ou interveniente.

Lagarto - SE, 14 de Abril de 2011.



BOB CORRETORA DE SEGUROS LTDA
Representada por JOSÉ EDCARLOS DOS SANTOS

**CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA
BOB SEGUROS E FINANCIAMENTOS LTDA**



1. Pelo presente instrumento particular, José Edcarlos dos Santos, brasileiro, natural de Lagarto-SE, casado com regime de Comunhão Parcial de Bens, nascido em 10 de outubro de 1971, representante, inscrito no Ministério da Fazenda sob o CPF 653.263.855-20 e com Registro Geral de Identidade 1081967 SSP-SE, residente e domiciliado a Rua Antônio Bispo de Campos, 44, centro na cidade de Lagarto-SE, CEP 49.400-000 e,

2. Sueldeide de Jesus Santos, brasileira, natural de Aracaju-SE, casada com regime de Comunhão Parcial de Bens, nascida em 18 de janeiro de 1972, comerciante, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CPF 694.623.135-04 e Registro Geral de Identidade 977185 SSP-SE, residente e domiciliada a Rua Antonio Bispo de Campos, 44, centro na cidade de Lagarto-SE, CEP 49.400-000, constituem uma sociedade limitada, mediante as seguintes cláusulas:

1ª A sociedade girará sob a denominação social Bob Seguros e Financiamentos Ltda e terá sede e domicílio a Rua Laudelino Freire, 148, centro em Lagarto-SE, CEP 49.400-000.

2ª O capital social será R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), dividido em 20.000 quotas de valor nominal R\$ 1,00 (um real) cada, integralizadas neste ato em moeda corrente do País pelos sócios:

O Sócio José Edcarlos dos Santos	14.000 quotas no valor de R\$ 14.000,00
A Sócia Sueldeide de Jesus Santos	6.000 quotas no valor de R\$ 6.000,00
TOTAL	20.000 quotas R\$ 20.000,00

3ª A sociedade iniciou sua atividade em 18 de janeiro de 2007 e seu prazo de duração é indeterminada.

4ª A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

5ª O Objeto é de Seguros Não-Vida e Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento-Financeiras, podendo aumentar ou diminuir seus objetos se assim acharem necessário.

6ª A administração da sociedade caberá ao Sócio José Edcarlos dos Santos com os poderes e atribuições de administrar os negócios sociais, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

7ª Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pro labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

8ª Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas.

9º Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designação administrador(es) quando for o caso.

10º A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

11º Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

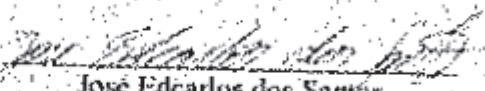
12º As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.


13º Fica o Foro de Lagarto/SE para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

O(s) Administrador(es) declara(m), sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

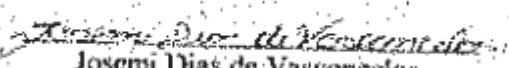
E por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento em 03 (três) vias.


Lagarto (SE), 18 de janeiro de 2007.


José Edcarlos dos Santos
Sócio administrador


Sueleide de Jesus Santos
Sócio quotista

Testemunhas:


Josema Dias de Vasconcelos
C.I. nº 1.427.363 SSP-SE


Lindomar Rodrigues de Santana
C.I. nº 3.074.134-3 SSP-SE





Parágrafo segundo - O sócio será excluído da sociedade, judicialmente, mediante decisão da maioria dos demais sócios, por falta grave no cumprimento de suas obrigações, ou, ainda, por incapacidade superveniente.

14º - Em qualquer época, por decisão unânime dos sócios, a sociedade poderá, nos casos previstos em lei, e neste contrato social, aumentar o seu capital, respeitada a proporção das quotas sociais de cada sócio.

15º - A Sociedade se dissolverá por deliberação da maioria absoluta dos sócios, por falta de pluralidade de sócios, em razão de morte, renúncia não reconstruída no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, ou através de decisão judicial, devendo seu patrimônio ser dividido entre os sócios na proporção de suas quotas sociais.


16º - Em caso de liquidação da Sociedade, o liquidante será indicado, na época, pelo sócio remanescente e, não havendo consenso, será designado judicialmente.

17º - Os casos omissos ao presente instrumento, serão resolvidos pelas leis em vigor.


As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento em 03 (três) vias.

Lagarto (SE), 31 de maio de 2007.

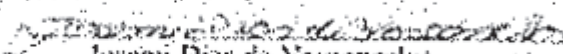

José Edecarlos dos Santos
Sócio administrador

FIOR

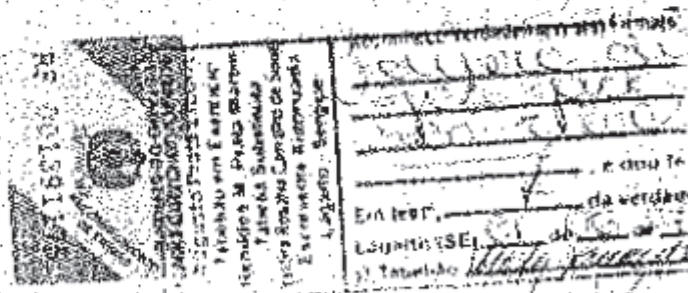

José Jackson Silva
Sócio administrador técnico


Suelde de Jesus Santos
Sócio quotista

Testemunhas:


Joseni Dias de Vasconcelos
C.I. nº 1.427.363 SSP-SE


Lindomar Rodrigues de Santana
C.I. nº 3.074.134-3 SSP-SE



**1 - ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESARIAL
BOB SEGUROS E FINANCIAMENTOS LTDA ME**

CNPJ : 08.611.052/0001-06

NIRE: 28200391473



Pelo presente instrumento particular, **José Edcarlos dos Santos**, brasileiro, natural de Lagarto-SE, casado em regime de Comunhão Parcial de Bens, nascido em 10 de outubro de 1971, representante, inscrito no Ministério da Fazenda sob o CPF 653.263.855-20 e com Registro Geral de Identidade 1081967 SSP/SE, residente e domiciliado a Rua Antônio Bispo de Campos, 44, centro, na cidade de Lagarto-SE, CEP 49.400-000 e **Sueleide de Jesus Santos**, brasileira, natural de Aracaju-SE, casada em regime de Comunhão Parcial de Bens, nascida em 18 de janeiro de 1972, comerciante, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CPF 694.623.135-04 e Registro Geral de Identidade 977185 SSP/SE, residente e domiciliada a Rua Antônio Bispo de Campos, 44, Centro, na cidade de Lagarto-SE, CEP 49.400-000, únicos sócios da empresa **Bob Seguros e Financiamentos Ltda ME**, com sede a Rua Laudelino Freire, 148, centro na cidade de Lagarto-SE, registrada na Junta Comercial do Estado de Sergipe, sob o NIRE 28200391473 em sessão de 24.01.2007, inscrita no CNPJ 08.611.052/0001-06. Resolvem de comum acordo alterar o seu contrato social:

1 - Alterar o endereço da sede da Rua Laudelino Freire, 148, centro na cidade de Lagarto/SE para a Rua Antônio Bispo de Campos, 44, centro na cidade de Lagarto-SE, CEP 49.400-000.

Em razão da modificação acima descrita a cláusula primeira do seu contrato social passará a ter a seguinte redação:

1ª - A sociedade girará sob a denominação social **Bob Seguros e Financiamentos Ltda ME** e terá sede e domicílio na Rua Antônio Bispo de Campos, 44, Centro, na cidade de Lagarto-SE, CEP 49.400-000

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento em 03 (três) vias.

Lagarto (SE), 13 de fevereiro de 2007.

José Edcarlos dos Santos
Sócio administrador

Sueleide de Jesus Santos
Sócio quotista

Testemunhas:

Josemi Dias de Vasconcelos
RG 1.427.363 SSP-SE

Lindomar Rodrigues de Santana
RG 3.074.134-3 SSP-SE



II ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA EMPRESA BOB SEGUROS E FINANCIAMENTOS LTDA ME
CNPJ Nº. 08.611.052/0001-06
NIRE Nº. 28200391473

Pelo presente instrumento particular **José Edcarlos dos Santos**, brasileiro, natural de Lagarto-SE, casado com regime de Comunhão Parcial de Bens, nascido em 10 de outubro de 1971, representante, inscrito no Ministério da Fazenda sob o CPF 653.263.855-20 e com Registro Geral de Identidade 1081967 SSP-SE, residente e domiciliado a Rua Antônio Bispo de Campos, 44, centro na cidade de Lagarto-SE, CEP 49.400-000 e **Sueleide de Jesus Santos**, brasileira, natural de Aracaju-SE, casada com regime de Comunhão Parcial de Bens, nascida em 18 de janeiro de 1972, comerciante, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CPF 694.623.135-04 e Registro Geral de Identidade 977185 SSP-SE, residente e domiciliada a Rua Antônio Bispo de Campos, 44, centro na cidade de Lagarto-SE, CEP 49.400-000, únicos sócios da empresa **Bob Seguros e Financiamentos Ltda ME**, com sede a Rua Antônio Bispo de Campos, 44, centro na cidade de Lagarto-SE, CEP 49.400-000, registrada na Junta Comercial do Estado de Sergipe, sob o NIRE 28200391473 em sessão de 24.01.2007, inscrita no CNPJ 08.611.052/0001-06. Resolvem de comum acordo alterar o seu Contrato Social, pelas seguintes modificações:

1 - Neste ato e por força deste instrumento resolve alterar a Razão Social de **BOB SEGUROS E FINANCIAMENTOS LTDA ME**, para a nova denominação social de **BOB - CORRETORA DE SEGUROS LTDA ME**, que assume da denominação anterior o ativo e passivo, direitos e obrigações.

2 - Neste ato e por força deste instrumento a sócia **Sueleide de Jesus Santos**, cede e transfere 60 (sessenta) quotas e seus direitos na sociedade no valor de R\$ 60,00 (sessenta reais) para o sócio **JOSE JACKSON SILVA**, brasileiro, natural de Aracaju-SE, casado com regime de Comunhão de Bens, Corretor de Seguros, todos os ramos, registrado na SUSEP sob o nº 029325.1.014508-4, nascido em 06 de maio de 1940, inscrito no Ministério da Fazenda sob o CPF 038.625.775-20 e Registro Geral de Identidade 084.880 SSP/SE, residente e domiciliado a Rua Manoel Maurício Cardoso, nº. 36, Conjunto Médici I Bairro Luzia Aracaju SE, CEP 49.048.230, que paga em moeda corrente do país, com recursos próprios, os direitos recebidos, ativo e passivo, dando e recebendo plena e geral quitação.

3 - Neste ato e por força deste instrumento resolve alterar o Objeto Social de Seguros Não-Vida e Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento - financeiras para Seguros de ramos elementares, Seguros de vida, sociedades de capitalização, corretores e agentes de seguros, de planos de previdência complementar e de saúde, sociedade de crédito, financiamento e investimento - financeiras.

4 - Neste ato e por força deste instrumento resolve alterar a cláusula 6ª a administração da sociedade caberá ao Sócio **José Edcarlos dos Santos** com os poderes e atribuições de administrar os negócios sociais, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio, para a administração da sociedade caberá ao sócio **José Edcarlos dos Santos** com os poderes e atribuições de administrar os negócios sociais com poderes de assinar documentos de empresas privadas como também órgãos públicos e Federais.

Parágrafo Primeiro - A administração técnica relativo à corretagem de seguros da sociedade caberá ao Sócio Corretor de Seguros **TODOS OS RAMOS, José Jackson Silva**, habilitado e



registrado na Superintendência de Seguros Privados - SUSEP sob o nº 029325/2014508-1, cabendo-lhe, também, o uso do nome empresarial.

Parágrafo Segundo - É vedado o uso do nome empresarial, pelos Administradores, em atividades estranhas ao interesse social, ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da Sociedade, sem autorização do outro sócio.

Parágrafo Terceiro - Responderá por perdas e danos perante a Sociedade, o Administrador que realizar operações, sabendo ou devendo saber que estava agindo em desacordo com a maioria, ou que usou de seu poder para realizar.

Parágrafo Quarto - O Administrador será obrigado a prestar ao sócio contas justificadas de sua administração, apresentando-lhes o inventário, anualmente, bem como o balanço patrimonial e o de resultado econômico.

Parágrafo Quinto - A Sociedade se obriga a manter, durante toda sua vigência, na administração, direção ou gerência técnica, somente sócios Corretores de Seguros **TODOS OS RAMOS**, habilitados e registrados na SUSEP.

Parágrafo Sexto - Os procuradores para tratar de assuntos relativos a corretagem de seguros, deverão ser obrigatoriamente, Corretores de Seguros **TODOS OS RAMOS**, habilitados e registrados na SUSEP.

5 - Neste ato e por força deste instrumento resolve alterar o **parágrafo único** para **parágrafo primeiro** da cláusula 11ª e acrescentar o **parágrafo segundo** a referida cláusula.

Parágrafo primeiro - o mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolver em relação a seu sócio.

Parágrafo segundo - O sócio será excluído da sociedade, judicialmente, mediante iniciativa da maioria dos demais sócios, por falta grave no cumprimento de suas obrigações, ou ainda, por incapacidade superveniente.

6 - Neste ato e por força deste instrumento resolve acrescentar a cláusula 14ª. Em qualquer época, por decisão unânime dos sócios, a sociedade poderá, nos casos previstos em lei, e neste contrato social, aumentar o seu capital, respeitada a proporção das quotas sociais de cada sócio.

7 - Neste ato e por força deste instrumento resolve acrescentar a cláusula 15ª. A Sociedade se dissolverá por deliberação da maioria absoluta dos sócios, por falta de pluralidade de sócios, em razão de morte, renúncia não reconstituída no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, ou através de decisão judicial, devendo seu patrimônio ser dividido entre os sócios na proporção de suas quotas sociais.

8 - Neste ato e por força deste instrumento resolve acrescentar a cláusula 16ª. Em caso de liquidação da Sociedade, o liquidante será indicado, na época, pelo sócio remanescente e, não havendo consenso, será designado judicialmente.

9 - Neste ato e por força deste instrumento resolve acrescentar a cláusula 17ª. Os casos omissos ao presente Instrumento, serão resolvidos pelas leis em vigor.

10 - Em razão dos acréscimos e das modificações acima descritas a cláusula 1ª, 2ª, 5ª, 6ª, 11ª, 14ª, 15ª, 16ª, e 17ª do seu contrato social passarão a ter a seguinte redação:



1ª - A sociedade girará sob o nome empresarial de **Boh - Corretora de Seguros Ltda**, terá sede e domicílio a Rua Antônio Bispo de Campos, 44, centro em Lagarto-SE, CEP 49.400-000.

2ª - O capital social será R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), dividido em 20.000 quotas de valor nominal R\$ 1,00 (um real) cada, integralizadas neste ato em moeda corrente do País pelos sócios:

O Sócio José Edcarlos dos Santos	14.000 quotas no valor de R\$ 14.000,00
A Sócia Sueldeide de Jesus Santos	5.940 quotas no valor de R\$ 5.940,00
O Sócio José Jackson Silva	60 quotas no valor de R\$ 60,00
TOTAL	20.000 quotas R\$ 20.000,00

3ª - O Objeto será a corretagem de Seguros de ramos elementares, Seguros de vida, sociedades de capitalização, corretores e agentes de seguros, de planos de previdência complementar e de saúde, sociedades de crédito, financiamento e investimento - financeiras podendo aumentar ou diminuir seus objetos se assim acharem necessário.

6ª - A administração da sociedade caberá ao sócio José Edcarlos dos Santos com os poderes e atribuições de administrar os negócios sociais, com poderes de assinar documentos de empresas privadas como também órgãos públicos e Federais.

Parágrafo Primeiro - A administração técnica relativo à corretagem de seguros da sociedade caberá ao Sócio Corretor de Seguros TODOS OS RAMOS, José Jackson Silva, habilitado e registrado na Superintendência de Seguros Privados - SUSEP sob o nº 0291251.014508-4 cabendo-lhe, também, o uso do nome empresarial.

Parágrafo Segundo - É vedado o uso do nome empresarial, pelos Administradores, em atividades estranhas ao interesse social, ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da Sociedade, sem autorização do outro sócio.

Parágrafo Terceiro - Responderá por perdas e danos perante a Sociedade, o Administrador que realizar operações, sabendo ou devendo saber que estava agindo em desacordo com a maioria, ou que usou de seu poder para realizar.

Parágrafo Quarto - O Administrador será obrigado a prestar ao sócio contas justificadas de sua administração, apresentando-lhes o inventário, anualmente, bem como o balanço patrimonial e o de resultado econômico.

Parágrafo Quinto - A Sociedade se obriga a manter, durante toda sua vigência, na administração, direção ou gerência técnica, somente sócios Corretores de Seguros TODOS OS RAMOS, habilitados e registrados na SUSEP.

Parágrafo Sexto - Os procuradores para tratar de assuntos relativos à corretagem de seguros, deverão ser, obrigatoriamente, Corretores de Seguros TODOS OS RAMOS, habilitados e registrados na SUSEP.

11ª - Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, a data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo primeiro - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolver em relação a seu sócio.



III ALTERAÇÃO CONTRATUAL
BOB - CORRETORA DE SEGUROS LTDA ME
CNPJ: 08.611.052/0001-06 NIRE: 28.200.391.473

Pelo presente instrumento particular de Contrato Social, os abaixo assinados, **JOSE EDUARDO DOS SANTOS**, brasileiro, maior, natural de Lagarto - SE, nascido em 10/10/1973, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, representante, portador da Carteira de Identidade sob o nº. 1.081.967 SSP/SE, inscrito no cadastro de pessoa física sob o nº. 653.263.855-20, residente e domiciliado na Rua Antonio Bispo de Campos, nº. 44, Bairro Centro, CEP 49400-000, Lagarto - SE e **SUELEIDE DE JESUS SANTOS**, brasileira, maior, natural de Aracaju - SE, nascida em 18/01/1972, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, comerciante, portadora da Carteira de Identidade sob o nº. 977.185 SSP/SE, inscrita no cadastro de pessoa física sob o nº. 694.623.135-04, residente e domiciliada na Rua Antonio Bispo de Campos, nº. 44, Bairro Centro, CEP 49400-000, Lagarto - SE e **JOSE JACKSON SILVA**, brasileiro, maior, natural de Aracaju - SE, nascido em 06/05/1940, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, Corretor de Seguros, registrado na SUSEP sob o nº. 029325.1414508-4, portador da Carteira de Identidade sob o nº. 084.880 SSP/SE, inscrito no cadastro de pessoa física sob o nº. 038.625.775-20, residente e domiciliado na Rua Manoel Mauricio Cardoso, nº. 36, Conjunto Medici I, Bairro Luzia, CEP 49048-230, Aracaju - SE, únicos sócios da empresa **BOB - CORRETORA DE SEGUROS LTDA ME**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº. 08.611.052/0001-06, localizada na Rua Antonio Bispo de Campos, nº. 44, Bairro Centro, CEP 49400-000, Lagarto - SE, registrada na Junta Comercial do Estado de Sergipe (JUCESE) em 24/01/2007, sob o NIRE de nº. 28.200.391.473, por deliberação majoritária, resolvem assim, alterar o contrato social, mediante as condições e Cláusulas Seguintes:

a) Aumentar o capital social para R\$ 20.050,00 (vinte mil e cinquenta reais) em moeda corrente do país, baseado na integralização da sócia ora admitida, neste ato a baixo qualificada.

b) Admitir na sociedade e na administração (denomina a sócia **EDNA MARIA CARDOSO**, brasileira, maior, natural de Aracaju - SE, nascida em 21/04/1967, solteira, Corretora de Seguros, registrado na SUSEP sob o nº. 08.017535-8, portadora da Carteira de Identidade sob o nº. 861.303 SSP/SE, inscrita no cadastro de pessoa física sob o nº. 386.836.955-49, residente e domiciliada na Avenida Murilo Dantas, nº. 1349, Apto. 302, C Magna, Bairro Farolândia, CEP 49032-490, Aracaju - SE, integralizando neste ato em moeda corrente do país a quantia de R\$ 50,00 (cinquenta reais) com recursos próprios.

c) Adicionar a **CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA** a redação:

As deliberações sociais, mesmo que impliquem modificações do presente contrato, serão tomadas por maioria de capital (ou dos sócios), salvo se relativos a direito individual de sócio, que não poderão ocorrer sem seu consentimento expresso.

As alterações contratuais tomadas por deliberação majoritárias serão assinadas por todos sócios, quantos bastem para caracterizá-las.

A vista da modificação ora ajustada consolida-se o contrato social, com a seguinte redação:

CLAUSULA PRIMEIRA

A sociedade gira sob o nome empresarial **BOB - CORRETORA DE SEGUROS LTDA ME**, tendo como nome de fantasia **BOB - CORRETORA DE SEGUROS** e sede na Rua Antonio Bispo de Campos, nº. 44, Bairro Centro, CEP 49400-000, Lagarto - SE.

CLAUSULA SEGUNDA

A sociedade poderá a qualquer tempo abrir filiais e outros estabelecimentos, no país por deliberação dos sócios.



CLÁUSULA TERCEIRA

O objeto da sociedade é a corretagem de Seguros de ramos elementares, seguros de vida, sociedades de capitalização, corretores e agentes de seguros de planos de previdência complementar e de saúde, sociedades de crédito, financiamento e investimento - financeiras. Objeto este que poderá ser ampliado ou modificado mediante a deliberação dos quotistas.

CLÁUSULA QUARTA

O Capital Social será de R\$ 20.050,00 (vinte mil e cinquenta reais) divididos em 20.050 (vinte mil e cinquenta) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, neste ato realizado em moeda corrente do País, subscritas e totalmente integralizadas pelos sócios, como segue:

JOSÉ EDCARLOS DOS SANTOS, Com 14.000 cotas de R\$ 1,00 (um real) cada o equivalente a 69,82% do cap. social	R\$ 14.000,00
SUELEIDE DE JESUS SANTOS Com 5.940 cotas de R\$ 1,00 (um real) cada o equivalente a 29,63% do cap. social	R\$ 5.940,00
JOSÉ JACKSON SILVA Com 60 cotas de R\$ 1,00 (um real) cada o equivalente a 0,30% do capital social.	R\$ 60,00
EDNA MARIA CARDOSO Com 50 cotas de R\$ 1,00 (um real) cada o equivalente a 0,25% do capital social.	R\$ 50,00
Total do Capital Social:	20.050,00

CLÁUSULA QUINTA

As quotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas sem o expreso consentimento do sócio remanescente, cabendo, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência ao sócio que queira adquiri-las. O sócio que pretenda ceder ou transferir todas ou parte de suas quotas, deverá manifestar sua intenção por escrito ao(s) outro(s) sócio(s), assistindo a este(s), e prazo de 30 (trinta) dias para que possam exercer o direito de preferência, ou, ainda, optar pela dissolução da sociedade antes mesmo da cessão ou transferência das cotas.

CLÁUSULA SEXTA

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização de capital social.

CLÁUSULA SÉTIMA

As operações tiveram início em 18/01/2007 e o prazo de duração da sociedade será de tempo indeterminado.

CLÁUSULA OITAVA

A administração da sociedade será exercida pelo sócio **JOSÉ EDCARLOS DOS SANTOS**, conforme indicado na forma deste instrumento, que representará a sociedade ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente, em conjunto ou separadamente.

Parágrafo Primeiro: Os sócios não poderão, em qualquer circunstância, praticar atos de liberdade em nome da sociedade, tais como a prestação de garantias de favor e outros atos estranhos ou prejudiciais aos objetivos e negócios sociais, configurando-se justa causa para efeito de exclusão do sócio nos termos do art. 1.085 do Novo Código Civil Brasileiro.

Parágrafo Segundo: A administração técnica relativo à corretagem de seguros da sociedade caberá aos sócios corretores de seguros **TODOS OS RAMOS, JOSÉ JACKSON SILVA e EDNA MARIA CARDOSO**, já qualificados anteriormente.



CLÁUSULA NONA

O(s) sócio(s) administrador(es) terá(ão) direito a uma retirada mensal, a título de Pró-labore, a ser fixada anualmente pelo consenso unânime na assembleia de sócios, obedecendo os limites legais da legislação do imposto de renda.

CLÁUSULA DÉCIMA

No dia 31 de cada ano, o administrador procederá ao levantamento do balanço patrimonial, de resultado econômico e, apurados os resultados do exercício, após as deduções previstas em lei e formação das reservas que forem consideradas necessárias, os lucros e prejuízos serão distribuídos e suportados pelos sócios, proporcionalmente às quotas do capital social que deliverem.

Parágrafo Único: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as cotas e designarão administrador quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

No caso de falecimento ou incapacidade superveniente de qualquer dos sócios será realizado em 30 (trinta) dias da ocorrência, um balanço especial. Convindo ao(s) sócio(s) remanescente(s) e concordando o(s) herdeiro(s), será lavrado termo de alteração contratual com a inclusão deste(s).

Parágrafo Primeiro: Caso não venha(n) o(s) herdeiro(s) a integrar a sociedade, este(s) receberá (ão) seus haveres em moeda corrente, apurados até a data do impedimento ou falecimento, em 10 (dez) prestações mensais e sucessivas, corrigidas monetariamente pelo IGP-M (FGV), ou outro índice que o venha substituir, vencendo-se a primeira parcela após 30 (trinta) dias da data do balanço especial.

Parágrafo Segundo: Em permanecendo apenas um sócio, este terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para recompor a pluralidade social, com o que, não recomposta, continuará o mesmo com todo ativo e passivo na forma de firma individual ou extinta.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

As deliberações sociais serão tomadas sempre por reunião dos sócios, a serem convocadas previamente, no prazo mínimo de 3 (três) dias úteis.

As convocações das reuniões dos sócios se fará por meio de carta registrada, telegrama, por e-mail, ou por qualquer outro meio ou forma, desde que comprove o envio e o teor da convocação.

As formalidades de convocação das reuniões poderão de ser dispensadas nas hipóteses previstas em lei.

As deliberações sociais, mesmo que impliquem modificações do presente contrato, serão tomadas por maioria de capital (ou dos sócios), salvo se relativas a direito individual de sócio, que não poderão ocorrer sem seu consentimento expresso.

As alterações contratuais tomadas por deliberação majoritárias serão assinadas por tantos sócios quantos bastem para caracterizá-las.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

O(s) administrador(es) declara(m), sob as penas da lei, de que não estão impedidos, por lei especial, e nem condenados ou encontram-se sob efeitos da condenação, a pena que vede, ainda que

temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

Os casos omissos serão resolvidos pela aplicação dos dispositivos do Código Civil Brasileiro e, subsidiariamente, pela Lei ou restrições legais, que possam impedi-los de exercer atividades empresariais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

Fica eleito o Foro Central da Comarca de Lagarto - SE, para os procedimentos judiciais referentes a este Instrumento de Contrato Social, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou venha ser.

E, por estarem assim justos e contratados, lavram este instrumento, em 3 (três) vias de igual teor, que serão assinadas por todos os sócios sendo a primeira via arquivada na Junta Comercial do Estado de Sergipe e as outras vias devolvidas aos contratantes, depois de anotadas.

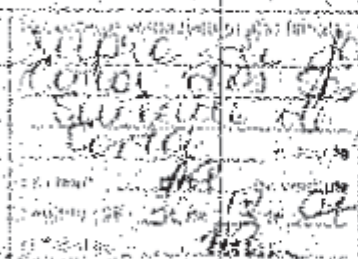
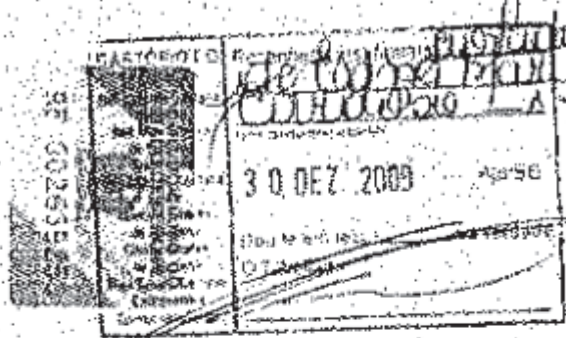
Lagarto - SE, 22 de Dezembro de 2009.



Jose Edecarlos dos Santos
JOSE EDCARLOS DOS SANTOS
Sócio Administrador

Sueleide de Jesus Santos
SUELEIDE DE JESUS SANTOS
Sócia Cotista

Edna Maria Cardoso
EDNA MARIA CARDOSO
Sócia Administrador Técnico





ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Erivaldo Macedo Mendes OAB/SE 3512

ADVOCACIA - CONSULTORIA - ASSESSORIA

SUBSTABELECIMENTO

Pelo presente, substabeleço com reservas dos mesmos, a ***Dra. Valéria Dias de Santana***, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SE sob o n.º 5902, os poderes a mim conferidos e relativos aos processos em tramite no Estado de Sergipe.

Lagarto (SE), 30 de Setembro de 2011.

Bel. ERIVALDO MACEDO MENDES
OAB/SE 3512

VALENÇA

ADVOGADOS

FORTALEZA | JOÃO PESSOA | RECIFE | RIO DE JANEIRO | SALVADOR | SÃO LUÍS | SÃO PAULO

SALVADOR | BA

Rua Frederico Simões, 125 | Caminho das Árvores
11º andar | CEP: 41820-774
Tel.: 55 (71) 3444.5454 | Fax: 3444.5450

www.valencaadvogados.com.br

SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço, com reserva, os poderes gerais para o foro que me foram conferidos, à **Bela. Verônica Gonçalves Megalhães Castro**, brasileira, advogada, inscrita na OAB/SE sob o nº 4.168; ao **Bel. Alisson Almeida dos Santos**, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/SE sob o nº 6165; ao **Bel. Felipe Nascimento de Oliveira**, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/SE sob o nº 5844; à **Bela. Viviane Passos da Costa**, brasileira, solteira, inscrita na OAB/SE sob o nº 5338; estabelecida na Rua José Ramos da Silva, nº 228, Galeria Praia Formosa, Salas 13 e 14, Bairro 13 de Julho, Aracaju-SE, CEP 49020-200, bem assim à **Bela. Maria Isabel Garcia Durán Alvarez**, brasileira, solteira, advogada inscrita na OAB-BA nº 28.589; ao **Bel. Tácio Nel Cardoso Rúbalo Elpidio**, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na OAB-BA nº 28.654; à **Bela. Verena Andrade de Melo**, brasileira, solteira, advogada inscrita na OAB-BA nº 29.432; ao **Bel. Pedro Arjuna de Sá Bittencourt Câmara**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/BA nº 31.094; à **Bela. Carine Souza e Sousa**, brasileira, solteira, advogada inscrita na OAB-BA nº 32.081; ao **Bel. Valdir Santos Araújo Ferreira**, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na OAB/BA sob o nº 30.921; à **Bela. Mariana Parente Prado**, brasileira, solteira, advogada inscrita na OAB-BA nº 31.086; ao **Bel. Bruno Zurli Bittencourt Tavares**, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na OAB/RJ 133.363; à **Bela. Liziane Dourado Rios da Silva**, brasileira, solteira, advogada inscrita na OAB-BA nº 31.560; à **Bela. Luísa de Almeida**, brasileira, solteira, advogada inscrita na OAB-BA nº 30.744; à **Bela. Luana Barbosa Silva**, brasileira, solteira, advogada inscrita na OAB-BA nº 31.261; à **Bela. Indiamara Rodrigues Sales Silva**, brasileira, solteira, advogada inscrita na OAB-BA nº 29.637; ao **Bel. Daniel Terto de Oliveira Silva**, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na OAB/BA nº 30.797; à **Bela. Natália Pinto Pires**, brasileira, solteira, advogada inscrita na OAB/SE sob o nº 5.146; à **Bela. Priscila Matos Marques Batista**, brasileira, solteira, advogada inscrita na OAB/BA sob o nº 31.975; ao **Bel. Edgard Da Costa Freitas Neto**, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na OAB/BA sob o nº 26.466; à **Bela. Mariana Bastos Bastos Lopes**, brasileira, casada, inscrita na OAB/BA sob o nº 23.210; ao **Bel. Daniel Souza De Oliveira**, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na OAB/BA sob o nº 32.662; ao **Bel. Fabrício da Costa Santana**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB-BA nº 32.572; à **Bela. Juliana Santos Guedes**, brasileira, solteira, advogada inscrita na OAB/BA nº 26.297; ao **Bel. Ricardo Borges Costa**, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na OAB/BA 25.233; à **Bela. Ana Terra campos Bourbon**, brasileira, solteira, advogada inscrita na OAB-BA, sob o nº 29.131; à **Bela. Lorena Sousa Santos Lemos**, brasileira, solteira, advogada inscrita na OAB/BA nº 28.223; ao **Bel. Rodrigo Maia Miranda de Barreto**, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na OAB/BA nº 32.735; à **Bela. Bianca Lima Meneses**, brasileira, solteira, advogada inscrita na OAB-BA nº 32.835; **Bela. Mônica Silva Machado**, brasileira, solteira, advogada inscrita na OAB-BA nº 33.108; ao **Bel. Thales Queiroz Da Anunciação**, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na OAB/BA nº 32.876; à **Bela. Heloísa Valença Cunha**, brasileira, solteira, advogada inscrita na OAB-BA nº 33.221; à **Bela. Roberta Luenna Pires Amado**, brasileira, casada, inscrita na OAB/BA sob o nº 32.784; à **Bela. Marina Petitinga Ferreira**, brasileira, solteira, advogada inscrita na OAB-BA nº 33.436; ao **Bel. George Washington Carvalho Anunciação**, brasileiro, inscrito na OAB-BA nº 22.242-E; ao **Bel. Antonio Peixoto de Siqueira Filho**, brasileiro, inscrito na OAB/BA nº 24.419-E; à **Bela. Fabrícia Fernandes Leal Magnavita**, brasileira, inscrita na OAB-BA nº 22.497-E; à **Bela. Mayana Barreto de Carvalho**, brasileira, inscrita na OAB/BA nº 22.231-E; à **Bela. Graziela Costa Lopes**, brasileira, inscrita na OAB/BA nº 21.558-E à **Bela. Isamline Pereira**, brasileira, portadora do RG nº 08802388-52 SSP/BA; ao **Bel. Rodrigo Mancloia Mascarenhas**, brasileiro, solteiro, RG 0863480357; ao **Bel. Leandro de Carvalho Amaral dos Santos**, brasileiro, solteiro, RG 1141992302; ao **Bel. Roberto Santos De Jesus**, brasileiro, solteiro, RG 0549546570; à **Bela. Mariana da Silva Ferreira**, brasileira, inscrita na OAB-BA nº 22496-E; ao **Bel. Eduardo Felipe Teixeira Lima**, brasileiro, RG nº 11712862-79 SSP/BA; ao **Bel. Érico Victor Alves de Matos**, brasileiro, casado, RG nº 09447161 48SSP/BA; e ao **Bel. Ulisses Soares Passos**, brasileiro, solteiro, estagiário de direito inscrito na OAB-BA sob o nº 23.727-E; todos integrantes do Escritório Valença Advogados, com endereço profissional na Rua Frederico Simões, 125, Edif. Lix Empresarial, 11º andar, Salvador-BA, CEP 41.820-774, aos quais confiro poderes para, em conjunto ou isoladamente, independente da ordem de nomeação, representar e defender a Outorgante em processos judiciais.

Salvador-BA, 12 de julho de 2011.


MARIA AUXILIADORA GARCIA DURÁN ALVAREZ
OAB-BA 21.193 e OAB/SE 631-A



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201155502132

DATA:

27/10/2011

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Aguardando prazo.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201155502132

DATA:

28/10/2011

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Petição de Réplica à Contestação realizada pelo Advogado ERIVALDO MACEDO MENDES
(3512##SE)

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Erivaldo Macedo Mendes OAB/SE 3512

ADVOCACIA – CONSULTORIA – ASSESSORIA

EXMO(A). SR(A). DR(A). JUIZ(A) DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE LAGARTO (SE).

Processo n.º 201155502132

ANTONIO FERNANDO DO NASCIMENTO vem a presença de Vossa Excelência, em atenção ao despacho exarado apresentar réplica:

DA PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DO JUIZADO POR NECESSIDADE DE PROVA PERICIAL.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SERGIPE
1ª Turma Recursal do Estado de Sergipe

Processo nº 201000900752

Juiz MEMBRO: Diógenes Barreto

Juiz RELATOR: Elbe Maria F. do P. de Carvalho

Juiz MEMBRO: Marcos de Oliveira Pinto

-

Nº do Processo: 201000900752

Classe: Recurso Inominado

Assuntos:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Partes e Procuradores - Sucumbência - Honorário

Praça Sebastião Garcez, 04, Edifício Erivaldo Mendes, Centro, Lagarto (SE) – CEP: 49400-000
Rodovia SE 214, 400, Galeria Erivaldo Mendes, Povoado Brasília, Lagarto (SE)
Praça Helena Ribeiro, s/n.º, Centro, Salgado (SE), CEP: 49320-000
Telefax: (79) 3631-4563 – Cel: (79) 9989-1942 / 9987-7751
e-mail: macedo.mendes@uol.com.br
Site: www.erivaldomendes.com.br



ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Erivaldo Macedo Mendes OAB/SE 3512

ADVOCACIA – CONSULTORIA – ASSESSORIA

Advocatícios:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Partes e Procuradores - Sucumbência - Custas:

Data de Distribuição: 29/03/2010

Processo Origem: 200955502420

Procedência:

Recorrente: NOBRE SEGURADORA DO BRASIL

ADVOGADO KELLY CHRYSTIAN SILVA SANTANA

Recorrido: JOSÉ DE ASSIS FERREIRA LIMA

ADVOGADO ERIVALDO MACEDO MENDES

EMENTA

DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. AÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. INCOMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS EM FACE DA NECESSIDADE DE PROVA PERICIAL AFASTADA. INVALIDEZ PERMANENTE RECONHECIDA DIANTE DO PAGAMENTO ADMINISTRATIVO. DISPENSABILIDADE DE LAUDO PERICIAL. EVENTO DANOSO OCORRIDO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 11.482/07. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 8º DA MENCIONADA LEI POR VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E DO NÃO RETROCESSO, VEZ QUE NÃO PREVÊ REAJUSTE PARA O VALOR DA INDENIZAÇÃO. SOLIDARISMO. MÍNIMO EXISTENCIAL. APLICAÇÃO DAS REGRAS ORIGINÁRIAS DA LEI 6.194/74. HAVENDO PAGAMENTO ADMINISTRATIVO A TÍTULO DE INVALIDEZ PERMANENTE NÃO CABE DISCUTIR O GRAU DE INVALIDEZ. INDENIZAÇÃO DEVIDA NO GRAU MÁXIMO. REVELIA DECRETADA. INOCORRÊNCIA DE SEUS EFEITOS. MATÉRIA DE DIREITO. TERMO INICIAL DA CORREÇÃO MONETÁRIA FIXADA NA SENTENÇA, CONFORME REQUERIDO NO RECURSO, NÃO HAVENDO, PORTANTO, INTERESSE RECURSAL NESTE PONTO. NO TOCANTE AOS JUROS DE MORA, EMBORA NÃO



ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Erivaldo Macedo Mendes OAB/SE 3512

ADVOCACIA – CONSULTORIA – ASSESSORIA

CONSTE DA CONDENAÇÃO ESTIPULADA NA SENTENÇA, ESTES SÃO DEVIDOS A PARTIR DA CITAÇÃO, NOS TERMOS DO ART. 219 DO CPC C/C 405, DO CC, NÃO POSSUINDO MAIS UMA VEZ O RECORRENTE INTERESSE RECURSAL, POIS ESTABELECIDO, CONFORME POR ELE REQUERIDO. VEDAÇÃO A REFORMATIO IN PEJUS. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.

O caso do autor se enquadra perfeitamente ao discutido no acórdão acima, haja vista, que foi indenizado parcialmente em decorrência de invalidez permanente, que, inclusive, foi devidamente comprovada pelos médicos da requerida, pois, a indenização só é paga após a constatação da invalidez por seus próprios médicos.

Assim, requer seja indeferida dita postulação.

DA PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DA BOB CORRETORA/CENTAURO SEGURADORA

Cabe destacar que a requerida vem requerer seja declarada a Ilegitimidade Passiva da Bob Corretora de Seguros, outrossim, quem não tem legitimidade para tanto é a própria requerida.

Ademais, há que ser decretada a revelia da Bob Corretora de Seguros, Ponto de Atendimento DPVAT, vinculada a Centauro Seguradora S/A, haja vista, que houve a citação tempestiva para a audiência de conciliação em que a mesma não se fez presente.

Conforme demonstramos em pesquisa efetuada no site do seguro DPVAT, a Bob faz parte do convênio.

Por fazer parte da rede de empresas que comprem o convênio, pode ser acionada. As alegações da requerida se confundem com o mérito da causa e em nome do princípio da asserção, dita argumentação deve ser afastada.



ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Erivaldo Macedo Mendes OAB/SE 3512

ADVOCACIA – CONSULTORIA – ASSESSORIA

Em complemento a legitimidade passiva comentada, soma-se a legitimidade territorial, conforme dispõe o Artigo 4.º da Lei 9.099/95, que diz: É competente para as causas previstas nesta lei, o juizado do foro do domicílio do réu, ou a critério do autor, do local onde aquele exerça atividades profissionais ou econômicas e mantenha estabelecimento, filial, agência, sucursal ou escritório.

Anexamos cópia de correspondência trocada entre a Bob e a Centauro Seguradora, sua parceira comercial e vinculada ao Consórcio DPVAT.

Portanto, não merece acolhida dita postulação, é o que desde logo se requer, pois, quem deve pleitear a sua defesa é a própria Bob Corretora de Seguros, não tendo a Líder Seguradora legitimidade para tanto.

PRELIMINAR DE CARÊNCIA DE AÇÃO SOB ALEGAÇÃO QUE JÁ FOI INDENIZADO

Vemos mais uma postulação fadada ao insucesso, pois, a quitação se refere ao valor recebido, não obstante a que se busque o valor realmente devido.

Vejamos o disposto na Súmula 14 do TJRS:

QUITACÃO - A quitação é limitada ao valor recebido, não abrangendo o direito à complementação da indenização, cujo valor decorre de lei.

Superior Tribunal de Justiça:

**"RESP-129482-MINISTRO WALDEMAR ZVEITER-
TERCEIRA TURMA STJ-15/12/1997-SEGURO
OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS -
INDENIZAÇÃO POR MORTE -FIXAÇÃO EM
SALÁRIOS-MÍNIMOS - LEI 6.194, ART. 3. - RECIBO
DE QUITACÃO - RECEBIMENTO DE VALOR
INFERIOR AO LEGALMENTE ESTIPULADO -DIREITO
A COMPLEMENTAÇÃO.**

Praça Sebastião Garcez, 04, Edifício Erivaldo Mendes, Centro, Lagarto (SE) – CEP: 49400-000
Rodovia SE 214, 400, Galeria Erivaldo Mendes, Povoado Brasília, Lagarto (SE)
Praça Helena Ribeiro, s/n.º, Centro, Salgado (SE), CEP: 49320-000
Telefax: (79) 3631-4563 – Cel: (79) 9989-1942 / 9987-7751
e-mail: macedo.mendes@uol.com.br
Site: www.erivaldomendes.com.br



ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Erivaldo Macedo Mendes OAB/SE 3512

ADVOCACIA – CONSULTORIA – ASSESSORIA

I - PACIFICA A JURISPRUDENCIA DESTA CORTE NO SENTIDO DE QUE O ART. 3., DA LEI 6.194/1974, NÃO FORA REVOGADO PELAS LEIS 6.205/1975 E 6.423/1977, PORQUANTO, AO ADOTAR O SALÁRIO-MÍNIMO COMO PADRÃO PARA FIXAR A INDENIZAÇÃO DEVIDA, NÃO O TEM COMO FATOR DE CORREÇÃO MONETARIA, QUE ESTAS LEIS BUSCAM AFASTAR.

II - IGUALMENTE CONSOLIDADO O ENTENDIMENTO DE QUE O RECIBO DE QUITAÇÃO PASSADO DE FORMA GERAL, MAS RELATIVO A OBTENÇÃO DE PARTE DO DIREITO LEGALMENTE ASSEGURADO, NÃO TRADUZ RENUNCIA A ESTEDIREITO E, MUITO MENOS, EXTINÇÃO DA OBRIGAÇÃO. PRECEDENTE DO STJ.

III - RECURSO ESPECIAL CONHECIDO PELA DIVERGENCIA E PROVIDO.”

DA ALEGAÇÃO DE FALTA DE DOCUMENTO - LAUDO DO IML.

Quanto a alegação de Inépcia da inicial por ausência de Laudo pericial do IML, dita postulação também está fadada ao insucesso, vejamos:

Ademais, estabelece o artigo 5.º da Lei 6.194/74, que para fazer jus a indenização, basta a comprovação do acidente e do dano decorrente, e estas provas foram juntadas aos autos. Inclusive a própria requerida, em sua contestação, afirma que o requerente foi periciado por seus próprios médicos e foi constatada a invalidez.

Assim, se a própria requerida efetuou o pagamento da invalidez constatada, a própria já verificou *in loco* a invalidez do autor.

Como dito, o que se busca é uma indenização justa, pois, não se pagou o valor efetivamente devido e estabelecido em lei, de 40 salários mínimos.

A questão de haver ou não invalidez e sua prova está superada.

Praça Sebastião Garcez, 04, Edifício Erivaldo Mendes, Centro, Lagarto (SE) – CEP: 49400-000
Rodovia SE 214, 400, Galeria Erivaldo Mendes, Povoado Brasília, Lagarto (SE)
Praça Helena Ribeiro, s/n.º, Centro, Salgado (SE), CEP: 49320-000
Telefax: (79) 3631-4563 – Cel: (79) 9989-1942 / 9987-7751
e-mail: macedo.mendes@uol.com.br
Site: www.erivaldomendes.com.br



ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Erivaldo Macedo Mendes OAB/SE 3512

ADVOCACIA – CONSULTORIA – ASSESSORIA

Vejamos o decido no seguinte julgado, deste Juizado, Processo n.º 201055500115:

Para fazer jus à indenização, basta a comprovação do acidente e do dano decorrente, nos termos do artigo 5º da Lei n.º 6.194/97:

Art . 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

A par dos documentos acostados aos autos, verifico que a parte reclamante comprovou a ocorrência do acidente e do dano decorrente, conforme documentos em anexo, o que foi corroborado pela parte reclamada em sede de contestação.

Vejamos a integra do julgado retro:



Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

Gerada em
06/09/2010
14:59:37

Dados do Processo

Núm. Processo 201055500115 (Virtual)	Classe Cobrança de Dívida	Competência Juizado. Esp. Civ.Crim. Lagarto	Turno Manhã
Situação JULGADO	Fase RECURSO	Distribuição 20/01/2010	Valor da Causa R\$ 12.656,25

Dados da Parte

Requerente: ROGÉRIO SOUZA SANTOS	Advogado(a): ERIVALDO MACEDO MENDES -- 3512/SE
Requerido: NOBRE SEGURADORA DO BRASIL	Advogado(a): KELLY CHRYSTIAN SILVA SANTANA -- 2592/SE

Vistos etc.

I – RELATÓRIO:

Dispensado, de acordo com o art. 38 da Lei n.º 9.099/95.

II – MOTIVAÇÃO:

II.1 – PRELIMINARES:

Praça Sebastião Garcez, 04, Edifício Erivaldo Mendes, Centro, Lagarto (SE) – CEP: 49400-000
Rodovia SE 214, 400, Galeria Erivaldo Mendes, Povoado Brasília, Lagarto (SE)
Praça Helena Ribeiro, s/n.º, Centro, Salgado (SE), CEP: 49320-000
Telefax: (79) 3631-4563 – Cel: (79) 9989-1942 / 9987-7751
e-mail: macedo.mendes@uol.com.br
Site: www.erivaldomendes.com.br



ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Erivaldo Macedo Mendes OAB/SE 3512

ADVOCACIA – CONSULTORIA – ASSESSORIA

II.1.1 - Incompetência do Juizado - necessidade de produção de prova pericial:

A reclamada, em sede de contestação, argüiu incompetência deste Juizado Especial, sob a alegação de que o evento em exame necessita de prova pericial, com a finalidade de se averiguar o grau da invalidez da parte reclamante. Alegou que este tipo de prova é enquadrada na categoria de prova complexa, o que ensejaria a incompetência deste Juízo para processar e julgar o feito.

Inicialmente, registre-se que não assiste razão à reclamada, uma vez que a invalidez restou devidamente demonstrada na hipótese dos autos, haja vista que a própria reclamada confirmou a existência da invalidez pelo fato de ter havido o pagamento administrativo do montante que entendeu adequado, conforme prova documental acostada aos autos, não havendo necessidade de perícia para fins de complementação, ou não, de valor indenizatório.

Além disso, é importante destacar que o fato em tela ocorreu depois da entrada em vigor da MP 340/2006, portanto, aplicam-se as regras da Lei n.º 6.194/74, com as modificações da Lei n.º 11.482/2007. Esta Lei não diferencia graus de invalidez permanente, sendo, pois, desnecessária a perícia para apurá-lo, razão pela qual rejeito a referida preliminar.

II.1.2 - Ilegitimidade passiva:

Quanto à preliminar que pugna pela inclusão da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, **rejeito-a**, visto que tal pleito mostra-se desnecessário na medida em que pertence ao beneficiário da indenização a escolha contra quem deseja litigar, especialmente quando já houve alegado pagamento a menor.

Nesse diapasão, coleciono o seguinte julgado:

AGRAVO INTERNO. SEGURO DPVAT. INCLUSÃO DA SEGURADORA LÍDER NO POLO PASSIVO. IMPOSSIBILIDADE. **A escolha da seguradora contra quem vai litigar a vítima ou beneficiário do seguro DPVAT pertence a ela tão-somente, não sendo oponível a Resolução do CNSP que criou a entidade líder das seguradoras. Preponderância do artigo 7º da Lei 6.194/74 sobre a Resolução do CNSP.** AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. (Agravos Nº 70031990815, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Romeu Marques Ribeiro Filho, Julgado em 23/09/2009).

II.2 – MÉRITO:

Analisando os autos, verifico que a questão de mérito é unicamente de direito, sendo assim, autorizada pelo art. 330, I, do CPC, passo a conhecer diretamente do pedido, julgando antecipadamente a lide.

Pois bem. Vislumbra-se que o cerne da presente ação cinge-se em analisar se devido ou não o pagamento complementar do seguro DPVAT formulado pela parte reclamante.

Note-se que o sinistro que deu causa ao pagamento do seguro obrigatório ocorreu em **07/12/2008**, sob a égide da Lei n.º 6.194/1974, com as alterações da Lei n.º 11.482/07, devendo essa legislação ser aplicada ao caso em tela, com as ressalvas que serão feitas logo adiante.

A Lei n.º 6.194/74 prevê que a vítima de acidente de trânsito tem direito à indenização em caso de morte e invalidez permanente, bem como a reembolso de despesas médicas. Todas as modalidades de benefícios são pagas independentemente de apuração de culpa ou da identificação do veículo. Vejamos:

Praça Sebastião Garcez, 04, Edifício Erivaldo Mendes, Centro, Lagarto (SE) – CEP: 49400-000
Rodovia SE 214, 400, Galeria Erivaldo Mendes, Povoado Brasília, Lagarto (SE)
Praça Helena Ribeiro, s/n.º, Centro, Salgado (SE), CEP: 49320-000
Telefax: (79) 3631-4563 – Cel: (79) 9989-1942 / 9987-7751
e-mail: macedo.mendes@uol.com.br
Site: www.erivaldomendes.com.br



ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Erivaldo Macedo Mendes OAB/SE 3512

ADVOCACIA – CONSULTORIA – ASSESSORIA

Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada: (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

(...)

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

(...)

Para fazer jus à indenização, basta a comprovação do acidente e do dano decorrente, nos termos do artigo 5º da Lei n.º 6.194/97:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

A par dos documentos acostados aos autos, verifico que a parte reclamante comprovou a ocorrência do acidente e do dano decorrente, conforme documentos em anexo, o que foi corroborado pela parte reclamada em sede de contestação.

Ressalte-se que no momento em que ocorreu o sinistro (07/12/2008), já se encontrava em vigor a Lei n.º 11.482/2007 (vigência a partir de 31/05/2007). Mencionada lei imprimiu grandes alterações na Lei n.º 6.194/74, passando a garantir, aos vitimados por invalidez permanente, indenização no valor fixo de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), sem necessidade de provar qualquer grau de invalidez.

Todavia, é mister frisar que a Turma Recursal do Estado de Sergipe tem entendimento de que, com a edição da MP 340/06, a indenização devida às vítimas de acidente de trânsito sofreu uma brusca redução, deixando de ser variável para ficar estagnada em um valor fixo que, já quando de sua implantação, se mostrou inferior ao montante correspondente a 40 (quarenta) salários mínimos vigentes à época.

Nessa esteira, entendo pela ocorrência da inconstitucionalidade em dupla face da referida Medida Provisória, nos mesmos termos do entendimento já exposto pela Turma Recursal do Estado de Sergipe, formal e material, restando, a meu ver, impossível a aplicação tanto da MP 340/06 quanto da Lei n.º 11.482/07, na qual fora convertida, isto porque, sob o primeiro prisma (constitucionalidade formal), não fora o legislador capaz de demonstrar a relevância e a urgência atreladas ao tema que justificassem a adoção da referida espécie normativa para o fim desejado (art. 62 da CF). A edição de medida provisória, além de obedecer aos requisitos retro mencionados, deve ser utilizada pelo Presidente da República em hipótese de absoluta excepcionalidade, não sendo possível a convalidação do vício com a sua simples conversão em lei.

Em relação à inconstitucionalidade material, transcrevo trecho do acórdão n.º 396/2010, Recurso Inominado n.º 0188/2010, processo n.º 2010900383:

Doutra banda, sob o segundo prisma, o da constitucionalidade material, tenho que a redução do valor indenização de 40 (quarenta) salários mínimos para o patamar fixo de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) trouxe prejuízos aos segurados, a um porque estagnou o montante indenizatório que, mesmo atualizado, não chegará nem próximo ao que chegaria se ainda fosse



ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Erivaldo Macedo Mendes OAB/SE 3512

ADVOCACIA – CONSULTORIA – ASSESSORIA

determinado com base no salário mínimo vigente à época do acidente (pedido de pagamento integral) ou à época da liquidação do sinistro (pedido de complementação do valor pago a menor); e a dois porque a indigitada redução viola o princípio da dignidade da pessoa humana, na medida em que, na forma como previsto na novel legislação, reduz o direito até então garantido pelo sistema normativo, em flagrante desprestígio aos bens jurídicos vida e integridade física, quanto aos valores estabelecidas para fins indenizatórios.

Registre-se que a indenização será paga com base no valor vigente na época do pagamento a menor, nos termos do art. 5º, § 1º, da Lei n.º 6.194/74, sem as alterações da inconstitucional Lei n.º 11.482/07.

Há que ressaltar, contudo, que o valor devido, calculado a partir do salário mínimo vigente na data do pagamento parcial, em razão da inconstitucionalidade da Lei n.º 11.482/2007, difere do valor ao qual será a parte reclamada condenada a pagar, já que não poderá ultrapassar, muito embora tenha direito, ao montante requerido pela parte reclamante em sua peça inicial.

III - DISPOSITIVO:

Diante do exposto, e tudo mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, para reconhecer, incidenter tantum, a inconstitucionalidade da Lei n.º 11.482/07, condenando, assim,** a parte reclamada a pagar a complementação do seguro obrigatório DPVAT no valor de R\$ R\$ 12.656,25 (doze mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e vinte e cinco centavos) à parte reclamante, nos termos do artigo 3º, inciso II, da Lei n.º 6.194/74, a qual deverá ser corrigida monetariamente a partir de 21/09/2009, data em que a Seguradora efetuou o pagamento parcial, com juros de 1% (um por cento) ao mês a contar da citação, tudo nos termos da fundamentação que fica fazendo parte integrante deste dispositivo como se aqui transcrita fosse.

Concedo o benefício da justiça gratuita à parte reclamante, caso requerido.

Sem custas.

Deixo de apreciar o pedido de inclusão da Advogada da parte reclamada, declinados na contestação, em razão da mesma já ter se vinculado ao feito.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Após o trânsito em julgado, certifique-se e archive-se.

Interposto recurso no prazo legal, e após o prazo para a apresentação das contra-razões, com ou sem manifestação da parte adversária, os autos devem ser remetidos à Turma Recursal por meio de ato ordinatório, sendo desnecessária a conclusão do feito.

Neste caso, com a juntada do acórdão, intimem-se as partes da descida dos autos e, em havendo comprovação do cumprimento de obrigação, deve a parte beneficiada ser intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, comparecer a este Juízo a fim de levantar a quantia depositada em seu favor, sob pena de arquivamento, sendo desnecessária nova conclusão do feito, a não ser que haja requerimento diverso pendente de análise.

Em, 10/05/2010.

Aline Candido Costa.

Juíza de Direito.



ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Erivaldo Macedo Mendes OAB/SE 3512

ADVOCACIA – CONSULTORIA – ASSESSORIA

Como visto, os pedidos de perícia e laudo do IML, são protelatórios, pois, dentro do procedimento administrativo ao qual se submeteu, o requerente já foi periciado por médico da própria requerida.

Assim, após verificação das lesões deu-se pela procedência do pedido, restando devidamente caracterizado que a invalidez é inconteste.

Após a análise de toda a documentação solicitada para a regulação do sinistro, a seguradora pericia os beneficiários, o que de fato ocorreu com o requerente que teve de se deslocar a Aracaju a fim de passar por avaliação do perito da requerida.

Após a constatação da seqüela, há o pagamento. Assim dita postulação deve ser indeferida.

Melhor sorte não assiste ao pedido de Laudo do IML.

Dispõe a Lei n.º 8.441/92, no § 5.º do Artigo 5º, que o IML da jurisdição do acidente quantificará as lesões. Apesar do erro técnico, já que deveria se falar em IML da circunscrição do acidente, fica demonstrada a desnecessidade do Laudo do IML para o caso do autor, pois, o acidente aconteceu em cidade onde não há Instituto Médico Legal.

As próprias Seguradoras, já prevendo situações como estas, dispensam a apresentação de Laudo do IML, conforme demonstraremos adiante, além do mais, após o preparo de toda a documentação, as vítimas são periciadas por médicos dos seus próprios quadros. Só após a comprovação da invalidez é que o pagamento da indenização é efetuado.

Vejamos o que contém no site do Seguro DPVAT, a respeito dos documentos básicos para a regulação administrativa dos casos de Invalidez Permanente:



ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Erivaldo Macedo Mendes OAB/SE 3512

ADVOCACIA – CONSULTORIA – ASSESSORIA

Laudo do Instituto Médico Legal (original ou fotocópia autenticada, frente e verso), atestando o estado de invalidez permanente e qualificando a extensão das lesões físicas ou psíquicas da vítima, **ou cópia autenticada da Declaração da Secretaria de Segurança Pública, expedida após a data do acidente, informando sobre a inexistência de IML na localidade do acidente.**

Assim, após juntar a Certidão da Polícia de que não há IML na localidade do acidente e os demais documentos a vítima é periciada por médicos da apelada, que atestam ou não se a vítima é portadora de sequelas permanentes.

Logo, não se pode exigir um documento que não é exigido na Lei, e que a própria apelada dispensa em caso de não haver IML no local do acidente. Portanto, as Seguradoras tentam ludibriar o Judiciário, quando mencionam documento não necessário para a quantificação da invalidez, que, como dito, restou provada por outra via, a ponto de o autor ter sido indenizado.

Portanto, se requer, também o indeferimento de dita postulação.

QUANTO A ALEGAÇÃO DE CONSTITUCIONALIDADE DO TETO ESTABELECIDO PELA MP 340/06 E DA NECESSIDADE DE UNIFORMIZAÇÃO, o brilhante julgado que copiamos abaixo, demonstra claramente qual o entendimento da Turma Recursal dos Juizados Especiais de nosso estado.

Ademais, temos que destacar o seguinte trecho da 1.^a Turma Recursal dos Juizados Especiais, que apontou que **as Turmas Recursais de Juizados Especiais não se sujeitam a chamada reserva de plenário constante no Artigo 97 da CF/88 e Súmula Vinculante 10 do STF:**

1^a Turma Recursal do Estado de Sergipe

Processo nº 201000900752

Juiz MEMBRO: Diógenes Barreto

Juiz RELATOR: Elbe Maria F. do P. de Carvalho

Juiz MEMBRO: Marcos de Oliveira Pinto

Praça Sebastião Garcez, 04, Edifício Erivaldo Mendes, Centro, Lagarto (SE) – CEP: 49400-000
Rodovia SE 214, 400, Galeria Erivaldo Mendes, Povoado Brasília, Lagarto (SE)
Praça Helena Ribeiro, s/n.º, Centro, Salgado (SE), CEP: 49320-000
Telefax: (79) 3631-4563 – Cel: (79) 9989-1942 / 9987-7751
e-mail: macedo.mendes@uol.com.br
Site: www.erivaldomendes.com.br



ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Erivaldo Macedo Mendes OAB/SE 3512

ADVOCACIA – CONSULTORIA – ASSESSORIA

Nº do Processo: 201000900752

Classe: Recurso Inominado

Assuntos:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Partes e Procuradores - Sucumbência - Honorário

Advocatícios:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Partes e Procuradores - Sucumbência - Custas:

Data de Distribuição: 29/03/2010
Processo Origem: 200955502420

(...) Diante das alterações legislativas, passo a analisar a constitucionalidade da Lei nº 11.482/07 ex officio, vez que é a legislação aplicável ao caso, por meio do controle difuso, anotando de logo que as Turmas Recursais não se sujeitam à exigibilidade prevista no art. 97 da Constituição Federal, conforme excerto oriundo do STF, in verbis: "A regra da chamada reserva do plenário para declaração de inconstitucionalidade (art. 97 da CF) não se aplica, deveras, às turmas recursais de Juizado Especial (...)".

Vejamos a integra de decisão:

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SERGIPE
1ª Turma Recursal do Estado de Sergipe

Processo nº 201000900752

Juiz MEMBRO: Diógenes Barreto

Juiz RELATOR: Elbe Maria F. do P. de Carvalho

Juiz MEMBRO: Marcos de Oliveira Pinto

Nº do Processo: 201000900752

Classe: Recurso Inominado

Assuntos:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Partes e Procuradores - Sucumbência - Honorário

Advocatícios:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Partes e Procuradores - Sucumbência - Custas:

*Praça Sebastião Garcez, 04, Edifício Erivaldo Mendes, Centro, Lagarto (SE) – CEP: 49400-000
Rodovia SE 214, 400, Galeria Erivaldo Mendes, Povoado Brasília, Lagarto (SE)
Praça Helena Ribeiro, s/n.º, Centro, Salgado (SE), CEP: 49320-000
Telefax: (79) 3631-4563 – Cel: (79) 9989-1942 / 9987-7751
e-mail: macedo.mendes@uol.com.br
Site: www.erivaldomendes.com.br*



ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Erivaldo Macedo Mendes OAB/SE 3512

ADVOCACIA – CONSULTORIA – ASSESSORIA

Data de Distribuição: 29/03/2010

Processo Origem: 200955502420

Procedência:

Recorrente: NOBRE SEGURADORA DO BRASIL

ADVOGADO KELLY CHRYSTIAN SILVA SANTANA

Recorrido: JOSÉ DE ASSIS FERREIRA LIMA

ADVOGADO ERIVALDO MACEDO MENDES

EMENTA

DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. AÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. INCOMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS EM FACE DA NECESSIDADE DE PROVA PERICIAL AFASTADA. INVALIDEZ PERMANENTE RECONHECIDA DIANTE DO PAGAMENTO ADMINISTRATIVO. DISPENSABILIDADE DE LAUDO PERICIAL. EVENTO DANOSO OCORRIDO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 11.482/07. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 8º DA MENCIONADA LEI POR VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E DO NÃO RETROCESSO, VEZ QUE NÃO PREVÊ REAJUSTE PARA O VALOR DA INDENIZAÇÃO. SOLIDARISMO. MÍNIMO EXISTENCIAL. APLICAÇÃO DAS REGRAS ORIGINÁRIAS DA LEI 6.194/74. HAVENDO PAGAMENTO ADMINISTRATIVO A TÍTULO DE INVALIDEZ PERMANENTE NÃO CABE DISCUTIR O GRAU DE INVALIDEZ. INDENIZAÇÃO DEVIDA NO GRAU MÁXIMO. REVELIA DECRETADA. INOCORRÊNCIA DE SEUS EFEITOS. MATÉRIA DE DIREITO. TERMO INICIAL DA CORREÇÃO MONETÁRIA FIXADA NA SENTENÇA, CONFORME REQUERIDO NO RECURSO, NÃO HAVENDO, PORTANTO, INTERESSE RECURSAL NESTE PONTO. NO TOCANTE AOS JUROS DE MORA, EMBORA NÃO CONSTE DA CONDENAÇÃO ESTIPULADA NA SENTENÇA, ESTES SÃO DEVIDOS A PARTIR DA



ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Erivaldo Macedo Mendes OAB/SE 3512

ADVOCACIA – CONSULTORIA – ASSESSORIA

CITAÇÃO, NOS TERMOS DO ART. 219 DO CPC C/C 405, DO CC, NÃO POSSUINDO MAIS UMA VEZ O RECORRENTE INTERESSE RECURSAL, POIS ESTABELECIDO, CONFORME POR ELE REQUERIDO. VEDAÇÃO A REFORMATIO IN PEJUS. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes de Direito integrantes da Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, à unanimidade, em conhecer do recurso interposto, por cabível e tempestivo, para lhe NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora, mantendo a sentença em todos os seus termos e fixando, de ofício, o termo inicial dos juros de mora a partir da citação, nos termos do art. 219, caput, do Código de Processo Civil c/c art. 405 da lei Substantiva Civil, que ficam fazendo parte integrante deste julgado e condenando a Recorrente ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação atualizado, com base no art. 55, 2ª parte, da Lei nº 9.099/95. Aracaju/SE, 23 de abril de 2010. . ELBE MARIA F. DO PRADO DE CARVALHO Juíza Relatora MARCOS DE OLIVEIRA PINTO Juiz Membro DAUQUÍRIA DE MELO FERREIRA Juíza Suplente

Entendem os autores, que o valor correto da indenização a ser paga nas indenizações do Seguro DPVAT correspondente a 40 salários mínimos, conforme previsto pelo artigo 3º da Lei 6.194/74.

Pois, a Lei 11.482/07, originária da Medida Provisória 340/06, que reduziu a indenização do seguro DPVAT para R\$ 13.500,00, é, a seu ver, inconstitucional.

Teve sua origem legislativa com a edição da Medida Provisória nº 340, de 29 de dezembro de 2006.

Inicialmente, a Lei 11.482/07 padece de vício de inconstitucionalidade, já que deriva da conversão da Medida Provisória 340/06, que ao seu tempo já era considerada inconstitucional por não atender aos requisitos do artigo 62 da Constituição Federal de 1988.

O mesmo se dá com relação a Lei 11.945/09, oriunda da MP 451/08, que sofre do mesmo vício de inconstitucionalidade acima apontado.



ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Erivaldo Macedo Mendes OAB/SE 3512

ADVOCACIA – CONSULTORIA – ASSESSORIA

E, como lei inconstitucional não produz nenhum efeito na esfera jurídica, prevalece a indenização prevista na Lei 6.194/74, consistente em 40 salários mínimos, vigentes na época da liquidação do sinistro

O Supremo Tribunal Federal já decidiu que matéria relativa a Seguro Obrigatório DPVAT não apresenta relevância e urgência a ensejar modificação por meio de edição de Medida Provisória.

A edição de Medida Provisória deve obedecer aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, conforme determinação expressa do artigo 62, caput, da Constituição Federal, e, deve ser utilizada pelo Presidente da República em hipótese de absoluta excepcionalidade.

Nesse passo, qualquer modificação na Lei 6.194/74, que regulamenta o seguro obrigatório, só poderia ser realizada através do processo legislativo ordinário ou comum.

Ressalte-se, que as **MPs 340/06 e 451/08**, que deram origem as Leis 11.482/07 e 11.945/09, foram editadas com a finalidade específica de atualizar a tabela do imposto de renda, correspondendo as demais modificações nela inseridas as denominadas “caronas”, na linguagem dos parlamentares, fruto, de lobbies de representantes do Governo Federal (compra e venda de leis), não havendo como se perquirir outra conclusão.

Registre-se, também, que não existe na Lei 6.194/74 a graduação de invalidez permanente, uma vez que a Tabela de Gradação de Invalidez só foi editada através da **MP 451/08**, de 15/12/2008, a qual deve ser dado igual tratamento.

Ora, desde que a Lei 6.194/74 foi criada, o valor da indenização corresponde a 40 salários mínimos.

Nunca se ouviu dizer, ao longo de todos esses anos, sobre algum prejuízo sofrido pelas seguradoras com o pagamento dos prêmios; ou capaz de colocar em risco suas atividades operacionais, o que daria justificativa a intervenção do Governo Federal por meio de Medida Provisória.

Ao contrário, a cada ano a FENASEG (atual Seguradora Líder) arrecada muito mais do que paga.

Logo, de se concluir como sendo justa a indenização de 40 salários mínimos, fixada pela Lei 6.194/74, pois, é a que preserva, mais eficazmente, a dignidade



ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Erivaldo Macedo Mendes OAB/SE 3512

ADVOCACIA – CONSULTORIA – ASSESSORIA

da pessoa humana, garantia constitucional prevista no artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal, sendo inconcebível sua redução em prejuízo da sociedade brasileira.

A indenização do seguro obrigatório não representa a medida nem o preço da dor, mas, uma compensação, ainda que pequena, pela tristeza e sofrimento infligidos às vítimas e familiares.

Em se tratando de indenização de seguro obrigatório DPVAT, o que se busca não é colocar o dinheiro ao lado da angústia ou da dor, mas tão somente propiciar-se ao lesado uma situação positiva, capaz de amenizar, de atenuar ou até mesmo, se possível, de extinguir nele, a negativa sensação de dor, para tanto, pagando-lhe justa indenização, visando, como dito, resguardar o princípio da dignidade da pessoa humana.

Em brilhante manifestação, nos autos do processo n.º 2010900752 - Turma Recursal dos Juizados Especiais do Estado de Sergipe, a Excelentíssima Juíza Relatora, Dra. Elbe Maria F. do P. de Carvalho assim se manifestou:

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE

ACÓRDÃO:	628/2010
RECURSO INOMINADO (CRIME CAPITAL/CÍVEL E CRIME INT.)	0308/2010
PROCESSO:	2010900752
RECORRENTE	NOBRE SEGURADORA DO BRASIL KELLY CHRYSTIAN SILVA SANTANA
RECORRIDO	JOSÉ DE ASSIS FERREIRA LIMA
ADVOGADO	ERIVALDO MACEDO MENDES
RELATOR:	DRA. ELBE MARIA F. DO P. DE CARVALHO

EMENTA

DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. AÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. INCOMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS EM FACE DA NECESSIDADE DE PROVA PERICIAL AFASTADA. INVALIDEZ PERMANENTE RECONHECIDA DIANTE DO PAGAMENTO ADMINISTRATIVO. DISPENSABILIDADE DE LAUDO PERICIAL. EVENTO DANOSO OCORRIDO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 11.482/07. **DECLARAÇÃO**

*Praça Sebastião Garcez, 04, Edifício Erivaldo Mendes, Centro, Lagarto (SE) – CEP: 49400-000
Rodovia SE 214, 400, Galeria Erivaldo Mendes, Povoado Brasília, Lagarto (SE)
Praça Helena Ribeiro, s/n.º, Centro, Salgado (SE), CEP: 49320-000
Telefax: (79) 3631-4563 – Cel: (79) 9989-1942 / 9987-7751
e-mail: macedo.mendes@uol.com.br
Site: www.erivaldomendes.com.br*



ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Erivaldo Macedo Mendes OAB/SE 3512

ADVOCACIA – CONSULTORIA – ASSESSORIA

DE INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 8º DA MENCIONADA LEI POR VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E DO NÃO RETROCESSO, VEZ QUE NÃO PREVÊ REAJUSTE PARA O VALOR DA INDENIZAÇÃO. SOLIDARISMO. MÍNIMO EXISTENCIAL. APLICAÇÃO DAS REGRAS ORIGINÁRIAS DA LEI 6.194/74.

HAVENDO PAGAMENTO ADMINISTRATIVO A TÍTULO DE INVALIDEZ PERMANENTE NÃO CABE DISCUTIR O GRAU DE INVALIDEZ. INDENIZAÇÃO DEVIDA NO GRAU MÁXIMO. REVELIA DECRETADA. INOCORRÊNCIA DE SEUS EFEITOS. MATÉRIA DE DIREITO. TERMO INICIAL DA CORREÇÃO MONETÁRIA FIXADA NA SENTENÇA, CONFORME REQUERIDO NO RECURSO, NÃO HAVENDO, PORTANTO, INTERESSE RECURSAL NESTE PONTO. NO TOCANTE AOS JUROS DE MORA, EMBORA NÃO CONSTE DA CONDENAÇÃO ESTIPULADA NA SENTENÇA, ESTES SÃO DEVIDOS A PARTIR DA CITAÇÃO, NOS TERMOS DO ART. 219 DO CPC C/C 405, DO CC, NÃO POSSUINDO MAIS UMA VEZ O RECORRENTE INTERESSE RECURSAL, POIS ESTABELECIDO, CONFORME POR ELE REQUERIDO. VEDAÇÃO A REFORMATIO IN PEJUS. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.

Seguindo este mesmo entendimento, e, também, de forma brilhante, este juízo, assim se manifestou ao julgar o processo n.º 201055500115:

Ressalte-se que no momento em que ocorreu o sinistro (07/12/2008), já se encontrava em vigor a Lei n.º 11.482/2007 (vigência a partir de 31/05/2007). Mencionada lei imprimiu grandes alterações na Lei n.º 6.194/74, passando a garantir, aos vitimados por invalidez permanente, indenização no valor fixo de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), sem necessidade de provar qualquer grau de invalidez.

Todavia, é mister frisar que a Turma Recursal do Estado de Sergipe tem entendimento de que, com a edição da MP 340/06, a indenização devida às vítimas de acidente de trânsito sofreu uma brusca redução, deixando de ser variável para ficar estagnada em um valor fixo que, já quando de sua implantação, se mostrou inferior ao montante correspondente a 40 (quarenta) salários mínimos vigentes à época.

Nessa esteira, entendo pela ocorrência da inconstitucionalidade em dupla face da referida Medida Provisória, nos mesmos termos do entendimento já exposto pela Turma Recursal do Estado de Sergipe, formal e material, restando, a meu ver, impossível a aplicação tanto da MP 340/06 quanto da Lei n.º 11.482/07, na qual fora convertida, isto porque, sob o primeiro prisma (constitucionalidade formal), não fora o legislador capaz de demonstrar a relevância e a urgência atreladas ao tema que justificassem a adoção da referida espécie normativa para o fim desejado (art. 62 da CF). A edição de medida provisória, além de obedecer aos requisitos retro mencionados, deve ser utilizada pelo Presidente da República em hipótese de



ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Erivaldo Macedo Mendes OAB/SE 3512

ADVOCACIA – CONSULTORIA – ASSESSORIA

absoluta excepcionalidade, não sendo possível a convalidação do vício com a sua simples conversão em lei.

Em relação à inconstitucionalidade material, transcrevo trecho do acórdão n.º 396/2010, Recurso Inominado n.º 0188/2010, processo n.º 2010900383:

Doutra banda, sob o segundo prisma, o da constitucionalidade material, tenho que a redução do valor indenização de 40 (quarenta) salários mínimos para o patamar fixo de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) trouxe prejuízos aos segurados, a um porque estagnou o montante indenizatório que, mesmo atualizado, não chegará nem próximo ao que chegaria se ainda fosse determinado com base no salário mínimo vigente à época do acidente (pedido de pagamento integral) ou à época da liquidação do sinistro (pedido de complementação do valor pago a menor); e a dois porque a indigitada redução viola o princípio da dignidade da pessoa humana, na medida em que, na forma como previsto na novel legislação, reduz o direito até então garantido pelo sistema normativo, em flagrante desprestígio aos bens jurídicos vida e integridade física, quanto aos valores estabelecidas para fins indenizatórios.

Registre-se que a indenização será paga com base no valor vigente na época do pagamento a menor, nos termos do art. 5º, § 1º, da Lei n.º 6.194/74, sem as alterações da inconstitucional Lei n.º 11.482/07.

Vejamos também contundente decisão da lavra do Juízo de Direito da Comarca de Itaporanga D`ajuda, nos autos do processo n.º 200971001465:

(...)

Não é necessária maior análise para constatar que os segurados sofreram prejuízo considerável com a modificação legislativa, uma vez que passaram a ter o valor do seguro diminuído ano após ano pelos aumentos constantes do salário mínimo e pela estagnação do valor contemplado na nova disposição legal aplicável.

Pois bem. Na primeira Lei (nº 6.194/74), o cálculo do seguro era com base nos 40 maiores salários mínimos vigentes à época da liquidação do sinistro, enquanto que com a nova redação dada pela lei nº 11.482/07, o valor foi fixado em R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais),



ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Erivaldo Macedo Mendes OAB/SE 3512

ADVOCACIA – CONSULTORIA – ASSESSORIA

valor este estático, com correção a incidir a partir da época do sinistro, ficando evidente a desvantagem para o segurado com a adoção da nova lei quando do cálculo do valor final a ser recebido.

Percebe-se, assim, a violação ao princípio do não-retrocesso social, pois a idéia por detrás do referido princípio é fazer com que o Estado sempre atue no sentido de melhorar progressivamente as condições de vida da população. Qualquer medida estatal que tenha por finalidade suprimir garantias essenciais já implementadas para a plena realização da dignidade humana deve ser vista com reservas e somente pode ser aceita se outros mecanismos mais eficazes (e igualmente vantajosos) para alcançar o mesmo desiderato forem adotados, o que não é o caso dos autos. Tal posicionamento vem sendo aceito neste Estado, por diversos Juizados, bem como pela Egrégia Turma Recursal (Processos: 200840301282; 200883520186; Recursos Inominados: 201000800595; 201000800840)

Hoje, temos a certeza da aplicação do presente princípio no ordenamento jurídico brasileiro. Não apenas pela interpretação evolutiva dos direitos fundamentais, mas também (e principalmente) pela máxima efetividade destes (artigo 5º, §1º, da Constituição) e pela inserção, dentre os objetivos da República, do desenvolvimento nacional (artigo 3º, inciso II, da Constituição).¹ (GRIFOS NOSSOS)

Com a nova redação ficou patente a violação do conteúdo material da Constituição Federal face à adoção de medidas legislativas que não cumprem os objetivos do artigo 3º da Magna Carta, especialmente, o de construir uma sociedade livre, justa e solidária.

No caso em tela, não estamos falando em prêmio ou gratificação do beneficiado como aparenta o tratamento da matéria pelo Legislativo, mas sim, de um direito que, no fundo, relaciona a saúde das pessoas, já reconhecido com tal na ADPF nº. 45, julgada em 29/04/2004, sendo seu fato gerador a morte, invalidez permanente ou despesas hospitalares decorrente de acidentes com veículos automotores.

Não se pode desprezar que, de regra, esse benefício é utilizado pela população mais necessitada ao se deparar com uma situação de instabilidade emocional e financeira após a ocorrência de acidente que vitimou membro de sua família ou compromete sua integridade física, sendo, destarte, a indenização, imprescindível para manter a dignidade do segurado e membros de sua família.



ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Erivaldo Macedo Mendes OAB/SE 3512

ADVOCACIA – CONSULTORIA – ASSESSORIA

Neste diapasão, constato que, de fato a inconstitucionalidade do artigo 8º da Lei 11.482/07 está configurada, pois atenta diretamente ao princípio do não retrocesso social e as garantias constitucionais, bem ao mínimo existencial dos direitos sociais. Portanto, é de ser aplicada o artigo 3º da Lei 6.194/74 ao caso.

(...)

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Itaporanga D'Ajuda, 17/02/2011

Gustavo Adolfo Plech Pereira

JUIZ DE DIREITO

1 OLIVEIRA, Antônio José Xavier Oliveira. *Da função civilizatória do direito do trabalho e do princípio da vedação ao retrocesso social como limite à flexibilização dos direitos trabalhistas*. Aracaju: EVOCATI Revista n. 30. jun. 2008. Disponível em: http://www.evocati.com.br/evocati/artigos.wsp?tmp_codartigo=261

Quanto a utilização da tabela do CNSP para graduação da invalidez permanente, temos a destacar que dita resolução não tem efeito de Lei, nem pode modificar os ditames da Lei 6.194/74, portanto, por tratar de norma inferior, não pode ser utilizada em situação que a Lei não prevê.

Com relação a **fixação do valor da indenização mediante resolução do CNSP Conselho Nacional de Seguro Privado**, o Egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios seguem o entendimento:

**APELAÇÃO CÍVEL NO JUIZADO ESPECIAL
20030110897270ACJ DF - 194050 - Segunda Turma
Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do D.F -
02/06/2004 - JUIZ ALFEU MACHADO - CIVIL. CONTRATO
DE SEGURO. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. PRELIMINAR
REJEITADA DE CARÊNCIA DE AÇÃO POR FALTA DE
INTERESSE DE AGIR. MÉRITO. Se a Lei n.º 6.194/74 fixa o
valor do prêmio a ser pago em 40 salários mínimos, não é
uma portaria qualquer que terá o condão de substituí-la.
Pagamento a menor. Diferença que se impõe. Recurso
conhecido e improvido. Sentença mantida.**



ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Erivaldo Macedo Mendes OAB/SE 3512

ADVOCACIA – CONSULTORIA – ASSESSORIA

APELAÇÃO CÍVEL NO JUIZADO ESPECIAL 20030410069213
ACJ DF – 188551 - Primeira Turma Recursal dos Juizados
Especiais Cíveis e Criminais do D.F – 09/12/2003 JUIZ
GILBERTO PEREIRA DE OLIVEIRA - DIREITO CIVIL.
SEGURO DPVAT. VALOR DA INDENIZAÇÃO. PREVALÊNCIA
DA LEI 6.194/74 SOBRE RESOLUÇÕES DO CNSP.
INCAPACIDADE PERMANENTE. INDENIZAÇÃO PLENA. 1)
Revelando o Laudo do IML que o vitimado sofreu de
incapacidade permanente para o trabalho, a indenização do
seguro DPVAT deve ser fixado no máximo patamar
permitido em Lei. 2 – O valor das indenizações deve
obedecer ao disposto na Lei 6.194/74 que se sobrepõe
sobre as disposições de resoluções do CNSP de hierarquia
inferior.

APELAÇÃO CÍVEL NO JUIZADO ESPECIAL 20030110165204
ACJ DF – 189940 - Primeira Turma Recursal dos Juizados
Especiais Cíveis e Criminais do D.F – 11/11/2004 JUIZ
AQUINO PERPÉTUO - 1 – A falta de pagamento do prêmio
relativo ao seguro obrigatório com relação ao veículo
causador de acidente automobilístico não impede o
recebimento da indenização pela vítima de atropelamento,
independentemente da data de ocorrência do sinistro. 2 –
Comprovada a ocorrência do acidente automobilístico, bem
como a do óbito, não pode a empresa seguradora
integrante do consorcio responsável pelo seguro
obrigatório eximir-se do pagamento da indenização aos
beneficiários da vítima de atropelamento. 3- No pertinente
ao valor da indenização, não pode prevalecer aquele fixado
pelo Conselho Nacional de Seguros Privados, em
detrimento do que estabelece a lei 6.194/74, porque o
confronto entre a Lei e o Ato Administrativo, prevalece
aquela sobre este.

O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul sumulou o seguinte entendimento (Súmula 14)

GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ. - Descabe cogitar acerca de
graduação da invalidez permanente; havendo a invalidez,
desimportando se em grau máximo ou mínimo, devida é a
indenização no patamar de quarenta salários mínimos, ou do
valor máximo vigente na data do sinistro, conforme este tenha
ocorrido, respectivamente, antes ou depois de 29/12/2006.



ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Erivaldo Macedo Mendes OAB/SE 3512

ADVOCACIA – CONSULTORIA – ASSESSORIA

Nunca é demais lembrar que estamos sob o império da Lei.

A função de uma norma regulamentadora é tão somente de esmiuçar o conteúdo da lei, sem restringir nem ampliar direito concedido pela lei, tampouco impor deveres diversos daqueles por ela estipuladas, sendo-lhe vedado inaugurar o ordenamento jurídico.

O princípio da reserva de lei atua como expressiva limitação constitucional ao poder de império do Estado, na medida em que, no que pese a competência regulamentar que é própria, ao Poder Executivo, não se permite emitir atos que restrinjam direitos ou criem obrigações, senão pela manifestação do próprio povo, de quem emana todo o poder (CF, art. 1º), por meio de seus representantes (legislativo), mediante procedimento fiscal (processo legislativo).

Exatamente em razão dessas garantias constitucionais é que nenhum ato regulamentar pode criar obrigações ou restringir direitos, sob pena de incidir em domínio constitucionalmente reservado ao âmbito de atuação material da lei em sentido formal.

Michel Stassinopoulos, em fórmula sintética e feliz esclarece que:

" Além de não poder atuar contra legem ou praeter legem, a Administração só pode agir secundum legem. Aliás, no mesmo sentido é a observação de Alessi, ao averbar que a função administrativa se subordina à legislativa não apenas porque a lei pode estabelecer proibições e vedações a Administração, mas também porque esta só pode fazer aquilo que a lei antecipadamente autoriza. Afonso Rodrigues Queiro afirma que a Administração "é a longa manus do legislador" e que "a atividade administrativa é atividade de subsunção dos fatos da vida real às categorias legais". (...) "



ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Erivaldo Macedo Mendes OAB/SE 3512

ADVOCACIA – CONSULTORIA – ASSESSORIA

Nos termos do art. 5º, II, “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”. Aí não se diz “em virtude de” decreto, regulamento, resolução, circulares, portaria ou quejandos.

Diz-se “em virtude de lei”.

Logo, o CNSP não poderá proibir ou impor comportamento algum a terceiro, salvo se estiver previamente embasada em determinada lei que lhe faculte proibir ou impor algo a quem quer que seja.

Vale dizer, não lhe é possível expedir circular, regulamento, instrução, resolução, portaria ou seja lá que ato for em detrimento dos direitos dos cidadãos, salvo se em lei já existir delineada a exigência ou imposição.

Quanto a alegação de manutenção da capacidade laborativa, a Lei não faz distinção ao nível de invalidez, basta demonstrada que há invalidez para o autor ser indenizado no valor de 40 salários mínimos.

A parte ré em sua contestação, faz dilações sobre as seqüelas do requerente e sobre como o valor indenizado.

Desde então, se percebe que a invalidez do requerente não foi contestada.

Precisamente neste ponto é que reside a irresignação da requerente, pois, assim agindo, a requerida não a indenizou no valor que entende ter direito e disposto em lei.

Desde o começo desta demanda a requerente entende que o cerne da questão não está em estabelecer se há ou não invalidez, visto que, com o pagamento da indenização esta já foi devidamente comprovada.

Portanto o que está por decidir é o quantum indenizatório, cfe. estabelecido em Lei.



ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Erivaldo Macedo Mendes OAB/SE 3512

ADVOCACIA – CONSULTORIA – ASSESSORIA

A requerida procedeu a liquidação do sinistro em tela com base numa tabela para cálculo de indenização constante de uma resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados.

Ocorre que dita tabela não é criação da lei instituidora do seguro DPVAT, na verdade, trata-se de um documento criado com o único fim de “lesar” os segurados, e de muito é utilizada em detrimento do direito alheio.

Assim, dita tabela é uma aberração ilegal, ou melhor, uma criação do CNSP no intuito de burlar a aplicação da lei conforme foi sancionada, não devendo encontrar acolhida.

Esta tabela está lesando mensalmente milhares que segurados, pois, a cada minuto são pagas 03 indenizações, que são indenizados em valores absurdamente inferiores ao estabelecido em lei.

Outrossim, o Poder Judiciário reiteradamente vem combatendo esse agir das seguradoras, concedendo a indenização no patamar definido legalmente.

Conforme remansosa Jurisprudência, que inclusive encontra-se sumulada pelo TJ/RS, não há gradação quanto ao valor da indenização em caso de invalidez permanente, senão vejamos:

TJ/RS - DPVAT (SÚMULA 14)

GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ. - Descabe cogitar acerca de graduação da invalidez permanente; havendo a invalidez, desimportando se em grau máximo ou mínimo, devida é a indenização no patamar de quarenta salários mínimos (...).

A contestação se baseia apenas em suposições descabidas e sem amparo legal.

Por fim, tendo em vista que o requeute passou por uma minuciosa perícia por médicos da própria requerida, também são incabíveis os argumentos de que não foi comprovada a invalidez do requerente, que foi indenizado justamente por estar com seqüelas indenizáveis.



Por todo o exposto, devidamente comprovado que o requerente é portador de seqüelas permanentes em virtude do acidente sofrido, requerendo desde já que este juízo não acolha eventual pedido de perícia, pois, a mesma já está devidamente comprovada, inclusive indenizada em valor inferior ao legal.

VALOR DA INDENIZAÇÃO FIXADO EM SALÁRIOS MÍNIMOS

O Egrégio Superior Tribunal de Justiça estabelece precedente em seus julgados acerca do tema conforme se segue:

RESP - 129482 - MINISTRO WALDEMAR ZVEITER -TERCEIRA TURMA STJ - 15/12/1997 - SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS - INDENIZAÇÃO POR MORTE - FIXAÇÃO EM SALÁRIOS-MÍNIMOS - LEI 6.194, ART. 3. - RECIBO DE QUITAÇÃO - RECEBIMENTO DE VALOR INFERIOR AO LEGALMENTE ESTIPULADO -DIREITO A COMPLEMENTAÇÃO.

I - PACIFICA A JURISPRUDENCIA DESTA CORTE NO SENTIDO DE QUE O ART. 3., DA LEI 6.194/1974, NÃO FORA REVOGADO PELAS LEIS 6.205/1975 E 6.423/1977, PORQUANTO, AO ADOPTAR O SALÁRIO-MÍNIMO COMO PADRÃO PARA FIXAR A INDENIZAÇÃO DEVIDA, NÃO O TEM COMO FATOR DE CORREÇÃO MONETARIA, QUE ESTAS LEIS BUSCAM AFASTAR.

II - IGUALMENTE CONSOLIDADO O ENTENDIMENTO DE QUE O RECIBO DE QUITAÇÃO PASSADO DE FORMA GERAL, MAS RELATIVO A OBTENÇÃO DE PARTE DO DIREITO LEGALMENTE ASSEGURADO, NÃO TRADUZ RENUNCIA A ESTE DIREITO E, MUITO MENOS, EXTINÇÃO DA OBRIGAÇÃO. PRECEDENTE DO STJ.

III - RECURSO ESPECIAL CONHECIDO PELA DIVERGENCIA E PROVIDO.

RESP - 132025 - MINISTRO RUY CARDOSO DE AGUIAR-QUARTA TURMA STJ - 13/10/1997 - SEGURO OBRIGATORIO. SALARIO MINIMO.

O VALOR DO SEGURO PODE SER ESTIPULADO NO EQUIVALENTE AO SALARIO MINIMO. A LEI 6.205/1975 NÃO REVOGOU AS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS SOBRE SEGUROS. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.



ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Erivaldo Macedo Mendes OAB/SE 3512

ADVOCACIA – CONSULTORIA – ASSESSORIA

RESP - 152866 - MINISTRO RUY CARDOSO DE AGUIAR-QUARTA TURMA STJ - 25/03/1998 - SEGURO OBRIGATORIO. DPVAT. SALÁRIO-MÍNIMO. O VALOR DO SEGURO OBRIGATORIO DEVE CORRESPONDER A 40 SALARIOS-MINIMOS. PRECEDENTES. RECURSO NÃO CONHECIDO.

RESP 161185 - MINISTRO SALVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA - QUARTA TURMA STJ - 20/04/1999 - DIREITO CIVIL. SEGURO OBRIGATÓRIO. FIXAÇÃO EM SALÁRIOS-MÍNIMOS. VALIDADE. QUANTIFICAÇÃO DO MONTANTE INDENIZATÓRIO, E, NÃO, UTILIZAÇÃO COMO CORREÇÃO MONETÁRIA. ORIENTAÇÃO DA SEÇÃO. RECURSO DESACOLHIDO.

A INDENIZAÇÃO DECORRENTE DO SEGURO OBRIGATÓRIO PODE SER FIXADA EM SALÁRIOS-MÍNIMOS, TENDO EM VISTA QUE O OBJETIVO DA LEI Nº 6.205/75, FOI IMPEDIR A VINCULAÇÃO DO SALÁRIO-MÍNIMO COMO FATOR DE CORREÇÃO MONETÁRIA, NÃO A SUA UTILIZAÇÃO COMO QUANTIFICADOR DE MONTANTE INDENIZATÓRIO.”

Como se demonstra com base na lei e na vasta e pacífica jurisprudência nos tribunais, é cabido o pagamento da indenização do DPVAT com base na salário mínimo.

QUANTO AO VALOR DA INDENIZAÇÃO:

A Lei 6.194/74 alterada pela 8.441/92 em seu Artigo 5º, § 1.º, estabelece que a indenização será paga com base no valor do salário mínimo da época de liquidação do sinistro, senão vejamos:

Art. 5º

§ 1º - A indenização referida neste artigo será paga com base no valor da época da liquidação do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de quinze dias da entrega dos seguintes documentos;

O Artigo 3.º da retro-mencionada lei dispõe:

“Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e



ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Erivaldo Macedo Mendes OAB/SE 3512

ADVOCACIA – CONSULTORIA – ASSESSORIA

despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

Até 40 (quarenta) vezes o valor do maior salário-mínimo vigente no País - no caso de invalidez permanente;”

Assim, o valor do salário mínimo a ser utilizado como parâmetro da indenização, deve ser o da data em que a vítima foi indenizada, ou seja, quando recebeu o pagamento da indenização.

DA LIMITAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Com relação a limitação dos honorários advocatícios de sucumbência, não assiste razão à recorrente quanto à sua limitação ao patamar de 10% (dez por cento), na medida em que, em que pese haver previsão legal indicando que em sendo a parte vencedora beneficiária da justiça gratuita, a parte vencida será obrigada a arcar com a despesa deste com seu advogado na razão de 15%, segundo a dicção do §1º, do art. 11, da Lei 1.060/50, certo é que a regra a ser aplicada não é outra senão a contida no Código de Processo Civil, uma vez que com sua entrada em vigor, o art. 20 tratou a matéria sem fazer qualquer ressalva para os casos em que a parte vencedora seja beneficiária da gratuidade judiciária.

É o entendimento jurisprudencial, a ver:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. RELATÓRIO MÉDICO. PAGAMENTO ADMINISTRATIVO. COMPLEMENTAÇÃO DEVIDA. Sendo incontroversa a invalidez permanente do autor, especialmente diante do Laudo Médico e do próprio pagamento administrativo, devida é a cobertura securitária postulada, porquanto, nos termos da legislação aplicável à espécie, desnecessária é a apuração do grau da invalidez para a quantificação da indenização devida. As Leis 6.194/74 e 11.482/2007, que regulam a matéria, não exigem que o grau da invalidez seja perquirido, não podendo as seguradoras realizarem tal aferição com base em Resoluções do CNSP, o qual não tem hierarquia superior à lei ordinária. Demonstrado o acidente e a invalidez, consoante artigo 5º da Lei 6.194/74, devida é complementação da indenização, em observância ao teto de R\$ 13.500,00. Lei 11.482/2007. A quitação outorgada, no momento do pagamento administrativo, diz respeito



ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Erivaldo Macedo Mendes OAB/SE 3512

ADVOCACIA – CONSULTORIA – ASSESSORIA

apenas ao montante representado no referido documento, não impedindo a cobrança de eventual diferença. Correção monetária devida a partir do pagamento administrativo, quando a integralidade da indenização deveria ter sido alcançada à vítima. Limitação de honorários, prevista na Lei 1.060/50, não tem aplicação diante da sistemática da sucumbência instituída pelo CPC. Precedentes do STJ. APELO DESPROVIDO. (Apelação Cível Nº 70031602840, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Romeu Marques Ribeiro Filho, Julgado em 26/08/2009).

Outro não foi o posicionamento esposado pelo Egrégio Superior Tribunal de Justiça que ao julgar o Resp 70.333/RS, dispôs que a regra do art. 11, § 1º, da Lei nº. 1.060/50, deixou de subsistir a partir do momento em que se instituiu na lei processual civil o sistema da sucumbência, senão vejamos a ementa abaixo colacionada, *ipsis litteris*:

RESPONSABILIDADE CIVIL. PROVA DA CULPA. DANO MORAL. CUMULAÇÃO COM O DANO MATERIAL. HONORARIOS ADVOCATICIOS. LIMITAÇÃO IMPOSTA PELO ART. 11, PARAG. 1., DA LEI N. 1060/50.

1. EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL NÃO SE REEXAMINA MATERIA PROBATORIA (SUMULA N. 07-STJ).

2. "SÃO CUMULAVEIS AS INDENIZAÇÕES POR DANO MATERIAL E DANO MORAL ORIUNDOS DO MESMO FATO"(SUMULA N. 37-STJ).

ASSENTANDO-SE O PEDIDO INICIAL NO ART. 159 DO CODIGO CIVIL, E DESIMPORTANTE QUE O REFERIDO VERBETE SUMULAR E AS NORMAS CONSTITUCIONAIS ALUSIVAS AO DANO MORAL SEJAM POSTERIORES AO INFORTUNIO QUE ACOMETEU O AUTOR.

3. A REGRA CONSTANTE DO ART. 11, PARAG. 1., DA LEI N. 1060/50, DEIXOU DE SUBSISTIR A PARTIR DO MOMENTO EM QUE SE INSTITUIU NA LEI PROCESSUAL CIVIL O SISTEMA DA SUCUMBENCIA. PRECEDENTES DAS 3A. E 4A. TURMAS DO TRIBUNAL. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO. (Resp 70333/RS, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 23/04/1996, DJ 03/06/1996 p. 19258).

Na mesma linha de raciocínio:



ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Erivaldo Macedo Mendes OAB/SE 3512

ADVOCACIA – CONSULTORIA – ASSESSORIA

O disposto no §1º do art. 11 da Lei 1.060/50 não está mais em vigor depois da Lei 8.906/94 (Estatuto da OAB), cujo art. 22, §1º regulou a matéria e atribuiu a fixação dos honorários ao juiz da causa, e acordo com tabela previamente organizada. (STJ-4ª T., Resp 140.560-SP, rel. Min. Ruy Rosado, j. 7.5.98, não conheceram, v.u., DJU 29.6.98, p. 194).

O fato de o autor litigar sob o pálio da justiça gratuita nada influencia no arbitramento do percentual da verba honorária, uma vez que esta visa à contraprestação pelos serviços prestados pelo procurador, devendo ser analisada conforme os requisitos previstos no art. 20, §3º, do CPC. (RJM 172/110)

Desse modo, resta inconteste que o dispositivo invocado restou superado pelo art. 20 do CPC.

FINALIZANDO

Por fim, diante de tudo quanto alegado e rebatido, requer que este juízo não acolha as preliminares levantadas pela requerida, bem como, por tratar-se de questão de direito, seja o feito julgado no estado em que se encontra, e, ao final, seja julgado totalmente procedente o pleito autoral.

**NESTES TERMOS
PEDE DEFERIMENTO**

Lagarto (SE), 28 de outubro de 2011.

**Bel. ERIVALDO MACEDO MENDES
OAB/SE 3512**

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

IML – INSTITUTO MÉDICO LEGAL

PORTARIA 005/09 – IML/SE

A Direção do IML, no uso de suas atribuições resolve, que:

Art. 1.º - A partir do dia 31/03/09, informamos que cópia de Laudo só será entregue por ordem judicial ou policial, até sair a decisão da Procuradoria Geral do Estado.

Art. 2.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência.

Aracaju, 31 de março de 2009.

Dr. Avercílio Bezerra da Silva Filho

Diretor do IML

Documentos Básicos - Invalidez Permanente

Boletim de Ocorrência ou Certidão de Ocorrência Policial (original ou fotocópia autenticada, frente e verso) - No documento deverá constar, Carimbo e assinatura da autoridade competente (Delegação de polícia e/ou Escrivão), número da placa, chassi, nome do proprietário do veículo, descrição do acidente, nome completo da vítima e data do ocorrido.

Boletim de primeiro atendimento médico/hospitalar emitido na data do acidente (original ou cópia)- Emitido na data do acidente; ou documentos que evidenciem o atendimento pelo Corpo de Bombeiros, Polícia Militar ou Civil, Anjos do Asfalto ou similar; ou Instauração de Inquérito Policial; ou Cópia do Prontuário Médico Hospitalar.

OBS - Exceto nos casos onde a vítima faleceu no local do acidente ou o Boletim de Ocorrência tenha sido elaborado pela Delegacia no local do acidente.

DUT do veículo envolvido no acidente (fotocópia autenticada, frente e verso). Obrigatório somente nos casos de invalidez permanente quando a vítima for a proprietária de veículo.

Bilhete de Seguro (fotocópia, frente e verso) - Obrigatório para acidentes envolvendo veículos de transporte coletivo, (ônibus ou microônibus) ou acidentes ocorridos antes de 08/04/1986, por qualquer veículo.

Documentação da Vítima (fotocópia, frente e verso) - Carteira de identidade/RG da vítima ou documento substitutivo (Ex: Certidão de Nascimento ou Certidão de Casamento ou Carteira de Trabalho ou Carteira Nacional de Habilitação), CPF e Comprovante de residência (conta de luz, gás ou telefone) ou declaração assinada pela vítima informando os dados completos do endereço (CEP inclusive).

Documentação do(s) Beneficiário(s) (fotocópia, frente e verso) - Carteira de identidade/RG da vítima ou documento substitutivo (Ex: Certidão de Nascimento ou Certidão de Casamento ou Carteira de Trabalho ou Carteira Nacional de Habilitação), CPF (deverá estar regularizado junto a Receita Federal, pois a pendência implicará no cancelamento do pagamento da indenização) e Comprovante de residência (conta de luz, gás ou telefone) ou declaração assinada pela vítima informando os dados completos do endereço (CEP inclusive).

Procuração Particular (original) - Necessário somente quando a vítima ou beneficiário constitui pessoa para representá-lo. A procuração deverá ser específica para o recebimento do Seguro DPVAT, constando os dados (identidade e CPF) e os endereços completos do outorgante e do outorgado, com reconhecimento de firma por autenticidade ou como verdadeira. Caso o procurador representante da vítima/beneficiário não alfabetizado a procuração deverá ser por instrumento público. A Procuração por instrumento público deverá ser específica para o recebimento do Seguro DPVAT e poderá ser apresentada em original ou cópia autenticada.

Documentação do Procurador (fotocópia, frente e verso) - Carteira de identidade/RG ou Carteira de Trabalho ou Certidão de Nascimento ou Casamento; CPF e Comprovante de residência (conta de luz, gás ou telefone).

Laudo do Instituto Médico Legal (original ou fotocópia autenticada, frente e verso), atestando o estado de invalidez permanente e qualificando a extensão das lesões físicas ou psíquicas da vítima, ou cópia autenticada da Declaração da Secretaria de Segurança Pública, expedida após a data do acidente, informando sobre a inexistência de IML na localidade do acidente.

No caso de alienação mental, deverá ser apresentado um Termo de Curatela e Alvará Judicial, e Documentação do Curador (fotocópia, frente e verso) - Carteira de identidade/RG ou documento substitutivo (Ex: Carteira de Trabalho ou Carteira Nacional de Habilitação) comprovante de residência (conta de luz, gás, telefone, etc.)

Procuração (Exibir Modelo) (Preencher Formulário)

Autorização de Pagamento (Exibir Modelo) (Preencher Formulário)

DICA DE SEGURANÇA: Para receber a indenização do DPVAT as opções mais recomendadas são a conta corrente e a conta poupança. Você pode abrir uma conta poupança sem nenhuma despesa no Banco do Brasil, na Caixa Econômica Federal, no Banco Itaú, ou no Banco Bradesco. Além de evitar a retirada dos valores em espécie, evita a ação de fraudadores de documentos.

OBS - A partir de 11.1.2003, data em que o Novo Código Civil entrou em vigor, o prazo para dar entrada no pedido de indenização do Seguro Obrigatório Dpvat passou a ser de 3 anos, a contar da data em que ocorreu o acidente.

Há casos, porém, em que o prazo pode ser maior que 3 anos, o que dependerá do tempo decorrido entre a data do acidente e a data do Novo Código Civil.

Para acidentes envolvendo invalidez, nos quais o acidentado esteve ou ainda está em tratamento o prazo para prescrição levará em conta a data do laudo conclusivo do Instituto Médico Legal - IML.




CERTIDÃO

Certifico, conforme solicitação verbal e para fins legais cabíveis, que não existe, neste município, órgão pertencente ou subordinado ao Instituto Médico Legal do Estado de Sergipe – IML. Portanto, todas as solicitações de Laudos Periciais referentes a fatos ocorridos neste município são encaminhadas á sede do referido órgão, localizada na Praça Tobias Barreto, Bairro São José, Aracaju/SE e que tem atribuição para realização de exames periciais em todo o Estado..

Lagarto, 13 de maio de 2009.


Carreira: Delegado de Polícia

Marcelo Hercos Lyrio
Delegado de Polícia



Ticiane Santana Sabey
Escrivã de Polícia

JOSE EDCARLOS DOS SANTOS

De: JOSE EDCARLOS DOS SANTOS <comercial@bobseguros.com.br>
Enviado em: quinta-feira, 19 de maio de 2011 21:42
Para: 'dpvat-rj@centauroseg.com.br'
Assunto: RES: Processos de DPVAT - Data: 30/12/2010

Boa noite,

Solicito a devolução do processo deste beneficiário, motivo pelo qual o beneficiário apesar de apresentar o laudo do IML que consta a informação que o beneficiário não tem nenhuma sequela referente ao acidente, o mesmo solicita que seja devolvido todo o seu processo onde informa que vai entrar na justiça para adquirir a indenização.

Grato,

De: dpvat-rj@centauroseg.com.br [mailto:dpvat-rj@centauroseg.com.br]
Enviada em: quinta-feira, 30 de dezembro de 2010 20:35
Para: comercial@bobseguros.com.br
Assunto: Processos de DPVAT - Data: 30/12/2010

Informamos abaixo a relação de processos que sofreram movimentações durante o dia 30/12/2010, ficamos a disposição para qualquer esclarecimento.

BOB CORRETORA DE SEGUROS LTDA(P)

Situação:Pré-Cadastro com restrições

Nome	Tipo de Processo	Código interno	Número ASP	Restrição
PALMIRO BATISTA DOS SANTOS	INVALIDEZ	292557	Número ASP: 46954/2010	APRESENTAR CPF DO PROCURADOR
				APRESENTAR DECLARAÇÃO - PREVENÇÃO A LAVAGEM DE DINHEIRO CIRCULAR SUSEP 380/08. LINK: www.centauroseg.com.br/dpva/04/declaracondm
				APRESENTAR RG DO PROCURADOR
				COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA DO PROCURADOR NÃO FOI APRESENTADO
				COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA NÃO FOI APRESENTADO
				FICHA DE AUTORIZAÇÃO DE CREDITO ESTA PREENCHIDA INCORRETAMENTE
				LAUDO CONCLUSIVO DO IML QUALIFICANDO A INVALIDEZ PERMANENTE
				PROCURAÇÃO POR INSTRUMENTO PUBLICO (NÃO ALFABETIZADO)
				obs: o laudo do iml não informa as sequelas permanentes e não consta o nº da conta bancária na



PONTOS DE ATENDIMENTO

Estado:

Cidade:

[> pesquisar](#)

Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A
Av. Barão de Maruim, 652 - Galeria Barão Center - Centro
Aracajú - SE - CEP: 49010-340
Tel.: (79) 3211-3055 / 3211-1172 / 0800 7233030

Federal Seguros S/A
Federal Vida e Previdência S/A
Rua da Estância, 198 - Centro
Aracajú - SE - CEP: 49010-180
Tel.: (79) 3211-9252

Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A
Mares Mapfre Riscos Especiais Seguradora S/A
Av. Barão De Maroim, 832 - Centro
Aracajú - SE - CEP: 49010-340
Tel.: (79) 3211-3141
Horário de Atendimento: das 08:45 às 17:30 hs

Porto Seguro Cia de Seguros Gerais
Porto Seguro Vida e Previdência S/A
Av. Anísio Azevedo, 454 - Salgado Filho
Aracajú - SE - CEP: 49020-240
Tel.: (79) 4009-7400

EDR

Rua Santo Amaro, 61 - sala 103 - Ed. Onélia Menezes - Centro
Aracajú - SE - CEP: 49010-290
Tel.: (79) 3211-3576

Parceiro DPVAT

Bob Corretora de Seguros Ltda

Av. Zacarias Junior, 593 - Centro

Lagarto - SE - CEP: 49400-000

Tel.: (79) 3631-4744 / 9971-4887

Parceiro DPVAT

G B F Corretora de Seguros
Rua São Cristovão, 212 - Ed. Jangada - Loja 05 - Centro
Aracajú - SE - CEP: 49017-900
Tel.: (79) 3211-8298

Parceiro DPVAT

Dosea Consultoria e Corretagem
Avenida Rio Branco, 186 - Salas 22/23/24 - Centro
Aracajú - SE - CEP: 49010-030
Tel.: (79) 3211-6811

Sindicato dos Corretores - Sincor

R. João Pessoa, 320 - salas 601/603 - Centro
Aracajú - SE - CEP: 49010-130
Tel.: (79) 0800-790550 / 3211-1588
Horário de Atendimento: 12:00 às 18:00 (2ªf a 6ªf)



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201155502132

DATA:

31/10/2011

MOVIMENTO:

Outras Informações

DESCRIÇÃO:

Cancelamento do Mandado/Carta de nr.201155505515 de Citação Reclamação do JEC Audiência de Conciliação
[Movimento gerado nos processos em que se presume a não devolução das cartas pelo ECT, conforme determinação da CGJ.]

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201155502132

DATA:

31/10/2011

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO

Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000

Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201155502132

DATA:

09/11/2011

MOVIMENTO:

Julgamento

DESCRIÇÃO:

(...)Ante o exposto, ex officio determino a exclusão da reclamada BOB Corretora de Seguros para figurar no pólo passivo da demanda, por inexistir pertinência subjetiva com o direito material controvertido e extingo o feito sem análise do mérito, pois ausentes uma das condições da ação, ou seja, legitimatio ad causam. Rejeito as demais preliminares suscitadas, e com fundamento no art. 269 inciso I do CPC, concluindo pela inexistência de vício de inconstitucionalidade na Medida Provisória nº340/2001 convertida na Lei 11.482/2007 e na Medida Provisória 451/2008 convertida na Lei. 11.945/2009, julgo improcedentes os pedidos autorais, declarando-se quitada dívida com o valores até então pagos. Sem custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55 da Lei. 9.099/95. Defiro o benefício da justiça gratuita nos termos da Lei 1.060/50. Caso seja interposto recurso inominado, certifique-se a tempestividade, devendo a parte recorrida ser intimada para apresentar as contrarrazões no prazo legal. Com ou sem apresentação, certifique-se e proceda-se à remessa à Turma Recursal, com as baixas necessárias, sendo desnecessária nova conclusão do feito, a não ser que haja requerimento diverso pendente de análise. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Lagarto-SE, 09 de novembro de 2011. ALEX CAETANO DE OLIVEIRA Juiz de Direito Substituto

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim

Sentença

Processo nº: 201155502132

Sentença na íntegra em anexo.



*Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe
Juízo de Direito do Juizado Especial de Lagarto*

SENTENÇA

Vistos etc.,

Dispensado o relatório nos termos do art. 38 da Lei. 9.099/95.

DECIDO.

Em breve resumo dos fatos, destaco que versam os presentes autos sobre **Ação de Cobrança** de diferença de Seguro Obrigatório DPVAT, alegando que, em decorrência do acidente de veículo, que lhe causou invalidez, recebeu a indenização do seguro DPVAT inferior ao disposto em Lei, pugnando então pela condenação da reclamada ao pagamento de valor complementar.

Em sede de defesa a requerida suscitou preliminares. No mérito, alegou a necessidade de comprovação do grau de invalidez, do limite de quantum indenizatório e sua impossibilidade de vinculação ao salário mínimo, bem como que em caso de procedência da demanda, seja observado a correção monetária a partir do ajuizamento da demanda.

Analizando os presentes autos, verifico que a parte reclamada manifestou-se interesse na produção de provas em audiência, e por sua vez, a parte reclamante manifestou-se pelo julgamento antecipado da lide. Entretanto, percebe-se que a demanda trata exclusivamente de matéria de direito, razão pela qual é perfeitamente possível seu julgamento antecipado, o que passo a fazer.

DAS PRELIMINARES.

Inicialmente, cumpre destacar que nos termos disposto no art.6º da Lei nº 6.194/74 verifico que o segurado deve pleitear a indenização na seguradora do veículo em que a vítima era transportada, ou dos veículos envolvidos. E havendo veículos não identificados e identificados, a indenização será paga pelas Sociedades Seguradoras destes últimos.

A reclamada BOB Corretora de Seguros não é seguradora nem participa da sociedade seguradora, portanto não é parte legítima para figurar no pólo passivo da demanda por se tratar de



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe
Juízo de Direito do Juizado Especial de Lagarto

simples corretora de seguros, portanto pessoa jurídica com personalidade distinta. Resume-se a mero ponto de atendimento do DPVAT conforme documento juntado pela própria parte autora.

Desta feita, por envolver questão de ordem pública, *ex officio* determino a exclusão da reclamada BOB Corretora de Seguros para figurar no pólo passivo da demanda, por inexistir pertinência subjetiva com o direito material controvertido e extingo o feito sem análise do mérito, pois ausentes uma das condições da ação, ou seja, *legitimatio ad causam*.

Sobre a preliminar de incompetência absoluta aduzida de que seria necessária perícia médica, um tipo de prova que não é auferida em procedimento de Juizado Especial não merece prosperar.

A documentação encartada nos autos comprova a ocorrência do acidente sofrido pelo autor. A Seguradora requerida não controverteu sobre o estado de invalidez do requerente, tanto que fez o pagamento de indenização correspondente, sendo objeto de discussão apenas serem devidas diferenças, em razão do suposto grau de invalidez, o que também não se faz necessário aferir.

Fundamento. Se a parte autora demanda sobre o rito da Lei. 9.099/95 renuncia tacitamente a produção de prova pericial já que escolheu tal procedimento, o que leva este juízo a concluir pela inexistência de controvérsia, e o grau de invalidez para pagamento de eventual indenização deverá ser aquele encontrado pela própria requerida em procedimento administrativo.

O que o autor pretende ao fundamentar o pedido é que mesmo considerando aquele grau de invalidez (parcial incompleta), não seria possível pagamento gradativo, mas apenas integral.

Desta forma, refuto integralmente a preliminar argüida.

No que pertine a alegação de falta de interesse de agir, o fato do autor já ter manejado o pleito na via administrativa, e ter recebido o pagamento do DPVAT supostamente parcial, não veda o seu requerimento em juízo, porque não há determinação de lei para exaurimento da instância administrativa. Se o autor entende que o valor percebido foi inferior ao que faz jus, a sua pretensão encontra amparo no ordenamento jurídico.

Portanto, presente o interesse de agir com base no art. 5º, inciso XXXV da CF, de



*Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe
Juízo de Direito do Juizado Especial de Lagarto*

modo que também refuto a preliminar aduzida.

Sobre a preliminar de inépcia de petição inicial, ao argumento de que o autor não juntou respectivo laudo do Instituto Médico Legal, não prevalece, uma vez que tal documento é essencial para pagamento do DPVAT no procedimento administrativo. Com a inicial fora juntado documento que demonstra que houve procedimento administrativo prévio, no qual a seguradora correspondente concluiu que a parte autora preenchia os requisitos legais tendo efetuado inclusive pagamento de valores. Ademais, é documento comum as partes a partir do momento que houve procedimento administrativo, motivo pelo qual, caso necessário ao deslinde da causa este juízo poderá determinar a juntada por qualquer uma destas, motivo pelo qual não é imprescindível para o prosseguimento do feito. Por tais fundamentos, rejeito a preliminar suscitada.

NO MÉRITO.

Quanto ao mérito, tem-se que o demandante pleiteia receber a diferença do valor do seguro obrigatório que lhe fora pago, relativo ao acidente automobilístico ocorrido no dia ocorrido no dia 28 de abril de 2010.

Segundo menciona a exordial, a requerida teria efetuado o pagamento de apenas R\$ 1.687,50 (Um mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), ou seja, quantia que entende ser inferior ao valor estabelecido em lei, qual seja de 40(quarenta) salários mínimos. Por tal razão, o autor pleiteia o pagamento da diferença com fins de alcançar a soma indicada, conforme fixado no art. 3º, da Lei nº 6.194/74.

A fim de melhor análise da relação jurídica existente entre as partes, necessário invocar resumido histórico legislativo sobre o tema:

O DPVAT foi instituído pela Lei Federal 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que estabeleceu diferentes coberturas para as pessoas vitimadas por acidentes, quais sejam: indenização por morte, indenização por invalidez permanente e reembolso das despesas de assistência médica e



*Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe
Juízo de Direito do Juizado Especial de Lagarto*

suplementares. E no art. 3º da referida legislação, estava estipulada indenização correspondente até 40(quarenta) salários mínimos, para o caso de invalidez.

Entretanto, tentando por fim a discussão sobre o valor da indenização foi editada a Medida Provisória 340, de 29 de dezembro de 2006, que alterou o art. 3º da Lei instituidora do seguro DPVAT, estipulando o valor das indenizações em moeda corrente, sendo então fixado o valor de até R\$ 13.500,00(treze mil e quinhentos reais) para os casos de invalidez. A Medida Provisória foi convertida na Lei 11.482, de 31 de maio de 2007, com idêntica redação.

Em seguida, foi editada a Medida Provisória 451/2008 convertida na Lei. 11.945/2009, que inseriu de forma expressa uma tabela de gradação para pagamento de indenizações para os diversos tipos de invalidez(total, parcial completa ou incompleta).

A parte autora sustenta a inconstitucionalidade das modificações implementadas na Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, trazidas mediante Medidas Provisórias, uma vez não obedecidos os requisitos previstos no art. 62 da Constituição Federal, sendo questão prejudicial que ora passa a ser analisada:

Inicialmente destaque-se que, em caso de **relevância e urgência**, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.

No caso em tela as modificações implementadas na Lei 6.194, de 19 de dezembro de 1974 foram justificadas pelo Presidente de República nos seguintes termos, conforme exposição de motivos:

MEDIDA PROVISÓRIA 340/2006:

“...23. O art. 8º visa tornar mais transparente e adequar tecnicamente as disposições legais aplicáveis ao Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, conhecido como



*Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe
Juízo de Direito do Juizado Especial de Lagarto*

seguro DPVAT, mediante alteração da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974, bem como retifica o inciso.

24. A primeira alteração proposta explicita no texto da própria Lei no 6.194, de 1974, o valor das indenizações do seguro DPVAT, com pequeno ajuste frente ao valor atual, objetivando tornar mais específico o respectivo montante, não se adotando alternativa que gere constante aumento de custos ao consumidor, opção que se conjuga com a segunda proposta, em benefício da massa segurada...”

MEDIDA PROVISÓRIA 451/2008 foi resultado da **Exposição de Motivos n** 00212/2008-MF, de 15.12.2008, Sr. Ministro da Fazenda, encaminhada ao Presidente da República, dentre as quais destaco:

“19. Pretende-se, ainda, com o presente projeto de medida provisória alterar a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre o Seguro Obrigatório de danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - Seguro DPVAT. Como é do vosso conhecimento, o DPVAT é um seguro de cunho eminentemente social que protege indistintamente todos os 189 milhões de Brasileiros. Qualquer vítima de acidente de trânsito dispõe da cobertura do seguro DPVAT, em casos de morte, invalidez permanente ou necessidade de despesas com assistência médico-hospitalar, independentemente de culpa, da identificação do veículo causador ou até mesmo da quitação do seguro. Para tanto, além do pagamento de indenizações às vítimas (252 mil, em 2007), o DPVAT carrega recursos vultosos para o Fundo Nacional de Saúde (R\$ 1,7 bilhão, em 2007 e, cerca de R\$ 2,1 bilhões, em 2008), para o custeio de tais despesas incorridas pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

20. Outrossim, o DPVAT passa por uma situação muito grave de desequilíbrio atuarial, em razão dos vários fatores a seguir expostos, o que requer reajuste significativo do valor do prêmio (cerca de 23%), com conseqüências indesejáveis sobre a inflação e as tarifas de transporte (como por exemplo de taxis). Ressalte-se que o expressivo aumento do prêmio que se quer evitar entraria em vigor em janeiro de 2009, quando os proprietários de veículos



*Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe
Juízo de Direito do Juizado Especial de Lagarto*

pagam o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, cujas datas de vencimento estão vinculadas ao pagamento do prêmio do seguro DPVAT.

21. Portanto, são necessários alguns ajustes imediatos, inevitáveis e urgentes no texto da lei para esclarecer pontos polêmicos, bem como para auxiliar no combate ao grande número de fraudes nesse seguro. Ao reduzir os custos com ações judiciais e o pagamento de indenizações indevidas, espera-se que tais medidas contribuam para o aumento da eficiência da operação do Consórcio de Seguradoras que administra o DPVAT e, como consequência, para a recuperação do seu equilíbrio econômico financeiro.

22. Frise-se que, adicionalmente aos altos índices de acidentes de trânsito no País, o seguro DPVAT tem sido alvo de crescimento expressivo de ações judiciais, em especial decorrentes dos sinistros por invalidez, tendência que aumenta a necessidade de provisões para arcar com os compromissos futuros, colocando em risco sua solvência. Essa tendência de crescimento tem, contudo, se mostrado desproporcional às demais variáveis do setor, indicando a necessidade urgente de revisão do atual marco legal.

23. Entre 2003 e 2007, houve aumento de cerca de 1.300% no montante de indenizações decorrentes de ações judiciais, no seguro DPVAT de carros, taxis, motos e caminhões, comparativamente ao aumento de 170% do montante das indenizações pagas administrativamente pelo Consórcio, para as mesmas categorias. Daquele crescimento, cabe ressaltar o aumento ocorrido nas indenizações por invalidez permanente, que, em 2007, representaram o total de R\$ 150 milhões, contra apenas R\$ 3 milhões, em 2003, o que se traduz o crescimento de 4.900%, no período.

24. Para se restabelecer o equilíbrio técnico-atuarial do seguro, nestas condições, os valores dos prêmios, pagos pelos proprietários de veículos vêm sendo reajustados anualmente, acima dos índices de inflação nos últimos anos, com impactos indesejáveis para toda a sociedade. Considerando os últimos cinco anos, os valores dos prêmios pagos pelos proprietários de automóveis de passeio e motocicletas, por exemplo, foram reajustados em



*Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe
Juízo de Direito do Juizado Especial de Lagarto*

75,3% e 191,2%, respectivamente.

25. Embora essa trajetória de reajustes se justifique pelo repasse dos custos diretos e indiretos aos efeitos danosos dos acidentes de trânsito, a manutenção desta tendência de reajustes traz dois riscos importantes a serem considerados: o potencial impacto sobre os orçamentos das famílias, potencializando o aumento da inadimplência, o que agravaria o *déficit* técnico-atuarial do seguro; e, pelo lado da oferta, a possibilidade de que novos *déficits* venham a desestimular a permanência de seguradoras importantes no Consórcio, devido à necessidade destas empresas terem de constituir provisões adicionais em seus balanços, com conseqüências imprevisíveis, particularmente neste momento de grave crise no mercado financeiro internacional.

26. Nesse contexto, propõe-se principalmente mitigar o risco de pagamento das indenizações indevidas, de forma a acelerar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do seguro. Vale ressaltar que o DPVAT, dado seu cunho social, é ramo de seguro amplamente regulamentado pelo Conselho Nacional de Seguros (CNSP), inclusive no que se refere à margem de lucro das seguradoras que o operam (fixada em 2% do valor dos prêmios).

27. No longo prazo, esse objetivo poderá ser atingido por meio de ajustes na operacionalização do pagamento dos sinistros, obtendo-se assim maior eficiência e isonomia.

28. Propõe-se, ainda, segregar o custo de emissão e cobrança da apólice ou bilhete do seguro DPVAT do valor do prêmio, a exemplo de todas as demais linhas de seguro privado, inclusive aqueles obrigatórios, corrigindo um procedimento equivocado. Adicionalmente, ao direcionar maior parte da arrecadação ao pagamento de indenizações e à constituição das necessárias provisões, logra-se uma redução do custo global do seguro, a cargo do consumidor. Neste sentido, o projeto acrescenta os §§ 3º e 4º ao art. 12 da Lei nº 6.194, de 19 de setembro de 1974, por intermédio do art.19 do projeto.

29. O artigo 20 do projeto se refere à mensuração objetiva da invalidez permanente. No



*Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe
Juízo de Direito do Juizado Especial de Lagarto*

Seguro DPVAT, o cálculo da indenização correspondente a danos por acidentes causadores de invalidez permanente, parcial ou total, deve ser feito pela aplicação da tabela integrante das condições gerais do seguro de acidentes pessoais, conforme estabelece a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974. Com grande frequência e por todo o país, contudo, em processos judiciais, a aplicação da referida tabela é afastada, tanto em virtude do desconhecimento da regulamentação da matéria, como ainda pela dificuldade de utilização, em razão da inexistência de critérios técnicos e regras explícitas que orientem sua aplicação.

30. Por isso, apresenta-se proposta que institui nova tabela simplificada, sem perda de sua substância técnica, com regras adicionais que explicitam os conceitos e os critérios para sua aplicação, conforme disposto na redação sugerida para o §1º do art. 3º da Lei 6.194, de 19 de dezembro de 1974. Com essa medida, aperfeiçoa-se o processo de classificação técnica do grau de invalidez da vítima de acidente de trânsito, com vistas a eliminar as incertezas verificadas na interpretação da Lei nº 6.194/74.

31. Outro aspecto importante abordado no projeto diz respeito ao ressarcimento às clínicas e hospitais privados, conveniados com o SUS. O volume de indenizações de despesas com tratamento médico-hospitalar (DAMS) vem crescendo progressivamente nos últimos anos, sendo que 85% dos pedidos de indenização são feitos por hospitais e clínicas e não pelo próprio beneficiário. Estes estabelecimentos obtêm a cessão dos direitos da vítima do acidente de trânsito e deixam de buscar o ressarcimento junto ao SUS, pleiteando a indenização junto ao Seguro DPVAT, porque a tabela por este utilizada para o ressarcimento de DAMS é 30% maior que a do SUS.

32. Para solucionar esta situação que gera grande distorção em relação aos objetivos do seguro que prevê o reembolso diretamente à vítima, o projeto acrescenta o §2º no artigo 3º da mencionada Lei, vedando que estabelecimentos ou hospitais conveniados ao SUS possam valer-se do mencionado artifício para obter, em nome da vítima, reembolso das despesas médico-hospitalares, junto ao Seguro DPVAT...”



*Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe
Juízo de Direito do Juizado Especial de Lagarto*

Considerando os motivos explanados nas respectivas alterações legislativas, e atendo-se ao fato de que urgência e relevância é critério discricionário do Poder Executivo, somente passível de controle quando ocorrido abuso ou excesso de poder, não vislumbro que tenha ocorrido no caso em tela, é por tais fundamentos que concluo inexistente ofensa ao art. 62 da Constituição Federal.

Neste sentido, já decidiu o Supremo Tribunal Federal:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ARTS. 11 E 18 DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.925-5. ALEGADA VIOLAÇÃO AOS ARTS. 5º, CAPUT; 37, CAPUT, E 62, TODOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. MEDIDA CAUTELAR INDEFERIDA. Os dispositivos em referência, ao atribuírem aos órgãos de trânsito o registro de ônus reais sobre veículos automotivos de qualquer espécie, não ofendem as normas constitucionais indicadas. Os requisitos de relevância e urgência para edição de medida provisória são de apreciação discricionária do Chefe do Poder Executivo, não cabendo, salvo os casos de excesso de poder, seu exame pelo Poder Judiciário. Entendimento assentado na jurisprudência do STF. Medida cautelar indeferida. (ADI 2150 MC/DF - rel. Min. ILMAR GALVÃO, j. 23/03/2000, Órgão Julgador: Tribunal Pleno)

Ademais, necessário frisar que, muito embora eventual vício de constitucionalidade não se convalide, é fato relevante que as Medidas Provisórias questionadas foram convertidas em Lei por ato do Congresso Nacional, o que demonstra que o Poder Legislativo no mesmo sentido do Poder Executivo entendeu que as matérias postas em regulamentação pela Medidas Provisórias efetivamente atendiam os pressupostos de urgência e relevância.

Por outro lado, é o Poder Executivo através da Secretaria da Fazenda bem como da SUSEP que fiscaliza e acompanha a evolução autoral do sistema de Seguro Obrigatório DPVAT em complexa análise contábil do sistema, e considerando que estes órgãos entenderam



*Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe
Juízo de Direito do Juizado Especial de Lagarto*

pela urgência e relevância das mudanças legislativas implementadas, seria bastante temerário a este juízo, em um procedimento simplificado como aquele previsto na Lei. 9.099/95 concluir pela inexistência de urgência nas reformas implementadas.

Destaque-se ainda que, sobre a legislação invocada como inconstitucional, ressalvo que esta tem sido objeto de aplicação pelos Tribunais Pátrios, não acolhendo-se pretensões desta natureza, conforme julgados que seguem ementados:

SEGURO. DPVAT. INDENIZAÇÃO. LEI N. 11.482/2007. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. 1. No caso de acidente ocorrido na vigência da Lei n. 11.482/2007, a indenização relativa ao seguro DPVAT deve corresponder a R\$ 13.500, 00, de acordo com os percentuais previstos na tabela de condições gerais de seguro de acidente suplementada. 2. A correção monetária sobre dívida por ato ilícito incide a partir do efetivo prejuízo (Súmula n. 43/STJ). 3. Agravo regimental provido em parte para se conhecer do recurso especial e dar-lhe parcial provimento. (AgRg no Ag 1290721/GO, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 07/06/2011, DJe 14/06/2011 - STJ)

APELAÇÃO CÍVEL. CONSTITUCIONAL, CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTO DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). MORTE DECORRENTE DE ACIDENTE DE TRÂNSITO. INCONSTITUCIONALIDADE DA MEDIDA PROVISÓRIA 340/06 E DA LEI 11.482/07. REJEITADA. Conversão de MP em lei. Vícios sanados. Critérios de relevância e urgência. Avaliação subjetiva. Discricionariedade do Presidente da República. Incabível ao poder judiciário. Ofensa aos preceitos constitucionais. Inocorrência. Limitação do valor do seguro obrigatório. Possibilidade. Constitucionalidade reconhecida. Princípio do tempus regit actum. Aplicação da lei 11.482/07. Verba indenizatória no valor de r\$ 13.500,00. pagamento integral na



*Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe
Juízo de Direito do Juizado Especial de Lagarto*

esfera administrativa. Direito ao complemento inexistente. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.(APELAÇÃO CÍVEL Nº 0697/2011, 2ª VARA CÍVEL DE LAGARTO, Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, DESA. SUZANA MARIA CARVALHO OLIVEIRA , RELATOR, Julgado em 27/07/2011)

MEDIDA PROVISÓRIA Nº340/2006 CONVERTIDA NA LEI FEDERAL Nº 11.482/2007 - INCIDENTE DE INCONSTITUCIONALIDADE FUNDADO NA ALEGADA AUSÊNCIA DE RELEVÂNCIA E URGÊNCIA PARA SUA EDIÇÃO - AFERIÇÃO SUBJETIVA - INCONSTITUCIONALIDADE AFASTADA. Em que pese a veracidade do argumento de que eventual vício de inconstitucionalidade da Medida Provisória não se supera pela sua conversão em lei, conforme já reiteradamente afirmado pela Corte Suprema de Justiça deste País, não se vislumbra, na espécie, o alegado vício apontado, desde que também como reiteradamente vem proclamando o Excelso STF, a aferição da inexistência de pressupostos de relevância e urgência para a adoção de medidas provisórias somente se faz quando objetivamente evidenciada; outrossim, quando para sua análise, há que se fazer avaliação subjetiva, tal não é possível ao Poder Judiciário, sob pena de incorrer este em ingerência indevida em outro Poder, sendo tal confiado ao Chefe do Executivo, que expedirá a MP após a análise dos critérios de oportunidade e conveniência e, em segundo momento, ao Legislativo, quando de sua conversão em Lei. (Arg Inconstitucionalidade 1.0701.08.225996-4/002 2259964-22.2008.8.13.701.Relator(a) Des.(a) Geraldo Augusto. Órgão Julgador / Câmara Corte Superior / CORTE SUPERIOR. Comarca de Origem. Uberaba.- Data de Julgamento 25/08/2010 - TJ MG).



*Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe
Juízo de Direito do Juizado Especial de Lagarto*

Vale destacar que sobre o tema o Tribunal de Justiça do Estado de Roraima já publicou súmula acerca da constitucionalidade da Lei nº 11.482/2007:

Súmula n.º 02 - DPVAT – LEI 11.482/07— CONSTITUCIONALIDADE. A alteração do valor da indenização introduzida pela Lei 11.482/07 é constitucional, sendo aplicável apenas aos sinistros ocorridos a partir de sua vigência, que se deu em 31 de maio de 2007.

Não vislumbro também inconstitucionalidade material uma vez que as modificações implementadas visaram apenas trazer maior segurança jurídica e garantia a viabilidade e manutenção do sistema. Evidente que apesar do caráter social do Seguro DPVAT não há que se esquecer que se trata de um seguro, e portanto se deve preservar o equilíbrio autorial sob pena de falência do sistema, trazendo maiores prejuízos a sociedade. As entidades seguradoras são pessoas jurídicas de direito privado e em nenhum momento aceitariam participar de um consórcio que fosse deficitário. A saída destas do sistema inviabiliza a implementação do Seguro DPVAT.

Por outro lado, uma vida não vale R\$ 13.500,00(treze mil e quinhentos), porém também não pode ser substituída por 40(quarenta) salários mínimos, para dizer que o primeiro valor traduz ofensa a dignidade da pessoal humana e o segundo não. O valor da indenização tem critérios outros, como foi justificado, ou seja, pela elevada taxa de sinistralidade, bem como para manter a proporcionalidade entre o prêmio pago pelo segurado e o valor do seguro. É mera questão de equilíbrio autorial.

Por fim destaco que, para os casos de invalidez, por razões lógicas, necessária uma gradação, situação esta já sinalizada na própria redação originária da Lei. 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que estabelecia indenização de até 40(quarenta) salários mínimos, para o caso de invalidez.

Assim, ao graduar as lesões sofridas pelas vítimas de acidentes, em respeito ao princípio da proporcionalidade, a tabela trazida pela Medida Provisória 451/2008 convertida na Lei. 11.945/2009, atende ao ideal da Justiça, por permitir que se atribua benefícios maiores àqueles que mais danos sofreram. É a simples aplicação do princípio de igualdade material, com previsão



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe
Juízo de Direito do Juizado Especial de Lagarto

constitucional, que nas lições de Rui Barbosa seria tratar os desiguais na medida que se desigalam.

Por outro lado, o pagamento de indenização uniforme a qualquer tipo de invalidez traduz em total desequilíbrio autorial do sistema, com resultados danosos a toda sociedade, especialmente aqueles proprietários de veículo automotor que terão que assumir o ônus deste descontrole com elevados reajustes no valor do prêmio.

Desta feita, ratifico que, nos limites do pedido, considerando que a parte autora optou pelo procedimento da Lei. 9.099/95, renunciando eventual produção de prova pericial, e segundo fundamentou pretendia que mesmo considerando aquele grau de invalidez (parcial incompleta), não seria possível pagamento gradativo, mas apenas integral, em razão das suposta inconstitucionalidade da legislação específica aplicável ao caso em tela. Considerando que este juízo entendeu pela constitucionalidade dos dispositivos questionados, conclui-se que inexistem diferenças a serem pagas.

Ante o exposto, *ex officio* determino a exclusão da reclamada BOB Corretora de Seguros para figurar no pólo passivo da demanda, por inexistir pertinência subjetiva com o direito material controvertido e extingo o feito sem análise do mérito, pois ausentes uma das condições da ação, ou seja, *legitimatio ad causam*. Rejeito as demais preliminares suscitadas, e com fundamento no art. 269 inciso I do CPC, concluindo pela inexistência de vício de inconstitucionalidade na Medida Provisória nº340/2001 convertida na Lei 11.482/2007 e na Medida Provisória 451/2008 convertida na Lei. 11.945/2009, julgo improcedentes os pedidos autorais, declarando-se quitada dívida com o valores até então pagos.

Sem custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55 da Lei. 9.099/95.

Defiro o benefício da justiça gratuita nos termos da Lei 1.060/50. Caso seja interposto recurso inominado, certifique-se a tempestividade, devendo a parte recorrida ser intimada para apresentar as contrarrazões no prazo legal. Com ou sem apresentação, certifique-se e proceda-se à remessa à Turma Recursal, com as baixas necessárias, sendo desnecessária nova conclusão do feito, a não ser que haja requerimento diverso pendente de análise.



*Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe
Juízo de Direito do Juizado Especial de Lagarto*

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Lagarto-SE, 09 de novembro de 2011.

ALEX CAETANO DE OLIVEIRA
JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201155502132

DATA:

16/11/2011

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Petição de Recurso Inominado realizada pelo Advogado ERIVALDO MACEDO MENDES (3512##SE)

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Erivaldo Macedo Mendes OAB/SE 3512

ADVOCACIA – CONSULTORIA – ASSESSORIA

EXM0(A). SR(A). DR(A). JUIZ(A) DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE LAGARTO (SE)

Processo n.º 201155502132

ANTONIO FERNANDO DO NASCIMENTO, por seu advogado que esta subscreve, nos autos do processo à epígrafe, que move frente a **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, vem, mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência, apresentar **RECURSO**, de acordo com os fundamentos anexos à presente, para o que solicita que Vossa Excelência a receba e determine o seu processamento, remetendo-o, oportunamente, para apreciação da Turma Recursal dos Juizados Especiais do Estado de Sergipe, ao tempo que requer os benefícios da justiça gratuita, por estar sem condições de efetuar o pagamento das custas processuais sem comprometimento de seu sustento.

**NESTES TERMOS
PEDE DEFERIMENTO**

Lagarto (SE), 16 de novembro de 2011.

Bel. ERIVALDO MACEDO MENDES
OAB/SE 3512



**COLETA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO
ESTADO DE SERGIPE**

RECORRENTE: ANTONIO FERNANDO DO NASCIMENTO

RECORRIDA: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT

PROCESSO N.º : 201155502132

RAZÕES DO RECORRENTE

Eméritos Julgadores,

Pretende o recorrente a reforma da sentença proferida nos autos do processo à epígrafe, pois, o juízo *a quo* julgou improcedente suas pretensões sob o argumento que já havia sido indenizado e que não teria direito a pleitear a complementação da indenização.

Entendeu o juízo *a quo* pela legalidade das Leis n.º 11.482/07 e 11.945/09, que, frutos de um lobby, implementaram alterações maléficas para as vítimas de trânsito e seus beneficiários.



ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Erivaldo Macedo Mendes OAB/SE 3512

ADVOCACIA – CONSULTORIA – ASSESSORIA

Esqueceu-se, outrossim, o Nobre Magistrado, do fundamento social do seguro DPVAT, bem como, do princípio do não retrocesso social.

Data máxima vênia, a decisão proferida pelo Douto Juízo carece urgentemente de apreciação e reforma por parte desta Colenda Câmara, na medida em que não se apresentou como uma forma correta e satisfatória da entrega jurisdicional.

Sendo assim, a respeitável sentença merece ser reformada, esperando o recorrente que os seus pedidos sejam julgados procedentes, condenando a recorrida a indenizá-lo no valor estabelecido em lei, ou seja, em 40 salários mínimos, abatido o valor já recebido.

DA INCONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS 11.482/07 e 11.945/09

Inobstante toda a fundamentação coligida na exordial, pedimos vênia para colacionar mais estas.

Tanto a Lei 11.482/2007 quanto a Lei 11.945/2009 são inconstitucionais formal e materialmente.

São formalmente inconstitucionais porque derivadas de medidas provisórias que tratam de diversas matérias. A primeira, MP 340/2006, trata de imposto de renda e outras questões e a segunda, MP 45/2008, traz alterações para a legislação tributária federal.

Ambas foram emitidas sem caracterização e demonstração dos requisitos de urgência e relevância, capazes de autorizar o manejo das medidas, consoante dispõe o art. 62, CF. É de se ressaltar que a medida provisória é espécie normativa excepcional da atribuição do Presidente da República, cujos vícios não são sanados com a sua simples conversão em lei.



ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Erivaldo Macedo Mendes OAB/SE 3512

ADVOCACIA – CONSULTORIA – ASSESSORIA

No que toca à inconstitucionalidade no seu aspecto material, devem ser feitas breves explicações sobre a natureza da indenização do seguro DPVAT.

Esta indenização é paga em razão de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, na forma do art. 20, DL 73/1966, trata-se de direito social.

Na esteira da evolução dos direitos fundamentais, passando pelos direitos de liberdade insculpidos nas Declarações do final do século XVIII, aos quais se denomina direitos de 1ª dimensão, chegou-se aos direitos sociais (2ª dimensão).

Tais direitos decorrem do constitucionalismo social imperante no século XX, denominação dada ao movimento de inserção nas Cartas Constitucionais de diversos países direitos relativos a prestações estatais em prol da coletividade.

Assim, a indenização em razão de seguro obrigatório é um direito social na medida em que busca o bem estar social, tentando diminuir, em parte, o sofrimento impingido àqueles que precisam se valer desse benefício legal.

A diminuição do sofrimento no caso do seguro obrigatório, diga-se, somente é alcançada em razão da conjugação entre ação estatal e participação dos particulares (estes quando do pagamento do prêmio do seguro), em atendimento ao princípio do solidarismo, presente no art. 3º, I, CF.

Nesse sentido é que se discute acerca da constitucionalidade da Lei 11.482/2007, uma vez que as alterações por ela trazidas reduzem a eficiência e a utilidade da indenização em comento, diante da estipulação de um valor fixo.

A Lei 6.194/74 trazia um valor variável de indenização, dispondo o seu artigo 3º que os danos seriam pagos, de acordo com a gravidade (aqui se compreende



ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Erivaldo Macedo Mendes OAB/SE 3512

ADVOCACIA – CONSULTORIA – ASSESSORIA

somente morte, lesões permanentes e despesas médicas), tomando por referencial o salário mínimo.

Porém, com a edição da MP 340/2006, posteriormente convertida na Lei 11.482/2007, o legislador entendeu por bem fixar o valor da indenização em R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) para os casos de morte, até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) para invalidez permanente e R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) para as despesas médicas.

Assim, o legislador tratou de engessar o valor indenizatório, não permitindo atualização periódica anteriormente estabelecida, de modo que o benefício passou a sofrer reduções reais ao longo dos anos.

No que diz respeito à possibilidade de reajuste do valor indenizatório, esta não se vislumbra na Lei 6.194/74, alterada pela Lei 11.482/2007.

Se por um lado no seu artigo 5º, §1º a Lei fala que a indenização será paga “com base no valor vigente na época do sinistro” dando a entender que a indenização é variável e não fixa, como faz supor o art. 3º, porém sem estabelecer como será aferida e disciplinada essa variação e nem quem a fará.

Por outro, o artigo 12, caput autoriza o CNSP a estabelecer “normas disciplinadoras e tarifas”.

Entretanto, a referência a “normas disciplinadoras e tarifas” não se refere a reajuste da indenização.

Enquanto conceito de direito tributário, tarifa (preço público) se refere a valores arrecadados pelo Estado na atribuição de atividade econômica.



ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Erivaldo Macedo Mendes OAB/SE 3512

ADVOCACIA – CONSULTORIA – ASSESSORIA

No que diz respeito à possibilidade de inserção do reajuste no conceito de “normas disciplinadoras”, também não ocorre, pois quando a lei quis se referir a reajuste expressamente o fez, como no caso do §3º do mesmo artigo 12. O § 3º afirma que o Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP “estabelecerá anualmente o valor correspondente ao custo da emissão e da cobrança da apólice ou do bilhete do Seguro Obrigatório”.

Desse modo, a lei traz obrigatoriedade de reajuste apenas quanto à emissão e cobrança da apólice ou do bilhete, mas não da indenização.

Portanto, o §3º do art. 12 cria um dever para o CNSP que estará obrigado a reajustar anualmente a emissão da apólice ou do bilhete.

A contrario sensu, cria também um dever para o segurado, que suportará anualmente a majoração do valor que lhe será cobrado a título de prêmio.

Como a estipulação de um dever pressupõe a correlação de um direito, poder-se-ia entender que implicitamente estaria estipulado o direito do segurado de ter reajustada a indenização, de modo que seria gerado para o CNSP também a obrigação de anualmente reajustar o valor da indenização.

Porém, é necessário esclarecer que o CNSP é órgão da Administração Pública Indireta e que, por esse motivo, deve obedecer ao princípio da legalidade estrita, ou seja, a Administração Pública só está autorizada a fazer o que a lei determinar.

A obrigatoriedade acima mencionada é decorrente de uma interpretação ampliativa da lei e não de disposição legal expressa (que não cria dúvidas no administrador), de modo que o administrador não é obrigado a cumpri-la, aliás, ele é obrigado a não cumprir, tendo em vista que só deve fazer o disposto na lei.



ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Erivaldo Macedo Mendes OAB/SE 3512

ADVOCACIA – CONSULTORIA – ASSESSORIA

Ressalto que a interpretação ampliativa, nesse caso, não atende aos fins sociais da lei do seguro obrigatório (art. 5º, LICC), pois coloca o segurado em situação de extrema desvantagem em relação ao texto anterior, deixando de atender à sua finalidade compensatória.

Isto porque, se a indenização continuasse a ter por referencial o salário mínimo, quarenta salários mínimos hoje, equivaleriam a R\$ 21.800,00 (Vinte e um mil e oitocentos reais).

Tal montante, se comparado ao estipulado no art. 3º da Lei, representa uma diferença de R\$ 7.800,00 (Sete mil e oitocentos reais), em pouco mais de quatro anos e meio de vigência.

Aliás, desde a entrada em vigor da MP 340/2006 os R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) já representavam uma diferença de R\$ 500,00 (quinhentos reais) em relação ao salário mínimo, posto que este, em dezembro de 2006, figurava no montante de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais).

É necessário incluir aqui o fundamento social do seguro obrigatório DPVAT.

É sabido que esse benefício é utilizado, em regra, pela parcela da população mais necessitada, que passa por uma situação de instabilidade emocional e financeira após a ocorrência de acidente que, algumas vezes, vitima letalmente membro de sua família, e outras traz sequelas à própria integridade física do segurado.

Em momento de desequilíbrio pessoal, o valor percebido a título de indenização é mais do que útil às famílias, é imprescindível para a manutenção da família, da dignidade dos seus membros.

Desse modo, a referida indenização possui, além do caráter ressarcitório, a função de propiciar ao segurado e a sua família a manutenção do mínimo existencial durante o período em que passam por dificuldades impostas pelo acidente sofrido.



ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Erivaldo Macedo Mendes OAB/SE 3512

ADVOCACIA – CONSULTORIA – ASSESSORIA

Analizando, portanto, os artigos retro mencionados, percebe-se o nítido prejuízo sofrido pelos segurados, vez que passarão a ter o valor do seguro diminuído ano após ano pelos aumentos constantes do salário mínimo e pela estagnação do valor do seguro contemplado na nova disposição legal aplicável.

É nesse sentido que entende o autor pela inconstitucionalidade da Lei 11.482/2007, tendo em vista que reduz sensivelmente o direito social concretizado anteriormente pela Lei 6.194/74 e acima explanado.

Nesse diapasão é que se faz necessário atentar para a ofensa ao princípio do não retrocesso social pela Lei 11.482/2007.

Esse princípio, cuja ideia teve como um dos precursores o Direito Alemão, proclama que a consecução, pelo legislador infraconstitucional, de direitos sociais informados pela Constituição faz com que o conteúdo de tais direitos atinja a completude, tornando inaceitável a criação de quaisquer outros meios que venham a reduzir sua incidência.

A ação do legislador, portanto, está adstrita aos melhoramentos para aquele direito que ultrapassou o âmbito da eficácia jurídica e consagrou-se no âmbito da realidade social.

Assim, o princípio da vedação ao retrocesso é antes de tudo um limite à atuação estatal, entendimento esposado por Ingo Sarlet em seu A Eficácia dos Direitos Fundamentais:

"À luz do exposto, poder-se-á sustentar, no âmbito de uma proibição do retrocesso social (considerado em sua dimensão subjetiva), que, de certa forma, os direitos fundamentais sociais prestacionais legislativamente concretizados assumem a condição de verdadeiros direitos de defesa, na medida em que justificam a proteção judicial contra os atos dos poderes públicos que tenham por objetivo sua redução ou mesmo sua destruição"



ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Erivaldo Macedo Mendes OAB/SE 3512

ADVOCACIA – CONSULTORIA – ASSESSORIA

Dessa forma, havendo concretização de normas que estabeleçam direitos sociais, não é possível ao legislador criar novas regras que redução ou extingam os direitos já efetivados.

A imposição de abstenção atinge todos os Poderes do Estado. Isto porque o Estado Democrático de Direito hoje exige mais do que a simples positivação de direitos e seu soerguimento à fundamentalidade, exige também a sua efetivação.

Nesse sentido é que urge reconhecer a inconstitucionalidade da Lei 11.482/2007 sob pena de se afastar um direito já consolidado e que vinha cumprindo relevantíssima função social, como exigido pela Constituição Federal ao instituir como objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a garantia do desenvolvimento nacional e a promoção do bem de todos (art. 3º, I, II e IV); bem como ao assegurar a assistência aos desamparados (art. 6º, caput).

Assim, deve ser afastada a aplicação das Leis 11.482/2007 e 11.945/2009 aos fatos ocorridos desde a edição das MP's 340/2006 e 451/2008, passando a aplicar o texto da Lei 6.194/74 com a redação anterior.

Vejamos o seguinte Julgado:

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SERGIPE
1ª Turma Recursal do Estado de Sergipe

Processo nº 201000902103

Juiz RELATOR: Diógenes Barreto

Juiz MEMBRO: Marcos de Oliveira Pinto

Juiz MEMBRO: Rosa Maria Mattos A. de S. Brito

Nº do Processo: 201000902103

Classe: Recurso Inominado

Assuntos:

DIREITO CIVIL - Obrigações - Inadimplemento - Perdas e Danos:

Data de Distribuição: 12/11/2010

Praça Sebastião Garcez, 04, Edifício Erivaldo Mendes, Centro, Lagarto (SE) – CEP: 49400-000
Rodovia SE 214, 400, Galeria Erivaldo Mendes, Povoado Brasília, Lagarto (SE)
Praça Helena Ribeiro, s/n.º, Centro, Salgado (SE), CEP: 49320-000
Telefax: (79) 3631-4563 – Cel: (79) 9989-1942 / 9987-7751
e-mail: macedo.mendes@uol.com.br
Site: www.erivaldomendes.com.br



ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Erivaldo Macedo Mendes OAB/SE 3512

ADVOCACIA – CONSULTORIA – ASSESSORIA

Processo Origem: 201055500263

Procedência:

Recorrido: NOBRE SEGURADORA DO BRASIL

ADVOGADO VERONICA GONCALVES MAGALHAES CASTRO

ADVOGADO MARIA AUXILIADORA GARCIA DURAN ALVAREZ

Recorrente: CARLITO BALBINO DOS SANTOS

ADVOGADO ERIVALDO MACEDO MENDES

EMENTA

DPVAT. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. INVALIDEZ PERMANENTE. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL DA LEI 11.482/2007, COM EFEITOS RETROATIVOS À MP 340/2006 PORQUE ORIUNDAS DE MEDIDAS PROVISÓRIAS SEM OS REQUISITOS AUTORIZADORES DA MEDIDA, OFENDENDO AO ART. 62, CF. INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL, POIS A LEI FERE DIREITOS SOCIAIS NA MEDIDA EM QUE ESTABELECE VALOR FIXO DE INDENIZAÇÃO E NÃO PREVÊ SEU REAJUSTE, RAZÃO PELA QUAL DEVE SER APLICADA A LEI 6.194/74 COM O TEXTO ANTERIOR. QUANDO JÁ HOUVE PAGAMENTO PARCIAL POR PARTE DA SEGURADORA ESTA REALIZA FATO INEQUÍVOCO DE RECONHECIMENTO DO DIREITO, EXISTINDO APENAS A CONTROVÉRSIA A RESPEITO DO VALOR A SER PAGO. NÃO HÁ NECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL QUANDO EXISTE O RECONHECIMENTO DA INVALIDEZ PELA SEGURADORA. POSSIBILIDADE DE SE VINCULAR A INDENIZAÇÃO AO SALÁRIO MÍNIMO – CONSTITUCIONALIDADE (Precedentes do STF – RE 298211/MA – Rel. Min. Eros Grau – j. Em 02.02.2005). INAPLICABILIDADE DA LIMITAÇÃO DO ART. 11, §1º, LEI 1.060/50. SOLUÇÃO DE CONFLITO DE LEIS NO TEMPO DADA PELA LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO CIVIL. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

Acórdão nº 2826/2010

Acordam os Juízes de Direito integrantes da Turma
Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Interior

Praça Sebastião Garcez, 04, Edifício Erivaldo Mendes, Centro, Lagarto (SE) – CEP: 49400-000
Rodovia SE 214, 400, Galeria Erivaldo Mendes, Povoado Brasília, Lagarto (SE)
Praça Helena Ribeiro, s/n.º, Centro, Salgado (SE), CEP: 49320-000
Telefax: (79) 3631-4563 – Cel: (79) 9989-1942 / 9987-7751
e-mail: macedo.mendes@uol.com.br
Site: www.erivaldomendes.com.br



ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Erivaldo Macedo Mendes OAB/SE 3512

ADVOCACIA – CONSULTORIA – ASSESSORIA

do Estado de Sergipe e Criminais da Comarca de Aracaju, à unanimidade, conhecer do recurso interposto, **dar-lhe provimento** e julgar procedentes os pedidos do autor/recorrente, extinguindo a ação com resolução do mérito. Condeno a recorrida **Nobre Seguradora do Brasil** ao pagamento da complementação da indenização devida a título de seguro obrigatório no valor de R\$ 10.125,00 (dez mil, cento e vinte e cinco reais), juros de mora à base de 1% a.m., devidos a partir da citação, correção monetária devida a partir da data do pagamento parcial. Sem custas.

Aracaju, 26 de novembro de 2010.

Vejamos também contundente decisão da lavra do Juízo de Direito da Comarca de Itaporanga D`ajuda, nos autos do processo n.º 200971001465:

(...)

Não é necessária maior análise para constatar que os segurados sofreram prejuízo considerável com a modificação legislativa, uma vez que passaram a ter o valor do seguro diminuído ano após ano pelos aumentos constantes do salário mínimo e pela estagnação do valor contemplado na nova disposição legal aplicável.

Pois bem. Na primeira Lei (nº 6.194/74), o cálculo do seguro era com base nos 40 maiores salários mínimos vigentes à época da liquidação do sinistro, enquanto que com a nova redação dada pela lei nº 11.482/07, o valor foi fixado em R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), valor este estático, com correção a incidir a partir da época do sinistro, ficando evidente a desvantagem para o segurado com a adoção da nova lei quando do cálculo do valor final a ser recebido.

Percebe-se, assim, a violação ao princípio do não-retrocesso social, pois a idéia por detrás do referido princípio é fazer com que o Estado sempre atue no sentido de melhorar progressivamente as condições de vida da população. Qualquer medida estatal que tenha por finalidade suprimir garantias essenciais já implementadas para a plena realização da dignidade humana deve ser vista com reservas e somente pode ser aceita se outros mecanismos mais eficazes (e igualmente vantajosos) para alcançar o mesmo desiderato forem adotados, o que não é o caso dos autos. Tal posicionamento vem sendo aceito neste Estado, por diversos Juizados, bem como pela Egrégia Turma Recursal (Processos: 200840301282; 200883520186; Recursos Inominados: 201000800595; 201000800840)



ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Erivaldo Macedo Mendes OAB/SE 3512

ADVOCACIA – CONSULTORIA – ASSESSORIA

Hoje, temos a certeza da aplicação do presente princípio no ordenamento jurídico brasileiro. Não apenas pela interpretação evolutiva dos direitos fundamentais, mas também (e principalmente) pela máxima efetividade destes (artigo 5º, §1º, da Constituição) e pela inserção, dentre os objetivos da República, do desenvolvimento nacional (artigo 3º, inciso II, da Constituição).¹ (GRIFOS NOSSOS)

Com a nova redação ficou patente a violação do conteúdo material da Constituição Federal face à adoção de medidas legislativas que não cumprem os objetivos do artigo 3º da Magna Carta, especialmente, o de construir uma sociedade livre, justa e solidária.

No caso em tela, não estamos falando em prêmio ou gratificação do beneficiado como aparenta o tratamento da matéria pelo Legislativo, mas sim, de um direito que, no fundo, relaciona a saúde das pessoas, já reconhecido com tal na ADPF nº. 45, julgada em 29/04/2004, sendo seu fato gerador a morte, invalidez permanente ou despesas hospitalares decorrente de acidentes com veículos automotores.

Não se pode desprezar que, de regra, esse benefício é utilizado pela população mais necessitada ao se deparar com uma situação de instabilidade emocional e financeira após a ocorrência de acidente que vitimou membro de sua família ou compromete sua integridade física, sendo, destarte, a indenização, imprescindível para manter a dignidade do segurado e membros de sua família.

Neste diapasão, constato que, de fato a inconstitucionalidade do artigo 8º da Lei 11.482/07 está configurada, pois atenta diretamente ao princípio do não retrocesso social e as garantias constitucionais, bem ao mínimo existencial dos direitos sociais. Portanto, é de ser aplicada o artigo 3º da Lei 6.194/74 ao caso.

(...)

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Itaporanga D'Ajuda, 17/02/2011

Gustavo Adolfo Plech Pereira

JUIZ DE DIREITO



ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Erivaldo Macedo Mendes OAB/SE 3512

ADVOCACIA – CONSULTORIA – ASSESSORIA

DA DESNECESSIDADE DE PERÍCIA

Vejamos as decisões sobre este tema:

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE

ACÓRDÃO:
APELAÇÃO CÍVEL
PROCESSO:
APELANTE
ADVOGADO
APELADO
ADVOGADO
RELATOR:

7879/2008
5350/2008
2008215077
NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S A
KELLY CHRYSTIAN SILVA SANTANA
JOSE VICENTE BRITO
ERIVALDO MACEDO MENDES
DESA. MARIA APARECIDA SANTOS GAMA DA SILVA

EMENTA

E M E N T A Apelação Cível - Ação de Cobrança de Complementação de Seguro Obrigatório - **Desnecessidade de realização de perícia médica para verificar o grau de invalidez do apelado - Comprovação da existência da invalidez permanente - Pagamento administrativo parcial do Dpvat** - Norma legal se sobrepõe à resolução e circulares expedidas pelo CNSP - Sentença mantida - Recurso conhecido e improvido - Decisão unânime. 1. O sinistro que deu causa ao pagamento do seguro obrigatório ocorreu sob a égide da Lei nº 6.194/1974, devendo essa legislação ser aplicada ao caso em tela, a qual prevê o pagamento de quarenta salários mínimos para os casos de morte e invalidez permanente; 2. Desnecessária a verificação do grau de invalidez do recorrido para o pagamento desse patamar indenizatório caso tenha sido demonstrada a existência da invalidez do requerente; 3. **A invalidez restou devidamente demonstrada na hipótese dos autos, haja vista que a própria apelante confirma sua existência em suas razões de apelação, bem como pelo fato de ter havido o pagamento administrativo do montante que a seguradora entendia adequado;** 4. Muito embora o aludido órgão seja responsável por fixar as diretrizes e normas da política de seguros privados, suas resoluções e circulares não tem a força de mitigar valores fixados por lei. É cediço que, nos casos de morte e invalidez permanente, o valor da indenização do seguro obrigatório rege-se pela Lei 6.194/74 alterada pela Lei 11.482/2007.



ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Erivaldo Macedo Mendes OAB/SE 3512

ADVOCACIA – CONSULTORIA – ASSESSORIA

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores do IV Grupo da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, sob a presidência da Desembargadora Clara Leite de Rezende, por unanimidade, conhecer do apelo e lhe negar provimento, na conformidade do voto da relatora a seguir, que fica fazendo parte integrante deste julgado.

Aracaju/SE, 21 de Outubro de 2008.

DESA. CLARA LEITE DE REZENDE

REVISOR

DES. ROBERTO EUGENIO DA FONSECA PORTO

MEMBRO

Ademais, nos autos do processo n.º 201055500115, o Juizado de Lagarto, assim se manifestou:

Para fazer jus à indenização, basta a comprovação do acidente e do dano decorrente, nos termos do artigo 5º da Lei n.º 6.194/97:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

CONCLUSÃO

Ante ao exposto, concesso máxima vênia, espera o recorrente que esta Egrégia Turma Recursal se digne de receber o vertente **RECURSO**, conhecendo-o para provê-lo, e, **RESCINDIR A SENTENÇA**, para declarar a



ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Erivaldo Macedo Mendes OAB/SE 3512

ADVOCACIA – CONSULTORIA – ASSESSORIA

inconstitucionalidade suscitada e **JULGAR PROCEDENTE** as suas pretensões, conforme pedido na exordial, pois, o juízo *a quo* negou seu direito de forma equivocada.

Requer, por fim, a condenação da recorrida nas custas e honorários advocatícios, bem como os benefícios da justiça gratuita, por não estar em condições de pagar as custas processuais, a teor da Lei 1.060/50.

NESTES TERMOS PEDE DEFERIMENTO

Lagarto (SE), 16 de novembro de 2011.

Bel. ERIVALDO MACEDO MENDES
OAB/SE 3512



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201155502132

DATA:

30/11/2011

MOVIMENTO:

Outras Informações

DESCRIÇÃO:

Cancelamento do Mandado/Carta de nr.201155506135 de Citação Reclamação do JEC Audiência de Conciliação
[Movimento gerado nos processos em que se presume a não devolução das cartas pelo ECT, conforme determinação da CGJ.]

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201155502132

DATA:

06/12/2011

MOVIMENTO:

Ato Ordinatório

DESCRIÇÃO:

Venho pelo presente, intimar o advogado da parte requerida, para, querendo, contra-razoar, no prazo de legal, o recurso interposto nos autos.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201155502132

DATA:

19/12/2011

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Petição de Contra-razões realizada pelo Advogado MARIA AUXILIADORA GARCIA DURAN ALVAREZ (631#A#SE)

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não

**EXMO.(A) SR.(A) DR.(A) JUIZ(A) DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA
COMARCA DE LAGARTO/SE**

Processo: nº.: 201155502132

SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº. 09.248.608/0001-04, com sede na Rua Senador Dantas, nº. 74, 5º andar, Rio de Janeiro/RJ, vem, por seus advogados *in fine*, com instrumento procuratório em anexo e endereço profissional constante no timbre, onde deverão receber todas as comunicações processuais pertinentes, apresentar

CONTRA RAZÕES AO RECURSO INOMINADO

interposta por **ANTONIO FERNANDO DO NASCIMENTO**, em face da r. sentença proferida por este MM. Juízo, mediante os fundamentos de fato e de direito perfilados no memorial em anexo.

Nestes termos, pede deferimento.

De Salvador/BA para Lagarto/SE, 19 de dezembro de 2011.

Maria Auxiliadora Garcia Durán Alvarez
OAB/SE 631 - A

Clávio de Melo Valença Filho
OAB/BA 27.752

Luana Barbosa Silva
OAB/BA 31.261

Verônica Gonçalves Magalhães Castro
OAB/SE 468

CONTRARRAZÕES AO RECURSO INOMINADO

PROCESSO DE ORIGEM: 201155502132
JUÍZO A QUO: JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE LAGARTO/SE
RECORRENTE: ANTONIO FERNANDO DO NASCIMENTO
RECORRIDO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT S/A

EGRÉGIA TURMA RECURSAL DE SERGIPE

Nobres Julgadores!

1 - INICIALMENTE

1.1 - DO ESCORÇO DA DEMANDA

Alega o Autor, em sua peça inaugural, ser beneficiário do seguro obrigatório DPVAT, em virtude do acidente automobilístico ocorrido em 28/05/2010, motivo pelo qual suporta suposta deformidade até os dias atuais. Solicitou administrativamente a indenização do seguro DPVAT por invalidez, tendo recebido a quantia de R\$ 1.687,50, valor este proporcional ao dano suportado, conforme reza legislação vigente à época do sinistro, Leis 11.482/07 e 11.945/09.

Ocorre que, por entender, equivocadamente, que recebeu o quantum indenizatório a menor, ingressou com a presente demanda pleiteando a complementação sob o teto de 40 (quarenta) salários mínimos.

Devidamente contestado o feito, o D. Magistrado *a quo*, sob a brilhante argumentação, acolheu a ilegitimidade passiva *ad causam* da BOB Corretora e reconheceu que a legislação aplicável ao caso em comento são as leis 11.482/07 e 11.945/09, vigentes à época do sinistro, julgou IMPROCEDENTE, o pedido inicial, concluindo pela inexistência de vício de inconstitucionalidade na Medida provisória nº 340/2006 convertida na Lei 11.482/2007 e na Medida Provisória 451/2008 convertida na Lei 11.945/2009, declarando quitada a dívida com os valores até então pagos. Inconformada, a parte autora interpôs Recurso Inominado, que, como restará demonstrado, não merece prosperar.

Conforme restará amplamente demonstrado a seguir, a sentença recorrida é irretorquível, devendo ser mantida incólume, em todos os seus termos, sobretudo no tocante a constitucionalidade da legislação vigente à época do sinistro, Leis 11.482/07 e 11.945/09.

2 - DA IMPROCEDÊNCIA DO RECURSO

2.1 - Da Constitucionalidade das Leis 11.482/07 e 11.945/09

Correta a sentença que utilizou como fundamento a constitucionalidade das leis 11.482/07 e 11.945/09, vigente à época do sinistro. Senão vejamos.

A parte autora pleiteia em sede recursal a reforma da sentença para condenar a Seguradora ao pagamento da complementação da indenização seguro DPVAT por invalidez sob o teto de 40 (quarenta) salários mínimos, e suscita, ainda, a inconstitucionalidade das leis 11.482/07 e 11.945/09. Ora douto magistrado não há como subsistir tal recurso vez que resta claro que não há inconstitucionalidade nas normas citadas acima.

Conforme informado na inicial e demonstrado pelos documentos juntados, o alegado acidente ocorreu em 28/05/2010, quando já vigoravam as leis 11.482 de 31 de maio de 2007 e 11.945/09 de 04 de junho de 2009.

A Lei 11.482/07 alterou a redação do art. 3º da lei 6.194/74, para determinar que o teto da indenização paga em casos de invalidez permanente decorrente de acidente de trânsito é de ATÉ R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Tal alteração contribuiu para dissipar as controvérsias surgidas em torno do valor da indenização em comento, pois desde 1975, quando entrou em vigor a Lei 6.205, já não era possível a vinculação da referida indenização ao salário mínimo.

É que a citada lei, em seu art. 1º, determinou a descaracterização do salário mínimo, como índice de correção monetária, para qualquer fim. Foi além, quando estabeleceu, em seu art. 4º, que todas as disposições anteriores, contrárias a seu conteúdo, estariam revogadas, desde então.

Ressalte-se, ainda que também a CF/88, promulgada posteriormente, proibiu qualquer possibilidade de vinculação do salário mínimo, em seu art. 7º, IV.

Por outro lado, não há que se cogitar a inconstitucionalidade da citada norma, pois a fixação de valores em unidades monetárias nacionais não é de modo algum irregular. **A expressão de valores financeiros pátrios em moeda nacional é logicamente a regra, e não a exceção.** No próprio âmbito dos direitos sociais, dos quais a presente indenização se aproxima, temos exemplos: o valor do

teto dos benefícios da previdência social é estabelecido por lei em moeda; o próprio salário mínimo é estabelecido ano a ano, por lei (e não poderia ser diferente), em moeda, sem que se opere qualquer estagnação do valor: **o argumento de que a expressão da indenização em unidades monetárias na lei implica, por si só, necessário engessamento da indenização é tautológico e não merece prosperar.**

Poderia acontecer outra coisa: que, na prática, a inexistência de atualização implicasse em engessamento do valor da indenização abstratamente determinado. Todavia, não seria, evidentemente, o caso de inconstitucionalidade da lei que estabelece valores em moeda, mas, sim, da omissão do Poder Público em proceder à atualização.

Analisando a fundo o caso, verifica-se que não há inconstitucionalidade atual e concreta, tampouco esta decorre do ato legislativo atacado pelo pronunciamento judicial — há, sim, uma *perspectiva de inconstitucionalidade*, por eventual omissão na atualização monetária do valor abstratamente indicado na lei à guisa de indenização.

O argumento do autor repristina a *lex priori*, para buscar indenizações mais vultosas do que as determinadas pela lei, realidade absolutamente repudiada pelo ordenamento jurídico pátrio.

Ressalte-se que, eventual concessão da indenização vinculada ao salário mínimo **não cuidará apenas de atualizar o patamar abstrato de indenização, mas conceder, sob o pálio da inconstitucionalidade, aumentos reais em contrariedade com o disposto em lei, pela função competente do poder.**

Quanto à questão formal, estabelece a Carta Magna em seu artigo 62, alterado pela Emenda Constitucional nº. 32/2001 que: “Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.” Nessa esteira, aflora a Função Atípica exercida pelo Poder Executivo. Infere-se do próprio artigo 62 que, após o juízo de relevância e urgência realizado pelo Presidente da República, a medida provisória será submetida ao Poder Legislativo, ao qual caberá decidir se altera, rejeita ou converte em Lei - “§ 5º A deliberação de cada uma das Casas do Congresso Nacional sobre o mérito das medidas provisórias dependerá de juízo prévio sobre o atendimento de seus pressupostos constitucionais.”

Nesse acorde, há complementaridade entre os dispositivos supra analisados, pois o Congresso Nacional, no exercício de seu poder/dever, estatuído nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, deliberou no sentido de converter a medida provisória nº. 340/2006 na lei nº 11.482/2007.

Logo, a partir do momento em que as Medidas Provisórias que originaram as Leis 11.482/07 e 11.945/09, qual sejam as MP 340/06 e 451/08, foram convertidas em Lei por ato do Congresso Nacional, demonstrando que o Poder Legislativo, no mesmo sentido do Poder Executivo entendeu que as matérias postas em regulamentação pelas Medidas Provisórias efetivamente atendiam os pressupostos de urgência e relevância. Com isso, não restando dúvidas acerca da constitucionalidade das mesmas.

Ratifica tais informações recentíssima jurisprudência da Colenda 2ª Câmara Cível de Sergipe:

EMENTA:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO/DPVAT - RITO SUMÁRIO - PRELIMINAR - AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR - O RECIBO DE QUITAÇÃO ADMINISTRATIVO NÃO INVIABILIZA RECLAMAÇÃO DA QUANTIA ADICIONAL JUDICIALMENTE - DOUTRINA E JURISPRUDÊNCIA AFASTAM O EXAURIMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA COMO REQUISITO DE ACESSO AO JUDICIÁRIO, DANDO EFICÁCIA AO DIREITO FUNDAMENTAL À AÇÃO E AO PRINCÍPIO DO AMPLO ACESSO À JUSTIÇA. - DESCABIMENTO DA PRELIMINAR AVENTADA - MÉRITO - PRETENSÃO DE RECEBIMENTO DA COMPLEMENTAÇÃO DO VALOR INDENIZATÓRIO QUE OS AUTORES ENTENDEM DEVIDO - PORÉM, NO CASO DOS AUTOS, APLICA-SE A LEI Nº 11.482/07 PORQUE VIGENTE À ÉPOCA DO EVENTO, A QUAL PREVÊ A INDENIZAÇÃO DE R\$ 13.500,00 EM CASO DE MORTE - VALOR PAGO PELA SEGURADORA EM CONFORMIDADE COM O MONTANTE PREVISTO NA LEI REGENTE - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO - DECISÃO UNÂNIME. - CONSIDERANDO QUE O SINISTRO OCORREU EM SETEMBRO DE 2008, QUANDO VIGENTE A LEI Nº 11.482/2007, CUJA PUBLICAÇÃO OCORREU EM 31/05/2007 E, PORTANTO, JÁ VIGENTE NA ÉPOCA DO EVENTO, DEVE A MESMA SER APLICADA AO CASO EM TELA; - IN CASU, OCORRENDO O ACIDENTE APÓS A ALTERAÇÃO DA NORMA, E TENDO SIDO PAGO O VALOR PREVISTO NA LEI REGENTE, ATRAVÉS DE COMPROVANTE TRAZIDO AOS AUTOS PELOS PRÓPRIOS AUTORES, INDEVIDA A PRETENSA COMPLEMENTAÇÃO. (Grifo Nosso)

No mesmo sentido, recentíssima decisão do TJ/SE:

EMENTA:

APELAÇÃO CÍVEL. CONSTITUCIONAL, CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTO DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). MORTE DECORRENTE DE ACIDENTE DE TRÂNSITO. INCONSTITUCIONALIDADE DA MEDIDA PROVISÓRIA 340/06 E DA LEI 11.482/07. REJEITADA. CONVERSÃO DE MP EM LEI. VÍCIOS SANADOS. CRITÉRIOS DE RELEVÂNCIA E URGÊNCIA. AVALIAÇÃO SUBJETIVA. DISCRICIONARIEDADE DO PRESIDENTE DA

REPÚBLICA. INCABÍVEL AO PODER JUDICIÁRIO. OFENSA AOS PRECEITOS CONSTITUCIONAIS. INOCORRÊNCIA. LIMITAÇÃO DO VALOR DO SEGURO OBRIGATÓRIO. POSSIBILIDADE. CONSTITUCIONALIDADE RECONHECIDA. PRINCÍPIO DO TEMPUS REGIT ACTUM. APLICAÇÃO DA LEI 11.482/07. VERBA INDENIZATÓRIA NO VALOR DE R\$ 13.500,00. PAGAMENTO INTEGRAL NA ESFERA ADMINISTRATIVA. DIREITO AO COMPLEMENTO INEXISTENTE. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. (Grifo nosso)

Ainda, reforçando os fundamentos acima esposados:

A C Ó R D Ã O S, ASSINADOS DO EGRÉGIO ÓRGÃO ESPECIAL, SOB A PRESIDÊNCIA DO EXMº Sr. DES. LUIZ CARLOS SANTINI. 01 - Arguição de Inconstitucionalidade em Apelação Cível – Ordinário - N. 2010.031383-6/0001-00 - Campo Grande. Relator - Exmo. Sr. Des. Oswaldo Rodrigues de Melo. Arguente - Desembargadores Membros da 5ª Turma Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul. Intdo - Real Seguros S.A. Advogados - Renato Chagas Corrêa da Costa e outros. Intda - Sandra Regina Sales. Advogados - Ricardo Miguel Duailibi e outro. (Procurador de Justiça - Exmo. Sr. Dr. Paulo Alberto de Oliveira) ARGUIÇÃO INCIDENTAL DE INCONSTITUCIONALIDADE – MEDIDAS PROVISÓRIAS CONVERTIDAS EM LEI - ART. 62 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - LEIS NS. 11.482, DE 31.05.2007 E 11.945, DE 04.06.200, NO PONTO EM QUE TROUXERAM ALTERAÇÕES NA LEI N. 9.194, DE 19.12.1974, QUE DISPÕE SOBRE O “DPVAT” - PROPOSTA REJEITADA, COM O PARECER.

Consoante entendimento do Supremo Tribunal Federal “os requisitos constitucionais legitimadores da edição de medidas provisórias, vertidos nos conceitos jurídicos indeterminados de ‘relevância’ e ‘urgência’ (art. 62 da CF), apenas em caráter excepcional se submetem ao crivo do Poder Judiciário, por força da regra da separação de poderes (art. 2º da CF). É de rigor a rejeição da arguição de inconstitucionalidade quando não se faz presente situação de excepcionalidade tal que imponha uma intervenção do Poder Judiciário, em detrimento do princípio da separação dos poderes insculpido no art. 2º, da Constituição Federal, culminando em reprovação aos critérios de conveniência e oportunidade, inerentes ao juízo discricionário, que motivaram a edição das medidas provisórias vergastadas. A estipulação das indenizações relativas ao “DPVAT” em valores fixos da moeda de cunho forçado, com correção monetária e juros, em face de suposto vácuo legislativo ante a imputação de não recepção pela Constituição Federal de 1988, art. 7º, IV, do art. 3º, da Lei n. 9.194, de 19.12.1994, consoante ADPF 95-5/DF-STF, que depende de julgamento final, e, ainda, para evitar um descompasso entre a indenização a ser paga e sua fonte de custeio, bem como o estabelecimento de graus de incapacitação para fins indenizatórios, apresentam-se coerentes com a justificação das respectivas exposições de motivos, de implementar uma imediata adequação técnica do sistema. Arguição rejeitada, de acordo com o parecer. (Grifo nosso)

EMENTA ACÓRDÃO 201112543. APELAÇÃO CÍVEL 5799/2011
APELAÇÃO CÍVEL. CONSTITUCIONAL, CIVIL E PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTO DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). MORTE DECORRENTE DE ACIDENTE DE TRÂNSITO. INCONSTITUCIONALIDADE DA MEDIDA PROVISÓRIA 340/06 E DA LEI 11.482/07. RJEITADA. VÍCIOS SANADOS COM A CONVERSÃO DE MP EM LEI. CRITÉRIOS DE RELEVÂNCIA E URGÊNCIA. AVALIAÇÃO SUBJETIVA. DISCRICIONARIEDADE DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA. INCABÍVEL AO PODER JUDICIÁRIO. INOCORRÊNCIA DE OFENSA AOS PRECEITOS CONSTITUCIONAIS. POSSIBILIDADE DE LIMITAÇÃO DO VALOR DO SEGURO OBRIGATÓRIO. CONSTITUCIONALIDADE RECONHECIDA.

PRINCÍPIO DO TEMPUS REGIT ACTUM. APLICAÇÃO DA LEI 11.482/07. VERBA INDENIZATÓRIA NO VALOR DE R\$13.500,00. PAGAMENTO INTEGRAL NA ESFERA ADMINISTRATIVA. DIRETO AO COMPLEMENTO INEXISTENTE. ALEGAÇÃO DE INVALIDEZ PERMANECE DISSOCIADA DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA. ART. 514, II CPC. QUETÃO RECURSAL NÃO CONHECIDA. RECURSO CONHECIDO PARCIALMENTE E, NA PARTE CONHECIDA, DESPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. (*Grifo nosso*)

SEGURO - OBRIGATÓRIO - DPVAT - RESPONSABILIDADE CIVIL - INVALIDEZ PERMANENTE - INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI Nº. 11.482/2007 AFASTADA - LEI QUE NÃO PADECE DE QUALQUER VÍCIO MATERIAL OU FORMAL - PAGAMENTO NO LIMITE MÁXIMO PERMITIDO - SENTENÇA MANUTENIDA - APELO CONHECIDO E IMPROVIDO.

- Não há inconstitucionalidade formal (ausência de relevância e urgência) visto que a Medida Provisória foi convertida em lei, de modo que defeitos que eventualmente a MP continha foram sanados. Também não há inconstitucionalidade material.

- No caso dos autos, o acidente que vitimou o Apelante, ocorreu em 22.12.2008, sendo, portanto, aplicável a lei vigente ao tempo do fato que gerou a obrigação para a Seguradora. (Apelação cível nº 2813/2011, Campo do Brito, Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, DES Osório de Araújo Ramos Filho, RELATOR, Julgado em 21/06/2011). (*Grifo nosso*)

Logo, totalmente rechaçados os argumentos trazidos no recurso interposto pela parte Autora. Destarte, fulminadas tais argumentações, deve ser dada total improcedência ao recurso, haja vista o Juízo *a quo* acertadamente utilizou como fundamentação as leis 11.482/07 e 11.945/09, vigentes à época do sinistro, devendo ser mantida a sentença incólume pelos seus próprios fundamentos.

2.2 - Da Indenização por Invalidez Permanente – Grau da Invalidez - PROPORCIONALIDADE

Ademais, a parte Recorrente, numa tentativa frustrada de alterar a decisão acertada do juízo de 1º grau, requer em sede recursal, a complementação sob o teto 40 (quarenta) salários mínimos, ignorando o quanto disposto na lei vigente à época do sinistro, que a indenização deve ser paga **ATÉ** R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), proporcional ao dano suportado. Nesta seara, quadra demonstrar porque não seria devida a indenização sobre o teto, e sim sua proporcionalidade de acordo com o dano suportado. Senão vejamos.

É que o artigo 12 da Lei 6.194/74 estabelece que o Conselho Nacional de Seguros Privados está autorizado a expedir normas disciplinadoras sobre o seguro obrigatório. Assim, conclui-se que o poder regulamentar conferido ao CNSP cinge-se à expedição de normas para conferir executividade às leis que regulam o sistema securitário brasileiro, e no caso, referente ao Seguro Obrigatório - DPVAT.

Nesse sentido, determina a **RESOLUÇÃO N.º 154/06 DO CNSP, art. 13, inciso II, in verbis:**

"Art. 13 - A sociedade seguradora efetuará o pagamento das indenizações a seguir especificadas, por pessoa vitimada:

(...)

II - em caso de Invalidez Permanente, desde que esteja terminado o tratamento e seja definitivo o caráter da invalidez, a quantia a se apurar, tomando-se por base o percentual da incapacidade de que for portadora a vítima, de acordo com a tabela constante das Normas de Acidentes Pessoais, tendo como indenização máxima a importância segurada prevista na norma vigente na data da liquidação do sinistro".
(g.n.)

Tal norma visou regulamentar o valor da indenização prevista na alínea 'b' do art. 3º, da Lei 6.194/74, que assim dispunha:

"Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

(...)

b) - Até 40 (quarenta) vezes o valor do maior salário-mínimo vigente no País - no caso de invalidez permanente;"

O dispositivo transcrito acabou sendo revogado pela MP 340/06, convertida na Lei 11.482/07, entretanto, seu conteúdo foi repetido no inciso II, do art. 3º da Lei 6.194/74, com alteração do critério indenizatório:

"Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

(...)

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente"; (destaques nossos)

Conforme se verifica da redação do dispositivo acima transcrito, a indenização decorrente de invalidez não é estanque e baseada em valor fixo integral, como a de morte. Caso assim o fosse, o legislador não optaria pela utilização da palavra **ATÉ** antes do valor. Tal conclusão é irrefragável, pois sabemos que a invalidez permanente pode ser total ou parcial, e nestes casos, completa ou incompleta, além do que, pode atingir membros e sentidos diferentes, gerando maiores ou menores dificuldades na vida da pessoa lesionada.

Atento a essas diferenças, e em respeito ao princípio isonômico, o legislador estabeleceu um valor máximo para as indenizações, de forma que nos casos mais graves fossem devidas indenizações mais altas que nos casos menos graves.

Impende, ainda, destacar que a necessidade de quantificação do percentual de invalidez está sustentada, também, na redação do art. 5º, §5º, da Lei nº 6.194/74, *in verbis*:

"O instituto médico legal da jurisdição do acidente também quantificará as lesões físicas ou psíquicas permanentes para fins de seguro previsto nesta lei, em laudo complementar, no prazo médio de noventa dias do evento, de acordo com os percentuais da tabela das condições gerais de seguro de acidente suplementada, nas restrições e omissões desta, pela tabela de acidentes do trabalho e da classificação internacional das doenças".

Isso porque, a proporcionalidade da indenização é que justifica a exigência legal de que o laudo quantifique as lesões sofridas.

Assim, diferentemente do alegado, verifica-se que não apenas decorrente de uma suposta invalidez deveria a parte receber a quantia fixa, MAS, SIM, RECEBER O VALOR PROPORCIONAL AO SEU GRAU DE INVALIDEZ.

Ademais, sobre tal teto deve incidir o percentual indicado pela tabela incluída à lei de regência pela Medida Provisória 451/08, convertida na lei 11.945/09, que segue abaixo:

ANEXO

(art. 3o da Lei no 9.164, de 19 de dezembro de 1974)

Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	Percentual da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis, de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais

Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	das Perdas
perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
PERDA COMPLETA DA MOBILIDADE DE UM DOS OMBROS, COTOVELOS, PUNHOS OU DEDO POLEGAR	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais
Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	das Perdas
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10

Por outro lado, vale salientar, que o valor pago administrativamente (R\$ 1.687,50) está totalmente de acordo com a determinação legal, vez que através do processo administrativo, foi constatado pela Seguradora que o dano sofrido pela vítima.

Assim, aplicando-se a tabela, o cálculo deve observar a equação abaixo:

$$13.500,00 \text{ Teto indenizável} \times 25\% \text{ graduação da tabela} \times 50\% \text{ percentual da perda} - \text{R\$1.687,50 valor já recebido} = \text{R\$00,00}$$

Logo, há que se concluir que depois do enquadramento da lesão sofrida pela vítima na tabela acima, ainda há incidência do percentual de perda, conforme legislação em vigor à época do sinistro.

Ratificando as fundamentações supra, temos a seguinte jurisprudência:

Trata-se de ação de indenização decorrente de seguro DPVAT proposta, na origem, pelo recorrente para reparação de invalidez permanente (membro inferior esquerdo) em consequência de acidente de trânsito datado de 1999. Discute-se, no REsp, se é válida a fixação de tabela de redução do pagamento da indenização decorrente do DPVAT com fundamento em invalidez permanente

parcial. A Min. Relatora destacou que o recorrente insurge-se contra a redução da tabela, com fundamento no art. 3º da Lei n. 6.194/1974, em vigor à época dos fatos; hoje, a redação dessa norma foi modificada pela Lei n. 11.482/2007, porém ela não tem pertinência neste julgamento. Também ressaltou que a redação original do art. 5º, § 5º, da citada lei disciplinava que o instituto médico legal da jurisdição do acidente também quantificaria as lesões físicas ou psíquicas permanentes para fins de seguro previsto na lei, em laudo complementar, no prazo médio de 90 dias do evento, de acordo com os percentuais da tabela das condições gerais de seguro de acidente suplementada nas restrições e omissões pela tabela de acidentes do trabalho e da classificação internacional de doenças. Logo, explicitou que não faria sentido a citada lei dispor as quantificações das lesões se esse dado não refletisse na indenização paga. Dessa forma, concluiu que é válida a utilização da tabela de redução do pagamento da indenização decorrente do seguro DPVAT em caso de invalidez parcial e que o pagamento desse seguro deve observar a respectiva proporcionalidade. Precedente citado: REsp 1.119.614-RS, DJe 31/8/2009. REsp 1.101.572-RS, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 16/11/2010.

No mesmo sentido:

EMENTA

SEGURO - OBRIGATÓRIO - DPVAT - RESPONSABILIDADE CIVIL - ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO OCORRIDO EM 11.03.2008 EM VIA PÚBLICA NA CIDADE DE ARACAJU - INVALIDEZ PERMANENTE - NÃO DEMONSTRAÇÃO DO GRAU DE INVALIDEZ - SENTENÇA MANUTENIDA - APELO CONHECIDO E IMPROVIDO. - A intenção do legislador ao utilizar a expressão invalidez permanente, para efeito de indenização pelo valor máximo, foi abranger aqueles casos em que a lesão sofrida pelo acidentado seja expressiva a ponto de torná-lo incapaz para o trabalho, não sendo suficiente para caracterizá-la a ocorrência de lesão que, embora permanente, não o impossibilite de exercer atividade laboral. - O artigo 12 da Lei 6.194/64 refere que o Conselho Nacional de Seguros Privados está autorizado a expedir normas disciplinadoras e tarifas, por certo, junto a organismos vinculados a companhias seguradoras.

Com isso, resta nítido que o pleito recursal da parte autora não merece prosperar, conforme a Lei 6.194/74, com alterações das Leis nº 11.482/07 e 11.945/09, impondo-se a total improcedência do recurso, posto não existir prova de invalidez capaz de justificar o pagamento do teto máximo indenizatório, a título de seguro DPVAT.

Isto posto, restam totalmente fulminados as alegações recursais do autor, devendo ser julgado totalmente improcedentes o Recurso Inominado interposto pela recorrente.

3 – DO EVENTUAL PROVIMENTO DO RECURSO

Caso, em absurda hipótese, seja o recurso do Autor provido, requer a observância dos parâmetros abaixo quanto à correção monetária e os honorários advocatícios:

3.1 – Da Correção Monetária

Acerca da correção monetária, espera a Seguradora que seja observada a data da propositura da presente demanda, como termo inicial para a sua incidência, em observância ao disposto da lei nº 6.899/81, cujo art. 1º assim dispõe:

“Art 1º - A correção monetária incide sobre qualquer débito resultante de decisão judicial, inclusive sobre custas e honorários advocatícios.

§ 1º - Nas execuções de títulos de dívida líquida e certa, a correção será calculada a contar do respectivo vencimento.

§ 2º - Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.” – grifei.

Assim, em caso de eventual condenação, a correção deve incidir a partir do ajuizamento da ação, nos moldes estabelecidos pelo art. 1º, da Lei 6.899/81, em seu § 2º.

3.5 Da limitação dos honorários advocatícios

Em decorrência do princípio da eventualidade, acaso o recurso seja provido, e por ser a parte autora requerente do benefício da assistência judiciária gratuita, eventuais honorários de sucumbência devem ser limitados a 15% (quinze por cento), na forma do artigo 11, § 1º, da Lei 1.060 de 5 de fevereiro de 1950.

O STJ já declarou válida esta limitação, entre outras oportunidades, no seguinte acórdão:

“O recorrente alega que o percentual de 12% fixado no aresto vergastado transbordaria os limites da Lei nº 1.060/50, que dispõe:

“Art. 11.

§ 1º. Os honorários do advogado serão arbitrados pelo juiz até o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o líquido apurado na execução da sentença.”

Não há violação à referida norma, à medida que a condenação, na verdade, ficou claramente abaixo da linde encimada. Com efeito, a sentença fixou os honorários em 10% do valor da condenação (fl. 42) e o acórdão recorrido somente o aumentou para 12% sobre a mesma base (fl. 198).” (Superior Tribunal de Justiça. Resp. 569425. Quinta Turma. Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca)

Bem assim, o CPC, em seu art. 20, estabelece que o valor dos honorários advocatícios, deve ser definido, levando em consideração o zelo profissional, local por onde tramita a ação, bem como o trabalho despendido em seu curso.

É de solar clareza que as demandas que tratam do seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre – DPVAT, não exigem maiores esforços do

profissional, haja vista que, se tratando de matéria de direito, não existem grandes discussões doutrinárias e jurisprudenciais capazes de ensejar dispêndio exacerbado de tempo para criação de teses jurídicas.

Portanto, os honorários de sucumbência, caso o recurso do Autor seja julgado procedente, deve ser quantificado em valor não superior a 10% (dez por cento).

4 - PEDIDOS

Ante o exposto, requer a Seguradora:

a) requer que seja negado provimento ao presente recurso, para manutenção da sentença, no que toca aos argumentos aduzidos pela recorrente, extinguindo-se a presente com julgamento de mérito.

b) Que seja condenada a parte autora no pagamento dos honorários advocatícios, nos termos do art. 20, § 4º do Código de Processo Civil.

c) Na remota de hipótese de procedência do recurso, que sejam observados os argumentos e parâmetros indicados constantes da Contestação e no Recurso Inominado da Ré.

d) Na absurda hipótese de acolhimento do pleito autoral, que sejam observados os parâmetros acima, no que toca à correção monetária e aos honorários advocatícios.

Nestes termos, pede deferimento.

De Salvador/BA para Lagarto/SE, 19 de dezembro de 2011.

Maria Auxiliadora Garcia Durán Alvarez
OAB/SE 631 - A

Clávio de Melo Valença Filho
OAB/BA 27.752

Luana Barbosa Silva
OAB/BA 31.261

Verônica Gonçalves Magalhães Castro
OAB/SE 468



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201155502132

DATA:

16/01/2012

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Mandado de CITACAO RECLAMACAO DO JEC AUDIENCIA DE CONCILIACAO do(a) REU BOB CORRETORA DE SEGUROS LTDA foi cumprido e alcançado o objetivo

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO
DE SERGIPE**

Julzo de Direito Juizado. Esp. Civ.Crim. Lagarto
Rod. Lorival Baptista, km 36, S/N
Bairro: Horta Cep: 49400-000
Cidade: Lagarto



Carta: 201155505515



AVISO DE RECEBIMENTO - AR

REMETENTE

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
Juizado. Esp. Civ.Crim. Lagarto(Núcleo de Postagem)
Rodovia Lourival Baptista, KM 36, S/N
Bairro - Horta Cep - 49400000
Cidade - LAGARTO

CARTÓRIO DE DISTRIBUIÇÃO
COMARCA DE LAGARTO/SE

RECEBEMOS EM 05.09.11 às 08h05

CONTEÚDO: Citação Reclamação do JEC Audiência de Conciliação - MD 0020 -
referente ao processo de nro. 201155502132

DESTINATÁRIO



NOME: BOB CORRETORA DE SEGUROS LTDA
ENDEREÇO: AV. ZACARIAS JUNIOR,593
BAIRRO: CENTRO
CIDADE: LAGARTO - UF: SE
CEP: 49400000

NÚMERO OBJETO



110152795463R

UNIDADE DE
POSTAGEM

CONTRATO ÚNICO

**Tribunal de
Justiça/SE**

X

ECT/DR/SE

9912197771

USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS
TENTATIVAS DE ENTREGA

___/___/___
___h

___/___/___
___h

___/___/___
___h

- ☐ NÃO USADO
☐ DESCONTATADO
☐ REUSADO
☐ NÃO PROCURADO
☐ ENDEREÇO INEXISTENTE
☐ END. INSUFICIENTE
☐ FALTOU
☐ FALHEOU
☐ OUTROS



p. 211

ASS. DO DESTINATÁRIO

ASS. DO DESTINATÁRIO

RG

DATA ENTREGA



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201155502132

DATA:

18/01/2012

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Mandado de CITACAO RECLAMACAO DO JEC AUDIENCIA DE CONCILIACAO do(a) REU SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT foi cumprido e alcançado o objetivo

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Juiz de Direito Juizado. Esp. Civ.Crim. Lagarto
Rod. Lorival Batista, km 36, S/N
Bairro: Horta Cep: 49400-000
Cidade: Lagarto



Carta: 201155506135

	CORREIOS	A VISO DE RECEBIMENTO - AR	UNIDADE DE POSTAGEM	CONTRATO ÚNICO Tribunal de Justiça RJ X ECT/DISE 9912197771
REMETENTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE Juizado. Esp. Civ.Crim. Lagarto(Núcleo de Postagem) Rodovia Lourival Baptista, KM 36, S/N Bairro - Horta Cep - 49400000 Cidade - LAGARTO				
CONTEÚDO: Citação Reclamação do JEC Audiência de Conciliação - MD00920 - referente ao processo de nro. 201155502132				
DESTINATÁRIO [Barcode]				
NOME: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT ENDEREÇO: RUA SENADOR DANTAS, 74 5º ANDAR BAIRRO: CENTRO CIDADE: RIO DE JANEIRO UF: RJ CEP: 20031205				
NÚMERO OBJETO [Barcode] 110182832768R				
p. 213	ASS. DO DESTINATÁRIO	RG	DATA ENTREGA	



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201155502132

DATA:

23/01/2012

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico para os devidos fins, que as contra-razões foram apresentadas tempestivamente

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201155502132

DATA:

23/01/2012

MOVIMENTO:

Remessa

DESCRIÇÃO:

LOCALIZAÇÃO:

Turma Recursal

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201155502132

DATA:

23/01/2012

MOVIMENTO:

Outras Informações

DESCRIÇÃO:

Recurso Inominado (Turma Recursal do Estado de Sergipe) protocolado em 23/01/2012 tombado sob no. do processo 201201000365. {Movimento gerado pela Turma Recursal}

LOCALIZAÇÃO:

Turma Recursal

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201155502132

DATA:

24/02/2012

MOVIMENTO:

Outras Informações

DESCRIÇÃO:

Julgamento do Recurso Inominado de nº 201201000365 pela Turma Recursal ocorrido em 13/02/2012, da seguinte forma: Assim, valho-me do disposto no art. 557, §1º-A, do Código de Processo Civil e dou provimento para condenar a Seguradora ao pagamento de 20 (vinte) salários mínimos, aferidos considerando o valor na época da liquidação do sinistro, devendo ser excluído o valor pago na via administrativa, com juros de mora de 1% a partir da citação e correção monetária a partir da data do pagamento parcial..
Recurso transitado em julgado.

LOCALIZAÇÃO:

Turma Recursal

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201155502132

DATA:

24/02/2012

MOVIMENTO:

Recebimento

DESCRIÇÃO:

Processo encaminhado da Turma Recursal ao Juízo de Origem.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201155502132

DATA:

23/03/2012

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Petição de Outros realizada pelo Advogado MARIA AUXILIADORA GARCIA DURAN ALVAREZ
(631#A#SE)

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE LAGARTO– SERGIPE

PROCESSO NÚM. 201155502132

SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A já devidamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, em que litigam com **ANTONIO FERNANDO DO NASCIMENTO** vêm, por seus advogados subscritores, respeitosamente, perante V. Exa., **requerer a juntada de comprovante de depósito judicial, no valor de R\$ 10.044,58 (dez mil quarenta e quatro reais e cinquenta e oito centavos), para fins de pagamento da condenação, conforme cálculos em anexo.**

Em tempo, requer seja a parte autora intimada a levantar os valores depositados, satisfazendo, assim, de modo integral, o *quantum* condenatório.

Por fim, uma vez satisfeita a obrigação resultante da demanda por parte das acionadas, requer seja dada a baixa e arquivamento nos presentes autos, expendido-se, por consequência, a certidão respectiva.

Nestes termos, pede juntada e deferimento.
Salvador 23 de março de 2012.

MARIA AUXILIADORA GARCIA DURÁN ALVAREZ
OAB/SE 631-A

VERÔNICA GONÇALVES MAGALHÃES CASTRO
OAB/SE 4.168

LEANDRO DE CARVALHO AMARAL DOS SANTOS
BACHAREL EM DIREITO

CÁLCULOS DO ESCRITÓRIO:

Parâmetros:

Condenação: R\$ 20 salários mínimos à época do pagamento parcial – pagamento parcial → R\$10.900,00 – R\$1.687,50 = R\$ 9.212,50

Correção Monetária: 17/08/2011

Juros (Citação): 29/08/2011

Honorários Advocatícios: 0

Correção monetária de 17/08/2011 até 28/08/2011 (um dia antes da citação para evitar bis in idem)



Tribunal de Justiça de Sergipe

CÁLCULO 1 CÁLCULO DE CORREÇÃO

Utilizando.....: INPC

Data Inicial.....: 17/08/2011

Valor Inicial.....: R\$ 9.212,50

Data Final.....: 28/08/2011

Valor Final.....: R\$ 9.249,98

TOTAL FINAL.....: R\$ 9.249,98

(NOVE MIL DUZENTOS E QUARENTA E NOVE REAIS E NOVENTA E OITO CENTAVOS)

Juros e correção monetária da citação 29/08/2011 até 13/03/2012



Tribunal de Justiça de Sergipe

CÁLCULO DE CORREÇÃO

Utilizando INPC

Detalhamento dos Meses

Data Inicial.....: 29/08/2011

Valor Inicial.....: R\$ 9249.98

Data Final.....: 13/03/2012

Valor Final.....: R\$ 10.044,58

CÁLCULO DOS JUROS

Taxa de Juros Mensal...: 1.0

Meses de Juros.....: 6

Valor dos Juros Mensais: R\$ 566,07

Taxa de Juros Diária...: 0,03 %

Dias de Juros.....: 14

Valor dos Juros Diários: R\$ 44,03

Valor Corrigido + Juros: R\$ 10.044,58

CÁLCULO DA MULTA

Perc. de Multa: 0

Valor da Multa: R\$ 0,00

CÁLCULO DOS HONORÁRIOS

Perc. de Honorários: 0

Valor de Honorários: R\$ 0,00

TOTAL FINAL.....: R\$ 10.044,58

(DEZ MIL E QUARENTA E QUATRO REAIS E CINQUENTA E OITO CENTAVOS)

Total da condenação: R\$ 10.044,58

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
 GUIA DE DEPÓSITO JUDICIAL VIA BOLETO DE COBRANÇA
 Autor: ANTONIO FERNANDO DO NASCIMENTO
 Réu: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIO
 LAGARTO - JUÍZADO CÍVEL E CRIMINAL

Processo: 201155502132 - ID 081030000000119823

ATENÇÃO! Observar o prazo definido pelo Juízo competente para efetivação do depósito.

ATENÇÃO! Observar o prazo definido pelo Juízo competente para efetivação do depósito.

19/03/2012 - BANCO DO BRASIL - 14:36:51
 571813249 0248

OUVIDORIA BB 0800 729 5678
 COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TÍTULOS

BANCO DO BRASIL S.A.

00190000090161078800032381859189153680001004458
 NOSSO NUMERO 16107880032381899
 CONVENIO 01610788
 SISTEMA BJD - DEPÓSITO JUDICIAL
 AGENCIA/COD. CEDENTE 2234/99747159
 DATA DE VENCIMENTO 18/06/2012
 DATA DO PAGAMENTO 19/03/2012
 VALOR DO DOCUMENTO 10.044,58
 VALOR COBRADO 10.044,58
 DADOS CHEQUE: 001 001 1769 3006.440,002 523.670

NR. AUTENTICACAO 3.C1C.875.D64.006.D7D
 LEIA NO VERSO COMO CONSERVAR ESTE DOCUMENTO,
 ENTRE OUTRAS INFORMACOES.

CEDENTE : BANCO DO BRASIL S/A

RECIBO DE SACADO

Nome do Cliente	Data de Vencimento	Valor Cobrado
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO	18/06/2012	10.044,58
Agência / Código do Cedente	Nosso Número	Autenticação Mecânica
2234 / 99747159-0	16107880032381899	



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201155502132

DATA:

23/03/2012

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Petição de PEDIDO D EGUIA DE RETIRADA E QUITAÇÃO realizada pelo Advogado ERIVALDO MACEDO MENDES (3512##SE)

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Erivaldo Macedo Mendes OAB/SE 3512

ADVOCACIA – CONSULTORIA – ASSESSORIA

**EXMO(A). SR(A). DR(A). JUIZ(A) DE DIREITO DO JUIZADO
ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA LAGARTO (SE).**

Processo n.º 201155502132

ANTONIO FERNANDO DO NASCIMENTO, vem a presença de Vossa Excelência, por meio do seu procurador firmatário, em razão do comprovante de depósito juntado aos autos em 23/03/2012, requerer a expedição de guia de retirada e informar que a obrigação foi adimplida.

**NESTES TERMOS
PEDE DEFERIMENTO.**

Lagarto (SE), 23 de março de 2012.

Bel. ERIVALDO MACEDO MENDES
OAB/SE 3512



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201155502132

DATA:

29/03/2012

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Feita a guia

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201155502132

DATA:

04/04/2012

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

GUIA DE RETIRADA ENTREGUE A PARTE.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



AUTORIZAÇÃO PARA RETIRADA DE ALVARÁ JUDICIAL

Por meio desta, autorizo o Sr. WANDERLEY RIBEIRO REIS, portador da Carteira de Identidade n.º 109.969-2 SSP (SE), CPF n.º 557.381.505-97 LAERTE PEREIRA FONSECA, portador da Carteira de Identidade n.º 3.215.460-7, SSP (SE), CPF n.º 019.990.755-28, e/ou ANTÔNIO CÉSAR ALVES DOS SANTOS, portador da Identidade n.º 1.037.624 CPF n.º 868.360.055-68 a retirar, nesta Vara, Alvará Judicial referente ao processo n.º

Lagarto (SE), 30 de Março de 2012.

Bel. ERIVALDO MACEDO MENDES



**ESTADO DE SERGIPE
PODER JUDICIÁRIO
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL
ROD. LOURIVAL BAPTISTA KM. 36 – HORTA – LAGARTO - SE**

**PROCESSO Nº: 201155502132
CLASSE: JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RECLAMANTE: ANTONIO FERNANDO DO NASCIMENTO
RECLAMADOS: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT
BOB CORRETORA DE SEGUROS LTDA**

GUIA DE RETIRADA


Senhor Gerente,

Autorizo o Dr. ERIVALDO MACEDO MENDES, OAB/SE 3512, a fazer o levantamento da quantia depositada em favor do reclamante, no valor de R\$ 10.044,58 (dez mil, quarenta e quatro reais e cinquenta e oito centavos) e seus acréscimos, através de TED Judicial, ID Depósito 081030000000119823, no Banco do Brasil, referente ao cumprimento da sentença nos autos epígrafados, conforme comprovante de depósito em anexo.

Atenciosamente,

Lagarto(SE), 29 de março de 2012


SÉRGIO FORTUNA DE MENDONÇA
JUIZ SUBSTITUTO

REC-CEM
30/03/2012


JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL
FORUM EPAMINONDAS SILVA ANDRADE LIMA, KM 36-BORTA, LAGARTO-SE

C E R T I D ã O
CERTIFICO e dou fé que nesta data compareceu nesta Secretaria o Dr. ERIVALDO MACEDO MENDES, OAB/SE 3512, com solicitação de guia de retirada, referente ao processo constante dos autos.

Dr. ERIVALDO MACEDO MENDES

Lagarto(SE), 29 de março de 2012

TÉCNICO JUDICIÁRIO

C O N C L U S ã O
Nesta data faço conclusos estes autos a(o) MM. Juiz(a) de Direito.
Lagarto(SE), 29 de março de 2012

TÉCNICO JUDICIÁRIO

DEFIRO O PEDIDO SUPRA.
Lagarto(SE), 29 de março de 2012

Sérgio Fortuna de Mendonça
JUIZ DE DIREITO

DATA
RECEBI, nesta data os presentes autos.

Lagarto(SE), 29 de março de 2012

TÉCNICO JUDICIÁRIO

CERTIDÃO
CERTIFICO e dou fé que nesta data expedi a Guia de Retirada correspondente ao pagamento da parcela a qual foi entregue ao credor(a).

Lagarto(SE), 29 de março de 2012

TÉCNICO JUDICIÁRIO

Rec 66131 30/03/2012



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE LAGARTO DA COMARCA DE LAGARTO
Rod. Lourival Batista, km 36, Bairro Horta, Lagarto/SE, CEP 49400000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201155502132

DATA:

10/04/2012

MOVIMENTO:

Arquivamento Definitivo

DESCRIÇÃO:

LOCALIZAÇÃO:

Arquivo Eletrônico

PUBLICAÇÃO:

Não